

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 113, 2º semestre de 2013

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 113, 2º semestre de 2013 - Ano 40, ISSN 01012428

© 2013 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
- Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Eduardo dos Santos
- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador José Borges dos Santos Júnior
- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro João Pedro Corrêa Costa
- Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

302p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

21

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA SESSÃO
PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC
04-12-2013

DISCURSO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO
À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM SESSÃO
DA III COMISSÃO DA 68ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, SOBRE A
RESOLUÇÃO “DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL”
26-11-2013

DISCURSO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO
À ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM SESSÃO
DA III COMISSÃO DA 68ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, SOBRE A
RESOLUÇÃO “DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL”
26-11-2013

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EM SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO-GERAL DA OMC - GENEVRA, 9
DE SETEMBRO DE 2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE
ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE
AGOSTO DE 2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE REUNIÃO DE CÚPULA DOS ESTADOS PARTE E ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL E CONVIDADOS ESPECIAIS

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK/EUA, 24/09/2013)

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE ENCONTRO DA CLINTON GLOBAL INITIATIVE (RIO DE JANEIRO/RJ, 09/12/2013)

DISCURSO NA CERIMÔNIA DE DESPEDIDA DO PAPA FRANCISCO (RIO DE JANEIRO, 28/07/2013)
30-07-2013

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA DURANTE O LANÇAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS BRASÍLIA, 27 DE JUNHO DE 2013
01-07-2013

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “GESTÃO POR RESULTADOS NO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” (BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2013)22-08-2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013)
29-08-2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013)
29-08-2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013)
29-08-2013

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013)
29-08-2013

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO **79**

**COMUNICADOS, NOTAS,
MENSAGENS E INFORMAÇÕES** **163**

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À UCRÂNIA - KIEV, 3 DE JULHO DE 2013
01-07-2013

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA PARA SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR, VIENA, 1º DE JULHO DE 2013
01-07-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AOS PAÍSES
BAIXOS, HAIA, 4 DE JULHO DE 2013
02-07-2013

SITUAÇÃO NO EGITO
03-07-2013

DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA
05-07-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI, LUIS ALMAGRO BRASÍLIA, 9 DE JULHO DE 2013
05-07-2013

DIREITOS HUMANOS – RELATORES ESPECIAIS
05-07-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DA COREIA DO NORTE
05-07-2013

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO MINISTRO ANTONIO PATRIOTA SOBRE
DENÚNCIA DE ESPIONAGEM CONTRA CIDADÃOS BRASILEIROS
07-07-2013

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI,
LUIS ALMAGRO – BRASÍLIA, 9 DE JULHO DE 2013
09-07-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA SÉRVIA
09-07-2013

CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS
ASSOCIADOS E XLV REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM
- MONTEVIDÉU, 11 E 12 DE JULHO DE 2013
11-07-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, OLUGBENGA AYODEJI ASHIRU – BRASÍLIA, 15 DE JULHO DE 2013
12-07-2013

DOCUMENTOS APROVADOS NA CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS - MONTEVIDÉU, 12 DE JULHO DE 2013
12-07-2013

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO ANTONIO PATRIOTA NA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA CPLP MAPUTO, 18 DE JULHO DE 2013
16-07-2013

ATAQUE A OPERAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA E DAS NAÇÕES UNIDAS EM DARFUR
17-07-2013

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA QUE CRIA A “COMISSÃO MISTA BRASIL-GUIANA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA”
18-07-2013

DOCUMENTOS APROVADOS NA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - MAPUTO, 18 DE JULHO DE 2013
19-07-2013

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-GUIANA SOBRE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
19-07-2013

VISITA DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PERU, EDA RIVAS - BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2013
23-07-2013

DEBATE NO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A SITUAÇÃO NO
ORIENTE MÉDIO - INTERVENÇÃO BRASILEIRA
23-07-2013

TERREMOTO NA CHINA
23-07-2013

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA MINISTRA DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PERU, EDA RIVAS–
BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2013
24-07-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO JAPÃO
24-07-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ROMÊNIA
24-07-2013

ACIDENTE FERROVIÁRIO NA ESPANHA
25-07-2013

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
INTEGRAÇÃO REGIONAL DA REPÚBLICA DE GANA, HANNA TETTEH
– BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2013
26-07-2013

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, MAITE NKOANA-
MASHABANE – BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2013
26-07-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO VIETNÃ
26-07-2013

SITUAÇÃO NO EGITO
27-07-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DA GUINÉ, LOUNCÉNY FALL BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2013.
29-07-2013

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ASSISTIRÁ À CERIMÔNIA DE
POSSE DO PRESIDENTE ELEITO DO IRÃ TEERÃ, 4 DE AGOSTO DE 2013
01-08-2013

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARTICIPA DE DEBATE
ABERTO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU
02-08-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT À EMBAIXADORA DE CUBA
02-08-2013

LIBERTAÇÃO DOS ÚLTIMOS CINCO TORCEDORES BRASILEIROS
DETIDOS EM ORURO, BOLÍVIA
02-08-2013

PERDÃO DA DÍVIDA DE PAÍSES AFRICANOS
06-08-2013

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ,
JOHN BAIRD - RIO DE JANEIRO, 08 DE AGOSTO DE 2013
07-08-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA
ARÁBIA SAUDITA
07-08-2013

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA, JOHN KERRY - BRASÍLIA, 13 DE AGOSTO DE 2013
08-08-2013

EXPLOSÃO EM ROSÁRIO, ARGENTINA
08-08-2013

COMUNICADO CONJUNTO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, E DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ, JOHN BAIRD - RIO DE JANEIRO, 8 DE AGOSTO DE 2013
08-08-2013

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, NA 1ª REUNIÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - MONTEVIDÉU, 14 DE AGOSTO DE 2013
13-08-2013

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 15 DE AGOSTO DE 2013
13-08-2013

SITUAÇÃO NO EGITO
14-08-2013

SITUAÇÃO NO EGITO
16-08-2013

RETENÇÃO DE NACIONAL BRASILEIRO EM LONDRES
18-08-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA COSTA RICA, ENRIQUE CASTILLO. BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2013
20-08-2013

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO NÍGER, MOHAMED BAZOUM. BRASÍLIA, 21 DE AGOSTO DE 2013
20-08-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI
21-08-2013

DECLARAÇÃO DO IBAS SOBRE O PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO
23-08-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À REPÚBLICA DA
FINLÂNDIA - HELSINQUE, 25 DE AGOSTO DE 2013
23-08-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA
23-08-2013

ATAQUE NA SÍRIA
23-08-2013

ATENTADOS EM TRIPOLI, LÍBANO
23-08-2013

INGRESSO DO SENADOR ROGER PINTO MOLINA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO
25-08-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO
26-08-2013

VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL
29-08-2013

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO JAPÃO, FUMIO KISHIDA —
BRASÍLIA, 2 DE SETEMBRO DE 2013
30-08-2013

DECLARAÇÃO DE PARAMARIBO APROVADA NA VII REUNIÃO DE
CÚPULA DA UNASUL
31-08-2013

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NA VIII CÚPULA DO G20 – SÃO PETERSBURGO, 5 E 6 DE SETEMBRO DE 2013
02-09-2013

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL SOBRE A SITUAÇÃO NA REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA
03-09-2013

REUNIÃO INFORMAL DOS LÍDERES DO BRICS À MARGEM DA CÚPULA DO G-20 EM SÃO PETERSBURGO - SÃO PETERSBURGO, 5 DE SETEMBRO DE 2013
05-09-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA GUATEMALA
05-09-2013

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES EM SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO-GERAL DA OMC
07-09-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ALBÂNIA
09-09-2013

III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRABALHO INFANTIL - BRASÍLIA, 8 A 10 DE OUTUBRO DE 2013
10-09-2013

XVI REUNIÃO DE MINISTROS DO BRASIL, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA (BASIC) SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
10-09-2013

111ª SESSÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ - DECLARAÇÃO DE BELO HORIZONTE - 12 DE SETEMBRO DE 2013
12-09-2013

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI,
HORACIO CARTES - BRASÍLIA, 30 DE SETEMBRO DE 2013
13-09-2013

ADESÃO DA SÍRIA À CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DE ARMAS
QUÍMICAS (CPAQ)
14-09-2013

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BARBADOS, MAXINE MCCLEAN -
BRASÍLIA, 17 DE SETEMBRO DE 2013
16-09-2013

DECLARAÇÃO CONJUNTA - XVI REUNIÃO DE MINISTROS DO BRASIL,
ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA (BASIC) SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
16-09-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO DO REINO DO MARROCOS, SAAD-EDDINE EL-OTHMANI
17-09-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 19 DE SETEMBRO DE 2013
18-09-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 19 DE SETEMBRO DE 2013 - COMUNICADO CONJUNTO
19-09-2013

VISITA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA A NOVA YORK POR OCASIÃO DA 68ª
ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – 23 A 25 DE SETEMBRO DE 2013
20-09-2013

TORMENTAS NO MÉXICO
20-09-2013

24ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU
– PRONUNCIAMENTO DA EMBAIXADORA DO BRASIL, MARIA
NAZARETH FARANI AZEVÊDO
21-09-2013

ATAQUE NO QUÊNIA
23-09-2013

TERREMOTO NO PAQUISTÃO
25-09-2013

REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE O PAPEL DA ONU PARA A ELIMINAÇÃO
DA VIOLÊNCIA E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS LGBT
25-09-2013

COMUNICADO CONJUNTO DO IBAS – NOVA YORK, 25 DE SETEMBRO DE 2013
25-09-2013

REUNIÃO MINISTERIAL DO G4 (BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO)
À MARGEM DA 68ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS -
COMUNICADO CONJUNTO - NOVA YORK, 26 DE SETEMBRO 2013
26-09-2013

DECLARAÇÃO MINISTERIAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA
E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA INDIVÍDUOS EM RAZÃO DA
ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO - NAÇÕES
UNIDAS, NOVA YORK, 26 DE SETEMBRO DE 2013
26-09-2013

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS
À MARGEM DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS –
COMUNICADO À IMPRENSA – NOVA YORK, 26 DE SETEMBRO DE 2013
26-09-2013

PRONUNCIAMENTO NA REUNIÃO SOBRE PAPEL DA ONU PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS LGBT
26-09-2013

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, HORACIO CARTES - BRASÍLIA, 30 DE SETEMBRO DE 2013
27-09-2013

APROVAÇÃO DE RESOLUÇÃO SOBRE A SÍRIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
28-09-2013

REELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL
29-09-2013

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, HORACIO CARTES - COMUNICADO CONJUNTO
30-09-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO, ERLAN IDRISOV - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 2 E 3 DE OUTUBRO DE 2013
01-10-2013

DETENÇÃO DE ATIVISTA BRASILEIRA DO GREENPEACE NA RÚSSIA
01-10-2013

DECLARAÇÃO CONJUNTA - VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CAZAQUISTÃO, ERLAN IDRISOV - BRASÍLIA, 2 DE OUTUBRO DE 2013
02-10-2013

APROVAÇÃO DE RESOLUÇÃO DA 24ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE DIREITO À SAÚDE
02-10-2013

DECISÕES APROVADAS PELO CONSELHO DE MINISTROS DA
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR (CAMEX)
03-10-2013

DENÚNCIA DE ESPIONAGEM POR AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA
CANADENSE
07-10-2013

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO PARAGUAI
08-10-2013

SÍRIA: CONTRIBUIÇÕES HUMANITÁRIAS DO BRASIL
08-10-2013

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE TRABALHO INFANTIL
10-10-2013

SEQUESTRO DO PRIMEIRO-MINISTRO DA LÍBIA
10-10-2013

COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA POR OCASIÃO DA VISITA
DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA, COMISSÁRIO DE
INDÚSTRIA E EMPREENDEDORISMO, ANTONIO TAJANI - BRASÍLIA,
10 DE OUTUBRO DE 2013
10-10-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERNOS DA
REPÚBLICA DA ÍNDIA, SALMAN KHURSHID
11-10-2013

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO
POLÍTICA, ECONÔMICA, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL
BRASIL-ÍNDIA - BRASÍLIA, 15 DE OUTUBRO DE 2013
15-10-2013

ATENTADOS CONTRA OPERAÇÃO HÍBRIDA DA UNIÃO AFRICANA E
DAS NAÇÕES UNIDAS EM DARFUR
15-10-2013

TERREMOTO NAS FILIPINAS
15-10-2013

XXIII CÚPULA IBERO-AMERICANA - CIDADE DO PANAMÁ, 18 E 19 DE
OUTUBRO DE 2013
17-10-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 21 DE OUTUBRO DE 2013
17-10-2013

ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS NÃO PERMANENTES AO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
18-10-2013

SITUAÇÃO EM MOÇAMBIQUE
22-10-2013

DIA DA ONU - 24 DE OUTUBRO DE 2013
25-10-2013

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA CERIMÔNIA DE
INAUGURAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA DE 500 KV
ENTRE ITAIPU E VILLA HAYES - 29 DE OUTUBRO DE 2013
29-10-2013

REUNIÃO MINISTERIAL DO MERCOSUL - CARACAS, 30 DE OUTUBRO
DE 2013
29-10-2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DE EL SALVADOR, JAIME ALFREDO MIRANDA FLAMENCO - BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2013
31-10-2013

VISITA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À CHINA, III REUNIÃO DA COSBAN E IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DO FÓRUM DE MACAU - MACAU, CANTÃO E PEQUIM, 4 A 9 DE NOVEMBRO DE 2013
01-10-2013

BRASIL E ALEMANHA APRESENTAM À ONU PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL
01-11-2013

FALECIMENTO DE SOLDADO BRASILEIRO DA MINUSTAH
01-11-2013

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE EL SALVADOR, JAIME ALFREDO MIRANDA FLAMENCO - BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2013
01-11-2013

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO (COSBAN)
06-11-2013

PRONUNCIAMENTOS DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO (COSBAN) – CANTÃO, 6 DE NOVEMBRO DE 2013
06-11-2013

ELEIÇÃO DO CANDIDATO BRASILEIRO À SECRETARIA-GERAL DO ORGANISMO PARA A PROSCRIÇÃO DE ARMAS NU-CLEARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE
07-11-2013

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA COM PAÍSES AFRICANOS - INAUGURAÇÃO
DE POLO REGIONAL DE PESQUISA AGRÍCOLA - SOTUBA, MALI, 7 DE
NOVEMBRO DE 2013
07-11-2013

VISITA DA SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO PERU - LIMA,
11 DE NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

VISITA OFICIAL DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À
CHINA - DISCURSOS PROFERIDOS - PEQUIM, 8 DE NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

VISITA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA AOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS - ABU DHABI E DUBAI, 10 A 12 DE
NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

TUFÃO NAS FILIPINAS
09-11-2013

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA SENHORA PRESIDENTA
DA REPÚBLICA AO PERU - LIMA, 11 DE NOVEMBRO DE 2013
11-11-2013

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI,
JOSÉ ALBERTO MUJICA CORDANO, À PRESIDENTA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, DILMA ROUSSEFF - BRASÍLIA, 10 DE
NOVEMBRO DE 2013
11-11-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À FEDERAÇÃO
DA RÚSSIA, 20 DE NOVEMBRO DE 2013
13-11-2013

ACIDENTE AÉREO NA RÚSSIA
19-11-2013

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO NA
19ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS
NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-19) - VARSÓVIA,
POLÔNIA, 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2013
19-11-2013

ATENTADO À EMBAIXADA DO IRÃ EM BEIRUTE, LÍBANO - 19 DE
NOVEMBRO DE 2013
19-11-2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A NOVA YORK, 25
DE NOVEMBRO DE 2013
22-11-2013

ENTENDIMENTO ENTRE P5+1 E IRÃ SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR
IRANIANO
24-11-2013

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL
DA NIGÉRIA, NAMADI SAMBO BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 26 E 27
DE NOVEMBRO DE 2013
25-11-2013

VISITA DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO
HAITI – PORTO PRÍNCIPE, 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2013
25-11-2013

VI REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA E COMERCIAL BRASIL-UCRÂNIA - ATA FINAL
26-11-2013

DECLARAÇÃO CONJUNTA DA I SESSÃO DO MECANISMO DE
DIÁLOGO ESTRATÉGICO BRASIL-NIGÉRIA
26-11-2013

RESOLUÇÃO SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL
26-11-2013

DECISÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A
SEGUNDA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A SÍRIA (GENEBRA II)
26-11-2013

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC - BALI, 3 A 6 DE DEZEMBRO DE 2013
28-11-2013

RESOLUÇÃO DA ONU SOBRE A SEGURANÇA DE JORNALISTAS
28-11-2013

ELEIÇÃO DO CANDIDATO BRASILEIRO À SECRETARIA-EXECUTIVA
DA ORGANIZAÇÃO LATINOAMERICANA DE ENERGIA
29-11-2013

ACIDENTE AÉREO NA NAMÍBIA
30-11-2013

CÍRIO DE NAZARÉ TORNA-SE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL
DA UNESCO
04-12-2013

COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL
SOBRE O FALECIMENTO DE NELSON MANDELA
06-12-2013

IX CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC
07-12-2013

SITUAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA
09-12-2013

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NAS EXÉQUIAS
DO EX-PRESIDENTE NELSON MANDELA - JOANESBURGO, 10 DE
DEZEMBRO DE 2013
09-12-2013

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA,
FRANÇOIS HOLLANDE
11-12-2013

ATOS ASSINADOS NO PALÁCIO DO PLANALTO POR OCASIÃO DA
VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA,
FRANÇOIS HOLLANDE - BRASÍLIA, 12 DE DEZEMBRO DE 2013
12-12-2013

ATOS ASSINADOS POR AUTORIDADES BRASILEIRAS NO PALÁCIO DO
ITAMARATY POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA FRANCESA, FRANÇOIS HOLLANDE - BRASÍLIA, 12 DE
DEZEMBRO DE 2013
12-12-2013

ATENTADO NO MALI
16-12-2013

RETORNO DE BRASILEIRAS ABRIGADAS NA EMBAIXADA DO BRASIL EM OSLO
17-12-2013

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA VENEZUELA AO
MERCOSUL PELO PODER LEGISLATIVO DO PARAGUAI
18-12-2013

O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL
18-12-2013

SITUAÇÃO NA TAILÂNDIA
19-12-2013

SITUAÇÃO NO SUDÃO DO SUL
2013-12-21

DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES
26-12-2013

RETORNO AO BRASIL DA ATIVISTA ANA PAULA MACIEL
27-12-2013

ATENTADOS NA RÚSSIA
30-12-2013

ARTIGOS **347**

“ERRADICAR EL TRABAJO INFANTIL”
(EL PAÍS, ESPANHA, 6/10/2013)

ENTREVISTAS **359**

SANÇÕES CONTRA O IRÃ LIMITAM COMÉRCIO DO PAÍS COM BRASIL
(ENTREVISTA CONCEDIDA AO CORRESPONDENTE DA
FOLHA DE S. PAULO EM TEERÃ, SAMY ADGHIRNI, 06/08/2013)

ÍNDICE REMISSIVO **363**

DISCURSOS

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA SESSÃO PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC 04-12-2013

O Chanceler brasileiro discursou hoje na sessão de abertura da XI Conferência Ministerial da OMC, que está sendo realizada em Bali (Indonésia).

Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, na Sessão Plenária da IX Conferência Ministerial da OMC - Bali, 4 de dezembro de 2013

(Versão em Português será disponibilizada oportunamente)

Mr. Chairman,

Let me start by thanking Indonesia for its hospitality and for the excellent arrangements for this Ministerial Conference.

We also thank the Director-General, Ambassador Roberto Azevêdo, for his efforts to bring us together in paving the way for a successful conclusion of our negotiations in Bali.

Brazil is pleased that this Ministerial Conference will welcome Yemen as its 160th Member. We hope that the pending accession processes will move swiftly, thereby taking us closer to the objective of universal membership.

Mr. Chairman,

We have seen, in the past few months,

a welcome reinvigoration of the WTO's negotiating pillar. Members have endeavored to find common ground in spite of their different interests and priorities. We still have some sensitive issues to cover, but a positive outcome is not out of reach. Brazil is confident that we will be able to arrive at a satisfactory agreement this week.

We have worked constructively to shape the agreement on trade facilitation. This common endeavor coincides with efforts underway in Brazil to reduce costs and streamline customs procedures. These objectives are shared by all Members. This agreement will entail, however, implementation costs that may be burdensome, especially for LDCs. Therefore, the implementation of this agreement will require political commitment to fulfill its obligations as well as to provide developing countries and LDCs with the technical assistance and capacity building required.

We are also pleased that Members fully recognize that reaching agreement on some agricultural proposals, including a declaration on export subsidies and an understanding on TRQ administration, is a necessary part of any early harvest to be agreed upon. Food security is also an important element of our discussions.

Actually, we had hoped for more than what has proved possible at this time, since agriculture remains the area where we find the most glaring distortions in international trade, and where liberalization can be the most beneficial for developing countries.

Nevertheless, we believe that the agreements to be approved by this Ministerial Conference stand as a firm recognition of the need to advance further in agricultural reform, within the framework of the WTO. As we look ahead, we must always emphasize the central importance of Agriculture and issues of interest to the LDCs.

We think it is essential to reach agreement on a Bali package that is conducive to the resumption of a broader agenda of negotiations.

We have devoted considerable effort to advance in the Doha Development Agenda. After Bali we cannot fail to address the core issues related to the elimination of export subsidies and reduction of domestic support in agriculture, as well as to market access in agriculture, NAMA and services.

Our constituencies cannot afford that the WTO continue to nibble at the edges of this central agenda. Taking on this agenda and trying to find solutions that have eluded us for so long will not be easy, but it must be done.

Much as we value what has already been achieved in the preparations for this conference, we must also be realistic and learn the lessons from this experience.

First of all, I think that the early harvest model has already run its course and should not be repeated. We should now revert to a more ambitious goal: leave the piecemeal approach behind and restore the integrity of our negotiating agenda. In other words, we must go for a full harvest. The WTO can do it.

We are certainly prepared to make adjustments to our agenda and look at new issues of interest. Any move, however, must

be done with a clear sense of priorities. And the first priority remains the removal of the most distorting trade measures, particularly in agriculture, that hamper full integration of developing countries in world trade. As some Members point to the so-called 21st century issues, we must always remind ourselves that the unfinished business of the WTO is also a 21st century issue.

Mr. Chairman,

In the next three days, the world's attention will be drawn to this Conference. Let us take this opportunity to adopt a balanced Bali package and to mandate a post-Bali work programme to advance the implementation of the Doha Development Agenda.

Thank you.

**DISCURSO DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À
ONU, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM SESSÃO DA III
COMISSÃO DA 68ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, SOBRE A RESOLUÇÃO
“DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL”
26-11-2013**

Versão em português será divulgada oportunamente

Mr. Chairman,

On 7 November, Brazil and Germany introduced the text on which action will be taken in a few minutes. Since that day the list of co-sponsors has consistently grown, from the initial 10 co-sponsors to the current close to 50 Members. Co-sponsors to document L.45/Rev.1 represent a wide spectrum of the UN Membership, including countries of all regions of the world and levels of development. The breadth of support clearly signals the importance of the issue.

With this resolution, we inaugurate, at the UN, a much needed debate on upholding the right to privacy in the digital age and examining human rights violations that may result from domestic and extraterritorial surveillance and interception of communications and collection of data.

Throughout the informal consultations we promoted a participatory and inclusive process and endeavored to incorporate improvements while preserving the essential elements of the original draft.

The thrust of the resolution goes to the core of Brazil's concern as stated by President

Dilma Rousseff at the opening of the 68th UNGA, that is: to consider possible human rights violations - arising from domestic and extraterritorial surveillance on a mass scale - in particular of the right to privacy, which is a critical dimension of the right to freedom of opinion and expression and a fundamental tenet of democracy.

Mr. Chairman,

Through this resolution, the General Assembly establishes, for the first time, that human rights should prevail irrespective of the medium, and therefore need to be protected both offline and online.

It also reiterates that human rights are universal, and this has two implications. The first is that each and every individual is entitled to their promotion and protection. The second is that States should refrain from and be held accountable for any act that may violate these rights, including the right to privacy.

We believe, therefore, that the legitimate concerns with security - that States may have - can and should be addressed in a manner consistent with Members' obligations under international human rights law.

We expect that resolution L.45/Rev.1 will launch a debate that is central to our times

on surveillance and respect for human rights in cyberspace. In so doing, the UN will demonstrate it can keep pace with the rapid evolution of information and communication technology, and, at the same time, safeguard the protection of human rights and the legitimate concerns of Governments, organized civil society and individuals.

In closing, Brazil would like to thank again the firm and continued support of the co-sponsors and Members who have assisted us in this process of introducing into the UN agenda a theme of utmost importance to our peoples and Governments. As Amnesty International has stated in a letter addressed to all UN Members on 11/20, by supporting this draft resolution, we will be upholding “the right of all individuals to use information and communication technologies such as the Internet without fear of unwarranted interference”.

As Brazil affirmed earlier this month, we should all agree that the human right to privacy is pivotal to any democratic society. Full participation in democracy implies full protection of individual liberties, including the right to privacy in the digital age.

**DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EM SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO-GERAL DA OMC -
GENEBRA, 9 DE SETEMBRO DE 2013**

“Permita-me em primeiro lugar manifestar a minha grande satisfação em estar aqui hoje, nesta reunião especial do Conselho Geral. É, de fato, com um sentimento de orgulho que quero dar calorosas boas-vindas ao Embaixador Azevêdo, o nosso novo Diretor-Geral.

Para o Brasil, a decisão de lançar a candidatura do Embaixador Azevêdo foi uma expressão natural do nosso profundo e inabalável compromisso com o multilateralismo e, em especial, com esta Organização.

As qualidades do Embaixador Azevêdo como um confiável, criativo, imparcial e habilidoso negociador são conhecidas por todos. Todos os Membros reconheceram isso quando decidiram confiar-lhe a responsabilidade da liderança da OMC neste momento crucial. Tenho plena confiança de que ele provará estar à altura do desafio. Desejo-lhe boa sorte e garanto o total apoio do Brasil.

Senhor Presidente,

A Rodada Doha está em um impasse desde julho de 2008. No entanto, muito trabalho foi feito nos últimos cinco anos, e isso não foi em vão.

Como é frequentemente afirmado, a OMC é maior do que a Rodada Doha. Ela já provou o seu valor na prevenção do protecionismo desenfreado durante a mais grave crise

econômica e financeira desde a criação do sistema multilateral de comércio. Além do seu trabalho regular e atividades de divulgação, ela também obteve resultados notáveis no acolhimento de novos membros e resolução de litígios comerciais, além do dia-a-dia de trabalho no nível dos comitês.

O Governo brasileiro está convencido de que a OMC é o fórum mais adequado para discutir e abordar assuntos de comércio no âmbito global.

No entanto, a vitalidade do sistema no longo prazo depende da nossa capacidade de apresentar resultados negociados e, atualmente, lidar satisfatoriamente com as questões pendentes da Rodada de Doha. Um avanço nas negociações do pacote da Conferência de Bali deve ser buscado como a mais urgente tarefa que temos diante de nós.

No momento em que o novo Diretor-Geral inicia o seu mandato, não podemos esquecer que o desafio de fortalecer o sistema multilateral de comércio, e a tarefa de fazer com que a OMC funcione como é preciso, exigem o sério compromisso de cada um dos Membros desta Organização com seus princípios e objetivos. E esse compromisso deve ser traduzido em gestos concretos na mesa de negociação. Se quisermos

agir com sucesso na entrega do pacote de Bali, as delegações terão de engajar-se com franqueza, criatividade e flexibilidade.

O caminho até Bali não será fácil. Mas o roteiro previsto hoje pelo Diretor-Geral é inteiramente apoiado pelo Brasil: intensas negociações nas próximas semanas e meses, sustentadas pela vontade política. Isto deve permitir que tenhamos uma visão clara, em meados de outubro, do que pode ser alcançado em Bali. Eu, portanto, aproveito esta oportunidade para encorajar todos os membros, independentemente do seu nível de desenvolvimento, para que estejamos à altura de nossas responsabilidades comuns como Membros desta Organização.

Senhor Presidente,

Enquanto seguimos nosso caminho rumo à Conferência Ministerial, não devemos esquecer que Doha está voltada para o desenvolvimento.

Desenvolvimento, por sua vez, é indissociável do progresso em abordar as questões agrícolas, um tema de extrema importância para a maioria dos Membros, especialmente para os países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento relativo. Isto, combinado com resultados significativos na facilitação do comércio e no pilar das questões relacionadas ao desenvolvimento, é o que é necessário para conseguir um pacote de Bali robusto e equilibrado.

Temos muito trabalho pela frente. Hoje, no entanto, estamos aqui para comemorar. Por isso, desejo reiterar a Roberto Azevêdo as minhas felicitações e desejar-lhe o melhor. Como brasileiro e como seu colega de carreira diplomática, estou confiante de que ninguém poderia ser mais bem qualificado do que ele para enfrentar as tarefas que temos diante de nós.

O início de seu mandato aqui, Roberto, é uma perda para o Brasil, pois, por um período de tempo, não vamos poder contar com seu serviço como diplomata brasileiro. Mas nós

aceitamos essa perda, pois ela irá representar um benefício para a OMC e para o sistema multilateral de comércio.

Para concluir, é para mim uma grande honra ler a mensagem dirigida ao nosso novo Diretor-Geral pela Presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

“Gostaria de felicitar calorosamente o Embaixador Roberto Azevêdo pela sua nomeação para o cargo de Diretor-geral da OMC.

Estou plenamente confiante de que você possui todas as qualidades necessárias para ajudar os Membros a revitalizar a Organização, no sentido de uma ordem mundial mais justa e mais próspera, neste momento crítico para a economia mundial.

O quadro regulatório e o Mecanismo de Solução de Litígios da OMC representam bens institucionais de enorme relevância para a ordem internacional. A manutenção de um sistema de comércio multilateral operacional e eficaz é do interesse de todos os Membros.

A OMC deve fornecer um forte e renovado impulso ao comércio mundial nos próximos anos, a fim de permitir que a economia mundial ingresse em um novo período de crescimento econômico com justiça social.

O primeiro passo neste caminho será a Conferência Ministerial em Bali. O seu sucesso é fundamental para o relançamento das negociações de Doha e para o fortalecimento da Organização.

Desejo-lhe todo o sucesso nesta nova missão. O desafio de voltar a colocar as negociações no caminho certo e revitalizar a OMC é grandioso. Você pode contar com o compromisso do Brasil com a OMC e com o multilateralismo como um instrumento essencial para promover a prosperidade e o desenvolvimento de todas as nações.

Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.”

**DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013**

Sinto-me profundamente honrado pela nomeação como Ministro de Estado das Relações Exteriores.

É com entusiasmo, e com toda minha disposição de bem servir, que assumo o desafio que me deu a Senhora Presidenta da República. À Sua Excelência desejo manifestar o mais vivo agradecimento pela confiança em mim depositada.

É com entusiasmo, sim, e é com a consciência de que o trabalho realizado nesses mais de dois anos e meio pelo Ministro Antonio Patriota, com base nas diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff, fortaleceu a inserção do Brasil em um sistema internacional que vem sofrendo mudanças aceleradas.

Queria registrar o meu reconhecimento e, muito mais do que isso, o reconhecimento da Casa de Rio Branco ao Embaixador Antonio Patriota. Você, Antonio, reúne de forma superlativa as qualidades de um grande diplomata. Sua inteligência, sua lucidez, sua sensibilidade política e, não menos, sua dedicação incansável ao trabalho serão sempre, para mim, um exemplo e uma grande inspiração.

Alguns sabem, outros não, que tive o

privilégio de começar minha carreira com Antonio Patriota. Contemporâneos de Instituto Rio-Branco (ele uma turma acima da minha), fomos lotados inicialmente na mesma divisão, a DNU.

Compartilhávamos a mesma sala e nossas mesas ficavam uma na frente da outra. Esse contato diário formou uma amizade de vida inteira, que só se fortaleceu nos últimos anos. Devo ao Antonio oportunidades importantes da minha carreira, inclusive o convite para chefiar o DME e, posteriormente, para ser Subsecretário. Sou e serei sempre grato a ele.

A política externa determinada pela Senhora Presidenta da República nos últimos anos corresponde a um Brasil mais forte e mais presente no cenário internacional. Corresponde a um Brasil cuja voz se faz ouvir com respeito e credibilidade. Um Brasil que deu passos de gigante no encaminhamento de problemas internos, e que está firmemente orientado na direção de um processo de desenvolvimento no qual a justiça social, a redução das desigualdades e a erradicação da miséria não são acessórios opcionais, mas a própria razão de ser do crescimento econômico.

O fortalecimento da presença do Brasil no

exterior se vem realizando por meio de uma ação diplomática que tem sabido conjugar a ênfase prioritária na integração regional e nas relações com cada um dos países vizinhos com uma projeção de caráter global e verdadeiramente universal, como é a vocação de nossa política externa.

Ao mesmo tempo, ganhou força nossa voz na defesa de nossos valores e interesses no plano multilateral e nos grandes debates da agenda internacional, do desenvolvimento sustentável aos direitos humanos e temas sociais, das questões da paz e da segurança ao sistema multilateral de comércio. No contexto de uma crise econômica internacional que já se prolonga em demasia, o Brasil é hoje um ator incontornável.

O sentido dessa atividade externa intensa é o de sinalizar a nova importância assumida pelo Brasil no mundo. A maior presença do Brasil no plano global tem-se refletido, da mesma forma, no êxito em candidaturas para postos de alto nível em organismos internacionais de primeira linha. Foi assim na Direção-Geral da FAO, em 2011, e foi assim na Direção-Geral da OMC, este ano, para citar apenas os dois casos mais importantes. Essas significativas vitórias ficarão como marcas da diplomacia brasileira na gestão Antonio Patriota.

Mas persistem desafios importantes à nossa frente.

Precisamos continuar e aprofundar o trabalho, que já vem sendo realizado, de buscar eficiência e eficácia cada vez maiores na promoção comercial, aspecto indispensável para um país com o Brasil, que dispõe, como poucos, de uma base industrial e agrícola altamente diversificada.

Será fundamental trabalhar para aproveitar ao máximo o potencial de projeção internacional que se abre para o Brasil com os grandes eventos ainda por realizar, em particular a Copa do Mundo no ano que vem

e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Ao mesmo tempo, a diplomacia cultural tem que ser parte integrante de nossa presença, como reflexo maior da alma do povo brasileiro.

No plano multilateral, o rumo está definido e é necessário seguir adiante com coragem e com determinação, com o estilo construtivo que nos é próprio, na busca de soluções que correspondam aos nossos interesses e aos interesses de todo o mundo.

Não surpreenderá a ninguém que eu cite como exemplo o que fizemos na Rio+20. Demos, ali, passos essenciais. O desenvolvimento sustentável está, hoje, no centro da agenda internacional, e no centro do desenvolvimento sustentável está a erradicação da pobreza. Estamos, agora, engajados na construção de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 – grande tema das Nações Unidas para os próximos anos –, na qual temos a perspectiva real de colocarmos como objetivo, em um horizonte de tempo alcançável, a erradicação da pobreza em escala global.

Nesse sentido, o Brasil é hoje um exemplo de políticas sociais bem-sucedidas, que têm sido buscadas por nossos parceiros como inspiração para um modelo de desenvolvimento sustentável aplicável a todos.

Por outro lado, os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da segurança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias. Neste, assim como em outros casos, estaremos atentos para a contribuição que o Brasil pode e deve dar, especialmente num contexto de uma já inadiável transformação da governança internacional, que inclui a reforma do Conselho de Segurança.

Na assistência a brasileiros no exterior, temos de continuar modernizando e reforçando a atuação da rede consular, aspecto

que é essencial no trabalho do Ministério, porque é um serviço diretamente prestado ao cidadão e porque esse serviço se torna tanto mais relevante quanto maior se faz a presença de brasileiros em outros países, seja como turistas, seja como residentes.

Senhoras e senhores,

Meus queridos colegas,

Sinto um imenso orgulho da instituição a que pertencço.

Tenho este orgulho porque conheço a Casa. Comecei, como já disse, numa Divisão. Mais tarde, pude chefiar duas divisões (DMAE e DPAD), fui Ministro-Conselheiro no exterior, Diretor de Departamento (DME), Subsecretário e agora Ministro. Por isso valorizo o trabalho das unidades básicas da casa, a começar pelas Divisões. Temos de fortalecer essa estrutura para poder cumprir nosso papel de forma cada vez melhor.

O Itamaraty é um patrimônio do Brasil, é um instrumento indispensável para a promoção de nossos interesses.

É responsabilidade de cada um de nós aqui trabalhar pelo fortalecimento desse legado institucional e pelo aprimoramento dos métodos de trabalho.

É importante fazê-lo com os olhos abertos para o futuro, com a visão desimpedida das enormes oportunidades que se abrem com a inovação dos procedimentos, com a renovação de nosso profissionalismo, com o trabalho para assegurar o bom funcionamento de um Itamaraty que é hoje, muito maior e muito mais complexo do que era há vinte ou trinta anos.

Quero uma Casa que se abra à Esplanada, aos demais Ministérios, assim como uma Casa mais próxima à sociedade civil. Encaro a rede de postos no exterior não apenas como escritórios do Itamaraty, mas como escritórios da totalidade do Governo brasileiro. Temos 227 repartições no exterior, que existem para servir ao Brasil e aos brasileiros.

Quero dizer que vou dedicar-me à Casa e às suas necessidades. Todos os membros do Serviço Exterior e os demais funcionários terão em mim um defensor incansável de melhores condições de trabalho.

O Itamaraty que eu entendo não é apenas aquele que responde bem aos desafios. É o que tem ideias, propostas e pensamento estratégico. Mas também é aquele que atua decisivamente no cumprimento das instruções recebidas e no estrito respeito à lei. Não estaremos no bom caminho se permitirmos que se percam aspectos essenciais de nossa cultura institucional, como o princípio da hierarquia, já mencionado pelo Embaixador Patriota.

Todos sabemos que a hierarquia não exclui o debate de ideias, nem a consideração de uma pluralidade de perspectivas. Queremos um Itamaraty arejado, rico em discussões e estudos, aberto a novos conceitos. Mas o debate de ideias tampouco exclui a obediência e o respeito à institucionalidade. Estes são imperativos do serviço público.

Meus amigos, não posso deixar de ressaltar que, nesta casa, de que tanto nos orgulhamos, tampouco há lugar para discriminação de qualquer espécie e assédio contra quem quer que seja. Comportamentos desse tipo não serão tolerados na minha gestão.

Por fim, aos colegas do Itamaraty, não peço mais do que aquilo que estão acostumados a dar: o mesmo empenho, a mesma dedicação que faz a tradição da essência de nossa instituição.

É o que eu também me comprometo a fazer.

Com a força desse empenho, não tenho dúvida de que estaremos todos nós à altura dos grandes desafios que se nos apresentam.

Muito obrigado.

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013

Com muita honra, aceitei o convite da Excelentíssima Senhora Presidenta da República para assumir o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A tarefa é desafiadora. Trata-se de suceder a um dos maiores talentos da diplomacia brasileira, meu amigo, Antonio Patriota. Nele me inspiro para enfrentar as variadas e complexas questões internacionais que cabem a um país do porte do Brasil.

Muito me orgulha também ser chamado a dirigir uma instituição que é uma referência no Estado brasileiro. O Itamaraty talvez seja até mais conhecido por suas tradições, no entanto, é o seu dinamismo, sua qualidade e sua capacidade de abrir-se para os desafios dos Brasil contemporâneo que pretendo reforçar.

Assumo tamanha responsabilidade com espírito de colaborar para a consecução das diretrizes do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que tem privilegiado o crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental como objetivos primordiais. Crescer, incluir e proteger.

Esses objetivos tem dado identidade e peso internacional ao Brasil. Tem reforçado a nossa credibilidade externa. Sou testemunha pela minha experiência na área de desenvolvimento

sustentável, mais especificamente na Conferência Rio+20, que o Brasil é ator fundamental e líder na cena internacional. Em minha passagem pela missão junto à ONU, pude perceber o respeito e a consideração com que as posições brasileiras são recebidas pela comunidade internacional. A relevância do Brasil, Presidenta, está aqui para ficar.

Comprometo-me, seguindo as diretrizes de Presidenta Dilma Rousseff, tornar o Ministério das Relações Exteriores cada vez mais útil ao Governo e mais próximo ao Parlamento e à sociedade civil. A oportunidade de trabalhar pelo Brasil é, sempre, e será sempre, um privilégio.

Não posso deixar hoje de me referir aqui ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como aquele que me elevou ao cargo de Embaixador e em cuja gestão tive a oportunidade de assessorar a então Ministra Dilma Rousseff nas negociações sobre mudança do clima.

Não creio que eu cometo uma inconfidência, Presidenta, ao referir-me ao fato de que, ao longo dos últimos anos, a Senhora sempre esteve particularmente engajada em orientar de perto as delegações às conferências do clima, mesmo quando tinha de ser consultada em horários inadequados. Nunca faltou a

orientação precisa e oportuna.

Este exemplo de dedicação é o que eu levo para a minha gestão no Itamaraty. É com sentido de missão e com a vontade de fazer o melhor possível que prometo empenho, trabalho e dedicação, para contribuir para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013

Não há honra maior para um diplomata de carreira do que servir como Chanceler da República. Serei eternamente grato a Vossa Excelência pela oportunidade que me foi oferecida de trabalhar pelo Brasil em um momento em que nosso extraordinário País desponta como um dos principais atores do século XXI.

De Vossa Excelência, tive a satisfação de sempre receber orientações precisas e equilibradas, que ao longo de minha gestão à frente do Itamaraty inspiraram nossa diplomacia a aprimorar-se e a elevar a qualidade de sua atuação na formulação e implementação da política externa brasileira.

Agradeço igualmente a Vossa Excelência pela nova oportunidade que me oferece ao indicar-me para chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas. Trata-se de área que me remete à origem de minha carreira diplomática, quando comecei como jovem terceiro-secretário na Divisão das Nações Unidas.

Para substituir-me nas funções de Ministro das Relações Exteriores, não poderia haver melhor escolha do que o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, amigo e colega desde que dividimos a mesma sala em 1981.

O Embaixador Figueiredo exibe um dos currículos de realizações mais expressivos entre os diplomatas de nossa geração, particularmente em área em que o Brasil exerce liderança inquestionável no plano internacional, nos temas ambientais, climáticos e de desenvolvimento sustentável.

Talvez mais simples seja dizer que Luiz Alberto Figueiredo é o diplomata que produziu “O Futuro que Queremos” na Conferência Rio+20.

Nesta oportunidade, não posso deixar de manifestar meu mais profundo agradecimento à cooperação que recebi em minha gestão por parte dos demais Ministros de Estado.

O Itamaraty, pela natureza de suas atividades, exerce suas funções em estreita coordenação com os demais Ministérios e órgãos de Governo, sempre com o objetivo compartilhado de buscar a eficiência governamental na defesa dos interesses nacionais.

Senhora Presidenta,

Vossa Excelência está construindo um País capaz de erradicar a pobreza extrema, de distribuir a riqueza de forma inclusiva, de crescer de forma sustentada e desenvolver-se na sustentabilidade, em um ambiente de

democracia, pluralidade e respeito aos direitos humanos, com atenção à voz das ruas.

O Brasil é um País que reflete em sua política externa os mesmos valores e as mesmas prioridades que o mobilizam no plano doméstico.

A política externa do Governo de Vossa Excelência foi construída sobre as bases sólidas herdadas do período 2003-2010. A plataforma de inserção do Brasil, forjada na última década, consolidou-se e atualizou-se em seu Governo.

O aprofundamento da integração regional se tem feito acompanhar da ampliação e da dinamização das relações com um número cada vez maior de parceiros em matéria de comércio, investimentos, ciência, tecnologia e inovação. A contribuição ativa aos grandes debates políticos e conceituais tem sido acompanhada pelo alcance verdadeiramente universal da diplomacia brasileira.

De janeiro de 2011 a julho de 2013, Vossa Excelência realizou 37 viagens ao exterior. No mesmo período, o Brasil recebeu 48 visitas de Chefes de Estado e de Governo estrangeiros. Como Ministro das Relações Exteriores, até julho de 2013, participei de mais de 180 atividades no exterior, entre visitas bilaterais, eventos multilaterais e acompanhamento de Vossa Excelência. Durante os dois últimos anos e meio, o Brasil foi visitado por Chanceleres estrangeiros em 91 ocasiões.

São números contundentes que expressam o novo padrão da inserção internacional do Brasil. E reflexo desse padrão é também o fato de termos conquistado importantes posições internacionais em entidades como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Nesse contexto, permito-me expressar minha especial satisfação com o fato de que, durante minha gestão, o Brasil venceu todas

as eleições para postos internacionais que disputou.

Senhora Presidenta,

O aperfeiçoamento da ação da democracia brasileira envolve uma abertura crescente do Governo à contribuição da sociedade civil. Nesse espírito, o Itamaraty vem adotando iniciativas específicas que apontam na direção de uma diplomacia mais aberta à interação com a sociedade. O Ministério das Relações Exteriores quer sistematizar essa interação de maneira permanente e institucional.

Durante minha gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, compareci regularmente a audiências públicas nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e do Senado Federal. Essas ocasiões me permitiram apresentar fatos e compartilhar análises sobre as esferas de atuação do Itamaraty.

Em meus contatos com o Parlamento e a sociedade civil, pautei-me sempre pelo compromisso com a transparência. Nenhum assunto foi evitado, por mais sensível que fosse, inclusive aqueles relativos à situação do Senador boliviano Roger Pinto Molina.

O Governo brasileiro ofereceu proteção ao Senador Roger Pinto em estrito cumprimento a suas obrigações estabelecidas na Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático. Durante o período em que o Senador esteve asilado na Embaixada do Brasil em La Paz, o Governo brasileiro agiu sempre no respeito à soberania boliviana, sem deixar de buscar – por intermédio de mecanismo específico que se reuniu diversas vezes ao longo dos últimos 5 meses – solução negociada e juridicamente sólida que garantisse o trânsito seguro do Senador para o território brasileiro.

A atuação independente de servidor em La Paz, em assunto de grande sensibilidade e sem instruções, representa conduta que não pode voltar a ocorrer. Por força de nosso

trabalho, a diplomacia brasileira conquistou respeitabilidade e credibilidade. Estou certo de que continuará assim.

Aos servidores do Itamaraty, no Brasil e no exterior, que pautam sua atuação por elevado grau de responsabilidade e ética profissional, desejo dirigir, por intermédio do Senhor Secretário-Geral, o Embaixador Eduardo dos Santos, os meus mais profundos agradecimentos. A eles presto minhas homenagens neste momento.

Quero fazer, por fim, uma referência aos jovens brasileiros que veem na diplomacia uma opção profissional de valor. E, ontem mesmo, eu recebi um e-mail que muito me comoveu de um estudante de 15 anos que dizia que seu maior sonho é servir o Brasil no exterior. A todos vocês, quero transmitir meu entusiasmo para que se associem ao nosso trabalho, unidos pela confiança que nutrimos na grandeza desta Pátria e na capacidade renovada do Brasil de viver a paz e a prosperidade e privilegiar o diálogo entre as nações.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013**

Há poucas horas, vim do Palácio do Planalto, onde participei da cerimônia de posse do agora Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Tive a oportunidade de agradecer à Senhora Presidenta da República a extraordinária oportunidade que me concedeu de chefiar o Itamaraty nesses últimos dois anos e meio. Foi a experiência mais gratificante de minha vida profissional e a vivi de forma muito intensa e plena.

Agradeço, também, a nova oportunidade que me proporciona de exercer a função de Representante Permanente junto às Nações Unidas, área que me inspira desde os primeiros momentos de minha carreira, quando trabalhei como Secretário na DNU. Será para mim, sem dúvida, um novo desafio profissional também altamente gratificante.

Agradeço, em particular, ao Secretário Geral, Embaixador Eduardo dos Santos, diplomata que alia inteligência, competência, discernimento e bom-humor. Fica aqui também meu agradecimento ao Embaixador Ruy Nogueira, que o precedeu na Secretaria Geral.

Minhas palavras de gratidão, também,

a cada um dos Subsecretários-Gerais, que atuam hoje como verdadeiros Vice-Ministros, atendendo a uma multiplicidade de demandas em suas respectivas áreas.

Um agradecimento muito especial à Ministra Fátima Ishitani, minha Chefe do Gabinete, colaboradora incansável e cuja lealdade e lucidez foram para mim contribuição de enorme valor. Meus agradecimentos igualmente a cada um dos demais integrantes de minha equipe do Gabinete, e ao Assessor de Imprensa, Embaixador Tovar [da Silva Nunes], ao Secretário de Planejamento Diplomático, Embaixador [José Humberto de] Brito [Cruz], e ao Assessor de Assuntos Federativos e Parlamentares, Embaixador Pedro [Henrique Lopes] Bório.

Não quero deixar de agradecer aos demais diplomatas – e dirijo uma palavra especial aos mais jovens, que há pouco ingressaram na carreira. Não os conheço todos pelo nome, mas tenho plena confiança no potencial de vocês de contribuir para nossa capacidade de resposta ao desafio de uma política externa com presença universal e atuação crescentemente diversificada.

Agradeço aos demais funcionários – da Secretaria de Estado e dos Postos –, Oficiais

de Chancelaria, Assistentes de Chancelaria, Motoristas, Contínuos e demais categorias profissionais de quem recebi invariavelmente apoio e dedicação.

Em uma nota pessoal, queria agradecer a três pessoas criativas, originais, inteligentes e de quem sempre recebi carinho, apoio e muitas críticas também, que se chamam Tania, Miguel e Thomas – minha mulher e meus dois filhos.

Caros colegas,

Para mim, é fácil transmitir o cargo ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Começamos juntos na DNU, em 1981, e seguimos nossas trajetórias como amigos e colegas, com vínculos inabaláveis de confiança recíproca. As qualidades do Embaixador Figueiredo demonstraram-se, uma vez mais, no desafio gigantesco que foi a organização e a realização da Rio+20, em que ele se destacou como articulador do consenso, alcançado antes do prazo, em torno do documento final conhecido como “O Futuro que Queremos”. A Ministra Izabella Teixeira, aqui presente, também teve uma participação fundamental.

Não creio ser esta a ocasião para um balanço exaustivo de realizações e para uma análise dos desafios de nossa política externa. O que acontece hoje é uma substituição entre profissionais de uma mesma carreira dentro de um Governo em que a política externa continua a desenvolver-se sob a orientação da Presidenta Dilma Rousseff. Não quero deixar, contudo, de assinalar alguns pontos que têm caracterizado a atuação externa brasileira: o aprofundamento da integração regional; a ocupação crescente de espaços na cena internacional; a contribuição continuada aos grandes debates políticos e conceituais da atualidade; a defesa de interesses específicos por meio da dinamização de relações com número cada vez maior de parceiros em

matéria de comércio, de investimentos, de inovação, de ciência e tecnologia.

Há poucos meses, na celebração do Dia do Diplomata, pude ilustrar os desdobramentos da execução desses elementos de nossa política externa, dando exemplos como a consolidação da América do Sul como espaço de paz, cooperação, democracia e crescimento com justiça social; a eleição para importantes cargos internacionais de personalidades brasileiras; a participação brasileira em todos os debates internacionais de sentido estratégico; a maior capacidade de apoio aos brasileiros no exterior, bem como ao setor privado e a outros atores da sociedade brasileira.

Creio, também, ser importante destacar que, na última década, o Brasil soube se antecipar a tendências internacionais que hoje se consolidam no sentido da maior difusão do poder e da crescente participação e influência do mundo em desenvolvimento nos processos decisórios, ao mesmo tempo em que os chamados “poderes estabelecidos” continuam a desempenhar papel relevante na cena global. Assim o demonstram o aumento em nossa rede de Postos no exterior, a ampliação da teia de nossas relações diplomáticas, abrangendo novos mecanismos de aproximação e diálogo com os países em desenvolvimento, como IBAS, ASPA, ASA, e BRICS. Tudo isso numa dinâmica que não descuro das relações com os países desenvolvidos, que continuaram a merecer uma atenção voltada à construção de relações maduras, fundadas no respeito mútuo e com ênfase na inovação e na competitividade.

Queria, também, voltar a enfatizar hoje a importância que atribuo à crescente incorporação da sociedade brasileira aos debates sobre a política externa. Daí o processo que iniciei com vistas a estruturar melhor o diálogo do Itamaraty com a sociedade civil, tornando-o mais sistemático e abrangente,

por meio da criação de um Foro de caráter consultivo.

Estou convencido de que a maior mobilização de parcelas da cidadania para lidar com temas da agenda internacional permitirá avanços mais significativos nos temas que mais afetam a vida dos cidadãos. Para um país como o Brasil, aberto e plural, a diplomacia do diálogo converte-se em fonte de poder adicional, na medida em que assegura à política externa autoridade e legitimidade democrática.

Em minha atuação à frente do Ministério, procurei, sempre que possível, dirigir-me a plateias compostas por jovens. Procuo transmitir-lhes a ideia de um Brasil que reúne todas as condições para atuar no plano internacional, sem intimidar-se diante de questões complexas, sem tampouco cair na ilusão de que por sermos um país grande não precisaríamos conhecer e atender para as particularidades e as condições específicas de países menores em nossa ou em outras regiões.

Como disse em um evento recente no Rio de Janeiro, deve inspirar-nos o exemplo de Sérgio Vieira de Mello, incansável em sua disposição de tratar de problemas que pareciam intratáveis e em seu interesse pelo conhecimento de outras culturas, outras situações nacionais.

Quero dizer algumas breves palavras sobre as responsabilidades que me reservam as novas funções.

Recentemente, em palestra no Centro de Direito Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, salientei a importância de que, em um contexto no qual se verifica um descongelamento (ao menos parcial) do poder mundial, o Brasil atue de forma inequívoca em favor da construção de uma multipolaridade baseada na cooperação. A transição para a multipolaridade abre novas e interessantes oportunidades, mas

seu aproveitamento exige a valorização, por um lado, do multilateralismo e, por outro, do direito internacional.

A promoção de uma multipolaridade que tenha como nota predominante a cooperação, e não a confrontação, envolve ao menos três aspectos.

Primeiramente, a preservação das conquistas do último século, em particular os avanços no direito internacional, com a consagração de princípios de paz, diálogo e cooperação, como os da Carta da ONU.

Em segundo lugar, a denúncia das contradições e lacunas do atual sistema multilateral, bem como a crítica aos unilateralismos e excepcionalismos.

E, por fim, a necessidade de não nos limitarmos à crítica, mas também de indicarmos caminhos de forma criativa e propositiva.

É assim nos temas da paz e da segurança, nas questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, nos direitos humanos, na governança das telecomunicações. É assim também naquilo que é talvez o tema dos temas: a governança global e a necessidade de sua reforma.

Inspira-me o sentimento de que o Brasil no século XXI pode ser um vetor de paz, prosperidade, justiça, direitos humanos, de eliminação da discriminação, seja ela de raça, de gênero, de orientação sexual ou de qualquer espécie. Para a realização dessa vocação do Brasil, não há plataforma melhor que a das Nações Unidas.

Não desejaria concluir sem uma menção a aspectos internos do funcionamento do Itamaraty.

Parece-me especialmente importante o aperfeiçoamento constante das práticas administrativas, no sentido da maior eficiência e transparência e com vistas, onde necessário, a aprimorar nossa cultura institucional.

Já não há espaço no Itamaraty de hoje para práticas e comportamentos que não reflitam uma ética de respeito recíproco e uma atitude a um só tempo profissional e humana. Sei que o Embaixador Figueiredo compartilha essa preocupação e que dará continuidade aos esforços já empreendidos nessa direção.

Ao mesmo tempo, é imprescindível o respeito à hierarquia e às cadeias de comando. Sem isso, correríamos o risco de desencadear processos de consequências imprevisíveis e capazes de acarretar prejuízos a nossa coesão, nossa credibilidade, nossa capacidade de ação e habilidade para exercer influência e solucionar questões, até mesmo aquelas com componente humanitário e de proteção dos direitos humanos.

Quero dizer-lhes que quando deixar Brasília, o farei orgulhoso deste Ministério e da qualidade pessoal e profissional de seus funcionários.

Não me esquecerei do dia em que, destoando da inspiração predominantemente pacífica e legítima das manifestações de rua de junho último, o Palácio do Itamaraty foi objeto de tentativas de invasão e teve vidraças quebradas. Ao ver que isso estava ocorrendo, acudi ao Ministério com a sensação de que estavam invadindo minha própria casa.

No dia seguinte, as imagens do “abraço simbólico” ao Palácio foram um desagravo. Ficarão para sempre em minha memória como símbolo de nossa unidade como instituição, de nossa unidade em torno da competência e do profissionalismo e do propósito de trabalharmos pela construção de uma sociedade cada vez mais plural, humana e democrática.

Hoje, retribuo tudo aquilo que recebi de vocês com meu abraço pessoal, que é o abraço de um único indivíduo, que não conseguirá se projetar no espaço, como o abraço ao Itamaraty – mas que traz uma marca

duradoura e se projetará no tempo – de uma gratidão sincera, de meu reconhecimento da grandeza desta instituição, grandeza cujo fundamento é a qualidade moral e profissional de seus funcionários.

Muito obrigado a todos vocês.

**DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,
DURANTE REUNIÃO DE CÚPULA DOS ESTADOS PARTE E ESTADOS
ASSOCIADOS DO MERCOSUL E CONVIDADOS ESPECIAIS
MONTEVIDÉU, 12 DE JULHO DE 2013**

Agradeço ao querido amigo Pepe Mujica a calorosa acolhida em Montevideú, e felicito o seu governo pela condução do Mercosul nesse semestre. A liderança do presidente Mujica tem sido fundamental para a manutenção e a vitalidade do nosso processo de integração.

Uma especial saudação ao presidente Nicolás Maduro, que participa pela primeira vez como chefe de Estado de uma reunião do Mercosul, o que muito nos orgulha. Desejo muita sorte à frente da Presidência Pro-Tempore do Bloco no próximo semestre. Apresento a minha inteira solidariedade e os melhores esforços para que nós possamos dar sustentação para essa Presidência Pro-Tempore. Você continuará, Nicolas, a contar com o nosso apoio nessa empreitada.

Queridos amigos, queridas amigas aqui presentes,

O Mercosul é a mais bem-sucedida e a mais abrangente iniciativa de integração já empreendida na nossa região. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, transformamos a lógica das relações na Bacia do Prata e no conjunto da América do Sul.

Transformar a lógica das relações é algo muito difícil, no século passado e neste século. Hoje, nosso bloco (falha no áudio)

da integração comercial. É um projeto de desenvolvimento compartilhado entre nós. Um projeto de valorização, de inclusão social e que, pela primeira vez, torna a nossa população sujeito histórico efetivo do processo de transformação nas nossas regiões.

As nossas iniciativas são as mais variáveis. Vão da infraestrutura às telecomunicações; da Ciência e Tecnologia à Educação; da ampliação de suporte à pequena agricultura ao meio ambiente, à preservação do meio ambiente; das políticas de higiene, daquelas políticas que, de fato, reconhecem que discriminação contra as mulheres, contra os negros e os índios fazem parte de um real processo de democratização; do combate ao ilícitos internacionais ao desenvolvimento participativo de nossas fronteiras. Cada vez mais somos um Mercosul, um Mercosul diverso, mas um Mercosul que busca sua natureza, sua alma e, sobretudo, um Mercosul que tece as relações econômicas entre nós, as relações sociais e as relações políticas. E nos orgulhamos muito, depois de uma longa trajetória, de termos nos tornado um Mercosul integrado por países democráticos, que tornam, e eu repito, pela primeira vez na história, suas populações protagonistas desse processo.

Nós precisamos resguardar esse patrimônio

comum construído por muitos antes de nós – a presidenta Cristina citou alguns: o presidente Chávez, o presidente Lula e o presidente Kirchner –, construído também por outros antes deles, mas, sobretudo, nas últimas décadas que projetou o Mercosul diante do mundo.

Nossos críticos esquecem que desde o início dos anos 90 nosso intercâmbio comercial multiplicou-se mais de 12 vezes, passando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 58 bilhões, em 2012. Nesse mesmo período, o nosso comércio com o mundo cresceu apenas oito vezes. O mercado comum que compartilhamos, destino privilegiado das exportações de nossos países nos proporcionou melhores condições para enfrentar as fortes crises da economia internacional, como a de 2008, que se arrasta e ainda persiste.

A fluidez dos vínculos comerciais e de investimentos têm sido um incentivo fundamental ao aprofundamento da integração do Mercosul em novas cadeias produtivas. Com esse ânimo, saúdo a realização, ontem, do II Fórum Empresarial do Mercosul, que deve se consolidar como um espaço permanente de discussão para os nossos empresários e agentes econômicos.

Estamos aprimorando o funcionamento da União Aduaneira, e sabemos que é preciso aperfeiçoar a inserção externa de nossas economias em conjunto do Mercosul nas cadeias globais de valor. Essa estratégia comum de ampliação de nossa presença, de uma presença competitiva no mundo, deve estar em sintonia com o modelo de desenvolvimento que fortaleça nossas indústrias, que estimule a diversificação produtiva, a diversificação do comércio e que assegure a mais ampla inclusão social e redistribuição de renda, aprofundando a nossa democracia.

Nesse contexto, sabemos que um dos maiores patrimônios que podemos legar para

as futuras gerações é o incentivo, a maior ampliação possível dos processos de educação em nossos países, e a busca constante e perene por mais capacidade de agregação de valor e de valorização do trabalho em nossos países através da ciência, da tecnologia e da inovação.

O Mercosul possui uma estrutura econômica diversificada, variada, e deve ter uma política comercial externa que reflita todas as nossas potencialidades. Nesse espírito, creio que uma nova agenda de inserção externa para o Mercosul poderia contemplar cronogramas mais acelerados para a negociação comercial entre o Mercosul e outros países da América do Sul e também com a União Europeia; negociações no âmbito da América do Sul em serviços e em investimentos entre as nossas economias; promoção de novos acordos comerciais com os nossos irmãos, os nossos irmãos africanos, transformando a cooperação entre o Mercosul e a África em uma relação estratégica para todos nós. E também termos uma política de estímulo ao comércio e investimento para outras regiões do mundo.

Senhores presidentes, senhoras presidentas, senhores vice-presidentes, senhores ministros, senhores representantes de delegações dos países irmãos, senhora presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, queridos presidentes dos países aqui representados, e aqui eu queria cumprimentar... quero cumprimentar o presidente da Guiana, Donald Ramotar, o presidente de Honduras, Porfirio Lobo, o vice-presidente de Cuba, Ricardo Cabrisas, o vice-presidente do Equador, Jorge Glas.

E queria dirigir um cumprimento muito especial, solidário, ao presidente Evo Morales. Esse cumprimento ao presidente Evo Morales faz parte da convicção de que essa região não pode deixar de manifestar o mais integral repúdio ao tratamento dispensado a um de nossos presidentes por países europeus. Cada

um de nós tem que defender essa posição de repúdio, não só por causa do presidente Evo Morales, mas porque uma parte de cada um de nós, presidentes de países latino-americanos, foi ofendida e foi de fato atingida por esse ato. Não há a possibilidade dessa solidariedade não se refletir em atos concretos e efetivos, seja junto aos governos, como junto aos embaixadores desses países. Por isso considero que para nós é muito importante que tenhamos uma estratégia de integração, que contemple tanto a nossa presença competitiva no mundo, que seja em sintonia com o desenvolvimento de nossa população, mas também que respalde, referende e lute por um respeito integral, ao fato de que somos países soberanos nos quais os direitos humanos, em especial os direitos individuais integram as nossas constituições e as nossas legislações.

Voltando à questão de uma agenda competitiva internacional. Eu queria destacar que o Brasil vai se prestar sempre a uma cooperação cada vez mais ampla no âmbito do Mercosul e de todas as suas instâncias. Por isso... Senhoras e senhores,

Eu quero saudar aqui um fato, o fato do Mercosul passar por um importante momento de ampliação de sua área de abrangência. O ingresso efetivo da Venezuela no Bloco, além de aportar ganhos econômicos, presidente Maduro, ganhos de escala, reforça a dimensão política, a dimensão estratégica do Bloco. A Venezuela amplia a capacidade do Mercosul de irradiação para o norte do continente. E eu tenho certeza, presidente Maduro, em direção ao Caribe e à América Central.

Queria também dizer que nós, nesse último semestre, demos início às negociações relativas à adesão da Bolívia, o que torna também mais consistente o Mercosul, uma vez que passa a integrar um país da região andina. Também prosseguimos com o diálogo com o Equador.

Com a Guiana e o Suriname concluímos as negociações para o ingresso nesta Cúpula de ambos, como Estados Associados. E queria dizer que, como Estados Associados, a Guiana e o Suriname são muito bem-vindos.

Todos os países da América do Sul passam a participar, de uma forma ou de outra, em níveis distintos, com categorias diferenciadas, do Mercosul. E isso, para nós, é uma grande conquista. Temos, porém, uma tarefa importante a realizar, e aí eu me refiro ao regresso do Paraguai, sócio fundador do Mercosul. A posse do presidente Horacio Cartes, daqui a pouco mais de um mês é motivo de esperança, de muita expectativa para a região.

Gostaria de dizer que o Paraguai e o povo paraguaio são partes essenciais do destino do Mercosul. Queremos tê-los de volta. Acredito que essa é uma tarefa que, como expressou o nosso presidente pro-tempore no próximo semestre, o Nicolás Maduro, será perseguida por todos nós, com muita determinação no sentido de assegurar que o Paraguai volte para o Mercosul, e aqui eu queria registrar e constatar um fato que mostra a maturidade política e econômica do Mercosul. Nós jamais tivemos atitudes de retaliação ao povo ou ao governo paraguaio. Nós tomamos uma atitude política e isso se constata por um fato: a ampliação das relações econômicas, a ampliação das relações comerciais do Paraguai com o Mercosul nesse período.

Isso marca uma distinção entre a forma de tratar as divergências no seio do Mercosul vis-à-vis as formas que imperam em outras partes do mundo. Acredito que o Mercosul não só mostrou grande maturidade, mas mostrou claramente que os povos não podem, de maneira alguma, sofrer as consequências de atos dos quais eles não participaram. Por isso, acredito que nós temos uma base real, em que o Paraguai possa, de fato, voltar ao Mercosul.

Querido presidente Mujica,

Durante o último semestre, o Uruguai contribuiu, de forma decisiva, para aperfeiçoarmos no Mercosul os mecanismos de participação dos setores sociais, dos movimentos sociais organizados de nossas sociedades. Essa participação social no esforço de integração regional é fundamental para o processo de afirmação democrática que estamos vivendo.

Nos últimos dez anos, o Mercosul conheceu avanços significativos nos pilares social e da cidadania, entre os quais o estabelecimento de um estatuto de cidadania e do plano estratégico de ação social, e a abertura de canais de diálogo com a sociedade civil, como a cúpula social. Como órgão de representação dos povos da região, o Parlamento do Mercosul também deve ser fortalecido. Espero que nossos legislativos nacionais nos permitam realizar, com a maior brevidade possível, eleições diretas para esse Parlamento regional. Nesse contexto, precisamos ainda com urgência estabelecer mecanismos viáveis de financiamento das políticas sociais regionais, ao amparo do plano estratégico de ação social.

Senhoras e senhores, aproveito essa oportunidade, mais uma vez, para reiterar, de forma pessoal, a minha, a do meu governo e a do povo brasileiro, reiterar a solidariedade ao presidente Evo Morales. Nós também fomos atingidos diretamente pelas recentes denúncias de que as comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos e instituições de nossos países e de outros países da América Latina estão sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência. Isso fere nossa soberania e atinge os direitos individuais, inalienáveis, de nossa população. Defendemos que a soberania, a segurança de nossos países, a privacidade de nossas comunicações, a privacidade de nossos cidadãos, a privacidade de nossas empresas, devem ser preservadas, e

esse é o momento de demonstrar um limite para o Mercosul. O governo e o povo brasileiro não transigem com sua soberania, como eu tenho certeza, os governos e os povos que integram o Mercosul não transigem com a deles.

Por isso, saúdo a decisão de rechaço tomada pelo Mercosul para todas as questões relativas, tanto ao ferimento da nossa soberania como o direito individual dos nossos povos. Mais do que manifestações, devemos também adotar medidas cabíveis, pertinentes, para coibir a repetição de situações como essa.

Queria também saudar a decisão de afirmação no âmbito do Mercosul do direito ao asilo. Finalmente, tenho certeza que nós devemos valorizar o Mercosul, porque diante, tanto dos momentos de expansão, quanto dos momentos de crise, o Mercosul é o melhor caminho para o fortalecimento de nossos países, para o desenvolvimento de nossas economias e para a afirmação da cidadania de nossos países.

Muito obrigada.

**DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA
ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK/EUA, 24/09/2013)**

Embaixador John Ashe, Presidente da sexagésima-oitava Assembleia-Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-Moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me uma primeira palavra para expressar minha satisfação em ver um ilustre representante de Antigua e Barbuda – país que integra o Caribe tão querido no Brasil e em nossa região – à frente dos trabalhos desta Sessão da Assembleia-Geral.

Conte, Excelência, com o apoio permanente de meu Governo.

Permitam-me também, já no início da minha intervenção, expressar o repúdio do Governo e do povo brasileiro ao atentado terrorista ocorrido em Nairóbi. Expresso as nossas condolências e a nossa solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao Governo do Quênia.

O terrorismo, onde quer que ocorra e venha de onde vier, merecerá sempre nossa condenação inequívoca e nossa firme determinação em combatê-lo. Jamais transigiremos com a barbárie.

Senhor Presidente,

Quero trazer à consideração das delegações uma questão à qual atribuo a maior relevância e gravidade.

Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial.

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico – estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas, e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas.

Imiscuir-se dessa forma na vida de outros Países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos

de outro país. Pior ainda quando empresas privadas estão sustentando esta espionagem.

Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo.

O Brasil, Senhor Presidente, sabe proteger-se. O Brasil, Senhor Presidente, repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas.

Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos.

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu País. Sem ele – direito à privacidade - não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as Nações.

Estamos, Senhor Presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas às atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu País.

Fizemos saber ao Governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.

O Brasil, Senhor Presidente, redobrá os esforços para dotar-se de legislação, tecnologias e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados.

Meu Governo fará tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade dos trabalhadores e das empresas brasileiras.

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Esse é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias. E a importância da internet, dessa rede social, para a construção da democracia no mundo.

Por essa razão, Senhor Presidente, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como:

1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.

2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor do privado.

3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.

4 - Da diversidade cultural, sem imposição

de crenças, costumes e valores.

5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Não poderia ser mais oportuna a escolha da agenda de desenvolvimento pós-2015 como tema desta Sessão da Assembleia-Geral.

O combate à pobreza, à fome, à desigualdade constitui o maior desafio de nosso tempo.

Por isso, adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, no fortalecimento da agricultura familiar, na ampliação do crédito, na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família.

Além das conquistas anteriores, retiramos da extrema pobreza, com o Plano Brasil sem Miséria, 22 milhões de brasileiros, em apenas dois anos.

Reduzimos de forma drástica a mortalidade infantil. Relatório recente do UNICEF aponta o Brasil como país que promoveu uma das maiores quedas deste indicador em todo o mundo.

As crianças são prioridade para o Brasil. Isso se traduz no compromisso com a educação. Somos o país que mais aumentou o investimento público no setor educacional, segundo o último relatório da OCDE. Agora vinculamos, por meio de lei, 75% de todos os royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

Senhor Presidente,

No debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, devemos ter como eixo os resultados da Rio+20.

O grande passo que demos no Rio de Janeiro foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável. A pobreza, Senhor Presidente, não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada.

O sentido da agenda pós-2015 é a construção de um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger.

Ao promover, Senhor Presidente, a ascensão social e superar a extrema pobreza, como estamos fazendo, nós criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos.

Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas.

As manifestações de junho, em meu País, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social.

O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas.

Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua é o nosso chão, a nossa base.

Os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram, sim, o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.

No Brasil, foi nessa década que houve a maior redução de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi nesta década que criamos um sistema de proteção social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza.

Sabemos que democracia gera mais desejo democracia. Inclusão social provoca cobrança

de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida.

Para nós, todos os avanços conquistados são sempre só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras.

Por isso, não basta ouvir, é necessário fazer. Transformar essa extraordinária energia em realizações para todos.

Por isso, lancei 5 grandes pactos: o pacto pelo Combate à Corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa.

Senhoras e Senhores,

Passada a fase mais aguda da crise, a situação da economia mundial ainda continua frágil, com níveis de desemprego inaceitáveis.

Os dados da OIT indicam a existência de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo.

Esse fenômeno afeta as populações de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este é o momento adequado para reforçar as tendências de crescimento da economia mundial que estão agora dando sinais de recuperação.

Os países emergentes, sozinhos, não podem garantir a retomada do crescimento global. Mais do que nunca, é preciso uma ação coordenada para reduzir o desemprego e reestabelecer o dinamismo do comércio internacional. Estamos todos no mesmo barco.

Meu país está recuperando o crescimento apesar do impacto da crise internacional nos

últimos anos. Contamos com três importantes elementos: i) o compromisso com políticas macroeconômicas sólidas; ii) a manutenção de exitosas políticas sociais inclusivas; iii) e a adoção de medidas para aumentar nossa produtividade e, portanto, a competitividade do País.

Temos compromisso com a estabilidade, com o controle da inflação, com a melhoria da qualidade do gasto público e a manutenção de um bom desempenho fiscal.

Seguimos, Senhor Presidente, apoiando a reforma do FMI.

A governança do fundo deve refletir o peso dos Países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. A demora nessa adaptação reduz sua legitimidade e sua eficácia.

Senhoras e Senhores, Senhor Presidente,

O ano de 2015 marcará o 70º aniversário das Nações Unidas e o 10º aniversário da Cúpula Mundial de 2005.

Será a ocasião para realizar a reforma urgente que pedimos desde aquela cúpula.

Impõe evitar a derrota coletiva que representaria chegar a 2015 sem um Conselho de Segurança capaz de exercer plenamente suas responsabilidades no mundo de hoje.

É preocupante a limitada representação do Conselho de Segurança da ONU face os novos desafios do século XXI.

Exemplos disso são a grande dificuldade de oferecer solução para o conflito sírio e a paralisia no tratamento da questão israelo-palestina.

Em importantes temas, a recorrente polarização entre os membros permanentes gera imobilismo perigoso.

Urge dotar o Conselho de vozes ao mesmo tempo independentes e construtivas. Somente a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas

as categorias, permitirá sanar o atual déficit de representatividade e legitimidade do Conselho.

Senhor Presidente,

O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa do meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional. Guiamo-nos pela defesa de um mundo multilateral, regido pelo Direito Internacional, pela primazia da solução pacífica dos conflitos e pela busca de uma ordem solidária e justa – econômica e socialmente.

A crise na Síria comove e provoca indignação. Dois anos e meio de perdas de vidas e destruição causaram o maior desastre humanitário deste século.

O Brasil, que tem na descendência síria um importante componente de nossa nacionalidade, está profundamente envolvido com este drama.

É preciso impedir a morte de inocentes, crianças, homens, mulheres e idosos. É preciso calar a voz das armas – convencionais ou químicas, do governo ou dos rebeldes.

Não há saída militar. A única solução é a negociação, o diálogo, o entendimento.

Foi importante a decisão da Síria de aceder à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e aplicá-la imediatamente.

A medida é decisiva para superar o conflito e contribui para um mundo livre dessas armas. Seu uso, reitero, é hediondo e inadmissível em qualquer situação.

Por isso, apoiamos o acordo obtido entre os Estados Unidos e a Rússia para a eliminação das armas químicas sírias. Cabe ao Governo sírio cumpri-lo integralmente, de boa-fé e com ânimo cooperativo.

Em qualquer hipótese, repudiamos intervenções unilaterais ao arrepio do Direito Internacional, sem autorização do Conselho

de Segurança. Isso só agravaria a instabilidade política da região e aumentaria o sofrimento humano.

Da mesma forma, a paz duradoura entre Israel e Palestina assume nova urgência diante das transformações por que passa o Oriente Médio.

É chegada a hora de se atender as legítimas aspirações palestinas por um Estado independente e soberano.

É também chegada a hora de transformar em realidade o amplo consenso internacional em favor de uma solução de dois Estados.

As atuais tratativas entre israelenses e palestinos devem gerar resultados práticos e significativos na direção de um acordo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

A história do século XX mostra que o abandono do multilateralismo é o prelúdio de guerras, com seu rastro de miséria humana e de devastação.

Mostra também que a promoção do multilateralismo rende frutos nos planos ético, político e institucional.

Renovo, assim, o apelo em prol de uma ampla e vigorosa conjunção de vontades políticas que sustente e revigore o sistema multilateral, que tem nas Nações Unidas seu principal pilar.

Em seu nascimento, reuniram-se as esperanças de que a humanidade poderia superar as feridas da Segunda Guerra Mundial.

De que seria possível reconstruir, dos destroços e do morticínio, um mundo novo de liberdade, de solidariedade e prosperidade.

Temos todos a responsabilidade de não deixar morrer essa esperança tão generosa e tão fecunda.

Muito obrigada, Senhores e Senhoras.

**DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,
DURANTE ENCONTRO DA CLINTON GLOBAL INITIATIVE
(RIO DE JANEIRO/RJ, 09/12/2013)**

Reflexões sobre a América Latina, em especial a América do Sul, e sobre o papel que tem cabido ao Brasil em nosso continente.

Rio de Janeiro-RJ, 09 de dezembro de 2013
Bom dia.

Eu queria cumprimentar o presidente Bill Clinton, presidente da Clinton Global Initiative,

Queria cumprimentar o presidente Fernando Henrique Cardoso,

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral,

Os ministros de Estado que me acompanham: Luiz Alberto Figueiredo, das Relações Exteriores; Fernando Pimentel, do Desenvolvimento Indústria e Comércio; Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social.

Cumprimentar o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes,

Cumprimentar os participantes, senhoras e senhores da Clinton Global Initiative,

E cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Eu quero expressar a minha satisfação por participar dessa sessão da Clinton Global Initiative, a primeira a realizar-se aqui na América Latina. Saúdo a presença

em nosso país do ex-presidente Bill Clinton, reconhecida e admirada liderança mundial, e de sua filha Chelsea, que nos dá a honra de conhecer também o Brasil.

É meu propósito desenvolver aqui algumas reflexões sobre a América Latina, em especial a América do Sul, e sobre o papel que tem cabido ao Brasil em nosso continente. Eu, preliminarmente, recuso que esse papel possa ser qualificado como de liderança. A razão é muito simples: no projeto de integração que desenvolvemos não há espaço para relações hegemônicas. A verdadeira integração dispensa liderança, pois exige solidariedade. Esse é o caminho que viemos seguindo neste início de século aqui na nossa região. Um verdadeiro processo de integração regional, além de enfatizar a solidariedade, supõe respeito à soberania nacional dos estados que dele participam.

Nós somos países com muitas afinidades, mas temos também nossas especificidades econômicas, políticas, étnicas e culturais. As iniciativas supranacionais, próprias dos processos de integração regional, exigem prudência para que não se sacrifiquem os ritmos próprios e os legítimos interesses de um país em detrimento de outro.

Nesse século XXI, senhoras e senhores, uma sucessão de mudanças políticas no continente, especialmente na América do Sul, provocou uma grande transformação econômica e social em nossa região. Libertos, primeiramente, das ditaduras que infelicitaram nossos países, e em seguida das propostas mais conservadoras que frearam nosso crescimento, aumentaram a desigualdade social e provocaram desequilíbrios macroeconômicos, ingressamos há pouco mais de uma década em um novo momento de nossas histórias. Um período que, em traços gerais, pode ser caracterizado de inclusão social, crescimento econômico com equilíbrio macroeconômico e, sobretudo, expansão e fortalecimento da nossa democracia.

Mas eu quero falar-lhes, antes, do Brasil. Ao fazê-lo, creio estar falando um pouco em boa, ou melhor, creio estar falando mais do que um pouco, em boa medida, de uma realidade similar ao que muitos países da América do Sul experimentaram ao longo desse período. Até fins de 2012, nós experimentamos uma expansão de nossa economia depois de um longo período de estagnação. Diferentemente do passado, essa expansão não se fez às custas da desigualdade social, do desequilíbrio macroeconômico ou da vulnerabilidade externa. Ao contrário, nós fizemos da inclusão social um fator de grande dinamização de nossa economia. Criamos, nesse período e nesses anos, a exemplo do que aconteceu em outros países da América do Sul e da América Latina, um expressivo mercado de consumo de massas. E isso porque as políticas sociais, entre as quais as de transferência de renda, permitiram tirar do Brasil 36 milhões da pobreza extrema, da miséria, e também permitiram que 40 milhões de pessoas ascendessem para os padrões econômicos da nossa classe média. E isso permitiu que se configurasse, o que eu falei há pouco, um

grande mercado de massas.

A política salarial, também, ensejou uma relativamente significativa valorização do salário mínimo real. O salário médio real, por exemplo, aumentou 27% nesse período, e 48% no Nordeste, que é a região mais pobre do Brasil. Também criamos uma quantidade significativa de empregos. No meu governo criamos mais de 4,8 milhões empregos até outubro, e chegaremos a este ano a uma das menores taxas de desemprego de todos os tempos, o que coloca o Brasil numa situação invejável no mundo de hoje.

Para se ter uma ideia, nos últimos dez anos, nós conseguimos criar 20 milhões de empregos formais. Na verdade, as políticas sociais e a valorização do salário mínimo e a geração de empregos reduziram a pobreza em 58%. Foi assim que, associados à democratização do crédito, todos esses fatores contribuíram para a construção desse expressivo mercado de consumo de massas, o que ocorreu em muitos países da América Latina.

Graças a esse mercado nós atravessamos com menos dificuldades os efeitos da crise global, em 2008 e 2009, e criamos as condições para que houvesse na região um forte dinamismo das suas trocas e do seu comércio. No Brasil, como também em muitos outros países da América do Sul, depois da crise da dívida externa, nós erigimos a solidez das finanças públicas e o controle da inflação como fundamentos da nossa macroeconomia. A relação dívida líquida/PIB, por exemplo, chegou agora em 2013 a um de seus menores patamares, ou seja, 35% do PIB contra, há dez anos atrás, 60,4% do PIB. A inflação atingiu em 2012, e também vai fechar esse ano de 2013, num dos seus patamares de estabilidade em torno dos 5,8, 5,9%. E isso significa que ela se manteve dentro da meta traçada nos últimos 10 anos. Ela cai nos últimos 10 anos de 12,5%, portanto, para 5,8, 5,9%. De país

devedor, nós passamos à condição de país credor. Nós acumulamos [US\$] 375 bilhões em reservas. O que nos coloca numa situação confortável dentre as incertezas da situação financeira internacional.

E o Brasil torna-se cada vez mais uma terra de oportunidades, como produtor de alimentos, produtor de proteínas, como detentor de recursos minerais expressivos, como detentor de uma indústria diversificada e como produtor de energia renovável e de petróleo. Isso explica porque o país continua exercendo uma extraordinária capacidade de atração sobre investimentos globais. Somos o terceiro país que mais atrai investimento direto depois dos Estados Unidos e da China, de acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD.

Tudo isso não significa que já tenhamos resolvido todos os nossos problemas econômicos e sociais. Sei que temos enormes desafios pela frente. Pagamos hoje, por exemplo, o preço de décadas de omissão em relação à nossa infraestrutura energética e logística. E de omissão diante da construção da necessária infraestrutura latino-americana que concretizasse a estratégica integração com os nossos vizinhos.

Por muitos e muitos anos o Brasil foi pensado como um país pequeno, voltado apenas para os países desenvolvidos do planeta. Dedicado apenas a uma parcela privilegiada de sua população, o Brasil não foi pensado para todos, nem tampouco foi pensado como voltado para todos os países e, no caso, no nosso caso, em especial para os nossos vizinhos da América do Sul e do Caribe, e também para a África.

Para o nosso país, as consequências se fizeram sentir nos déficits sociais qualitativos, por exemplo, na nossa educação, também no nosso sistema de saúde ou nos gargalos

da mobilidade urbana, especialmente nas grandes cidades brasileiras que atingem patamares acima de 7, 8 e 9 milhões de habitantes. As nossas políticas sociais urbanas vão na direção de enfrentar esses problemas. Hoje, nós cuidamos da renovação da nossa infraestrutura com fortes investimentos governamentais e privados, baseado em um sistema de concessões ao setor privado que está ganhando ritmo acelerado. Investimos em parceria com a iniciativa privada nas nossas rodovias, na melhoria e ampliação dos nossos portos e na ampliação dos nossos aeroportos.

Pela primeira vez o Brasil, que é um país continental, tem um programa de expansão de sua malha ferroviária amplo e consistente. Garantimos, de forma segura e sistemática, o crescimento de nossa rede de transmissão de energia elétrica e também de nosso parque gerador de eletricidade.

O leilão do Campo de Libra – com a vitória do consórcio que incluiu, além da Petrobras, quatro empresas bastante importantes como a Shell, Total, CNOOC e CNPC – inaugura a exploração do pré-sal, e permitirá nos próximos 35 anos a geração de mais de R\$ 1 trilhão de receita para o país. É apenas o primeiro campo do pré-sal a ser leiloado, outros virão. E esse primeiro campo vai ser responsável, no auge da sua produção, por 77% de tudo que nós produzimos hoje de petróleo, ou seja, 1,4 milhão de barris por dia.

O desafio de infraestrutura mais premente que nós agora vamos enfrentar é a extensão para todo o território nacional de uma rede de banda larga de alta capacidade. Essa infraestrutura vai servir de alicerce para a política educacional que viemos desenvolvendo e que prioriza a inclusão e também a qualidade.

Agora, a recente decisão de destinar para educação 75% de todos os royalties de toda a exploração do petróleo brasileiro e 50% da

remuneração do pré-sal, assegura os recursos para estabelecermos o melhor sistema educacional adequado ao potencial de nossa sociedade. Cada vez mais a educação cumprirá uma dupla função no Brasil. Por um lado, moldar uma nação democrática e soberana, fundada na disseminação do conhecimento e da cidadania. O que deve assegurar a perenidade, a estabilidade e a sustentabilidade da erradicação da miséria e da pobreza.

Por outro lado, preparar o país para o grande desafio de fundar seu crescimento na criação de tecnologia e na inovação, ou seja, privilegiando a formação educacional e científica e, portanto, a economia do conhecimento.

Senhoras e senhores, esse dinamismo econômico e social está, a grosso modo, disseminado em todo o continente. Os desafios que devemos enfrentar também são semelhantes. Entre 2003 e 2008, segundo a Cepal, a América Latina e o Caribe registraram índices de crescimento médio de 4,6%. Segundo dados da Cepal e da OIT, entre 1990 e 2012, o percentual de pessoas que viviam na pobreza caiu de 48,4% para 27,9%. E a pobreza extrema, nesse mesmo período, passou de 26% para 11%. A taxa de desemprego regional caiu para 6,4% agora em 2012. O poder aquisitivo dos salários também cresceu na maioria dos países, posto também que a inflação média caiu para 5,4% em 2012.

Esses resultados são consequências das novas políticas econômicas aplicadas em cada país. Mas também de um importante incremento do comércio intra-regional nos últimos dez anos e do crescimento desse mercado intra-regional nos espaços tanto do Mercosul, da Unasul e da Celac. E também voltados para a comunidade andina.

No Mercosul, por exemplo, registrou-se uma extraordinária expansão comercial. O comércio do bloco, que era de US\$ 4,5 bilhões nos anos 90, passou para [US\$] 58 bilhões em 2012. Essa expansão comercial

na zona, ainda que reflita e tenha por sua vez papel importante na expansão econômica da região, deve ser complementada. Sabemos a importância do comércio, mas também, temos claro ser imprescindível integrar nossas cadeias produtivas evitando o agravamento de assimetrias entre as economias mais desenvolvidas e complexas, como a brasileira e a de seus países vizinhos.

Para que o crescimento e a integração regionais sejam harmônicos, necessitamos reduzir essas assimetrias por meio do fortalecimento, seja da infraestrutura energética, logísticas, de banda larga, como também pela integração e complementação produtiva entre as nossas indústrias, as nossas agriculturas e os nossos serviços.

Na infraestrutura, para suprir essa deficiência, foram criados instrumentos de financiamento regional, como é o caso tanto do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem, como da Corporação Andina de Fomento, a CAF. O Brasil, por sua vez, vem investindo por meio de seu banco de desenvolvimento, o BNDES, na construção de estradas, portos, aeroportos e metrô na América Latina. Esse conjunto de iniciativas coloca em evidência o extraordinário potencial da região: enormes e diversificados recursos energéticos, enormes e diversificados recursos minerais, agricultura e pecuária moderna e de alta produtividade, 1/3 das reservas de água do mundo e extraordinária biodiversidade.

A melhoria da situação social nos últimos anos, como eu já falei, permitiu transformar os 400 milhões de sul-americanos em consumidores conferindo a esse mercado continental uma importância maiúscula. A tudo isso se somariam fatores que alguns qualificam como imateriais: uma democracia vibrante, ausência de conflitos religiosos e étnicos, reduzidos contenciosos de fronteira e, finalmente, inexistência de armas de

destruição em massa.

Senhoras e senhores,

Desde um primeiro momento, afirmamos enfaticamente nossa disposição de associar o destino do Brasil, hoje e no futuro, ao destino da América Latina. Queremos fazê-lo e estamos fazendo sem perguntar pelas preferências político-ideológicas dos governantes de cada país da região.

Os projetos de integração Mercosul, Unasul e Celac têm dimensão estratégica. São e serão conduzidos por governantes livremente eleitos por seus povos. A prosperidade de nossos países é incompatível com a pobreza e com a desigualdade que sempre maltratou os nossos países e as nossas sociedades.

Não vai haver estabilidade social e política se perdurarem na América Latina os fenômenos que fizeram, e ainda fazem, de nossa região uma das mais desiguais do mundo, apesar dos grandes avanços que conquistamos na última, década.

Nosso continente tem o privilégio de ser banhado pelos dois maiores oceanos, grandes eixos do comércio internacional. O futuro da América Latina, em especial da América do Sul, depende de nossa capacidade de unir esses mares, tanto por meio de políticas de desenvolvimento e de infraestrutura e de cadeias produtivas comuns, mas também pela nossa capacidade de articulação política dentro do continente. Atlântico e Pacífico interligados, além de construir a ligação da América do Sul com o resto do mundo, significa um continente integrado e voltado também para si. Deixaremos assim de ser objeto passivo de velhas e novas cobiças. Teremos condições de nos assumir como região soberana, como região próspera, apta a desempenhar um papel relevante nesse mundo multipolar que está em construção pelo mundo afora.

Muito obrigada.

**DISCURSO NA CERIMÔNIA DE DESPEDIDA DO
PAPA FRANCISCO (RIO DE JANEIRO, 28/07/2013)
30-07-2013**

Papa Francisco,
Senhores e Senhoras Autoridades,

Vossa Santidade já abençoou todos os brasileiros, veio para o encontro mundial da juventude, mas não encantou apenas os jovens. Voltou a despertar a fé em todos os brasileiros.

Jovens, adultos, crianças, velhos, homens e mulheres de todo o Brasil que o acolheram, sentiram-se acolhidos por Vossa Santidade. Sua singeleza, simplicidade, delicadeza e suavidade fizeram-no penetrar em todos os corações. E localizaram, neles, Jesus Cristo.

É Vossa Santidade um verdadeiro evangelizador. Como Cristo que percorreu muitas plagas pregando a palavra de Deus, também Vossa Santidade fez o mesmo em nosso país. Divulgou a religião que vem do Latim “religo,are”. Fez a religião do nosso povo com a fé, com a espiritualidade, com Deus. E trouxe paz e harmonia com as suas palavras. Que elas, Papa Francisco, permaneçam na alma dos brasileiros.

O seu exemplo de moderação, temperança, equilíbrio, tolerância revela que a paz entre governantes e governados; entre pais, filhos e irmãos; entre trabalhadores e empregadores; entre todos, enfim, é que pode evidenciar a presença de Deus.

Tal como Cristo que disse ao Apóstolo Pedro que ele deveria lançar a pedra que criasse a primeira

Igreja, também Vossa Santidade lança no Brasil muitas pedras reavivadoras da fé Cristã.

Disse Vossa Santidade duas coisas que me marcaram: uma, a de que pedia licença para delicadamente bater na porta de cada coração para nele colocar Jesus Cristo. Quero dizer, Papa Francisco, que, na próxima vez que vier ao Brasil, não haverá mais necessidade de bater nas portas porque elas foram permanentemente abertas pela força da sua presença. Na próxima vez, portanto, simplesmente entre sem pedir licença porque no coração dos brasileiros haverá sempre um lugar especial para recebê-lo.

Outra coisa: Vossa Santidade disse que Deus é brasileiro. Pois eu digo que nesta semana a sua presença fez do Brasil um paraíso permanente.

Finalmente, Papa Francisco, há uma passagem religiosa que diz: “- Está alguém entre vós triste, Oraí; está alguém entre vós alegre, Cantai louvores”.

Eu quero, em nome dos brasileiros, cantar louvores, porque Vossa Santidade trouxe santificada e esperançosa alegria para todos os brasileiros.

Com toda informalidade, mas com todo respeito, eu quero dizer-lhe: boa viagem, Papa Francisco! Volte logo!

**DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA DURANTE
O LANÇAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE
DIREITOS E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS
BRASÍLIA, 27 DE JUNHO DE 2013
01-07-2013**

Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário,

Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci

Senhoras e senhores parlamentares

Senhor Gustavo Bernardes, Presidente do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT),

Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT),

Representantes da sociedade civil organizada

Membros da imprensa

Senhoras e Senhores,

Queria iniciar minha intervenção parabenizando a Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa da Ministra Maria do Rosário, e o CNCD/LGBT pelo lançamento do Sistema Nacional de Promoção dos Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Essa iniciativa demonstra o quanto o

Brasil avançou e pode continuar avançando no fortalecimento das estruturas internas de promoção e proteção de direitos humanos. Superar a violência homofóbica e transfóbica é um compromisso do País e está refletido na política externa brasileira.

Senhoras e senhores,

De forma consistente, o Brasil tem contribuído para o reconhecimento internacional dos direitos de todos e todas à igualdade, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Já em 2003, o Brasil ousou propor à antiga Comissão de Direitos Humanos da ONU uma resolução sobre o tema, então intitulada “Direitos Humanos e Orientação Sexual”. A iniciativa constituiu a primeira tentativa de abordar o enfrentamento da violência e da discriminação contra pessoas LGBT em âmbito multilateral. Enfrentamos fortes resistências e, com o tempo, logramos ampliar e fortalecer a base de apoio à ideia.

Hoje, apesar de ainda haver muito a fazer, podemos celebrar um conjunto de avanços.

Em 2007, Brasil, Argentina e Uruguai, juntamente com organizações da sociedade civil, promoveram o lançamento, na sede das Nações Unidas, dos Princípios de

Yogyakarta, os quais reconhecem que o direito internacional dos direitos humanos se aplica também a pessoas LGBT.

Em 2008, durante as comemorações do 60º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil, junto com outros 66 países, apresentou ao plenário da Assembleia Geral da ONU a “Declaração sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”.

Em 2010, o Brasil e outros 12 países copatrocinaram o “Painel de alto nível sobre o fim da violência e das sanções penais com base em orientação sexual e identidade de gênero”, evento ocorrido à margem da Reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Durante diversas sessões do CDH, foram apresentadas, por grupo de países afins, e sempre com o copatrocinio do Brasil, intervenções conjuntas sobre o combate à violência baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

Todo esse esforço culminou com a aprovação, em junho de 2011, durante a 17ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, da resolução 17/19, intitulada “Human rights, sexual orientation and gender identity”. A resolução, aprovada por 23 votos a favor, 19 contrários e 3 abstenções, contou com o copatrocinio do Brasil, que a apresentou em plenário e participou ativamente de sua negociação.

Tratou-se da primeira decisão tomada pelo CDH sobre a matéria e representou importante marco no reconhecimento da maior vulnerabilidade de pessoas a violações ao direito à vida e à integridade física em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

No âmbito regional, as conquistas tem sido igualmente importantes. Em 2008, por iniciativa brasileira, a Assembleia Geral da OEA aprovou a resolução intitulada “Direitos

humanos, orientação sexual e identidade de gênero”. Foi a primeira vez em que o tema foi objeto de uma decisão adotada no âmbito da OEA.

Desde então, a iniciativa vem sendo reapresentada à AGOEA, na qual vem recebendo acréscimos importantes ao seu conteúdo, a fim que contemplar não só questões relacionadas ao enfrentamento da violência, mas também da discriminação, além da necessidade de assegurar o acesso equitativo de pessoas LGBT à justiça e de que os Estados apliquem políticas públicas para a consecução desses objetivos.

Este ano, entre vários elementos, a resolução - adotada na 43ª Assembleia Geral da OEA na Guatemala - instou os Estados a produzirem dados sobre violência homofóbica e transfóbica, o que poderá contribuir para a superação da invisibilidade do tema. Também encareceu aos países a protegerem defensores de direitos humanos engajados na temática LGBT e encomendou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a elaboração de um estudo sobre legislações que limitam os direitos de pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Não poderia, ademais, deixar de ressaltar a recente adoção, no marco da 43ª Assembleia Geral da OEA, da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, assinada pelo Brasil em 06 de junho corrente, na Guatemala. Eu tive a honra de assinar a Convenção pelo Brasil.

Uma vez em vigor, este será o primeiro documento internacional juridicamente vinculante a expressamente condenar a discriminação baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

O engajamento brasileiro em todo o processo negociador da Convenção foi fundamental. O Brasil assumiu a presidência do GT por quatro anos consecutivos e manteve-se atuante ao

longo das negociações, sempre em defesa do direito de todo ser humano à dignidade e à igualdade.

A feliz coincidência da eleição de Paulo Vannuchi na mesma sessão da OEA na Guatemala significa também que, além dos temas LGBT, o próprio sistema interamericano de direitos humanos sairá fortalecido a partir da sua participação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Senhoras e senhores,

No Itamaraty, temos adotado uma série de iniciativas administrativas voltadas aos colegas LGBT. Como exemplos, poderia citar que, desde 2006, a Divisão do Pessoal do Itamaraty passou a incluir entre os beneficiários de plano de assistência à saúde, conforme portaria do MPOG (SRH 1983/2006), “o companheiro ou companheira de união homoafetiva, comprovada a coabitação por período igual ou superior a dois anos”. Em maio de 2010, o Itamaraty passou a autorizar a concessão de passaporte diplomático ou de serviço, bem como o encaminhamento de pedido de visto de permanência em favor de companheiros homoafetivos. Em 2011, com base na manifestação do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, a Divisão do Pessoal passou a deferir requerimentos de inclusão de companheiros homoafetivos nos assentamentos pessoais de servidores na condição de companheiros em união estável. No que tange a companheiros homoafetivos de diplomatas estrangeiros acreditados no Brasil, o Itamaraty os credencia e lhes concede os privilégios devidos, desde que respeitado o princípio da reciprocidade de tratamento pelo outro país. Dos países consultados, 37 aceitaram conceder tratamento igual aos companheiros homoafetivos de diplomatas brasileiros servindo no exterior. Desde a resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, em 2013, o Itamaraty passou a

reconhecer também o casamento civil entre companheiros homoafetivos. O MRE foi ainda o primeiro Ministério a conceder pensão por morte a companheiro homossexual.

Senhoras e senhores,

Em todas essas conquistas, uma das tônicas para a diplomacia brasileira tem sido a importância do diálogo constante com representantes da sociedade civil.

A participação da sociedade civil não é uma concessão; é uma condição mesma da legitimidade das políticas que serão formuladas, assim como da eficácia mesma com que serão executadas.

Sabemos do tamanho do desafio que temos pela frente. Sabemos das resistências e dos preconceitos que o tratamento desta temática enseja. E justamente por isso, cabe-nos pensar coletivamente em formas cada vez mais eficazes de vencer estes preconceitos e resistências, de ampliar a base de apoio ao que constitui objeto de nossa preocupação comum e de aclarar o conteúdo do que reconhecemos serem as obrigações dos Estados para a garantia equitativa e universal dos direitos de todo e cada um de nossos cidadãos, independentemente de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero.

Ao encerrar, quero agradecer a cada um dos senhores e das senhoras pelo apoio aos esforços envidados pelo Brasil para promover os direitos humanos de pessoas LGBT no plano internacional.

Quero, ademais, reiterar o compromisso da diplomacia brasileira com o tema. Seguiremos engajados em aprofundar, ampliar e fortalecer o reconhecimento de todos os seres humanos a todos os direitos, independentemente de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA
ABERTURA DO SEMINÁRIO “GESTÃO POR RESULTADOS NO SERVIÇO
EXTERIOR BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO” (BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2013)**

22-08-2013

É com satisfação que participo hoje, neste Tribunal de Contas da União, da cerimônia de abertura do seminário intitulado “Gestão por Resultados no Serviço Exterior Brasileiro - A Importância da Tecnologia da Informação”, organizado pela Corte de Contas em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Este seminário constitui mais um excelente exemplo das construtivas relações institucionais mantidas entre o TCU e a Casa de Rio Branco, parceria cujo objetivo tem sido sempre o de assegurar a excelência no trato da coisa pública por parte do Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty valoriza muito o apoio recebido do TCU no aperfeiçoamento continuado da utilização dos recursos públicos que são colocados à nossa disposição para o cumprimento das obrigações legais do Ministério, seja no Brasil ou no exterior.

O Itamaraty em muito se beneficia da realização de eventos como o seminário que hoje inauguramos.

Não são apenas as orientações recebidas do TCU por ocasião da análise das contas do MRE que nos permitem adotar medidas para o aprimoramento das gestões contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério. As conclusões de

eventos como este são tomadas em muito boa conta pela Administração do Itamaraty, uma vez que versam frequentemente – e sob perspectivas e enfoques diferenciados – sobre importantes aspectos de operações administrativas típicas do funcionamento do serviço exterior brasileiro.

A política externa brasileira é, hoje, marcada por sua universalidade: somos um dos poucos países do mundo que mantêm relações diplomáticas com todos os demais 192 países membros da ONU, além da Palestina. Para dar implementação a nossa ação externa, dispomos de uma rede de postos no exterior – entre embaixadas, missões e consulados – que já ultrapassa 220 unidades.

É evidente que a fluida condução de uma política externa universal como a que hoje temos depende do bom funcionamento dos instrumentos institucionais e administrativos de que dispomos, a começar pela rede de postos no exterior. A administração dessa extensa rede de apoio institucional requer, por sua vez, gestão altamente profissional, constantemente atenta para a incorporação das mais modernas práticas e tecnologias de gestão.

Gostaria, assim, de felicitar o Tribunal de Contas da União e a Fundação Alexandre de

Gusmão por esta importante iniciativa, que nos permitirá discutir, por meio do presente seminário, tema cada vez mais associado ao exercício da diplomacia, qual seja, o recurso às tecnologias da informação.

Trata-se de tema que, no mundo atual, assume relevância crescente na pauta de qualquer corporação. Os modernos instrumentos oferecidos pela tecnologia da informação são essenciais para a gestão e o planejamento dos recursos de que dispõe toda instituição, seja privada ou pública. Constituem hoje parte integrante de nosso cotidiano, na comunicação pessoal via internet e celular, na execução de serviços bancários e em praticamente qualquer atividade do nosso dia a dia.

A tecnologia é essencial para viabilizar a prestação eficiente de serviços públicos, nas mais diferentes áreas de interesse do país, como saúde, educação, programas sociais ou infraestrutura. É vital, também, como têm demonstrado acontecimentos recentes, para garantir a segurança e a confiabilidade dos meios do tratamento da informação produzida pelo Estado e por seus cidadãos.

No Ministério das Relações Exteriores, a tecnologia da informação assume cada vez papel mais central no desempenho de nossa missão institucional voltada para a defesa e a promoção dos interesses do País e de seus cidadãos no exterior.

Na área do controle, o processo, ora em curso, de interligação ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) das embaixadas, repartições consulares e missões multilaterais no exterior constitui exemplo emblemático do papel da tecnologia da informação como vetor de modernização e racionalização da gestão governamental e de promoção da transparência do uso de recursos públicos.

As determinações do Tribunal de Contas em favor da utilização do SIAFI pela rede de postos no exterior, cuja implementação se

encontra em estágio avançado (80% dos postos que dispõem anualmente mais de 1 milhão de dólares estão “siazizados”), contribuiu para significativa racionalização, uniformização e tempestividade nas prestações de contas dos recursos aplicados por essas unidades gestoras do MRE em 4 continentes.

Com o SIAFI, promoveu-se, igualmente, importante avanço em prol da publicidade e da transparência na utilização dos recursos públicos alocados ao Itamaraty, tanto no âmbito interno da Administração Pública, por meio da interatividade do próprio SIAFI, como para a sociedade civil, mediante a migração de dados do SIAFI para o Portal da Transparência.

Como os participantes do seminário terão oportunidade de conhecer ao longo do dia, o Itamaraty dispõe hoje de modernos sistemas informatizados no tratamento da informação diplomática e consular, destinados a aprimorar sua elaboração, análise, transmissão e salvaguarda.

Para que os participantes do seminário tenham uma ideia abrangente acerca do emprego das tecnologias de informação no Ministério das Relações Exteriores, foram selecionadas para este evento três áreas de atuação do Itamaraty nas quais o uso da tecnologia da informação tem contribuído de forma importante para a prestação de serviços pelo Ministério: na área de promoção comercial, na área consular – ambas voltadas para o público externo – e na gestão interna de tecnologia de informação.

Na área de promoção comercial – na qual a posse da informação confere diferencial em um mercado global cada vez mais competitivo –, as soluções tecnológicas notabilizam-se por conferir agilidade ao processamento de informações, por gerar considerável volume de conhecimento e por proporcionar o uso estratégico de dados aos agentes de governo e aos operadores econômicos privados. De

modo pioneiro no âmbito do Governo Federal, o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (DPR) mantém, desde 1998, um portal de informações e de serviços de promoção comercial, turismo e de atração de investimentos voltado ao público externo: o BrasilGlobalNet. O DPR conta, ainda, com portal específico para uso interno, destinado à comunicação com a rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) dos postos no exterior e inclusão de conteúdo no site público: a Extranet DPR.

Com o objetivo de atender de maneira eficiente e rápida seu público alvo, o DPR trabalha em cinco vertentes distintas: aprimoramento de seu planejamento estratégico; melhoria dos mecanismos de monitoramento dos SECOMs; incentivo a ações de treinamento e capacitação para seus colaboradores no Brasil e no exterior; modernização constante das plataformas; e priorização da articulação institucional e de sua interlocução com outros órgãos de promoção comercial e investimentos e com clientes exportadores.

Na área consular, a partir de 2008, o Itamaraty implantou, em coordenação com o SERPRO, sistema informatizado para o gerenciamento do Serviço Consular Brasileiro, denominado “Sistema Consular Integrado”, por meio do qual é possível emitir documentos, controlar a arrecadação de emolumentos, acompanhar a tramitação do envio de passaportes e etiquetas aos Consulados no exterior e realizar inspeções remotas sobre o processamento dos serviços consulares.

Em 2013, na iminência de grandes eventos no Brasil nos próximos anos, implementamos evolução nos sistemas que compõem o Sistema Consular Integrado, já utilizado com êxito na Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude, sobretudo no que diz respeito à concessão dos Vistos Temporários e Especiais.

O programa “Mais Médicos”, por sua vez, exigiu a criação de novos vistos temporários (VICAM) destinados a viabilizar a vinda de participantes e seus dependentes, em projeto realizado em colaboração com o Departamento da Receita Federal (emissão de CPFs).

Essas e outras medidas estão em constante aperfeiçoamento no Itamaraty. Em breve, deverá ser lançada uma nova versão do Sistema Consular Integrado, não só para melhorar o atendimento à numerosa comunidade brasileira no exterior e aos estrangeiros que para aqui virão em grande número durante os grandes eventos desportivos, mas também para aprimorar o intercâmbio de informações consulares com outros órgãos do Governo.

E, finalmente, no tocante à gestão interna de tecnologia de informação no Itamaraty, os participantes terão a oportunidade de conhecer a evolução do uso da tecnologia no tratamento da informação em geral, que é matéria-prima essencial de trabalho do agente diplomático. Será visto, entre outros assuntos, como o planejamento e o desenvolvimento de sistemas tecnológicos têm contribuído para aperfeiçoar o gerenciamento do crescente leque de temas e interesses do Brasil em sua cada vez mais diversificada e complexa agenda internacional, bem como a divulgação de seus resultados para a sociedade.

Estou certo de que a presença neste Seminário de destacada seleção de painelistas propiciará relevantes trocas de experiências sobre o emprego de tecnologias de informação no serviço exterior brasileiro, bem como estimulará discussões sobre como essas tecnologias poderão contribuir para a consecução dos objetivos de nossa diplomacia. Estou certo de que os três painéis previstos no programa do Seminário realçarão os múltiplos benefícios derivados da aplicação de tecnologias da informação em três vertentes fundamentais da atuação do Ministério das Relações Exteriores

Obrigado.

**DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA
CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES (PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013)**

29-08-2013

Não há honra maior para um diplomata de carreira do que servir como Chanceler da República. Serei eternamente grato a Vossa Excelência pela oportunidade que me foi oferecida de trabalhar pelo Brasil em um momento em que nosso extraordinário País desponta como um dos principais atores do século XXI.

De Vossa Excelência, tive a satisfação de sempre receber orientações precisas e equilibradas, que ao longo de minha gestão à frente do Itamaraty inspiraram nossa diplomacia a aprimorar-se e a elevar a qualidade de sua atuação na formulação e implementação da política externa brasileira.

Agradeço igualmente a Vossa Excelência pela nova oportunidade que me oferece ao indicar-me para chefiar a Missão do Brasil junto às Nações Unidas. Trata-se de área que me remete à origem de minha carreira diplomática, quando comecei como jovem terceiro-secretário na Divisão das Nações Unidas.

Para substituir-me nas funções de Ministro das Relações Exteriores, não poderia haver melhor escolha do que o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, amigo e colega desde que dividimos a mesma sala em 1981.

O Embaixador Figueiredo exibe um dos currículos de realizações mais expressivos entre os diplomatas de nossa geração, particularmente em área em que o Brasil exerce liderança inquestionável no plano internacional, nos temas ambientais, climáticos e de desenvolvimento sustentável.

Talvez mais simples seja dizer que Luiz Alberto Figueiredo é o diplomata que produziu “O Futuro que Queremos” na Conferência Rio+20.

Nesta oportunidade, não posso deixar de manifestar meu mais profundo agradecimento à cooperação que recebi em minha gestão por parte dos demais Ministros de Estado.

O Itamaraty, pela natureza de suas atividades, exerce suas funções em estreita coordenação com os demais Ministérios e órgãos de Governo, sempre com o objetivo compartilhado de buscar a eficiência governamental na defesa dos interesses nacionais.

Senhora Presidenta,

Vossa Excelência está construindo um País capaz de erradicar a pobreza extrema, de distribuir a riqueza de forma inclusiva, de crescer de forma sustentada e desenvolver-se na sustentabilidade, em um ambiente de

democracia, pluralidade e respeito aos direitos humanos, com atenção à voz das ruas.

O Brasil é um País que reflete em sua política externa os mesmos valores e as mesmas prioridades que o mobilizam no plano doméstico.

A política externa do Governo de Vossa Excelência foi construída sobre as bases sólidas herdadas do período 2003-2010. A plataforma de inserção do Brasil, forjada na última década, consolidou-se e atualizou-se em seu Governo.

O aprofundamento da integração regional se tem feito acompanhar da ampliação e da dinamização das relações com um número cada vez maior de parceiros em matéria de comércio, investimentos, ciência, tecnologia e inovação. A contribuição ativa aos grandes debates políticos e conceituais tem sido acompanhada pelo alcance verdadeiramente universal da diplomacia brasileira.

De janeiro de 2011 a julho de 2013, Vossa Excelência realizou 37 viagens ao exterior. No mesmo período, o Brasil recebeu 48 visitas de Chefes de Estado e de Governo estrangeiros. Como Ministro das Relações Exteriores, até julho de 2013, participei de mais de 180 atividades no exterior, entre visitas bilaterais, eventos multilaterais e acompanhamento de Vossa Excelência. Durante os dois últimos anos e meio, o Brasil foi visitado por Chanceleres estrangeiros em 91 ocasiões.

São números contundentes que expressam o novo padrão da inserção internacional do Brasil. E reflexo desse padrão é também o fato de termos conquistado importantes posições internacionais em entidades como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Nesse contexto, permito-me expressar minha especial satisfação com o fato de que, durante minha gestão, o Brasil venceu todas

as eleições para postos internacionais que disputou.

Senhora Presidenta,

O aperfeiçoamento da ação da democracia brasileira envolve uma abertura crescente do Governo à contribuição da sociedade civil. Nesse espírito, o Itamaraty vem adotando iniciativas específicas que apontam na direção de uma diplomacia mais aberta à interação com a sociedade. O Ministério das Relações Exteriores quer sistematizar essa interação de maneira permanente e institucional.

Durante minha gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, compareci regularmente a audiências públicas nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e do Senado Federal. Essas ocasiões me permitiram apresentar fatos e compartilhar análises sobre as esferas de atuação do Itamaraty.

Em meus contatos com o Parlamento e a sociedade civil, pautei-me sempre pelo compromisso com a transparência. Nenhum assunto foi evitado, por mais sensível que fosse, inclusive aqueles relativos à situação do Senador boliviano Roger Pinto Molina.

O Governo brasileiro ofereceu proteção ao Senador Roger Pinto em estrito cumprimento a suas obrigações estabelecidas na Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático. Durante o período em que o Senador esteve asilado na Embaixada do Brasil em La Paz, o Governo brasileiro agiu sempre no respeito à soberania boliviana, sem deixar de buscar – por intermédio de mecanismo específico que se reuniu diversas vezes ao longo dos últimos 5 meses – solução negociada e juridicamente sólida que garantisse o trânsito seguro do Senador para o território brasileiro.

A atuação independente de servidor em La Paz, em assunto de grande sensibilidade e sem instruções, representa conduta que não pode voltar a ocorrer. Por força de nosso

trabalho, a diplomacia brasileira conquistou respeitabilidade e credibilidade. Estou certo de que continuará assim.

Aos servidores do Itamaraty, no Brasil e no exterior, que pautam sua atuação por elevado grau de responsabilidade e ética profissional, desejo dirigir, por intermédio do Senhor Secretário-Geral, o Embaixador Eduardo dos Santos, os meus mais profundos agradecimentos. A eles presto minhas homenagens neste momento.

Quero fazer, por fim, uma referência aos jovens brasileiros que veem na diplomacia uma opção profissional de valor. E, ontem mesmo, eu recebi um e-mail que muito me comoveu de um estudante de 15 anos que dizia que seu maior sonho é servir o Brasil no exterior. A todos vocês, quero transmitir meu entusiasmo para que se associem ao nosso trabalho, unidos pela confiança que nutrimos na grandeza desta Pátria e na capacidade renovada do Brasil de viver a paz e a prosperidade e privilegiar o diálogo entre as nações.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
NA CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES (PALÁCIO DO PLANALTO, 28 DE AGOSTO DE 2013)**

29-08-2013

Com muita honra, aceitei o convite da Excelentíssima Senhora Presidenta da República para assumir o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A tarefa é desafiadora. Trata-se de suceder a um dos maiores talentos da diplomacia brasileira, meu amigo, Antonio Patriota. Nele me inspiro para enfrentar as variadas e complexas questões internacionais que cabem a um país do porte do Brasil.

Muito me orgulha também ser chamado a dirigir uma instituição que é uma referência no Estado brasileiro. O Itamaraty talvez seja até mais conhecido por suas tradições, no entanto, é o seu dinamismo, sua qualidade e sua capacidade de abrir-se para os desafios dos Brasil contemporâneo que pretendo reforçar.

Assumo tamanha responsabilidade com espírito de colaborar para a consecução das diretrizes do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que tem privilegiado o crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental como objetivos primordiais. Crescer, incluir e proteger.

Esses objetivos tem dado identidade e peso internacional ao Brasil. Tem reforçado a nossa credibilidade externa. Sou testemunha pela minha experiência na área de desenvolvimento

sustentável, mais especificamente na Conferência Rio+20, que o Brasil é ator fundamental e líder na cena internacional. Em minha passagem pela missão junto à ONU, pude perceber o respeito e a consideração com que as posições brasileiras são recebidas pela comunidade internacional. A relevância do Brasil, Presidenta, está aqui para ficar.

Comprometo-me, seguindo as diretrizes de Presidenta Dilma Rousseff, tornar o Ministério das Relações Exteriores cada vez mais útil ao Governo e mais próximo ao Parlamento e à sociedade civil. A oportunidade de trabalhar pelo Brasil é, sempre, e será sempre, um privilégio.

Não posso deixar hoje de me referir aqui ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como aquele que me elevou ao cargo de Embaixador e em cuja gestão tive a oportunidade de assessorar a então Ministra Dilma Rousseff nas negociações sobre mudança do clima.

Não creio que eu cometo uma inconfidência, Presidenta, ao referir-me ao fato de que, ao longo dos últimos anos, a Senhora sempre esteve particularmente engajada em orientar de perto as delegações às conferências do clima, mesmo quando tinha de ser consultada em horários inadequados. Nunca faltou a

orientação precisa e oportuna.

Este exemplo de dedicação é o que eu levo para a minha gestão no Itamaraty. É com sentido de missão e com a vontade de fazer o melhor possível que prometo empenho, trabalho e dedicação, para contribuir para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
(PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013)**

29-08-2013

Há poucas horas, vim do Palácio do Planalto, onde participei da cerimônia de posse do agora Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Tive a oportunidade de agradecer à Senhora Presidenta da República a extraordinária oportunidade que me concedeu de chefiar o Itamaraty nesses últimos dois anos e meio. Foi a experiência mais gratificante de minha vida profissional e a vivi de forma muito intensa e plena.

Agradei, também, a nova oportunidade que me proporciona de exercer a função de Representante Permanente junto às Nações Unidas, área que me inspira desde os primeiros momentos de minha carreira, quando trabalhei como Secretário na DNU. Será para mim, sem dúvida, um novo desafio profissional também altamente gratificante.

Agradeço, em particular, ao Secretário Geral, Embaixador Eduardo dos Santos, diplomata que alia inteligência, competência, discernimento e bom-humor. Fica aqui também meu agradecimento ao Embaixador Ruy Nogueira, que o precedeu na Secretaria Geral.

Minhas palavras de gratidão, também, a cada um dos Subsecretários-Gerais, que atuam hoje como verdadeiros Vice-Ministros,

atendendo a uma multiplicidade de demandas em suas respectivas áreas.

Um agradecimento muito especial à Ministra Fátima Ishitani, minha Chefe do Gabinete, colaboradora incansável e cuja lealdade e lucidez foram para mim contribuição de enorme valor. Meus agradecimentos igualmente a cada um dos demais integrantes de minha equipe do Gabinete, e ao Assessor de Imprensa, Embaixador Tovar [da Silva Nunes], ao Secretário de Planejamento Diplomático, Embaixador [José Humberto de] Brito [Cruz], e ao Assessor de Assuntos Federativos e Parlamentares, Embaixador Pedro [Henrique Lopes] Borio.

Não quero deixar de agradecer aos demais diplomatas – e dirijo uma palavra especial aos mais jovens, que há pouco ingressaram na carreira. Não os conheço todos pelo nome, mas tenho plena confiança no potencial de vocês de contribuírem para nossa capacidade de resposta ao desafio de uma política externa com presença universal e atuação crescentemente diversificada.

Agradeço aos demais funcionários – da Secretaria de Estado e dos Postos –, Oficiais de Chancelaria, Assistentes de Chancelaria, Motoristas, Contínuos e demais categorias

profissionais de quem recebi invariavelmente apoio e dedicação.

Em uma nota pessoal, queria agradecer a três pessoas criativas, originais, inteligentes e de quem sempre recebi carinho, apoio e muitas críticas também, que se chamam Tania, Miguel e Thomas – minha mulher e meus dois filhos.

Caros colegas,

Para mim, é fácil transmitir o cargo ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Começamos juntos na DNU, em 1981, e seguimos nossas trajetórias como amigos e colegas, com vínculos inabaláveis de confiança recíproca. As qualidades do Embaixador Figueiredo demonstraram-se, uma vez mais, no desafio gigantesco que foi a organização e a realização da Rio+20, em que ele se destacou como articulador do consenso, alcançado antes do prazo, em torno do documento final conhecido como “O Futuro que Queremos”. A Ministra Izabella Teixeira, aqui presente, também teve uma participação fundamental.

Não creio ser esta a ocasião para um balanço exaustivo de realizações e para uma análise dos desafios de nossa política externa. O que acontece hoje é uma substituição entre profissionais de uma mesma carreira dentro de um Governo em que a política externa continua a desenvolver-se sob a orientação da Presidenta Dilma Rousseff. Não quero deixar, contudo, de assinalar alguns pontos que têm caracterizado a atuação externa brasileira: o aprofundamento da integração regional; a ocupação crescente de espaços na cena internacional; a contribuição continuada aos grandes debates políticos e conceituais da atualidade; a defesa de interesses específicos por meio da dinamização de relações com número cada vez maior de parceiros em matéria de comércio, de investimentos, de inovação, de ciência e tecnologia.

Há poucos meses, na celebração do Dia do Diplomata, pude ilustrar os desdobramentos da execução desses elementos de nossa política externa, dando exemplos como a consolidação da América do Sul como espaço de paz, cooperação, democracia e crescimento com justiça social; a eleição para importantes cargos internacionais de personalidades brasileiras; a participação brasileira em todos os debates internacionais de sentido estratégico; a maior capacidade de apoio aos brasileiros no exterior, bem como ao setor privado e a outros atores da sociedade brasileira.

Creio, também, ser importante destacar que, na última década, o Brasil soube se antecipar a tendências internacionais que hoje se consolidam no sentido da maior difusão do poder e da crescente participação e influência do mundo em desenvolvimento nos processos decisórios, ao mesmo tempo em que os chamados “poderes estabelecidos” continuam a desempenhar papel relevante na cena global. Assim o demonstram o aumento em nossa rede de Postos no exterior, a ampliação da teia de nossas relações diplomáticas, abrangendo novos mecanismos de aproximação e diálogo com os países em desenvolvimento, como IBAS, ASPA, ASA, e BRICS. Tudo isso numa dinâmica que não descuro das relações com os países desenvolvidos, que continuaram a merecer uma atenção voltada à construção de relações maduras, fundadas no respeito mútuo e com ênfase na inovação e na competitividade.

Queria, também, voltar a enfatizar hoje a importância que atribuo à crescente incorporação da sociedade brasileira aos debates sobre a política externa. Daí o processo que iniciei com vistas a estruturar melhor o diálogo do Itamaraty com a sociedade civil, tornando-o mais sistemático e abrangente, por meio da criação de um Foro de caráter consultivo.

Estou convencido de que a maior mobilização de parcelas da cidadania para lidar com temas da agenda internacional permitirá avanços mais significativos nos temas que mais afetam a vida dos cidadãos. Para um país como o Brasil, aberto e plural, a diplomacia do diálogo converte-se em fonte de poder adicional, na medida em que assegura à política externa autoridade e legitimidade democrática.

Em minha atuação à frente do Ministério, procurei, sempre que possível, dirigir-me a plateias compostas por jovens. Procuo transmitir-lhes a ideia de um Brasil que reúne todas as condições para atuar no plano internacional, sem intimidar-se diante de questões complexas, sem tampouco cair na ilusão de que por sermos um país grande não precisaríamos conhecer e atender para as particularidades e as condições específicas de países menores em nossa ou em outras regiões.

Como disse em um evento recente no Rio de Janeiro, deve inspirar-nos o exemplo de Sérgio Vieira de Mello, incansável em sua disposição de tratar de problemas que pareciam intratáveis e em seu interesse pelo conhecimento de outras culturas, outras situações nacionais.

Quero dizer algumas breves palavras sobre as responsabilidades que me reservam as novas funções.

Recentemente, em palestra no Centro de Direito Internacional da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, salientei a importância de que, em um contexto no qual se verifica um descongelamento (ao menos parcial) do poder mundial, o Brasil atue de forma inequívoca em favor da construção de uma multipolaridade baseada na cooperação. A transição para a multipolaridade abre novas e interessantes oportunidades, mas seu aproveitamento exige a valorização, por um lado, do multilateralismo e, por outro, do

direito internacional.

A promoção de uma multipolaridade que tenha como nota predominante a cooperação, e não a confrontação, envolve ao menos três aspectos.

Primeiramente, a preservação das conquistas do último século, em particular os avanços no direito internacional, com a consagração de princípios de paz, diálogo e cooperação, como os da Carta da ONU.

Em segundo lugar, a denúncia das contradições e lacunas do atual sistema multilateral, bem como a crítica aos unilateralismos e excepcionalismos.

E, por fim, a necessidade de não nos limitarmos à crítica, mas também de indicarmos caminhos de forma criativa e propositiva.

É assim nos temas da paz e da segurança, nas questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, nos direitos humanos, na governança das telecomunicações. É assim também naquilo que é talvez o tema dos temas: a governança global e a necessidade de sua reforma.

Inspira-me o sentimento de que o Brasil no século XXI pode ser um vetor de paz, prosperidade, justiça, direitos humanos, de eliminação da discriminação, seja ela de raça, de gênero, de orientação sexual ou de qualquer espécie. Para a realização dessa vocação do Brasil, não há plataforma melhor que a das Nações Unidas.

Não desejaria concluir sem uma menção a aspectos internos do funcionamento do Itamaraty.

Parece-me especialmente importante o aperfeiçoamento constante das práticas administrativas, no sentido da maior eficiência e transparência e com vistas, onde necessário, a aprimorar nossa cultura institucional.

Já não há espaço no Itamaraty de hoje para práticas e comportamentos que não reflitam

uma ética de respeito recíproco e uma atitude a um só tempo profissional e humana. Sei que o Embaixador Figueiredo compartilha essa preocupação e que dará continuidade aos esforços já empreendidos nessa direção.

Ao mesmo tempo, é imprescindível o respeito à hierarquia e às cadeias de comando. Sem isso, correríamos o risco de desencadear processos de consequências imprevisíveis e capazes de acarretar prejuízos a nossa coesão, nossa credibilidade, nossa capacidade de ação e habilidade para exercer influência e solucionar questões, até mesmo aquelas com componente humanitário e de proteção dos direitos humanos.

Quero dizer-lhes que quando deixar Brasília, o farei orgulhoso deste Ministério e da qualidade pessoal e profissional de seus funcionários.

Não me esquecerei do dia em que, destoando da inspiração predominantemente pacífica e legítima das manifestações de rua de junho último, o Palácio do Itamaraty foi objeto de tentativas de invasão e teve vidraças quebradas. Ao ver que isso estava ocorrendo, acudi ao Ministério com a sensação de que estavam invadindo minha própria casa.

No dia seguinte, as imagens do “abraço simbólico” ao Palácio foram um desagravo. Ficarão para sempre em minha memória como símbolo de nossa unidade como instituição, de nossa unidade em torno da competência e do profissionalismo e do propósito de trabalharmos pela construção de uma sociedade cada vez mais plural, humana e democrática.

Hoje, retribuo tudo aquilo que recebi de vocês com meu abraço pessoal, que é o abraço de um único indivíduo, que não conseguirá se projetar no espaço, como o abraço ao Itamaraty – mas que traz uma marca duradoura e se projetará no tempo – de uma gratidão sincera, de meu reconhecimento da

grandeza desta instituição, grandeza cujo fundamento é a qualidade moral e profissional de seus funcionários.

Muito obrigado a todos vocês.

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (PALÁCIO ITAMARATY, 28 DE AGOSTO DE 2013)

29-08-2013

Sinto-me profundamente honrado pela nomeação como Ministro de Estado das Relações Exteriores.

É com entusiasmo, e com toda minha disposição de bem servir, que assumo o desafio que me deu a Senhora Presidenta da República. À Sua Excelência desejo manifestar o mais vivo agradecimento pela confiança em mim depositada.

É com entusiasmo, sim, e é com a consciência de que o trabalho realizado nesses mais de dois anos e meio pelo Ministro Antonio Patriota, com base nas diretrizes estabelecidas pela Presidenta Dilma Rousseff, fortaleceu a inserção do Brasil em um sistema internacional que vem sofrendo mudanças aceleradas.

Queria registrar o meu reconhecimento e, muito mais do que isso, o reconhecimento da Casa de Rio Branco ao Embaixador Antonio Patriota. Você, Antonio, reúne de forma superlativa as qualidades de um grande diplomata. Sua inteligência, sua lucidez, sua sensibilidade política e, não menos, sua dedicação incansável ao trabalho serão sempre, para mim, um exemplo e uma grande inspiração.

Alguns sabem, outros não, que tive o

privilégio de começar minha carreira com Antonio Patriota. Contemporâneos de Instituto Rio-Branco (ele uma turma acima da minha), fomos lotados inicialmente na mesma divisão, a DNU.

Compartilhávamos a mesma sala e nossas mesas ficavam uma na frente da outra. Esse contato diário formou uma amizade de vida inteira, que só se fortaleceu nos últimos anos. Devo ao Antonio oportunidades importantes da minha carreira, inclusive o convite para chefiar o DME e, posteriormente, para ser Subsecretário. Sou e serei sempre grato a ele.

A política externa determinada pela Senhora Presidenta da República nos últimos anos corresponde a um Brasil mais forte e mais presente no cenário internacional. Corresponde a um Brasil cuja voz se faz ouvir com respeito e credibilidade. Um Brasil que deu passos de gigante no encaminhamento de problemas internos, e que está firmemente orientado na direção de um processo de desenvolvimento no qual a justiça social, a redução das desigualdades e a erradicação da miséria não são acessórios opcionais, mas a própria razão de ser do crescimento econômico.

O fortalecimento da presença do Brasil no

exterior se vem realizando por meio de uma ação diplomática que tem sabido conjugar a ênfase prioritária na integração regional e nas relações com cada um dos países vizinhos com uma projeção de caráter global e verdadeiramente universal, como é a vocação de nossa política externa.

Ao mesmo tempo, ganhou força nossa voz na defesa de nossos valores e interesses no plano multilateral e nos grandes debates da agenda internacional, do desenvolvimento sustentável aos direitos humanos e temas sociais, das questões da paz e da segurança ao sistema multilateral de comércio. No contexto de uma crise econômica internacional que já se prolonga em demasia, o Brasil é hoje um ator incontornável.

O sentido dessa atividade externa intensa é o de sinalizar a nova importância assumida pelo Brasil no mundo. A maior presença do Brasil no plano global tem-se refletido, da mesma forma, no êxito em candidaturas para postos de alto nível em organismos internacionais de primeira linha. Foi assim na Direção-Geral da FAO, em 2011, e foi assim na Direção-Geral da OMC, este ano, para citar apenas os dois casos mais importantes. Essas significativas vitórias ficarão como marcas da diplomacia brasileira na gestão Antonio Patriota.

Mas persistem desafios importantes à nossa frente.

Precisamos continuar e aprofundar o trabalho, que já vem sendo realizado, de buscar eficiência e eficácia cada vez maiores na promoção comercial, aspecto indispensável para um país com o Brasil, que dispõe, como poucos, de uma base industrial e agrícola altamente diversificada.

Será fundamental trabalhar para aproveitar ao máximo o potencial de projeção internacional que se abre para o Brasil com os grandes eventos ainda por realizar, em particular a Copa do Mundo no ano que vem

e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Ao mesmo tempo, a diplomacia cultural tem que ser parte integrante de nossa presença, como reflexo maior da alma do povo brasileiro.

No plano multilateral, o rumo está definido e é necessário seguir adiante com coragem e com determinação, com o estilo construtivo que nos é próprio, na busca de soluções que correspondam aos nossos interesses e aos interesses de todo o mundo.

Não surpreenderá a ninguém que eu cite como exemplo o que fizemos na Rio+20. Demos, ali, passos essenciais. O desenvolvimento sustentável está, hoje, no centro da agenda internacional, e no centro do desenvolvimento sustentável está a erradicação da pobreza. Estamos, agora, engajados na construção de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 – grande tema das Nações Unidas para os próximos anos –, na qual temos a perspectiva real de colocarmos como objetivo, em um horizonte de tempo alcançável, a erradicação da pobreza em escala global.

Nesse sentido, o Brasil é hoje um exemplo de políticas sociais bem-sucedidas, que têm sido buscadas por nossos parceiros como inspiração para um modelo de desenvolvimento sustentável aplicável a todos.

Por outro lado, os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da segurança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias. Neste, assim como em outros casos, estaremos atentos para a contribuição que o Brasil pode e deve dar, especialmente num contexto de uma já inadiável transformação da governança internacional, que inclui a reforma do Conselho de Segurança.

Na assistência a brasileiros no exterior, temos de continuar modernizando e reforçando a atuação da rede consular, aspecto

que é essencial no trabalho do Ministério, porque é um serviço diretamente prestado ao cidadão e porque esse serviço se torna tanto mais relevante quanto maior se faz a presença de brasileiros em outros países, seja como turistas, seja como residentes.

Senhoras e senhores,

Meus queridos colegas,

Sinto um imenso orgulho da instituição a que pertencço.

Tenho este orgulho porque conheço a Casa. Comecei, como já disse, numa Divisão. Mais tarde, pude chefiar duas divisões (DMAE e DPAD), fui Ministro-Conselheiro no exterior, Diretor de Departamento (DME), Subsecretário e agora Ministro. Por isso valorizo o trabalho das unidades básicas da casa, a começar pelas Divisões. Temos de fortalecer essa estrutura para poder cumprir nosso papel de forma cada vez melhor.

O Itamaraty é um patrimônio do Brasil, é um instrumento indispensável para a promoção de nossos interesses.

É responsabilidade de cada um de nós aqui trabalhar pelo fortalecimento desse legado institucional e pelo aprimoramento dos métodos de trabalho.

É importante fazê-lo com os olhos abertos para o futuro, com a visão desimpedida das enormes oportunidades que se abrem com a inovação dos procedimentos, com a renovação de nosso profissionalismo, com o trabalho para assegurar o bom funcionamento de um Itamaraty que é hoje, muito maior e muito mais complexo do que era há vinte ou trinta anos.

Quero uma Casa que se abra à Esplanada, aos demais Ministérios, assim como uma Casa mais próxima à sociedade civil. Encaro a rede de postos no exterior não apenas como escritórios do Itamaraty, mas como escritórios da totalidade do Governo brasileiro. Temos 227 repartições no exterior, que existem para

servir ao Brasil e aos brasileiros.

Quero dizer que vou dedicar-me à Casa e às suas necessidades. Todos os membros do Serviço Exterior e os demais funcionários terão em mim um defensor incansável de melhores condições de trabalho.

O Itamaraty que eu entendo não é apenas aquele que responde bem aos desafios. É o que tem ideias, propostas e pensamento estratégico. Mas também é aquele que atua decisivamente no cumprimento das instruções recebidas e no estrito respeito à lei. Não estaremos no bom caminho se permitirmos que se percam aspectos essenciais de nossa cultura institucional, como o princípio da hierarquia, já mencionado pelo Embaixador Patriota.

Todos sabemos que a hierarquia não exclui o debate de ideias, nem a consideração de uma pluralidade de perspectivas. Queremos um Itamaraty arejado, rico em discussões e estudos, aberto a novos conceitos. Mas o debate de ideias tampouco exclui a obediência e o respeito à institucionalidade. Estes são imperativos do serviço público.

Meus amigos, não posso deixar de ressaltar que, nesta casa, de que tanto nos orgulhamos, tampouco há lugar para discriminação de qualquer espécie e assédio contra quem quer que seja. Comportamentos desse tipo não serão tolerados na minha gestão.

Por fim, aos colegas do Itamaraty, não peço mais do que aquilo que estão acostumados a dar: o mesmo empenho, a mesma dedicação que faz a tradição da essência de nossa instituição.

É o que eu também me comprometo a fazer.

Com a força desse empenho, não tenho dúvida de que estaremos todos nós à altura dos grandes desafios que se nos apresentam.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respectiveiros Nacionais

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Tecnologias Apropriadas para a Produção de Girassol e de Mandioca e Seus Derivados para a Agricultura Familiar”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas - Fase II”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional de Serviços Públicos do Trabalho”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional na Área de Inspeção do Trabalho”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Implementação de uma Metodologia em SIG para a Cartografia Geológica e Temática ao Milionésimo e sua Aplicação no Projeto SIG América do Sul 1:1 M”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos – Fase II”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Tecnologias Apropriadas para a Produção de Leite e Elaboração de Produtos Derivados na Agricultura Familiar”.

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia de Administração Pública sob o Presidente da República do Cazaquistão sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares

Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas

Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Bioversity International.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que Cria a “Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar

Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para implementação do projeto “Implementação de diagnóstico clássico e molecular e capacitação técnica de medidas sanitárias para o controle de doenças de animais de produção – fase I

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina referente ao Estudo de Inventário Hidroelétrico para o Aproveitamento

dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Níger sobre o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Interconexão Ferroviária

Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais.

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu

Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre isenção de vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço.

Emenda ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente.

Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos.

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia de Administração Pública sob o Presidente da República do Cazaquistão sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Diálogo Político, Econômico, Comercial e de Investimentos Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Isenção de Vistos de Curta Duração Para Nacionais da República Federativa do Brasil e da República do Cazaquistão.

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto - “Reforço à Cadeia Produtiva de Caju - Fase I”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Reforço a Segurança Alimentar e Nutricional na Região Sul de Honduras – Fase I”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Reforço a Cadeia Produtiva Apícola – Fase I

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gergelim – Fase I”

Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia.

Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de impostos sobre a Renda, Celebrada em Nova Delhi, em 26 de abril de 1988

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Práticas Educativas Baseadas na Cultura Popular”

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Inovação e Formação em Preservação e Conservação Digital de Arquivos em África”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa de El Salvador para a Implementação do Projeto “Programa Território de Progresso, Fase II”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para Agricultura Familiar de El Salvador”

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji

Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil.

Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos

Memorando de Entendimento Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus sobre Consultas Políticas

Acordo para a Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Benin para Implementação do Projeto “Inserção Social Pela Prática Esportiva em Futebol - Fase 2 “

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores

da República Federativa do Brasil e o Departamento Federal de Relações Exteriores da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento Federal de Relações Exteriores da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias

Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria

Implementação do Projeto de Cooperação em Matéria de Publicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Corte Interamericana de Direitos Humanos

Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao.

Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao

Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio

ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Declaração de Intenções Foro Econômico
Brasil - França

Acordo Sobre um Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura para Evitar Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES À UCRÂNIA - KIEV,
3 DE JULHO DE 2013
01-07-2013

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, entre os quais se destaca a Parceria Estratégica Brasil-Ucrânia, celebrada em 2009.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Leonid Kozhara, em Kiev no dia 3 de julho.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, entre os quais se destaca a Parceria Estratégica Brasil-Ucrânia, celebrada em 2009. A Parceria desdobra-se em importantes projetos em áreas como saúde e cooperação espacial. A empresa binacional Alcântara Cyclone Space desenvolve o foguete Cyclone-4, para lançamento pelo Centro de Alcântara, no Maranhão.

Os Ministros Patriota e Kozhara analisarão, também, possibilidades para o aprofundamento da relação bilateral em temas como educação e energia. Serão tratados, igualmente, temas da agenda política internacional, como a

situação nos Bálcãs, a proteção de civis em situações de conflito, o processo de paz no Oriente Médio e a reforma dos organismos de governança global.

O comércio bilateral ultrapassou, em 2012, o volume de US\$ 1 bilhão, com superávit brasileiro de US\$ 235,6 milhões. Os ingressos de investimento direto da Ucrânia no Brasil, em 2012, somaram US\$ 46 milhões. Desde 2001, Brasil e Ucrânia mantêm reuniões regulares da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-Comercial (CIC), mecanismo que elabora recomendações para o desenvolvimento das relações econômicas.

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE
ENERGIA ATÔMICA PARA SEGURANÇA
FÍSICA NUCLEAR, VIENA,
1º DE JULHO DE 2013
01-07-2013

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

(Versão em português a ser divulgada oportunamente)

Dear Minister János Martonyi, President of the Conference,

Dear Ambassador Yukiya Amano, Director-General of the IAEA

Excellencies,

Ladies and Gentlemen,

It gives me great pleasure to attend this International Conference on Nuclear Security. I welcome the Director-General's initiative to enhance this edition by providing for a ministerial segment. It is a well-timed signal of the central role the IAEA must play in these efforts.

Let me also thank the two co-chairs, my fellow countryman Ambassador Vinhas and Ambassador Csuday of Hungary, as well as the Secretariat, for the excellent work in preparation for this Conference and the Ministerial Declaration to be adopted today.

Mr. President,

To be consistent and ultimately effective, nuclear security must be articulated within the international community's broader efforts to promote the goals of nuclear disarmament, non-proliferation and the advancement of the peaceful uses of nuclear energy.

These are objectives that we must, with coherence and determination, actively pursue in our multilateral efforts aimed at promoting sustainable peace, security and increased levels of well-being for each nation and for humankind as a whole.

For us to succeed in these endeavors, we cannot subscribe to piecemeal, selective approaches deprived of a truly comprehensive view on the root causes of the challenges associated with nuclear security.

We should also be aware that concerns with nuclear security cannot be invoked to preclude the legitimate right of States to develop research, production and use of nuclear energy for peaceful purposes in conformity with Article IV of the Non Proliferation Treaty.

We cannot ignore that the continued existence of many thousands of nuclear weapons constitutes a great and immediate menace to international peace and security, as they threaten the very survival of life on Earth.

While the physical protection of nuclear weapons is the primary responsibility of States possessing them, these weapons are a legitimate concern of the entire international community. Their fate is our responsibility also.

We have indeed a shared responsibility to ensure that systematic and progressive steps are taken, in accordance with the obligations contained in the NPT, for the complete elimination of all nuclear arsenals.

As long as nuclear disarmament remains unrealized, measures aimed at securing the physical protection of nuclear materials and facilities will be tinged with precariousness. As United States President Barack Obama recently stated in Berlin, "so long as nuclear weapons exist, we are not truly safe".

The continued reliance on nuclear arsenals in national and collective security strategies leads to the prevalence of a logic which favors the preservation of these arsenals, with negative impact on the international community's efforts not only for disarmament, but also in the field of non-proliferation.

The status quo is not acceptable.

In this context, we welcome the fact that the Declaration to be adopted today recognizes, in line the view taken by UN General Assembly Resolution 67/44, "progress is urgently needed in the area of disarmament and nonproliferation in order to maintain international peace and security and to contribute to global efforts against terrorism".

Mr. President,

All of this is serious enough. But the adverse impact of nuclear weapons extends beyond the realm of security and negatively

affects living conditions on the planet. In addition to their inherent risks, the option for a nuclear deterrent presents other direct and indirect consequences which cannot be underestimated.

In this respect, Brazil commends the UN Secretary-General, Mr Ban Ki-Moon, for his apt remarks on the fact that “the world is over-armed and peace is under-funded”. We must reflect on these words and act upon them.

It is cause for serious concern that in 2010, global military spending exceeded US\$ 1,6 trillion – nearly 4,6 billion a day, which alone is almost twice the United Nations regular budget for a year - while ODA expenditures reached only US\$ 128 billion in that same year.

Furthermore, in advancing nuclear security, we cannot ignore the fundamental question of the catastrophic humanitarian consequences of any possible use of nuclear weapons, either by intent or by accident.

There is a relevant ongoing international debate on this issue and we strongly invite committed participation by all, especially by those possessing nuclear weapons.

We should also encourage greater involvement of civil society organizations in our future work in this area. The risks involved are simply too high. They are of interest to ordinary citizens whose voices must be heard.

Surely nuclear weapons cannot be uninvented but they can be outlawed and eventually eliminated if we manage to deal satisfactorily with the three hurdles – psychological, geopolitical and technical – recently pointed out by former Australian Foreign Minister Gareth Evans.

Nuclear weapons should not be seen as a sign of prestige or status, much less a prerequisite for a permanent seat at the United Nations Security Council. On the contrary, as the International Court of Justice determined,

their threat and use would be contrary to the rules of international law and in particular the principles and rules of humanitarian law, especially as they do not differentiate between combatants and civilians.

Mr. President,

The risks stemming from the possibility of State or non-state actors having access to nuclear weapons or nuclear materials are of special concern.

Brazil has adopted comprehensive national legislation in this field, and is party to all relevant international instruments on the promotion of nuclear security and the suppression of terrorism.

I shall also note that the internal procedures for the ratification of the amendment to the Convention on Physical Protection of Nuclear Material proceed apace.

Brazil is ready to contribute to the establishment of more nuclear-weapon free zones around the Globe. We believe that the experiences of Tlatelolco, the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Material (ABACC), Pelindaba in the African Continent, Rarotonga in the South Pacific region, Bangkok in South East Asia, the Central Asian nuclear-weapon free-zone treaty and Mongolia’s nuclear weapons free status can be important contributions in this regard, especially in the case of the Middle East, where we continue to urge for the early convening of the Conference agreed to at the 2010 NPT Review Conference. We call upon all countries in the region to engage actively in this endeavor, which is an integral part of the present review cycle, and as such must be held as soon as possible, preferably not later than December 2013.

We should not accept the argument that progress in the establishment of a nuclear weapon free-zone in the Middle East be held hostage to improvements in the overall

political agenda. They must evolve in tandem if they are to succeed, including in our efforts towards nuclear security.

In the context of the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS), we are working with our partners from South America and Africa to consolidate the South Atlantic as a region free of nuclear weapons and other weapons of mass destruction.

Mr. President,

This Conference should provide for a platform to affirm not only the Agency's central role in nuclear security but also to raise awareness as to how our objectives of advancing the peaceful uses of nuclear energy in adequate security conditions can benefit from a more consistent approach to our obligations under the UN Charter, the AIEA Statute, the NPT and other applicable multilateral instruments.

To conclude, Mr. President, I reiterate Brazil's staunch support for the IAEA, the appropriate overarching institution to deal with the issues at hand, as this Conference unambiguously demonstrates.

It is our firm conviction that a sustainable nuclear security strategy goes well beyond ensuring better standards of physical protection to both civilian and military nuclear materials and facilities. It also demands vigorous good faith negotiations towards the elimination of nuclear arsenals, and the urgent promotion of an updated multilateral framework for a more secure, peaceful and prosperous world.

Nuclear energy has granted humanity huge benefits and its peaceful applications offer us many future rewards if we are serious in meeting our commitments and direct its use to improving life, rather than threatening survival to humankind.

I thank you, Mr. President.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES AOS PAÍSES BAIXOS,
HAIA, 4 DE JULHO DE 2013

02-07-2013

Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans, e com o Diretor-Geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), Ahmet Üzümcü.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita aos Países Baixos em 4 de julho. Na Haia, manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans, e se reunirá com o Diretor-Geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), Ahmet Üzümcü.

Os Chanceleres brasileiro e neerlandês examinarão estratégias para aprofundar a cooperação bilateral em áreas como comércio, investimentos, infraestrutura, energia e educação. Os Ministros Patriota e Timmermans também trocarão impressões sobre as negociações para um Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia. Serão tratados, igualmente, temas relativos aos direitos humanos e questões da agenda de paz e segurança internacionais.

Os Países Baixos são o quinto principal parceiro comercial do Brasil. Em 2012, o fluxo de comércio atingiu US\$ 18,1 bilhões, o que representa crescimento de mais de 50% em relação a 2008.

No encontro entre o Chanceler brasileiro e o Diretor-Geral da OPAQ, serão examinados temas da agenda de desarmamento, com ênfase nos esforços para a destruição completa de arsenais químicos e nas alegações de que armas químicas tenham sido utilizadas no conflito sírio.

SITUAÇÃO NO EGITO

03-07-2013

Governo brasileiro acompanha, com preocupação, a grave situação no Egito, onde a Constituição acaba de ser suspensa e o Presidente democraticamente eleito destituído, segundo comunicação das Forças Armadas.

Ao insistir na busca de soluções para os desafios a serem enfrentados pela população egípcia em respeito à institucionalidade, o Governo brasileiro conclama ao diálogo e à conciliação para que as justas aspirações da população egípcia por liberdade, democracia e prosperidade possam ser alcançadas sem violência e com a plena vigência da ordem democrática.

DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA

05-07-2013

A Declaração de Cochabamba foi assinada, por parte do Brasil, pelo Ministro das Relações Exteriores, interino, Embaixador Eduardo dos Santos, e pelos demais representantes da América do Sul presentes à reunião de alto nível de países sul-americanos realizada em 4 de julho de 2013, na Bolívia.

(versão em Português será disponibilizada oportunamente).

Ante la situación a la que fuera sometido el Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales, por parte de los gobiernos de Francia, Portugal, Italia y España, denunciamos ante la comunidad internacional y los diversos organismos multilaterales:

- La flagrante violación de los Tratados Internacionales que rigen la convivencia pacífica, solidaridad y cooperación entre nuestros Estados, que constituye un acto insólito, inamistoso y hostil, configurando un

hecho ilícito que afecta la libertad de tránsito y desplazamiento de un Jefe de Estado y su delegación oficial.

- El atropello y las prácticas neocoloniales que aún subsisten en nuestro planeta en pleno siglo XXI.

- La falta de transparencia sobre las motivaciones de las decisiones políticas que impidieron el tránsito aéreo de la nave presidencial boliviana y su presidente.

- El agravio sufrido por el presidente Evo Morales, que ofende no solamente al pueblo boliviano sino a todas nuestras naciones.

- Las prácticas ilegales de espionaje que ponen en riesgo los derechos ciudadanos y la convivencia amistosa entre naciones.

Frente a estas denuncias, estamos convencidos que el proceso de construcción de la Patria Grande, en el que estamos comprometidos, debe consolidarse en pleno respeto a la soberanía e independencia de nuestros pueblos, sin la injerencia de los centros hegemónicos mundiales, superando las viejas prácticas en las que se pretende imponer países de primera y de segunda clase.

Las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de países de la Unión de Naciones Suramericanas UNASUR, reunidos en Cochabamba, Bolivia el 4 de julio de 2013,

1. Declaramos que la inaceptable restricción a la libertad del Presidente Evo Morales Ayma, convirtiéndolo virtualmente en un rehén, constituye una violación de derechos no sólo al pueblo boliviano, sino a todos los países y pueblos de Latinoamérica y sienta un peligroso precedente en materia del derecho internacional vigente.

2. Rechazamos las actuaciones claramente violatorias de normas y principios básicos del derecho internacional, como la inviolabilidad de los Jefes de Estado.

3. Exigimos a los gobiernos de Francia, Portugal, Italia y España, expliquen las razones

de la decisión de impedir el sobrevuelo del avión presidencial del Estado Plurinacional de Bolivia por su espacio aéreo.

4. De igual manera exigimos a los gobiernos de Francia, Portugal, Italia y España presenten las disculpas públicas correspondientes en relación a los graves hechos suscitados.

5. Respaldamos la Denuncia presentada por el Estado Plurinacional de Bolivia ante la Oficina del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Derechos Humanos, por la grave violación de Derechos Humanos y puesta en peligro concreto de la Vida del Presidente Evo Morales. Asimismo, respaldamos el derecho del Estado Plurinacional de Bolivia de realizar todas las acciones que considere necesarias ante los Tribunales e instancias competentes.

6. Acordamos conformar una Comisión de Seguimiento, encargando a nuestros Cancilleres la tarea de realizar las acciones necesarias para el esclarecimiento de los hechos.

Finalmente, en el espíritu de los principios establecidos en el Tratado Constitutivo de UNASUR, exhortamos a la totalidad de las Jefas y Jefes de Estado de la Unión a acompañar la presente Declaración. De igual manera, convocamos a la Organización de las Naciones Unidas y organismos regionales que aún no lo han hecho, a pronunciarse sobre este hecho injustificable y arbitrario.

Cochabamba, 4 de julio de 2013

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI, LUIS
ALMAGRO
BRASÍLIA, 9 DE JULHO DE 2013
05-07-2013

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota receberá o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, em Brasília, no dia 9 de julho, no contexto da primeira reunião plenária do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), estabelecido por decisão presidencial de julho de 2012.

Durante a reunião do GAN, os Chanceleres tratarão de objetivos comuns ao desenvolvimento sustentável e à integração binacional, como: infraestrutura e transportes; integração produtiva; comunicação e informação; livre circulação de pessoas; ciência, tecnologia e inovação; livre circulação de bens e serviços. O Uruguai detém a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL.

De 2003 a 2012, a corrente de comércio bilateral quadruplicou, passando de US\$ 943 milhões a mais de US\$ 4 bilhões. O Brasil é o principal sócio comercial do Uruguai e o principal mercado para os produtos uruguaios. O Uruguai é o segundo maior investidor no Brasil entre os países da América do Sul e concentra o segundo maior estoque de investimentos brasileiros na região, incluindo setores como agroexportação, frigoríficos, energia, alimentos e bebidas, finanças, construção civil, produtos químicos, mineração e siderurgia.

DIREITOS HUMANOS –
RELATORES ESPECIAIS
05-07-2013

O Governo brasileiro estende a todos os titulares de mandatos especiais do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas convite permanente para visitar o país. Ainda em 2013, o Brasil deve receber as missões dos Relatores Especiais sobre o Direito Humano à Saúde e sobre os Direitos dos Povos Indígenas, além do Grupo

de Trabalho sobre Afrodescendentes.

A visita ao Brasil da Relatora Especial da ONU sobre o Direito Humano à Água e ao Saneamento, Catarina de Albuquerque, inicialmente prevista para o período de 9 a 19 de julho, foi adiada – e não cancelada - para que pudessem ser dadas à relatora as melhores condições possíveis para a realização de sua missão.

O Governo brasileiro proporrá período para a realização da missão o mais prontamente possível, de modo que possa ocorrer ainda neste segundo semestre de 2013.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DA COREIA DO NORTE
05-07-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que decidiu conceder agrément ao Senhor Kim Thae Jong como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular Democrática da Coreia no Brasil.

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO
MINISTRO ANTONIO PATRIOTA SOBRE
DENÚNCIA DE ESPIONAGEM CONTRA
CIDADÃOS BRASILEIROS
07-07-2013

Declaração à imprensa do Ministro Antonio de Aguiar Patriota sobre denúncia de espionagem por agências de inteligência norte-americanas.

Transmite teor da declaração à imprensa do Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota, feita hoje, 7 de julho de 2013, sobre a denúncia de que cidadãos brasileiros foram objeto de espionagem por parte de

agências de inteligência norte-americanas.

“O Governo brasileiro recebeu com grave preocupação a notícia de que as comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos brasileiros estariam sendo objeto de espionagem por órgãos de inteligência norte-americanos.

O Governo brasileiro solicitou esclarecimentos ao governo norte-americano por intermédio da Embaixada do Brasil em Washington, assim como ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O governo brasileiro promoverá no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT) em Genebra, o aperfeiçoamento de regras multilaterais sobre segurança das telecomunicações. Além disso, o Brasil lançará nas Nações Unidas iniciativas com o objetivo de proibir abusos e impedir a invasão da privacidade dos usuários das redes virtuais de comunicação, estabelecendo normas claras de comportamento dos Estados na área de informação e telecomunicações para garantir segurança cibernética que proteja os direitos dos cidadãos e preserve a soberania de todos os países.”

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA ORIENTAL
DO URUGUAI, LUIS ALMAGRO –
BRASÍLIA, 9 DE JULHO DE 2013
09-07-2013

1 - COMUNICADO CONJUNTO
SOBRE O PLANO DE AÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
A INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI

2 - ACORDO ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
SOBRE RESIDÊNCIA PERMANENTE

COM O OBJETIVO DE ALCANÇAR A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

3-ACORDO SOBRE A SIMPLIFICAÇÃO DE LEGALIZAÇÕES EM DOCUMENTOS PÚBLICOS

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI

Em seguimento às determinações objeto do Comunicado Conjunto Presidencial de 31 de julho de 2012, que instituiu um novo paradigma para as relações bilaterais, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro Lemes, reunidos por ocasião da 1ª Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), na cidade de Brasília, em 9 de julho de 2013, decidiram aprovar o Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai, doravante denominado Plano de Ação.

2. O Plano de Ação é composto de iniciativas em seis áreas, consideradas pelos Presidentes como prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral, quais sejam: (a) integração produtiva, (b) ciência, tecnologia e inovação, (c) comunicação e informação, (d) integração da infraestrutura de transportes, (e) livre circulação de bens e serviços, e (f) livre circulação de pessoas.

3. O Plano de Ação estabelece objetivos gerais e específicos, divisão de tarefas e responsabilidades, identificação de pontos focais em ambos os Governos e prazos para a implementação das ações e iniciativas prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral, conforme os documentos de trabalho em anexo.

4. O GAN será o responsável pelo acompanhamento das ações constantes do Plano de Ação. Nas reuniões subsequentes

do GAN, serão relatados e avaliados os progressos registrados pelos distintos subgrupos de trabalho temáticos, constituídos no âmbito do Grupo, com vistas a assegurar o pleno cumprimento dos objetivos inscritos no Plano de Ação.

5. Cada subgrupo de trabalho deverá prosseguir com suas atividades e reuniões de maneira independente. O Plano de Ação deverá ser atualizado e modificado à medida que se avance na concretização das metas anteriormente previstas. Novas ações e projetos poderão ser inscritos no Plano de Ação, na medida em que se julguem prioritários para a construção de uma integração profunda entre Brasil e Uruguai.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE RESIDÊNCIA PERMANENTE COM O OBJETIVO DE ALCANÇAR A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

A República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas “Partes”;

REAFIRMANDO a vontade demonstrada pelos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai em alcançar a livre circulação de pessoas, e o disposto no Plano de Ação para a constituição progressiva da livre circulação de pessoas, assinado pelos países em 4 de dezembro de 2012;

CONVENCIDOS de que seria oportuno facilitar o trânsito de seus nacionais entre seus respectivos territórios, a fim de ampliar as oportunidades para todos os cidadãos brasileiros e uruguaios;

RECONHECENDO que as fronteiras que unem as Partes constituem elementos de integração entre suas populações;

CONSIDERANDO necessário contribuir para o desenvolvimento e para o ajuste

estrutural das economias menores e das regiões menos desenvolvidas; e

CONVENCIDOS da necessidade de um instrumento que permita efetivamente alcançar o objeto deste Acordo, por meio da implementação, em curto prazo, de procedimentos que facilitem o trânsito dos nacionais de ambas as Partes,

ACORDAM:

ARTIGO 1º - OBJETIVOS

Este Acordo tem por objetivo avançar na livre circulação de pessoas entre as Partes, com vistas a assegurar a efetiva integração entre os dois países.

ARTIGO 2º - VISTO OU RESIDÊNCIA PERMANENTE

1. Aos nacionais brasileiros e uruguaios pode ser concedida residência permanente ou visto permanente, desde que requeiram, apresentando-se os seguintes documentos:

a) passaporte válido e vigente ou carteira de identidade ou documento especial de fronteira ou certidão de nacionalidade expedida pelo agente consular do país de origem, acreditado no país de recepção, de modo que reste provada a identidade e a nacionalidade do solicitante;

b) certidão ou declaração pessoal sob as penas da lei negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais, no país de origem ou nos que houver residido o solicitante nos cinco anos anteriores à sua chegada ao país de destino ou de seu pedido ao consulado, conforme o caso;

c) Declaração pessoal sob as penas da lei de ausência de antecedentes internacionais penais ou policiais;

2. Aos nacionais das Partes que vierem a solicitar a residência permanente na outra Parte não será exigido período prévio de residência temporária.

ARTIGO 3º - DO PEDIDO

1. Os pedidos serão tramitados:

a) Para o Brasil: no caso de visto permanente, perante uma Missão Diplomática ou Representação Consular brasileira; no caso de residência permanente, perante o Departamento de Polícia Federal ou diretamente à Secretaria Nacional de Justiça;

b) Para o Uruguai: no caso de residência permanente perante uma representação diplomática uruguaia ou a Direção Nacional de Migração.

2. As Partes comprometem-se a implementar sistema que permita a realização dos trâmites de residência nas representações consulares das Partes, bem como o acompanhamento e a notificação dos solicitantes.

ARTIGO 4º - ISENÇÃO DE TAXAS, EMOLUMENTOS E MULTAS

1. Os trâmites até a concessão do visto ou da residência permanentes estarão isentos de custos.

2. O procedimento previsto nos artigos 2º e 3º aplicar-se-á independente da condição migratória do solicitante no território do país de recepção e implicará a isenção de multas e outras sanções administrativas mais gravosas decorrentes de estada irregular.

ARTIGO 5º - DISPENSA DE TRADUÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Para os fins especificados neste Acordo, fica dispensada a legalização e a tradução de documentos.

2. Exige-se, apenas, que o documento apresentado perante as autoridades consulares ou migratórias seja válido no país de expedição.

ARTIGO 6º - NORMAS GERAIS SOBRE INGRESSO E PERMANÊNCIA

1. Os nacionais brasileiros e uruguaios que tenham obtido visto ou residência permanente com base no presente Acordo têm o direito de ingressar, sair, circular e permanecer livremente no território do país de recepção, mediante prévio cumprimento das

formalidades previstas neste Acordo, e sem prejuízo de restrições excepcionais impostas por razões de segurança pública.

2. Têm direito a exercer qualquer atividade, nas mesmas condições que os nacionais do país de recepção, observados os limites impostos pelas normas internas de cada Parte.

ARTIGO 7º - DIREITOS E GARANTIAS

1. O presente Acordo não invalidará ou restringirá direitos e garantias individuais concedidos por meio de outros acordos internacionais de que sejam Partes Brasil e Uruguai.

2. O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de normas ou dispositivos internos de cada Parte que sejam mais favoráveis aos imigrantes.

ARTIGO 8º – TROCA DE INFORMAÇÕES

As Partes se comprometem a trocar informações sobre as respectivas legislações e a identificar os aspectos necessários para concretizar a livre circulação de pessoas.

ARTIGO 9º - ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da implementação do presente Acordo será realizado pelo Subgrupo de Trabalho sobre Livre Circulação de Pessoas do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai.

ARTIGO 10 – COMPENSAÇÃO E SALVAGUARDAS

Este Acordo preverá mecanismos de compensação e salvaguarda para casos extremos, a serem regulamentados oportunamente

ARTIGO 11 – DIFUSÃO

Devem ser desenvolvidas e executadas estratégias de comunicação conjunta para difundir os benefícios concedidos por este Acordo aos nacionais das Partes.

ARTIGO 12 - INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

As controvérsias que surjam relativas a alcance, interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidas por via diplomática.

ARTIGO 13 – VIGÊNCIA

Este Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias corridos a contar da data da troca dos instrumentos de ratificação pelas Partes.

ARTIGO 14 – DENÚNCIA

1. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação escrita, por via diplomática.

2. A denúncia terá efeito 180 (cento e oitenta) dias após a data em que a outra Parte tenha recebido a respectiva notificação, ressalvados os processos em trâmite.

Feito na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, aos 09 dias do mês de julho de 2013, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ACORDO SOBRE A SIMPLIFICAÇÃO DE LEGALIZAÇÕES EM DOCUMENTOS PÚBLICOS

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota Verbal do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, de 9 de julho de 2013, cujo texto em português é o seguinte:

“Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de propor em nome do Governo da República a celebração de um Acordo com a República Federativa do Brasil, a partir deste momento denominados “Partes”, sobre a simplificação de legalizações em documentos públicos.

A assinatura do presente Acordo será o primeiro passo na busca da supressão definitiva dos requisitos de legalização vigentes em ambos os países, no marco da integração bilateral que une nossos povos.

1-A - O presente Acordo se aplicará aos documentos públicos expedidos no território de uma das Partes, que devam ser apresentados no território de outra, ou a seus agentes diplomáticos ou consulares, ainda

quando esses agentes exerçam suas funções no território de um Estado que não seja Parte do presente Acordo.

1-B - Para os efeitos do presente Acordo serão considerados documentos públicos:

a) os documentos administrativos emitidos por um funcionário público no exercício de suas funções;

b) as escrituras públicas e atos notariais;

c) as certificações oficiais de assinaturas ou datas que figurem em documentos privados.

2- As Partes eximirão de toda forma de intervenção consular a legalização dos documentos contemplados no presente Acordo.

3- Para os efeitos da aplicação do presente Acordo, a única formalidade exigida na legalização de documentos a que se refere o ponto 1-B será uma etiqueta ou intervenção acoplada que deverá ser aplicada gratuitamente pela autoridade competente do Estado em que se originou o documento e, no qual se certifique a autenticidade da firma, a qualificação do signatário do documento e, quando for o caso, a identidade do carimbo, etiqueta ou intervenção que figure no documento.

4- Se as autoridades do Estado em cujo território for apresentado o documento tiverem dúvidas sérias e fundamentadas sobre a veracidade da assinatura, sobre a qualificação do signatário do ato, ou sobre o carimbo ou etiqueta, informações adicionais poderão ser solicitadas por intermédio das Autoridades Centrais.

Pedidos de informação deverão limitar-se a casos excepcionais e deverão ser sempre fundamentados. Na medida do possível, serão acompanhados pelo original ou cópia do documento.

5- Para os efeitos de aplicação do presente Acordo, a Autoridade Central na República Oriental do Uruguai será o Ministério das Relações Exteriores - Direção-Geral para

Assuntos Consulares e Vinculação. Por parte da República Federativa do Brasil será o Ministério das Relações Exteriores.

6- As Partes poderão suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo em todo ou em parte, por razões de ordem pública. Neste caso, a suspensão será notificada por via diplomática a outra Parte e o Acordo deixará de aplicar-se em setenta e duas horas após a recepção da notificação.

7- O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes pela via diplomática. Em caso de denúncia, o Acordo permanecerá em vigor pelo prazo de setenta dias após a data do recebimento da notificação.

Caso a proposta acima enunciada seja aceitável para o Governo da República Federativa do Brasil, esta Nota e a de Vossa Excelência, desta data e de igual teor, constituirão um Acordo entre nossos Governos que entrará em vigor na data da última notificação em que ambas as Partes comuniquem, por escrito e por via diplomática, o cumprimento de suas respectivas formalidades legais internas para tal efeito.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais distinta consideração.”

2. Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com a proposta do Governo da República Oriental do Uruguai, de maneira que a Nota de Vossa Excelência e a presente Nota constituem Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai que entrará em vigor na data da última notificação em que ambas as Partes comuniquem, por escrito e por via diplomática, o cumprimento de suas respectivas formalidades legais internas para tal efeito.

3. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA SÉRVIA

09-07-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Sérvia concedeu agrément a Sergio Luiz Canaes como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS E XLV REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM - MONTEVIDÉU, 11

E 12 DE JULHO DE 2013

11-07-2013

Presidenta Dilma Rousseff participará da Cúpula, a realizar-se no dia 12 de julho.

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em Montevidéu, da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, a realizar-se no dia 12 de julho. O encontro de Chefes de Estado será precedido da XLV Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL (CMC), no dia 11 de julho.

Na Cúpula de Montevidéu, serão analisadas maneiras de aperfeiçoar a integração no âmbito econômico-comercial, com perspectivas para incremento dos fluxos de comércio e investimentos intra e extrazona, e no plano político, por meio do processo de incorporação de novos membros plenos, como Bolívia e Equador, e associados, como

Guiana e Suriname. Serão avaliadas, também, propostas de ampliação da participação social no MERCOSUL. À margem da Cúpula, serão realizadas a segunda edição do Fórum Empresarial do MERCOSUL e a XV Cúpula Social do Bloco. Ao final da Cúpula, a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL será transferida à Venezuela.

O MERCOSUL constitui a mais bem-sucedida iniciativa de integração na América do Sul. O bloco representa, atualmente, cerca de 80% do PIB, 72% do território, 70% da população, 58% dos ingressos de investimento estrangeiro direto e 65% do comércio exterior regional. De 2008 a 2012, enquanto as trocas globais cresceram 13%, a corrente de comércio entre os membros do MERCOSUL cresceu mais de 20%. Desde a criação do Bloco, o valor do comércio intraMERCOSUL cresceu mais de nove vezes, e a corrente comercial do Bloco com o resto do mundo multiplicou-se por oito.

O êxito econômico-comercial do processo de integração é acompanhado de convergência estrutural, concertação política entre os membros e efetiva participação social de seus cidadãos. Em 2012, durante a Presidência Pro Tempore brasileira, foi criado o Sistema Integrado de Mobilidade e foi aprovada decisão que assegura a periodicidade semestral da Cúpula Social do MERCOSUL e estabelece sua vinculação institucional ao Bloco.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, OLUGBENGA AYODEJI ASHIRU – BRASÍLIA, 15 DE JULHO DE 2013

12-07-2013

É sua segunda visita ao Brasil desde que assumiu a Chancelaria nigeriana, em julho de 2011.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, Olugbenga Ayodeji Ashiru, em 15 de julho de 2013, em Brasília. É sua segunda visita ao Brasil desde que assumiu a Chancelaria nigeriana, em julho de 2011; em 2012 acompanhou o Presidente Goodluck Jonathan ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20.

Os Ministros passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com destaque para o Mecanismo de Diálogo Estratégico criado durante a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Abuja, em fevereiro último. O Mecanismo prevê realização de encontros anuais chefiados pelos Vice-Presidentes de cada país. Temas como agricultura, energia, infraestrutura, comércio e investimentos poderão fazer parte da primeira reunião, a realizar-se este ano. Ao Brasil interessa, em particular, estimular o comércio com a Nigéria, a segunda maior economia do continente africano.

Os Chanceleres também examinarão temas regionais e multilaterais, com destaque para a cooperação no âmbito da Cúpula América do Sul-África (ASA), cuja criação deveu-se, em grande medida, a iniciativa de Brasil e Nigéria.

O fluxo comercial bilateral cresceu significativamente nos últimos dez anos, crescendo mais de cinco vezes no período, de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 9,1 bilhões. A Nigéria representa cerca de 35% do comércio do Brasil com o continente africano.

DOCUMENTOS APROVADOS NA
CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO
MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS -
MONTEVIDÉU, 12 DE JULHO DE 2013
12-07-2013

1 - COMUNICADO CONJUNTO DE
LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR

Y ESTADOS ASOCIADOS

2 - COMUNICADO CONJUNTO DE
LOS PRESIDENTES DE LOS ESTADOS
PARTES DEL MERCOSUR

3 - DECISÃO SOBRE O
RECONHECIMENTO UNIVERSAL DO
DIREITO DE ASILO POLÍTICO

4 - DECISÃO SOBRE O REPÚDIO
À ESPIONAGEM POR PARTE DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NOS
PAÍSES DA REGIÃO

5 - DECISÃO DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL DE RESPALDO AO
PRESIDENTE EVO MORALES

6 - DECISÃO SOBRE O FIM DA
SUSPENSÃO DO PARAGUAI NO
MERCOSUL EM APLICAÇÃO DO
PROTOCOLO DE USHUAIA SOBRE
COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS
ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR Y
ESTADOS ASOCIADOS

Versão em português será disponibilizada
oportunamente

Las Presidentas y los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Montevideo, Uruguay, el día 12 de julio de 2013, en ocasión de la XLV Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común:

1. Reafirmaron la decisión estratégica de la integración regional, basada en valores compartidos y en el respeto a la diversidad, la soberanía e independencia de los Estados, orientada al desarrollo de las áreas económico-comercial, social, política y ciudadana del MERCOSUR.

2. Expresaron su más profundo pesar por el fallecimiento del Señor Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, Comandante Supremo de la Revolución Bolivariana y reconocieron la extraordinaria figura del Presidente Chávez

como promotor de la construcción y el fortalecimiento de la unión regional.

3. Reiteraron su compromiso con la democracia, el orden constitucional y el estado de derecho; el respeto irrestricto, la promoción y ejercicio efectivo de los derechos humanos y las libertades fundamentales; y la consolidación de América Latina y el Caribe como una zona de paz.

4. Subrayaron la necesidad de profundizar desde una perspectiva multidimensional la adopción e implementación de políticas públicas destinadas a superar las brechas de desarrollo y, en especial la erradicación de la pobreza y de la desigualdad, así como la desnutrición crónica infantil, garantizando la inclusión social, política, productiva y económica de nuestros pueblos.

5. Destacaron los esfuerzos destinados a la articulación y complementación de las agendas de los foros del MERCOSUR y la UNASUR con el objetivo de fortalecer y profundizar la integración regional, en cumplimiento del mandato de la Dec. CMC N° 24/12.

6. Reafirmaron su compromiso con la posible y gradual profundización de la integración regional a través de un proceso de articulación y complementariedad que tome en consideración las fortalezas y logros alcanzados en los procesos de integración en América Latina y el Caribe.

Tomaron nota de la reunión entre los Ministros de Relaciones Exteriores que ostentan las Presidencias Pro Tempore de MERCOSUR, CAN y UNASUR, realizada el 25 de enero de 2013 en Santiago de Chile, con la participación de las Secretarías Generales de estos organismos y de la ALADI, que tuvo como objetivo intercambiar opiniones sobre la evolución y actual escenario de los procesos de integración en la región.

7. Saludaron la puesta en marcha de la Comunidad de Estados Latinoamericanos

y Caribeños (CELAC) en la Cumbre de Caracas y destacaron su rol articulador en la búsqueda de los consensos y la concertación política en los temas de interés de la región e integración, así como los avances en materia de relacionamiento de América Latina y el Caribe con terceros países y bloques regionales.

Se congratularon por el éxito de la Primera Cumbre CELAC realizada en Santiago de Chile en enero de 2013.

Destacaron asimismo el trabajo de la Presidencia Pro Tempore cubana en el proceso preparatorio de la próxima Cumbre de la CELAC (La Habana, enero de 2014) y reafirmaron el compromiso de contribuir para que dicho evento sea una demostración de la unidad de las naciones latinoamericanas y caribeñas para el fortalecimiento del diálogo político y de la cooperación social, cultural, económica y ambiental, mediante la participación, al más alto nivel, de todos los países miembros de la CELAC.

8. Se congratularon por el proceso electoral desarrollado en la República de Ecuador y saludaron al Presidente Rafael Correa y al pueblo ecuatoriano a la vez que desearon éxito en su gestión.

9. Felicitaron al pueblo venezolano por el proceso electoral mediante el cual resultó electo Nicolás Maduro Moros como Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, y expresaron sus mayores deseos de éxito en la gestión de las altas funciones que le han sido encomendadas.

10. Manifestaron su satisfacción por el proceso electoral llevado a cabo en Paraguay, y saludaron al Presidente electo de la República del Paraguay Horacio Cartes y al pueblo de este país, augurándole una excelente gestión.

11. Se congratularon por la firma del Acuerdo Marco de Asociación entre el MERCOSUR y Guyana a través del cual se

promoverán y fortalecerán las relaciones políticas, económicas y de cooperación entre los Estados signatarios, así como por la adopción de la condición de Estado Asociado al MERCOSUR.

12. Se congratularon por la firma del Acuerdo Marco de Asociación entre el MERCOSUR y Suriname a través del cual se promoverán y fortalecerán las relaciones políticas, económicas y de cooperación entre los Estados signatarios, así como por la adopción de la condición de Estado Asociado al MERCOSUR.

13. Expresaron su más alta satisfacción por los avances logrados en el Grupo de Trabajo creado por el Artículo 12 del Protocolo de Adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia. En ese sentido, agradecieron los intensos trabajos técnicos llevados a cabo por la Delegación de Bolivia que han permitido un desempeño exitoso en las instancias de discusión.

14. Felicitaron al Embajador Roberto Azevedo de la República Federativa del Brasil, en ocasión de su nombramiento como Director General de la Organización Mundial del Comercio (OMC) y expresaron sus mayores deseos de éxito en la gestión.

Asimismo, ratificaron la necesidad de alcanzar en el corto plazo un resultado ambicioso, integral y equilibrado de las negociaciones de la Ronda de Doha de la OMC, de acuerdo con su mandato centrado en el desarrollo y reconociendo un apropiado y efectivo trato especial y diferenciado para los países en desarrollo.

15. Destacaron la importante labor que está realizando el Director General de la FAO, Profesor José Graziano da Silva, en la conducción de dicha organización hacia el cumplimiento de sus objetivos, y en particular su liderazgo con respecto a la elaboración de los nuevos objetivos estratégicos aprobados

en la 38° Conferencia de la FAO. Alentaron al Director General a continuar su tarea y reiteraron el apoyo del MERCOSUR a su gestión.

16. Expresaron su reconocimiento a la nueva adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia, a la Convención Única sobre Estupefacientes de 1961, enmendada por el Protocolo Modificadorio de 1972, mediante el cual se elimina la prohibición del consumo tradicional de la Hoja de Coca (akulliku) en su territorio, como un derecho fundamental parte de su cultura y tradición.

17. Reafirman que la quinua, debido a su valor nutritivo, desempeña una función en la consecución de la seguridad alimentaria y nutricional y lucha para la erradicación de la pobreza y el hambre, motivo por el cual expresan su compromiso de participar y coadyuvar en las actividades del Año Internacional de la Quinua y dar cumplimiento al conjunto de recomendaciones derivadas de las mismas, a fin de promover su consumo.

18. Saludaron el proceso de la adhesión de Nicaragua a la ALADI considerándolo un paso importante en la creación de un Mercado Común Latinoamericano.

19. Saludaron la elección del Embajador Pablo Guzman Laugier como Secretario General de la Comunidad Andina, expresando su confianza en que su gestión servirá para consolidar los importantes avances realizados en el marco de la integración subregional andina y avance hacia al fortalecimiento y profundización de la integración sudamericana con el MERCOSUR y UNASUR.

20. Reiteraron su firme apoyo al proceso de paz en Colombia, renovando el deseo de que se alcance el fin de este prolongado conflicto. Recibieron con beneplácito los avances en las negociaciones en base a la agenda establecida en el “Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz

estable y duradera”, augurando un exitoso desarrollo del proceso en curso en un clima de mutuo entendimiento y respeto por el Estado de Derecho.

21. Reiteraron el compromiso con el fortalecimiento del multilateralismo, con la reforma integral de las Naciones Unidas y con la democratización de las instancias decisorias internacionales. Manifestaron la importancia de profundizar los esfuerzos intergubernamentales para promover la necesaria reforma del Consejo de Seguridad, con vistas a transformarlo en un órgano más representativo, legítimo, eficiente, democrático y transparente. En ese sentido, consideraron fundamental la revitalización de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social. Asimismo subrayaron su compromiso con el fortalecimiento y la efectividad del Consejo de Derechos Humanos, principal órgano de las Naciones Unidas para el tratamiento multilateral de los Derechos Humanos.

22. Expresaron su indignación y firme rechazo por la revocación infundada de los permisos de sobrevuelo y aterrizaje previamente concedidos por autoridades de algunos países europeos al avión que trasladaba al Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales.

Manifestaron que esta actitud contraria al derecho internacional constituye una grave ofensa no sólo a la alta investidura del Presidente sino a todo el MERCOSUR, la cual merece una pronta aclaración y las correspondientes excusas.

23. Resaltaron la necesidad prioritaria de promover en las instancias multilaterales pertinentes un debate amplio y profundo sobre normas, con miras a garantizar parámetros adecuados de seguridad en las comunicaciones, en particular con miras a preservar el derecho a la privacidad de los individuos así como la seguridad de los Estados, con pleno respeto de

las legislaciones nacionales.

24. Reafirmaron la plena vigencia del derecho de asilo, consagrado en el artículo 14 de la Declaración Universal de Derechos Humanos y, por lo tanto, reiteraron la facultad que asiste a todo Estado soberano de otorgar asilo a cualquier ciudadano del mundo de conformidad con las normas de derecho internacional que rigen esta materia.

25. Reafirmaron los términos de la “Declaración de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile”, firmada el 25 de junio de 1996 en Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaración de Malvinas, y reiteraron su respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía relativa a la “Cuestión de las Islas Malvinas”.

Destacaron que la adopción de medidas unilaterales no es compatible con lo acordado en las Naciones Unidas, y recordaron el interés regional en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, alcance, cuanto antes, una solución de conformidad con las resoluciones pertinentes de las Naciones Unidas y las declaraciones de la Organización de los Estados Americanos, del MERCOSUR, de la UNASUR y de otros foros regionales y multilaterales.

Reafirmaron que la presencia militar, así como la realización de ejercicios militares, del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes es contraria a la política de la región de apego a la búsqueda de una solución pacífica para la disputa de soberanía y reiteraron su rechazo al desarrollo

de actividades unilaterales británicas que incluyen, entre otras, la explotación de recursos naturales renovables y no renovables del área en controversia. En este sentido, reconocieron el derecho que asiste a la República Argentina para adoptar las acciones legales implementadas en el ámbito de su legislación contra las actividades de exploración y explotación no autorizadas de hidrocarburos en dicha área.

Reiteraron los compromisos contenidos en la Declaración de Mendoza, el 29 de junio de 2012, sobre intercambio de información entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados sobre barcos o artefactos navales vinculados a la cuestión de las Islas Malvinas.

26. Ratificaron el apoyo a la República Oriental del Uruguay ante la interferencia de la industria multinacional tabacalera en la implementación de políticas de control del tabaco, lo que atenta contra el derecho soberano de los Estados a definir sus políticas de salud.

27. Resaltaron los trabajos de la Reunión de Altas Autoridades en Derechos Humanos y Cancillerías del MERCOSUR (RAADDHH) como espacio de debate, definición y coordinación de la agenda de derechos humanos en el bloque, el que ha permitido avanzar sostenidamente en asuntos vinculados a la búsqueda de memoria, verdad y justicia, derechos de los niños, niñas y adolescentes, educación en derechos Humanos, Indicadores en Derechos Económicos, Sociales y Culturales, asuntos vinculado al Género y Derechos Humanos de las Mujeres, combate a la Discriminación, Racismo y Xenofobia así como promoción y protección de los derechos humanos de las Personas con Discapacidad y Adultos Mayores.

Saludaron la adopción de la Guía de archivos sobre graves violaciones a los derechos humanos cometidas por las coordinaciones

represivas del Cono Sur, que permitirá a los Estados del bloque continuar avanzando en la consolidación de la memoria, la verdad, la justicia y las garantías de no repetición.

28. Rechazamos firmemente las evaluaciones, listas y certificaciones unilaterales e ilegítimas que hacen algunos países desarrollados y que afectan a países de la región, en particular las referidas a terrorismo, narcotráfico, trata de personas y otras de similar carácter.

29. Reafirmaron el compromiso de los Estados Partes con el pleno cumplimiento del Programa de Acción de la Conferencia sobre Población y Desarrollo, que asegura y promueve los derechos humanos de las mujeres, entre estos, el derecho a la salud, los derechos sexuales y derechos reproductivos, de acuerdo a las legislaciones nacionales. En este sentido, manifestaron su apoyo a la realización de la I Conferencia Regional de Población y Desarrollo de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, a realizarse los días 12 al 15 de agosto de 2013, en Montevideo, Uruguay.

Felicitaron a la Reunión de Ministras y Altas Autoridades de la Mujer del MERCOSUR (RMAAM) por el lanzamiento de la campaña “MERCOSUR libre de Trata de Mujeres” y reiteraron su determinación a enfrentar esta problemática en la región, así como las diversas formas de violencia contra las mujeres, a través de la implementación de los mecanismos nacionales y regionales existentes.

30. Recibieron los resultados de la XLIV Reunión de Ministros de Educación del MERCOSUR y Estados Asociados y valoraron los avances para la implementación del Sistema Integrado de Movilidad del MERCOSUR, el que perfeccionará, ampliará y articulará las iniciativas de movilidad académica en educación en el marco del

MERCOSUR tanto a nivel de estudiantes, docentes como de investigaciones conjuntas.

Tomaron nota de los trabajos para la primera edición de una Publicación Periódica Internacional de Alto Nivel Científico sobre Humanidades, Educación y Ciencias Sociales, cuyo Comité Editorial estará integrado por representantes de los Estados Partes del MERCOSUR y Asociados.

31. Destacaron la realización de la XXIV Reunión de Ministros y Autoridades de Desarrollo Social del MERCOSUR (RMADS) y los avances en el desarrollo del Sistema de Información del MERCOSUR sobre Políticas e Indicadores Sociales (SIMPIS).

32. Tomaron conocimiento de los trabajos desarrollados durante la VII Reunión de la Comisión de Coordinación de Ministros de Asuntos sociales del MERCOSUR (CCMASM) y saludaron la publicación del marco conceptual del MERCOSUR Social por parte del Instituto Social del MERCOSUR y destacaron el importante aporte teórico que realizará a las acciones a desarrollar en los diferentes ámbitos sociales del bloque.

33. Reafirmaron que los derechos culturales son fundamentales en la formulación de políticas públicas que fortalezcan el desarrollo e inclusión social, la convivencia social bajo el concepto integrador y multidimensional del bienestar de los países del MERCOSUR, y para el Ecuador dentro de la perspectiva enriquecedora de la sustentabilidad del “Buen Vivir”.

Tomaron nota de los trabajos realizados durante la XXXVI Reunión de Ministros de Cultura del MERCOSUR y se congratularon por la apertura de la Lista del Patrimonio Cultural del MERCOSUR a través de la declaración del Puente Internacional Barón de Mauá como primer bien del Patrimonio Cultural del MERCOSUR.

34. Recibieron con beneplácito la

Declaración de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR y Estados Asociados adoptada en ocasión de su XVII reunión en relación con la gestión de sustancias y productos químicos y desechos, la que reafirma que la seguridad química, entendida como aquella gestión racional de sustancias químicas y desechos, debe ser parte integrante de las políticas de desarrollo sostenible y las estrategias de erradicación de la pobreza y que requiere de una atención privilegiada a nivel nacional, regional e internacional.

Dieron la bienvenida a la nueva Convención de Minamata sobre mercurio, cuya firma tendrá lugar el próximo mes de octubre en Japón, destacando su significado para el desarrollo del derecho ambiental internacional teniendo como objetivo la protección de la salud humana y el medio ambiente de los riesgos del mercurio.

Reafirmaron su compromiso político con el proceso de evaluación del cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), los desafíos que restan por cumplir antes del 2015 y con el proceso de negociación de las Naciones Unidas de la Agenda de Desarrollo Post-2015. Asimismo, destacaron la necesidad de promover enfoques, visiones, modelos e instrumentos en función de las circunstancias y prioridades nacionales para lograr el desarrollo sostenible incluyendo sus tres dimensiones, económica, social y ambiental, en forma equitativa y equilibrada, en favor de los países en desarrollo y los menos adelantados.

Se congratularon por el acuerdo alcanzado en la pasada Reunión del Grupo Latinoamericano y del Caribe (GRULAC) que tuvo lugar en el marco de la XXXVIII sesión de los Órganos Subsidiarios de la Convención Marco de Naciones Unidas sobre cambio climático (CMMUCC), en Bonn Alemania, en junio de 2013 el cual se acogió a Venezuela

como sede de la Reunión Ministerial de Alto Nivel Pre-COP de cambio climático, y a Perú para la sede de la XX Conferencia de las Partes de la Convención Marco de Naciones Unidas sobre Cambio Climático y X Conferencia de las Partes del Protocolo de Kyoto (COP-20/MOP-10). Con esta decisión, corresponderá a la región de América Latina y el Caribe a acoger en el segundo semestre del año 2014 las dos reuniones más importantes en el proceso de negociación de un nuevo acuerdo en materia de cambio climático que deberá ser completado en el año 2015.

35. Recibieron con satisfacción los resultados de la XXXIX Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR y Estados Asociados. Asimismo, tomaron nota de la suscripción del Memorándum de Entendimiento para la Cooperación, Capacitación y Transferencia de Buenas Prácticas en materia de Mediación entre los Ministerios de Justicia de los Estados Partes y Asociados del MERCOSUR.

36. Destacaron los acuerdos alcanzados en el ámbito de la XVIII Reunión Especializada de Defensores Públicos Oficiales del Mercosur (REDPO).

Manifestaron su apoyo a la campaña publicitaria sobre concientización y difusión de los derechos de los trabajadores inmigrantes irregulares a través de la publicación de la Cartilla denominada “soy inmigrante tengo derechos”.

37. Resaltaron la realización del evento sobre “Trata personas para fines de trabajo esclavo y derechos humanos” a celebrarse en Foz de Iguazú en octubre de 2013, en el marco de los trabajos de la Reunión Especializada de Ministerios Públicos del MERCOSUR (REMPPM).

Reconocieron la importancia de procurar contar en todos los Estados Partes y Asociados con procesos acusatorios orales y públicos,

que aseguren la adecuada protección de los derechos de las víctimas y garantías de los imputados con arreglo a la normativa nacional vigente.

38. Expresaron satisfacción por la realización de la XXXIII Reunión de Ministros del Interior del MERCOSUR y Estados Asociados, y destacaron los avances para la puesta en funcionamiento de la plataforma de Interoperabilidad del Sistema de Intercambio de Información de Seguridad del MERCOSUR (SISME), la que permitirá contar con un único nodo regional en base a estándares comunes de servicio para el intercambio de información, mediante la disminución de la brecha digital para la interconectividad en un ambiente de máxima seguridad y de alta disponibilidad.

Tomaron nota de la firma del Acuerdo de Cooperación entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados y la Organización Internacional de Policía Criminal (INTERPOL).

Tomaron nota de los trabajos que se vienen realizando en el ámbito del Foro Especializado Migratorio (FEM) para profundizar y extender la integración regional desde la perspectiva migratoria en el MERCOSUR ampliado, como parte de la construcción de ciudadanía regional.

Saludaron los esfuerzos que vienen realizando los Estados Partes y Asociados por mejorar y modernizar sus leyes migratorias a la vez que invocan la aplicación de los acuerdos adoptados en beneficio de los residentes de los países miembros, incluyendo la decisión adoptada en el seno de UNASUR.

39. Se congratularon por la realización de la Segunda Reunión de las Comisiones Nacionales para los Refugiados (CONAREs) como nuevo espacio de intercambio respecto de las políticas en esta materia.

40. Valoran los avances de la Reunión Especializada de Reducción de Riesgos de

Desastres Socionaturales, la Defensa Civil, la Protección Civil y la Asistencia Humanitaria (REHU) y los esfuerzos conducentes a un abordaje multidimensional y transversal de la gestión del riesgo ante desastres, como tema ligado al desarrollo.

Reconocieron la solidaridad de los Estados Partes del MERCOSUR tras las inundaciones que afectaron a la ciudad de La Plata en Argentina, reafirmando a la asistencia humanitaria internacional como factor de cohesión entre nuestros pueblos.

Saludar la realización de la Conferencia de Alto Nivel de Autoridades Vinculadas a la Gestión del Riesgo de Desastres de UNASUR, realizada en Lima, el 22 y 23 de abril pasado, que recomendó la creación del Grupo de Trabajo de Alto Nivel para la Gestión Integral del Riesgo de Desastres, que en base a la consulta, coordinación y cooperación, tenga por objetivo general la gestión integral del riesgo de los desastres, a través de políticas, estrategias, planes y actividades en estimación, prevención, reducción del riesgo, preparación y respuesta a desastres, asistencia humanitaria, rehabilitación y reconstrucción, así como la asistencia técnica e intercambio de experiencias en la materia.

41. Tomaron nota de los trabajos en el ámbito del Grupo de Trabajo de Asuntos Consulares del MERCOSUR y Estados Asociados y reiteraron la importancia de seguir aunando esfuerzos, bajo una perspectiva de derechos humanos, para coordinar, colaborar y facilitar los trámites y la vida en general de nuestros connacionales residentes en la región.

42. Constataron con satisfacción los avances realizados por el Grupo de Trabajo sobre Armas de Fuego y Municiones del MERCOSUR y Estados Asociados (GTAM) para prevenir, combatir y erradicar la fabricación y el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros

materiales relacionados. Reconocieron al GTAM como un ámbito fundamental para la coordinación de posiciones y de políticas de los Estados Partes y Asociados en la materia, así como para el intercambio de opiniones, información y de experiencias nacionales, para la armonización de las legislaciones nacionales.

43. Felicitaron a la República Bolivariana de Venezuela por asumir la Presidencia Pro Tempore del MERCOSUR por primera vez, deseándole el mayor de los éxitos en su gestión.

Expresaron su reconocimiento y agradecimiento al Señor Presidente de la República Oriental del Uruguay, Don José Mujica Cordano, al Gobierno y al pueblo uruguayo por su hospitalidad y por la realización de la XLV Cumbre del MERCOSUR y Estados Asociados.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES

DE LOS ESTADOS PARTES DEL MERCOSUR

Versão em português será disponibilizada oportunamente

Las Presidentas de la República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, y de la República Federativa del Brasil, Dilma Rousseff, el Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales, el Presidente de la República Oriental del Uruguay, José Mujica Cordano, y el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Nicolás Maduro Moros, reunidos en Montevideo, el día 12 de julio de 2013, en ocasión de la XLV Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común:

1. Saludaron la participación de los Estados Asociados del MERCOSUR, en la persona del Presidente de la República Cooperativa de Guyana, Donald Ramotar, del Vicepresidente de la República del Ecuador, Jorge Glas Espinel, del Canciller de la

República de Suriname, Winston G. Lackin, de los Vicecancilleres de Chile, Alfonso Silva, de la República de Colombia, Mónica Lanzeta Mutis, y de la República del Perú, Fernando Rojas Samanez.

2. Manifestaron su satisfacción con la participación, como invitados especiales, del Presidente de Honduras, Porfirio Lobo, del Vicepresidente del Consejo de Ministros de Cuba, Ricardo Cabrisas Ruiz, de los Cancilleres de Costa Rica, José Enrique Castillos, de El Salvador Jaime Miranda, de Guatemala, Luis Fernando Carrera, y del Ministro de Fomento, Industria y Comercio de Nicaragua, Orlando Solorzano.

3. Saludaron la participación del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Carlos Álvarez, del Presidente Ejecutivo de la Corporación Andina de Fomento (CAF), Luis Enrique García, del Secretario Ejecutivo Adjunto de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Antonio Prado, del Secretario Permanente del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), Roberto Guarnieri, y de los representantes de otros Organismos Internacionales.

4. Expresaron su más profundo pesar por el fallecimiento del Señor Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, Comandante Supremo de la Revolución Bolivariana, y reconocieron la extraordinaria figura del Presidente Chávez como promotor de la construcción y el fortalecimiento de la unión regional.

5. Reafirmaron la decisión estratégica de la integración regional, basada en valores compartidos y orientada al desarrollo de las áreas económico-comercial, social, política y ciudadana del MERCOSUR.

6. Reiteraron su compromiso con la democracia, el orden constitucional y el Estado de Derecho, el respeto irrestricto de

los derechos humanos; y la consolidación de la región como una zona de paz.

7. Expresaron su indignación y firme rechazo por la revocación infundada de los permisos de sobrevuelo y aterrizaje previamente concedidos por autoridades de algunos países europeos al avión que trasladaba al Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia, Evo Morales.

Manifestaron que esta actitud contraria al derecho internacional constituye una grave ofensa no sólo a la alta investidura del Presidente sino a todo el MERCOSUR, la cual merece una pronta investigación, aclaración y las correspondientes excusas.

8. Rechazaron enfáticamente la intercepción de las telecomunicaciones y las acciones de espionaje en nuestros países, ya que constituyen una violación de los derechos humanos, del derecho a la privacidad y del derecho a la información de nuestros ciudadanos y ciudadanas, y a su vez forman parte de una conducta inaceptable y violatoria de nuestras soberanías que perjudica al normal desempeño de las relaciones entre naciones.

9. Repudiaron las acciones que puedan menoscabar la potestad de los Estados de conceder e implementar de forma plena el Derecho de Asilo, y en ese sentido rechazar todo intento de presión, hostigamiento o criminalización de un Estado o de terceros sobre la decisión soberana de cualquier nación de conceder asilo.

10. Ratificaron el apoyo a la República Oriental del Uruguay ante el cuestionamiento de la industria trasnacional tabacalera en la implementación de políticas de control del tabaco, lo que atenta contra el derecho soberano de los Estados a definir sus políticas de salud.

11. Subrayaron la necesidad de profundizar desde una perspectiva multidimensional la adopción e implementación de políticas

públicas destinadas a la erradicación de la pobreza y a garantizar la inclusión social, política, productiva y económica de nuestros pueblos.

12. Reiteraron que la consolidación de la Unión Aduanera requiere avanzar, entre otros aspectos, en la facilitación del comercio intrazona, la reducción de las asimetrías, el acceso al financiamiento y la integración de las estructuras productivas, la cual permitirá fortalecer el modelo regional de desarrollo económico inclusivo, cuyos beneficios se distribuyan entre todos los socios.

13. Felicitaron al recientemente electo Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Nicolás Maduro Moros, y expresaron sus mayores deseos de éxito en la gestión de las altas funciones que le han sido encomendadas por el pueblo venezolano.

14. Manifestaron su satisfacción por el desarrollo del proceso electoral llevado a cabo en Paraguay y saludaron al Presidente electo de la República del Paraguay Horacio Cartes, augurándole una excelente gestión.

15. Se congratularon por la firma del Acuerdo Marco de Asociación entre el MERCOSUR y Guyana, a través del cual se promoverán y fortalecerán las relaciones políticas, económicas y de cooperación entre los Estados signatarios, así como por la adopción de la condición de Estado Asociado al MERCOSUR.

16. Celebraron la firma del Acuerdo Marco de Asociación entre el MERCOSUR y Suriname, que promoverá y fortalecerá las relaciones políticas, económicas y de cooperación entre los Estados signatarios, así como por la adopción de la condición de Estado Asociado al MERCOSUR.

17. Expresaron su satisfacción por los avances registrados durante la Presidencia Pro Témpore Uruguaya (PPTU) en cuanto a las tareas inherentes a la incorporación de

Venezuela como nuevo Estado Parte a partir del 12 de agosto de 2012. En este sentido, saludaron el compromiso de Venezuela de culminar tales tareas durante la Presidencia Pro Témpore Venezolana (PPTV).

18. Manifestaron su más alto reconocimiento a los avances logrados en el Grupo de Trabajo creado por el Artículo 12 del Protocolo de Adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia. En ese sentido, agradecieron los intensos trabajos técnicos llevados a cabo por la Delegación de Bolivia que han permitido un desempeño exitoso en las instancias de discusión.

19. Se congratularon por los avances registrados en el proceso de adhesión de Nicaragua a la ALADI, la cual representa un paso importante hacia la creación de un ámbito económico ampliado en América Latina.

20. Expresaron su reconocimiento a la nueva adhesión del Estado Plurinacional de Bolivia a la Convención Única sobre Estupefacientes de 1961, enmendada por el Protocolo Modificadorio de 1972, mediante el cual se elimina la prohibición del consumo tradicional de la hoja de coca (akulliku) en su territorio como un derecho fundamental de su cultura y tradición.

21. Tomaron nota, con satisfacción, del informe de actividades semestrales del Alto Representante General del MERCOSUR al Consejo del Mercado Común, en particular, de las misiones a Guyana, Suriname, Bolivia, Ecuador y a Venezuela en misión de observación electoral, como invitado del Consejo Nacional Electoral durante las elecciones presidenciales del 14 de abril de 2013.

22. Se congratularon por la realización de la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales del MERCOSUR y Estados Asociados, ámbito que permitió realizar un análisis de la

coyuntura económica regional e internacional. En tal sentido, resaltaron la importancia de continuar avanzando en la coordinación macroeconómica en el MERCOSUR.

23. Reconocieron la fragilidad de la recuperación económica internacional, reafirmando el compromiso de coordinar e implementar acciones que permitan atenuar el impacto de la crisis internacional sobre las economías del bloque, sostener la demanda interna, contribuir a la generación de empleo y proteger a los más vulnerables, teniendo en cuenta las particularidades nacionales.

24. Destacaron la importancia de preservar el crecimiento de las economías de los países del MERCOSUR y maximizar su potencial de desarrollo mediante la preservación de los espacios de políticas necesarios para tal fin. En ese contexto manifestaron su compromiso de continuar aplicando políticas públicas que extiendan los beneficios de ese crecimiento a toda la población del MERCOSUR, asegurando un desarrollo con creación de empleo decente e inclusión social.

25. Ratificaron la necesidad de alcanzar un resultado ambicioso integral y equilibrado de las negociaciones de la Ronda de Doha de la Organización Mundial del Comercio (OMC), de acuerdo con su mandato centrado en el desarrollo. Ratificaron que de no cumplirse el Mandato sobre agricultura, el proceso de reforma que fuera acordada en la Ronda Uruguay seguirá estancado y el comercio del sector distorsionado.

Expresaron su expectativa que la Conferencia Ministerial de la OMC en Bali, en diciembre próximo, obtenga resultados concretos para el desarrollo, en particular a favor de los países más vulnerables y en materia agrícola.

26. Se congratularon por la elección del Embajador Roberto Carvalho de Azevêdo como Director General de la OMC, primer

Director General de la Organización de América Latina y el Caribe. Reconociendo el gran desafío de la labor en dicha organización, expresaron su confianza en su capacidad de conducción y del fortalecimiento del sistema de comercio multilateral.

27. Destacaron la labor del Profesor José Graziano da Silva como Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) en pos del cumplimiento de los objetivos de esta organización, en particular su liderazgo en la elaboración de los nuevos objetivos estratégicos aprobados en la 38ª Conferencia. Alentaron al Director General a continuar su tarea y reiteraron el apoyo del MERCOSUR a su gestión.

Asimismo, resaltaron las actividades que desde este organismo se impulsaron en el Año Internacional de la Quinoa, para difundir las cualidades nutricionales de este alimento, apoyar las actividades de investigación y desarrollo de este cultivo y la participación activa en ferias y simposios internacionales a fin de promover su cultivo y su consumo.

28. Saludaron la elección del señor Pablo Guzmán Laugier como Secretario General de la Comunidad Andina, expresando su confianza en que su gestión servirá para consolidar los importantes avances realizados en el marco de la integración subregional andina y avance hacia al fortalecimiento y profundización de la integración sudamericana con el MERCOSUR y UNASUR.

29. Dieron la bienvenida a la iniciativa de la República Oriental del Uruguay de desarrollo de un Puerto de Aguas Profundas en su costa oceánica, anunciando que considerarán formas de participación de los países del MERCOSUR en el mencionado proyecto.

30. Reafirmaron su interés por continuar avanzando en la búsqueda de un acuerdo equilibrado y mutuamente beneficioso con

la Unión Europea, en cumplimiento de los compromisos alcanzados en la Reunión Ministerial MERCOSUR-Unión Europea al margen de la Cumbre de la CELAC-UE (Santiago de Chile, 25 al 27 de enero de 2013) respecto de trabajar en la sustancia y condiciones para el intercambio de ofertas que tendrá lugar a más tardar en el último trimestre del 2013.

31. Expresaron su satisfacción con el encuentro mantenido entre los Cancilleres del MERCOSUR y del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) el pasado 11 de julio, que reafirma la voluntad de ambas partes de profundizar las relaciones entre ambos bloques. Asimismo, resaltaron la decisión del MERCOSUR de solicitar la participación en el SICA en calidad de observador.

32. Dieron la bienvenida al inicio de las negociaciones entre MERCOSUR y la Unión Aduanera Euroasiática para la firma de un memorándum de cooperación económica y comercial.

33. Subrayaron la importancia estratégica del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) como principal herramienta solidaria de la región para combatir las asimetrías, fomentar la convergencia estructural, desarrollar la competitividad, promover la cohesión social y el bienestar de los pueblos, en particular de las economías menores y regiones menos desarrolladas, y apoyar el funcionamiento de la estructura institucional y el fortalecimiento del proceso de integración.

Recordaron que, desde 2007, el Fondo ha recibido más de US\$ 750 millones en contribuciones de los Estados Partes y que casi el 90% de los recursos donados para los proyectos aprobados han beneficiado a Paraguay y a Uruguay. Los 44 proyectos ya aprobados, que totalizan aproximadamente 1,4 mil millones de dólares, están contribuyendo

para la rehabilitación de rutas y vías férreas, la construcción de líneas de transmisión eléctrica, la mejora de sistemas de agua potable y saneamiento básico, el fomento de cadenas productivas y la asociatividad micro empresarial, el control de la fiebre aftosa en la región, el apoyo a poblaciones vulnerables en regiones de frontera, entre otros logros con impacto directo en la población del MERCOSUR que no hubieran ocurrido sin ese Fondo.

En este marco, saludaron la firma de los Convenios de Financiamiento de los siguientes proyectos: “Rehabilitación de Vías Férreas II, tramos Piedra Sola- Tres Arboles- Algorta- Paysandú- Queguay- Salto- Salto Grande” por un monto total de 127,3 millones de dólares, “Polo de Desarrollo Local y Regional Universidad Nacional Arturo Jauretche, en el Partido de Florencio Varela” por un monto total de 26,5 millones de dólares y “Construyendo una Infraestructura para la Protección y Promoción de los Derechos Humanos en el MERCOSUR” por un monto total de 503 mil dólares.

Ratificaron la necesidad de avanzar decididamente en las adecuaciones normativas que permitirán ampliar y fortalecer el FOCEM para adaptarlo a la configuración actual del MERCOSUR.

34. Felicitaron los trabajos realizados durante la PPTU para la integración del Consejo de Administración del Fondo MERCOSUR de Garantías para Micro, Pequeñas y Medianas Empresas y asimismo destacaron la importancia de los avances en la conformación de dicho fondo, que contará con recursos superiores a los cien millones de dólares, que facilitará el acceso al financiamiento de los proyectos de integración productiva que tienen por protagonistas a las pequeñas y medianas empresas (PyMEs) de la región.

35. Celebraron la integración de la República Bolivariana de Venezuela al Fondo de Agricultura Familiar del MERCOSUR (FAF) y al Fondo de Financiamiento del Sector Educativo del MERCOSUR (FEM), lo que conforma un importante aumento en las capacidades de generación de políticas regionales en ambas áreas.

36. Se congratularon por los trabajos realizados durante la PPTU por el Grupo de Cooperación Internacional (GCI) dirigidos a fortalecer las capacidades estatales a fin de consolidar el desarrollo sostenible e inclusivo de nuestros países, así como la profesionalización y la eficiencia de la gestión de la cooperación técnica del MERCOSUR. En este sentido, destacaron la aprobación de resoluciones sobre prioridades del MERCOSUR en materia de cooperación recibida y metodología para la presentación de proyectos de cooperación técnica.

Resaltaron las acciones destinadas al fortalecimiento de la Unidad Técnica de Cooperación Internacional (UTCI).

Destacaron la suscripción del Memorandum de Entendimiento entre el MERCOSUR y la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.

37. Expresaron su satisfacción por los avances en asuntos vinculados a la búsqueda de memoria, verdad y justicia, derechos de los niños, niñas y adolescentes, educación en derechos humanos, indicadores en derechos económicos, sociales y culturales, asuntos vinculados al género y derechos humanos de las mujeres, combate a la discriminación, racismo y xenofobia así como promoción y protección de los derechos humanos de las personas con discapacidad y adultos mayores.

38. Se comprometieron con la lucha por la erradicación del trabajo infantil y con los objetivos de transformar el MERCOSUR en una zona libre de las peores formas de

trabajo infantil antes del 2016 y libre de todas las formas de trabajo infantil antes del 2020. Destacaron la importancia de la III Conferencia Global sobre Trabajo Infantil, que se realizará en Brasilia del 8 al 10 de octubre próximo, y manifestaron su interés en contribuir al éxito de la misma.

39. Destacaron el consenso alcanzado por el sector gubernamental, empresarial y sindical en el ámbito de la Comisión Sociolaboral del MERCOSUR en materia de derechos laborales individuales y colectivos, lo cual constituye un avance sustancial en el proceso de revisión de la Declaración Sociolaboral del MERCOSUR.

40. Saludaron la aprobación del Plan para Facilitar la Circulación de Trabajadores en el MERCOSUR que, junto a los acuerdos de Residencia, Seguridad Social y la Declaración Sociolaboral, significa un salto cualitativo en la evolución de la dimensión laboral del MERCOSUR en tanto sienta las bases de un modelo con políticas integradoras de los trabajadores.

41. Celebraron la realización de la XV Cumbre Social del MERCOSUR que reunió a representantes de organizaciones y movimientos sociales del bloque profundizando el protagonismo popular en la unidad regional. Se abordaron distintos temas de la problemática social, tales como construcción de ciudadanía, libre circulación de trabajadores, políticas sociales y laborales a escala regional, e inclusión digital.

42. Resaltaron el fortalecimiento de los espacios de participación ciudadana en el MERCOSUR, a partir de la creación de un ámbito de Rendición Social de Cuentas en el bloque, que busca continuar profundizando el protagonismo de las organizaciones y movimientos sociales en el esquema de integración.

43. Destacaron, en el mismo sentido, la

aprobación de un mecanismo de

solicitud de información por parte de las organizaciones y movimientos sociales del MERCOSUR a los órganos de la estructura institucional, lo cual contribuye a ampliar la información con la cual se fortalece el protagonismo social y la legitimación del proyecto común. Conjuntamente, valoraron la creación del Registro de Organizaciones y Movimientos Sociales del MERCOSUR y su próxima puesta en funcionamiento.

44. Resaltaron la labor del Instituto Social del MERCOSUR (ISM), que aun afrontando diversos desafíos, ha llevado adelante numerosas actividades e iniciativas que permitirán potenciar la dimensión social del MERCOSUR.

45. Apoyaron el desarrollo de software libre, que permitirá potenciar el desarrollo regional de soluciones en materia de Tecnología de la Información y las Comunicaciones (TICs), a fin de lograr una verdadera apropiación, promoción del libre conocimiento y transferencia tecnológica, reduciendo la dependencia de soluciones provistas por transnacionales del sector o por empresas no dispuestas a respetar las industrias nacientes de la región.

Afirmaron el interés de promover el uso de software libre en los programas nacionales destinados a la inclusión digital.

Ratificaron la necesidad de impulsar y fomentar la concreción de normas a nivel del MERCOSUR para la efectiva implementación de políticas de fomento de uso, desarrollo, implementación, investigación y transferencia tecnológica basados en el modelo de software libre.

46. Reconocieron la importancia del desarrollo de las tecnologías de las TICs para el progreso socio-económico y cultural de sus naciones, para lo cual destacaron el papel que detenta la masificación de la banda

ancha y el despliegue de infraestructura. En particular, instaron a realizar esfuerzos para lograr acuerdos en materia de roaming de voz y datos, con el propósito de mejorar la calidad del servicio y disminuir los precios finales a los usuarios de los Estados Partes.

47. Ratificaron su rechazo a toda pretensión de apropiación, sin el debido consentimiento de los países de la región, de las denominaciones Amazonía y Patagonia en cualquier idioma así como cualquier otro dominio de primer nivel referido a nombres geográficos, históricos, culturales o naturales, los cuales deben ser preservados como parte de su patrimonio e identidad cultural.

48. Saludaron la realización del II Foro Empresarial del MERCOSUR (Montevideo, 11 de julio), plataforma que tiene como principal objetivo congregar a la comunidad empresarial y reflexionar conjuntamente con los gobiernos y las empresas públicas sobre el futuro del proceso de integración en la región.

Reconocieron la importancia de los tres ejes temáticos estratégicos seleccionados para el II Foro: i) turismo, ii) tecnologías de la información y las comunicaciones y servicios globales y iii) cadenas de valor, industriales y agropecuarias. Destacaron la importancia de los temas transversales abordados, como la innovación, los avances en ciencia y tecnología y las políticas de competencia y, al mismo tiempo, confirmaron el rol clave de la política de integración productiva del MERCOSUR, así como la incorporación de las PYMES en dicho proceso.

Recibieron el informe de los resultados de las discusiones del II Foro Empresarial del MERCOSUR y valoraron el aporte directo de insumos de la comunidad empresarial, los cuales contribuirán con los esfuerzos de profundización y consolidación del MERCOSUR.

49. Se congratularon por la creación de la

Red de Oficinas Comerciales Conjuntas del MERCOSUR (ROCOM), que permitirá en un breve plazo contar con una oficina piloto de promoción comercial del bloque en el continente africano para potenciar la oferta exportable de los Estados Partes y construir una relación de cooperación integral con dicha región.

50. Expresaron la importancia de trabajar en la implementación de una patente vehicular MERCOSUR común, como señal visible de la integración regional. En este sentido, instaron a los órganos respectivos a trabajar en su pronta implementación.

51. Manifestaron su satisfacción con los resultados alcanzados en la XVII Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR y Estados Asociados celebrada el 24 de mayo en Montevideo. Saludaron la iniciativa de los Ministros de Medio Ambiente de acordar, en el ámbito del MERCOSUR, una agenda ambiental que exprese las prioridades de los países de la región, a ser tratada en la próxima reunión de la CELAC.

52. Recordaron que la minería, los minerales y los metales son importantes para el desarrollo económico y social de nuestros pueblos, de conformidad con los resultados de la Cumbre Mundial de Desarrollo Sostenible del 2002 y la Cumbre Mundial Río+20, de junio de 2012. El desarrollo del sector minero en la región permitirá atraer inversiones, nuevos proyectos, generar empleos y oportunidades para nuevos emprendimientos locales.

53. Dieron la bienvenida a los resultados de la XLIV Reunión de Ministros de Educación del MERCOSUR y Estados Asociados y valoraron los avances para la implementación del Sistema Integrado de Movilidad del MERCOSUR, el que perfeccionará, ampliará y articulará las iniciativas de movilidad académica en educación en el marco del MERCOSUR.

54. Reafirmaron que los derechos culturales de los ciudadanos son fundamentales en la formulación de políticas públicas inclusivas que fortalezcan la convivencia y la inclusión social.

55. Se congratularon por la creación de la Lista del Patrimonio Cultural del MERCOSUR y por la declaración del Puente Internacional Barón de Mauá como primer bien del Patrimonio Cultural del MERCOSUR.

56. Expresaron su satisfacción por la Recomendación que invita a los Estados Partes a adoptar el 27 de octubre como “Día del Patrimonio Audiovisual del MERCOSUR” con el objetivo de impulsar la conmemoración y la realización de actividades para promover la importancia de la preservación del patrimonio audiovisual del MERCOSUR.

57. Expresaron su apoyo a la candidatura de São Paulo como sede de la Exposición Universal de 2020 (EXPO 2020).

58. Felicitaron a la República Bolivariana de Venezuela por asumir la Presidencia Pro Témpore del MERCOSUR por primera vez, deseándole el mayor de los éxitos en su gestión y poniendo a su disposición la voluntad y la experiencia del resto de los Estados Partes para contribuir con el alcance de los objetivos y prioridades de la PPTV.

Expresaron su reconocimiento y agradecimiento al Señor Presidente de la República Oriental del Uruguay, Don José Mujica Cordano, al Gobierno y al pueblo uruguayo por su hospitalidad y por la realización de la XLV Cumbre del MERCOSUR y Estados Asociados.

DECISÃO SOBRE O RECONHECIMENTO UNIVERSAL DO DIREITO DE ASILO POLÍTICO

As Presidentas e os Presidentes da República Argentina, do Estado Plurinacional de Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República Oriental do Uruguai e da

República Bolivariana da Venezuela.

RECORDANDO a Declaração Universal sobre Direitos Humanos da ONU (1948), a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961), as Convenções de Caracas sobre Asilo Territorial e Asilo Diplomático (1954) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969).

CONSCIENTES de que o direito de asilo constitui um direito humano fundamental conforme o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948).

REITERANDO que todo Estado tem o direito, no exercício de sua soberania, de conceder asilo a qualquer pessoa que o solicite.

DECIDEM:

Destacar o compromisso histórico de todos os países latino-americanos com o Direito de Asilo.

Reiterar a importância de observar plenamente o Direito de Asilo e suas implicações em conformidade com as normas vigentes.

Reafirmar o direito inalienável de todo Estado de conceder asilo. Esse direito não deve ser restringido nem limitado em sua extensão em nenhuma hipótese.

Sublinhar que os Estados não têm o direito de impedir seus cidadãos de solicitar asilo, nem tampouco de impedir a implementação desse direito fundamental por qualquer meio. É fundamental assegurar que seja garantido o direito dos asilados de transitar com segurança até o país que tenha concedido o asilo.

Repudiar as ações que possam restringir a possibilidade dos Estados de conceder e implementar de forma plena o Direito de Asilo e, nesse sentido, repudiar toda tentativa de pressão, intimidação ou criminalização de um Estado ou de terceiros sobre a decisão soberana de qualquer nação de conceder asilo.

Solidarizar-se com os Governos de Equador, Bolívia, Nicarágua e Venezuela, que

ofereceram asilo humanitário ao Sr. Edward Snowden.

Montevidéu, 12 de julho de 2013.

DECISÃO SOBRE O REPÚDIO À ESPIONAGEM POR PARTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NOS PAÍSES DA REGIÃO

A Presidenta da República Argentina, a Presidenta da República Federativa do Brasil, o Presidente da República Oriental do Uruguai e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, reunidos na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 12 de julho de 2013, no âmbito da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL.

CONDENANDO as ações de espionagem por parte de agências de inteligência dos Estados Unidos da América, as quais afetam todos os países da região.

REPUDIANDO enfaticamente a interceptação das telecomunicações e as ações de espionagem em nossos países, pois constituem uma violação dos direitos humanos, do direito à privacidade e do direito à informação de nossos cidadãos e cidadãs, fazem parte de uma conduta inaceitável e atentatória às nossas soberanias e que prejudicam o normal funcionamento das relações entre as nações.

CONSIDERANDO a conveniência de promover o tratamento coordenado dessa questão no plano regional.

DECIDEM:

Trabalhar em conjunto para garantir a segurança cibernética dos Estados Partes do MERCOSUL, aspecto essencial para a defesa da soberania de nossos países.

Exigir aos responsáveis dessas ações o encerramento imediato das mesmas e as explicações sobre suas razões e consequências.

Sublinhar que a prevenção ao crime, assim como a repressão aos delitos transnacionais, inclusive o terrorismo, deve enquadrar-se no

estado de direito e na estrita observância do Direito Internacional.

Promover nas instâncias multilaterais pertinentes a adoção de normas relativas à regulamentação da internet, com ênfase nos aspectos de segurança cibernética, com vistas avançar na adoção de normas que garantam a proteção adequada das comunicações, em particular para preservar a soberania dos Estados e a privacidade dos indivíduos.

Manifestar nossa total solidariedade com todos os países, dentro e fora de nossa região, que tenham sido vítimas dessas ações.

Promover a gestão conjunta dos Chanceleres junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para informar sobre os fatos e solicitar mecanismos de prevenção e sanção em nível multilateral na matéria.

Instruir as Delegações dos Estados Partes que participarão da próxima Assembleia-Geral da ONU a realizar conjuntamente pleito formal no mesmo sentido.

Além disso, solicitar à República Argentina que submeta esse assunto à consideração do Conselho de Segurança.

Acordar a constituição de um Grupo de Trabalho para coordenar esforços, junto com o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, com o propósito de implementar ações que tornem mais seguras nossas telecomunicações e reduzam nossa dependência da tecnologia estrangeira.

Montevideu, 12 de julho de 2013.

DECISÃO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL DE RESPALDO AO PRESIDENTE EVO MORALES

As Presidentas e os Presidentes da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República Oriental do Uruguai e da República Bolivariana da Venezuela.

RATIFICANDO o firme repúdio às ações

dos governos da França, Portugal, Espanha e Itália ao não permitir o sobrevoo nem aterrissagem da aeronave que transportava o Presidente Evo Morales Ayma, o que constitui não apenas um ato infundado, discriminatório e arbitrário, mas também uma flagrante violação dos preceitos do direito internacional.

EXPRESSANDO a gravidade dessa situação que, própria de uma prática neo-colonial, constitui um ato insólito, inamistoso e hostil, que viola os direitos humanos e afeta a liberdade de trânsito, deslocamento e imunidade de que goza todo Chefe de Estado.

RECORDANDO as Declarações dos Estados Partes do MERCOSUL, da UNASUL, da CELAC, da ALBA, a Resolução do Conselho Permanente da OEA e a Declaração Presidencial de Cochabamba sobre esses fatos.

CONSCIENTES de que essa grave situação colocou em perigo a vida do irmão Presidente Morales e da comitiva que o acompanhava.

SUBLINHANDO que tal atitude se baseou unicamente na presunção de que, a bordo do avião oficial, se encontrava o cidadão norteamericano Edward Snowden, que é atualmente perseguido por seu governo por ter revelado a maior operação de espionagem conhecida no mundo até o momento.

REITERANDO que a atitude de tais países constitui uma grave ofensa não apenas ao Estado Plurinacional da Bolívia, mas também a todo o MERCOSUL.

DECIDEM:

Respalda a denúncia apresentada pelo Estado Plurinacional da Bolívia junto ao Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos da grave violação dos direitos fundamentais do Presidente Evo Morales e, por meio da Presidência Pro Tempore, acompanhar sua tramitação nessa instância.

Citar os Embaixadores da Espanha, França,

Itália e Portugal acreditados nos países para dar-lhes conhecimento da presente Decisão.

Convocar em consulta aos Embaixadores acreditados nos países europeus envolvidos para que informem sobre os fatos ocorridos.

Apresentar, de forma coordenada pela Presidência Pro Tempore, uma nota formal de protesto a cada um desses países, demandando explicações e as correspondentes desculpas pela situação sofrida pelo Presidente Evo Morales.

Montevidéo, 12 de julho de 2013.

DECISÃO SOBRE O FIM DA SUSPENSÃO DO PARAGUAI NO MERCOSUL EM APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE USHUAIA SOBRE COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

A Presidenta da República Argentina, a Presidenta da República Federativa do Brasil, o Presidente da República Oriental do Uruguai e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Tendo em vista a decisão de suspender a República do Paraguai do direito de participar nos órgãos do MERCOSUL e das deliberações, adotada em 29 de junho de 2012 na cidade de Mendoza, conforme o disposto no artigo 5º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Valorizando muito positivamente a celebração de eleições gerais na República do Paraguai no passado dia 21 de abril, as quais compreenderam a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República, a totalidade dos integrantes do Congresso, os integrantes do Parlamento do MERCOSUL, bem como os Governadores dos Departamentos e os membros das Juntas Departamentais, de acordo com o cronograma oficialmente anunciado pelas autoridades eleitorais do país, em cumprimento da legislação vigente.

Tendo em conta que esse processo eleitoral contou com o acompanhamento de

observadores regionais e internacionais que desenvolveram seus trabalhos em todo o território paraguaio, incluindo a participação de representantes dos países do MERCOSUL na Missão de Acompanhamento Eleitoral da UNASUL.

Considerando as conclusões de tais missões de acompanhamento eleitoral segundo as quais o processo eleitoral foi levado a cabo em condições de liberdade, normalidade, transparência, alta participação cidadã e autenticidade dos resultados proclamados.

Sublinhando que, dadas essas circunstâncias, a partir da posse do novo governo constitucional surgido de tal processo eleitoral, prevista para o dia 15 de agosto do presente ano, se considerará plenamente restabelecida a ordem democrática na República do Paraguai e, portanto, cumpridos os requisitos previstos no artigo 7º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Celebrando o fato de que, com a participação plena da República do Paraguai nos trabalhos do MERCOSUL, se criam novas condições para o fortalecimento do processo de integração regional, mediante o esforço conjunto de todos seus membros.

DECIDEM:

1.- Cessar a suspensão determinada em 29 de junho de 2012 na cidade de Mendoza, a partir da posse do novo governo constitucional na República do Paraguai, prevista para o próximo dia 15 de agosto.

2.- Considerar cumpridos os requisitos estabelecidos pelo artigo 7º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, a partir do próximo dia 15 de agosto, quando a República do Paraguai reassumirá plenamente seu direito de participar nos órgãos do MERCOSUL e das deliberações.

Montevidéo, 12 de julho de 2013.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
ANTONIO PATRIOTA NA XVIII
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DE MINISTROS DA CPLP
MAPUTO, 18 DE JULHO DE 2013
16-07-2013

O Ministro Antonio Patriota participará, no dia 18 de julho, em Maputo, da XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Durante a XVIII Reunião do Conselho, os Ministros de Estado das Relações Exteriores debaterão, sob o tema geral do encontro – “Os Novos Paradigmas e o Futuro da CPLP na Era da Globalização” -, as perspectivas de fortalecimento da CPLP rumo a sua terceira década de existência, a evolução da situação política e institucional na Guiné-Bissau, os preparativos para a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e temas de segurança alimentar e nutricional.

Ao longo de seus 17 anos de existência, a CPLP intensificou a articulação política entre os países do bloco, o que resultou em ações concretas de cooperação em áreas como saúde pública, agricultura e formação profissional.

O fluxo comercial do Brasil com os países-membros da CPLP cresceu mais de cinco vezes de 1996 a 2012, passando de US\$ 740 milhões a US\$ 4 bilhões.

ATAQUE A OPERAÇÃO DA UNIÃO
AFRICANA E DAS NAÇÕES
UNIDAS EM DARFUR
17-07-2013

O Governo brasileiro condena o ataque contra militares e policiais da Operação

Híbrida da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (UNAMID) em 13 de julho, que resultou na morte de sete soldados tanzanianos e deixou 17 feridos.

O Governo brasileiro associa-se às declarações do Conselho de Segurança e do Secretário-Geral das Nações Unidas acerca do assunto e manifesta suas condolências aos familiares das vítimas fatais, ao Governo da República Unida da Tanzânia e à UNAMID.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O DA
REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA
GUIANA QUE CRIA A “COMISSÃO
MISTA BRASIL-GUIANA PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE
INFRAESTRUTURA”

18-07-2013

O Governo da República Federativa do Brasil,
e
O Governo da República Cooperativista da Guiana,
(doravante denominados “Partes”),

Recordando a importância da construção da Ponte sobre o rio Tacutu, marco simbólico da integração entre Brasil e a Guiana;

Considerando a determinação de ambos os países em seguir com seus esforços para o aprofundamento das relações bilaterais;

Conscientes de que o desenvolvimento econômico e social sustentável depende do suprimento assegurado e confiável de energia, em condições competitivas e tecnologicamente adequadas;

Igualmente conscientes da importância

do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística para suas respectivas economias;

Convencidos de que uma efetiva cooperação nas áreas acima mencionadas conduzirá à concertação e ao diálogo políticos mais profundos entre as Partes, em benefício de seus povos;

Referindo-se à Declaração Conjunta sobre Projetos de Infraestrutura do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, e da Ministra de Negócios Estrangeiros da República Cooperativista da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, divulgada durante a Cúpula do Mercosul de Montevidéu;

Decidiram:

Artigo I

Criar a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura, com o objetivo de promover o diálogo bilateral sobre iniciativas de transportes e energia que estimulem o desenvolvimento econômico e social.

Artigo II

1. Oito Comissários Nacionais irão constituir a Comissão.

2. O Governo da Guiana irá comunicar por via diplomática o nome de representantes governamentais de alto nível para exercer a função de Comissários.

3. Pelo governo do Brasil os seguintes Ministérios designarão, por via diplomática, representantes de alto nível para exercer a função de Comissários:

- Ministério das Relações Exteriores; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério dos Transportes; e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

4. As Partes poderão acordar, por via diplomática, a designação de Comissários de outras entidades.

Artigo III

A Comissão será composta pelos seguintes Comitês Técnicos:

- a) Transporte;
- b) Energia;
- c) Finanças; e
- d) Jurídico-regulatório.

Artigo IV

Os Comitês Técnicos serão integrados por representantes de órgãos governamentais de cada país, vinculados às áreas de interesses da Comissão, além de entidades e autoridades convidadas pelas Partes, após acordado por via diplomática.

Artigo V

A Comissão reunir-se-á, semestralmente, com o objetivo de orientar, avaliar e referendar os trabalhos dos Comitês Técnicos.

Artigo VI

As reuniões dos Comitês Técnicos terão periodicidade bimestral.

Artigo VII

A Comissão e/ou os Comitês Técnicos poderão realizar reuniões extraordinárias, sempre que acordado por via diplomática, com antecedência mínima de 15 dias úteis.

Artigo VIII

Os Comitês Técnicos terão como principais atribuições:

- a) analisar projetos bilaterais de infraestrutura;
- b) identificar instrumentos que permitam ensejar ações coordenadas na área de energia elétrica;
- c) avaliar formas de financiamento voltadas a facilitar projetos bilaterais de infraestrutura;
- d) avaliar aspectos jurídicos e regulatórios necessários ao desenvolvimento de projetos bilaterais de infraestrutura; e
- e) examinar aspectos comerciais, migratórios, socioambientais, trabalhistas, consulares, fiscais e de proteção de investimentos relacionados a iniciativas bilaterais de infraestrutura.

2. Demais temas adicionais eventualmente necessários à consecução dos projetos serão acordados por via diplomática.

3. As recomendações dos Comitês Técnicos serão elevadas à Comissão.

Artigo IX

A agenda de trabalho específica de cada reunião da Comissão e de seus Comitês Técnicos será concertada previamente entre as Partes, por via diplomática.

Artigo X

Cada Parte arcará com eventuais custos das atividades sob este Memorando de Entendimento, de acordo com suas previsões orçamentárias.

Artigo XI

Nada neste Memorando de Entendimento será interpretado no sentido de as Partes ou de suas empresas cooperarem em qualquer atividade que não esteja em conformidade com suas respectivas legislações.

Artigo XII

As iniciativas previstas neste Memorando de Entendimento serão realizadas por meio de consultas e por mútuo acordo, sem prejuízo de direitos e obrigações internacionais assumidos por cada uma das Partes.

Artigo XIII

Qualquer eventual controvérsia relativa à implementação do presente Memorando de Entendimento será solucionada por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo XIV

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido por um ano, podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos, por via diplomática.

Artigo XV

O presente Memorando poderá ser modificado a qualquer momento, por consentimento mútuo entre as Partes, por via

diplomática.

Artigo XVI

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, da sua decisão de denunciar o presente Memorando de Entendimento com um mínimo de três meses de antecedência. A denúncia do Memorando não afetará as atividades em andamento dentro de seu escopo.

Feito em Montevideu, em 11 de julho, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

DOCUMENTOS APROVADOS NA XVIII
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA -
MAPUTO, 18 DE JULHO DE 2013

19-07-2013

1 – DECLARAÇÃO SOBRE A
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

2 – COMUNICADO FINAL
DECLARAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO
NA GUINÉ-BISSAU

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Maputo, na sua XVIII Reunião Ordinária, no dia 18 de Julho de 2013;

Tendo em conta a Declaração sobre a Situação na Guiné-Bissau, aprovada pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Maputo, a 20 de Julho de 2012;

Reafirmando as resoluções adotadas nas VIII e IX Reuniões Extraordinárias do Conselho de Ministros;

Lembrando o Comunicado de 12 de junho de 2013 sobre a formação e tomada de posse

de um Governo inclusivo na Guiné-Bissau;

Lembrando as Resoluções n.º 2048, de 18 de maio de 2012, e nº 2103, de 22 de maio de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

Reiterando a solidariedade e o apoio incondicionais da CPLP à Guiné-Bissau;

Sublinhando a importância da articulação de esforços, entre a CPLP e as organizações parceiras da Guiné-Bissau, para a normalização política, social e institucional do país;

Considerando que a formação do Governo inclusivo e a marcação de eleições gerais, para o dia 24 de Novembro de 2013, consubstanciam progressos significativos para a reposição da ordem constitucional na Guiné-Bissau;

Manifestando, por outro lado, que a falta de controlo civil efetivo e de supervisão sobre as forças de defesa e segurança ameaçam o processo político e o funcionamento das instituições estatais;

Saudando a realização da Segunda Missão Conjunta de Avaliação à Guiné-Bissau, realizada de 7 a 11 de Julho de 2013, e a pertinência de suas observações e recomendações preliminares;

DECLARA:

1. Instar os atores políticos da Guiné-Bissau a dedicarem todos os esforços para a realização de eleições gerais livres, justas e transparentes, com pleno respeito pela democracia, direitos humanos e liberdades fundamentais, no prazo estipulado; e a materializarem os compromissos assumidos para a reforma do Estado, incluindo a reforma do setor de defesa e segurança, do sistema judiciário e da administração pública. Instá-los, ainda, a criarem condições para o regresso, em segurança e liberdade, de todos os cidadãos no exílio; e a lutar contra a impunidade e o tráfico de drogas;

2. Conclamar a comunidade internacional para que prossiga a coordenação e a

convergência de esforços no apoio ao regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e a promoção do desenvolvimento sócio-económico, fator indispensável para a consolidação da paz e da estabilidade;

3. Saudar o trabalho do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Guiné-Bissau, Dr. Ramos Horta e do Representante Especial da União Africana para a Guiné-Bissau, Embaixador Ovídeo Pequeno, em prol da coordenação dos esforços internacionais para a Guiné-Bissau; e as diligências do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy, para aprofundar o diálogo da CPLP com a CEDEAO e demais organismos internacionais com interesse na Guiné-Bissau.

Feita em Maputo, a 18 de Julho de 2013

COMUNICADO FINAL

1. A XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve lugar em Maputo, capital da República de Moçambique, no dia 18 de Julho de 2013, sob o tema “A CPLP e os Desafios do Futuro”, que mobilizou o debate geral.

Os trabalhos, presididos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique, Senhor Oldemiro Baloi, contaram com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Portuguesa e do Secretário Executivo da CPLP.

2. Estiveram também presentes, como convidados, no debate público da Reunião, o Ministro das Relações Exteriores e Cooperação

da República da Guiné-Equatorial, o Embaixador da República das Ilhas Maurícias em Moçambique e o Embaixador da República do Senegal em Moçambique, enquanto Observadores Associados da CPLP.

3. Os Ministros tomaram nota do Relatório do Secretário Executivo, bem como dos Relatórios dos Coordenadores do Comité de Concertação Permanente e da XXIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, e do Relatório do Diretor Executivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

4. Os Ministros, no debate geral, ao passarem em revista o percurso da CPLP desde a sua criação, há dezassete anos, notaram, com satisfação, que a Comunidade registou resultados bastante positivos, nos três pilares que a sustentam, os quais abrem novas perspetivas à Organização, gozando hoje a Comunidade de maior prestígio e de uma considerável projeção internacional. Paralelamente, aprofundou-se o conhecimento mútuo e desenvolveu-se uma maior solidariedade e coesão no espaço da CPLP.

Notaram, todavia, que a realidade atual é distinta da que existia no momento da criação da CPLP.

Sublinharam que os novos desafios, decorrentes das profundas alterações estruturais na cena mundial e das mudanças registadas nos contextos nacionais dos Estados membros da CPLP, exigem da Comunidade a definição de uma nova visão estratégica que irá permitir o alargamento da sua atividade, a valorização das suas potencialidades e uma participação mais efetiva no processo de desenvolvimento dos Estados membros, através da realização de ações de maior impacto no seio das comunidades, particularmente junto dos grupos mais vulneráveis.

Reafirmaram a sua determinação em associar-se à reflexão, em curso, sobre o balanço da concretização dos atuais

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e à adoção da nova Agenda para o Desenvolvimento pós 2015.

Congratularam-se, neste âmbito, com a decisão de buscar uma convergência de posições sobre a Agenda Pós 2015, em particular no quadro da realização do evento de alto nível sobre os ODM, na próxima sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Instaram os Estados membros a agilizar a aplicação dos Acordos de Brasília e dos Acordos sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados membros da CPLP e a Cooperação Consular entre os Estados membros CPLP, com vista a facilitar a circulação de pessoas no Espaço da CPLP, etapa fundamental para tornar a Comunidade um espaço de afirmação da cidadania dos seus membros e para que os nossos concidadãos se sintam parte integrante dela.

5. Os Ministros passaram, depois, em revista a conjuntura internacional, os desenvolvimentos regionais e a situação interna nos Estados membros, bem como as atividades desenvolvidas pela Organização, desde a XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Julho de 2012.

Reconhecendo o papel da Concertação Político-diplomática na promoção da paz, segurança e estabilidade:

a) Analisaram a situação interna na Guiné-Bissau e manifestaram a vontade de conclusão do processo de transição e do regresso da normalidade constitucional através de eleições livres, justas e transparentes, marcadas para 24 de Novembro de 2013.

Reiteraram, nesse sentido, o compromisso de concertar esforços com o Governo da Guiné-Bissau e os parceiros internacionais, nomeadamente a ONU, a UA, a CEDEAO, a UE e a OIF, e que realizaram a sua segunda missão conjunta a Bissau, de 7 a 11 de Julho de 2013;

b) Registaram, com agrado, os esforços empreendidos pelas autoridades timorenses para a abertura da Representação da CPLP em Díli, até Julho de 2014, aquando da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o que reforçará a capacidade de integração de Timor-Leste na CPLP. A intensificação da relação com a CPLP e os seus membros assegura a Timor-Leste o seu projeto de afirmação internacional, e sobretudo, regional.

O reforço da identidade própria e original de Timor-Leste contribui, de forma decisiva, para a consolidação de um Estado-Nação, cultural e linguisticamente distinto e confiante na sua identidade nacional, resultante da fusão e confluência de patrimónios culturais e espirituais de diversas matrizes;

c) Congratularam-se com o envio da Missão de Observação Eleitoral da CPLP às eleições em Angola, a 31 de agosto de 2012, processo que decorreu de forma cívica, pacífica e ordeira, constituindo o exercício livre do direito de voto do povo angolano elemento basilar na consolidação das instituições democráticas e representativas do Estado angolano;

d) Tomaram boa nota da realização das Reuniões Ministeriais da Administração Interna, da Ciência e Tecnologia, da Defesa, do Trabalho e Assuntos Sociais e do Turismo, que tiveram lugar em Maputo, e da Conferência dos Ministros da Justiça, em Lisboa, em prol do reforço da cooperação intracomunitária, que em muito contribui para a sua integração política, técnica e cultural no espaço CPLP.

Assinalaram, ainda, com satisfação, a decisão da Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP em promover a reformulação e consolidação dos instrumentos jurídicos reguladores da Conferência, com vista ao seu alinhamento, até 2014, com as Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP.

Reiteraram, também, a necessidade,

no quadro da articulação das Reuniões Ministeriais Setoriais com o Secretariado Executivo e os Pontos Focais de Cooperação, de um “reforço dos meios e condições para se prosseguir uma melhor coordenação e articulação das prioridades nacionais de cooperação para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário, designadamente quanto à sua apropriação pelos beneficiários”, conforme decidido pela VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo;

e) Registaram, com satisfação, a constituição da Rede de Provedores de Justiça, das Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições de Direitos Humanos da CPLP, a 28 de Maio de 2013, em Lisboa, no âmbito do Encontro dos Provedores de Justiça e Instituições Nacionais de Direitos Humanos da CPLP;

f) Tomaram nota do agendamento, para o último trimestre de 2013, da 4ª Assembleia Parlamentar da CPLP, a ter lugar em Luanda, e saudaram Angola por assumir a Presidência deste órgão da CPLP, para o período de 2015-2016;

g) Regozijaram-se com a recente eleição do Embaixador Roberto Azevêdo, do Brasil, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo mandato contribuirá para dar maior visibilidade à CPLP e manifestaram confiança quanto ao papel do Diretor-Geral na revitalização do papel da OMC e como principal fórum de negociações do comércio mundial; com a nomeação da Dra. Helena Semedo, de Cabo Verde, para o cargo de Diretora-Geral adjunta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); com a nomeação do Dr. José Ramos-Horta, Ex-Presidente da República Democrática de Timor-Leste, para o cargo de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau;

e com a nomeação do Embaixador Ovídio Manuel Barbosa Pequeno, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, para o cargo de Representante da União Africana para a Guiné-Bissau;

h) Endossaram as seguintes candidaturas: (i) de Portugal a membro da Parte II do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (COACI/ICAO), cujas eleições terão lugar por ocasião da 38ª Assembleia-Geral do COACI, que irá decorrer, em Montreal, entre os dias 24 de setembro e 4 de outubro de 2013; (ii) de Angola a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU em 2015;

i) Congratularam-se com a adoção, na 67ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU, da Resolução A/67/L.54 relativa à Cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP, que, uma vez mais, reitera a importância de um estreito aprofundamento do relacionamento da CPLP com a ONU, assim como salienta os esforços da Comunidade para a promoção da língua portuguesa no Sistema das Nações Unidas e nas organizações internacionais e regionais.

Reiteraram a necessidade de avançar com a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, incluindo os seus métodos de trabalho, de forma a torná-lo mais representativo, transparente, legítimo e eficaz.

Avaliaram que, passados quase 70 anos sobre a criação da Organização e 10 anos sobre a adoção do Documento Final da Cimeira Mundial de 2005, que apelou por uma reforma urgente do Conselho de Segurança, devem ser intensificados os esforços com vista a alcançar avanços significativos sobre o tema.

Concordaram, assim, que o próximo biênio, até 2015, será decisivo para a arquitetura da governança global.

Reiteraram a sua visão comum de um Conselho de Segurança ampliado nas categorias de membros permanentes e não

permanentes.

Reiteraram, ainda, o seu apoio à integração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé e Príncipe (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008), da Declaração de Luanda (2010) e da Declaração de Maputo (2012).

Reiteraram, igualmente, nesse âmbito, o apoio à pretensão de África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Reafirmaram, ainda, o firme compromisso com a resolução de conflitos por meios pacíficos e sublinharam a importância de esforços permanentes da diplomacia preventiva e da mediação.

Compartilharam a opinião de que a Comunidade internacional deve ser rigorosa nos seus esforços para valorizar, procurar e esgotar todos os meios pacíficos e diplomáticos disponíveis para proteger populações sob ameaça de violência, de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

Saudaram os esforços do Brasil para aprofundar as discussões e aprimorar conceitos relacionados com este tema e, nesse sentido, apoiaram a ideia de que o conceito de Responsabilidade ao Proteger continue a ser discutido de forma aprofundada nas Nações Unidas no âmbito do debate em curso sobre Responsabilidade de Proteger;

j) Reafirmaram o seu apoio ao princípio da adesão da Guiné Equatorial à CPLP e saudaram os esforços empreendidos por este país para o cumprimento integral do Plano de Adesão, manifestando a esperança de ver criadas as condições para que na Cimeira de Díli se aprove a adesão.

Tomaram nota do relatório do Grupo Permanente de Acompanhamento Conjunto e instruíram o SECPLP e o IILP, em articulação com o referido Grupo, a prosseguirem o apoio à implementação do Plano de Adesão.

Este Plano deverá ser monitorizado no decurso da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, que terá lugar em Lisboa, entre 29 de Outubro e 4 de Novembro de 2013, por ocasião da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Reiteraram, ainda, a sua disponibilidade para continuar a colaborar com as autoridades da Guiné Equatorial na implementação do Programa de Adesão com vista à sua admissão como membro de pleno direito, em conformidade com os princípios orientadores da CPLP, designadamente, o primado da paz, a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e a justiça social;

k) Reafirmaram a necessidade de prosseguir a aproximação às Ilhas Maurícias e ao Senegal, Observadores Associados da CPLP, privilegiando a difusão e o ensino da Língua Portuguesa e a promoção de um relacionamento bilateral, económico e comercial, traduzindo a vontade política de reforço das relações entre estes dois países e a CPLP;

l) Congratularam-se com a candidatura da Namíbia a observador associado, a ser objeto de deliberação da próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tomaram boa nota dos desenvolvimentos recentes, designadamente da missão do Secretário Executivo ao país, reafirmando o seu empenho em estabelecer com a Namíbia uma parceria reforçada nas várias áreas de interesse comum.

Tomaram, igualmente, boa nota da manifestação de interesse apresentada pela República da Geórgia e incentivaram o Secretariado Executivo a colaborar com as

autoridades da Geórgia, na preparação do processo de candidatura;

6. Reafirmando a importância da Cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável dos Estados membros e na consolidação da Comunidade, congratularam-se com:

a) O crescimento sustentado do Pilar Cooperação na CPLP, reconhecendo o seu potencial de mútuo benefício para a promoção de sinergias e espírito de parceria, granjeado o reconhecimento da Organização junto dos mais diversos detentores de interesse no âmbito da Agenda para o Desenvolvimento;

b) A realização das XXVI e XXVII Reuniões de Pontos Focais da Cooperação (RPFC) que permitiram avanços na identificação, aprovação e acompanhamento de atividades que potenciam a consolidação do processo de desenvolvimento, da solidariedade entre os Estados membros e que atuam em domínios estratégicos da Comunidade, instando o Secretariado Executivo a prosseguir o acompanhamento das ações de cooperação na área da educação para o desenvolvimento e cidadania, direito humanos e governação;

c) O nível de execução técnica e operacional dos vários Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais já aprovados: o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP), a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, o Documento Estratégico para a Juventude da CPLP 2015 e Além e o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP);

d) A necessidade de reforçar o compromisso dos Estados membros com a execução dos Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais já aprovados, nomeadamente com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e com o Plano Estratégico de Cooperação para

a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP);

e) Os exercícios em curso para a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo na CPLP, do Programa de Cooperação para a Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência na CPLP e do Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA-CPLP), recomendando que a sua conclusão possa ser acelerada, pois são instrumentos que, apostando na cooperação multilateral, vêm adquirindo um carácter abrangente e integrador de sinergias, fortalecendo e reforçando a capacidade dos competentes sistemas nacionais;

f) Os progressos verificados na abordagem das áreas de cooperação em Saúde, Trabalho Infantil, Segurança Alimentar e Nutricional, Juventude e Desportos, Trabalho e Proteção Social e em Ambiente, incentivando o Secretariado Executivo a consolidar a sua intervenção em áreas como a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, Direitos Humanos, Governação, Migrações para o Desenvolvimento, e Igualdade de Género;

g) O diálogo, em curso, para a aprovação do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2013-2015, que se reveste da maior importância no fortalecimento institucional dos Estados membros e projeção da CPLP enquanto Organização internacional, permitindo o fomento de metodologias e procedimentos que promovam a apropriação da cooperação comunitária pelos beneficiários numa lógica de eficácia, coordenação e harmonização, a par da operacionalização da visão estratégica de cooperação da Comunidade, permitindo a sua atualização dar resposta ao desenvolvimento e crescente complexidade desta Atividade;

h) A necessidade, no quadro da articulação dos Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Ministeriais Sectoriais com o Secretariado Executivo e os Pontos Focais

de Cooperação, da aplicação das decisões emanadas das VII e IX Conferências de Chefes de Estado e de Governo, que estimulam o reforço dos meios e condições para uma melhor coordenação e articulação de agendas tendo em vista uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário;

i) O potencial que a cooperação da CPLP oferece, numa lógica de cooperação horizontal e triangular, para a partilha de conhecimento e experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul e com outros contextos e atores internacionais;

j) O convite endereçado ao Secretariado Executivo, pelo Brasil e OIT, para integrar o Comité Consultivo Internacional da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, a realizar em Brasília, entre 8 e 10 Outubro de 2013;

k) O anúncio de atividades de concertação que, com o apoio do Brasil, permitam a realização, em Outubro de 2013, de uma reunião da Comissão Provisória do Fórum da Sociedade Civil da CPLP, que retome os resultados do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, nomeadamente a aprovação dos seus mecanismos de governação e efetiva institucionalização do Fórum;

l) A necessidade de se operacionalizarem seminários de capacitação em Timor-Leste, em apoio ao processo em curso de estruturação e acompanhamento dos dossiês CPLP;

m) A importância de se operacionalizar, no Secretariado Executivo, o processo “Auditoria dos 4 pilares” com a Comissão Europeia.

7. Tomaram nota, com satisfação, da realização, em Junho de 2013, da VII Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, que registou avanços palpáveis no quadro da articulação das suas iniciativas com a agenda comunitária, com a dinamização de sete Comissões Temáticas setoriais, de que se esperam propostas

de trabalho complementares à agenda da Comunidade.

8. Saudaram a realização do “I Encontro Económico e Empresarial Público-privado”, promovido pela Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), a 17 de Julho de 2013, em Maputo, sob o tema Inovar e Expandir para Novos Mercados, para estimular o debate sobre o enquadramento e aprofundamento da cooperação empresarial no espaço da CPLP e do estabelecimento de uma rede global de negócios, tendo a língua comum como um meio de afirmação e desenvolvimento da Comunidade; e convidaram a CE-CPLP, na preparação dos seus próximos encontros, a estreitar a coordenação com os governos dos Estados membros, mediante a articulação adequada com os órgãos pertinentes da CPLP;

9. No âmbito da Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa:

a) Registaram, com satisfação, as iniciativas que o Secretário Executivo vem empreendendo para impulsionar a implementação das deliberações relativas à cooperação em matéria de ensino superior no âmbito da CPLP, que visam propiciar a construção de um «Espaço do Ensino Superior da CPLP», com vista à promoção da mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal técnico e administrativo, através da cooperação interinstitucional comunitária;

b) Solicitaram aos Estados membros que cumpram o cronograma de ações para a apreciação, discussão e aprovação das propostas de Planos Estratégicos de Cooperação Multilateral nos domínios da Cultura, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, elaboradas pelo Secretariado Executivo da CPLP;

c) Saudaram a realização da II Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência e Tecnologia, realizada em Maputo, a 20 de Junho de 2013, na qual foi manifestado

apreço pela proposta de Plano Estratégico de Cooperação Multilateral nos domínios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, elaborada pelo Secretariado Executivo da CPLP.

Manifestaram a sua satisfação com a realização das reuniões dos órgãos de apoio das Reuniões Ministeriais, designadamente Secretariados Técnicos Permanentes e Pontos Focais da Cultura e Ciência e Tecnologia da CPLP, que tiveram lugar na sede da CPLP, em novembro e dezembro de 2012 e em junho de 2013, respetivamente, no seguimento das recomendações da Cimeira de Maputo sobre a Coordenação Órgãos Políticos e Executivos da CPLP.

Regozijaram-se com o projeto de cooperação da UNESCO «Ciência em Português», apresentado pela Diretora para a Ciência da UNESCO no âmbito do memorando de cooperação celebrado entre a CPLP e a UNESCO;

d) Saudaram a VI Semana Cultural da CPLP que decorreu de 3 de abril a 10 de junho de 2013, registando especialmente as atividades que permitiram aproximar a CPLP da sociedade civil, destacando-se o colóquio sobre «Direito Constitucional de Língua Portuguesa», que contou com a participação de eminentes professores e constitucionalistas dos Estados-membros da CPLP; o colóquio sobre «Circulação de Bens Culturais e Mobilidade de Criadores» e a Mesa Redonda sobre «Proteção dos Direitos de Autor na CPLP», realizadas durante o mês de maio na Sede da CPLP, em Lisboa.

Tomaram nota das propostas formuladas pelos representantes da sociedade civil, das organizações de autores, escritores, artistas e especialistas dos Estados membros sobre a problemática da circulação de bens culturais e mobilidade de criadores, bem como a proteção dos direitos de autor na CPLP.

Registaram com apreço o crescente dinamismo dos Grupos CPLP junto das Organizações Internacionais e em capitais de Estados terceiros, no que diz respeito às comemorações do Dia 5 de Maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP; e congratularam-se com a abertura do Pavilhão da CPLP na 83ª edição da Feira do Livro de Lisboa, realizada de 23 de maio a 10 de junho de 2013, tendo sido dedicado um dia a cada Estado-membro para lançamento de livros, debates e sessões de autógrafos;

e) Tomaram nota da realização, na cidade da Praia, da Reunião do Conselho Científico do IILP, a 17 e 18 de Junho corrente; e do lançamento da Revista do IILP (RIILP), em Abril passado;

f) Tomaram boa nota da iniciativa “Educação como Ponte Estratégica Brasil-Africa”, programa de cooperação educacional entre o Brasil e os PALOP, que prevê ações de mobilidade académica, de capacitação de professores e gestores e de intercâmbio na área de políticas públicas de educação, em consonância com os objetivos da CPLP;

g) Saudaram Portugal por acolher, em Lisboa, entre 29 de Outubro e 4 de Novembro de 2013, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, cuja temática será “Língua Portuguesa Global – Internacionalização, Ciência e Inovação”, para dar sequência ao trabalho iniciado com a I Conferência, analisar o estado de execução do Plano de Ação de Brasília (2010) e projetar as ações de internacionalização da língua portuguesa a consignar no Plano de Ação de Lisboa. Nesse sentido, recomendaram aos Estados membros que continuem a participar ativamente nos trabalhos preparatórios da Conferência;

h) Saudaram a iniciativa apresentada por Angola à XXVII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, de desenvolvimento de

um projeto de promoção e difusão da Língua Portuguesa no espaço da SADC;

i) Reiteraram, no âmbito da reestruturação do IILP, o seu empenho na conclusão do processo de ratificação dos Estatutos do Instituto, dotando-o dos meios para cumprir o compromisso do Maranhão.

Instaram os Estados membros que ratificaram o Acordo Ortográfico a adotarem medidas para a sua implementação;

j) Notaram, com agrado, nos países candidatos a Observador Associado, o progresso verificado, na integração do ensino da língua portuguesa nos seus sistemas educativos;

k) Reiteraram as recomendações da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Maputo, 2012) e da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2011) para que se envidem esforços para a adoção da língua portuguesa, como língua de trabalho ou língua oficial das organizações multilaterais de que os Estados membros da CPLP fazem parte.

Neste sentido, tomaram boa nota da recomendação, por parte da Reunião de Ministros do Turismo da CPLP e da Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP e, tendo em conta os custos de uma iniciativa nessa área, indicaram a necessidade de realizar projeto-piloto numa dessas organizações;

l) Tomaram nota, com satisfação, do compromisso da CPLP em acolher o próximo encontro dos Secretários-gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos, em Lisboa, em 2015;

10. Adotaram as seguintes Resoluções sobre:

a) A Situação na Guiné-Bissau;

b) O Reforço da Cooperação Interinstitucional com a Assembleia Parlamentar;

c) A Promoção e Proteção de Direitos Humanos na CPLP;

d) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;

e) A Agenda do Desenvolvimento Pós 2015;

f) A Campanha “Juntos Contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP”;

g) A Luta contra o Trabalho Infantil na CPLP;

h) O Acordo Multilateral e Previdência Social da CPLP;

i) Uma Campanha para a Eliminação da Violência contra as Mulheres nos Países da CPLP;

j) A Continuidade do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP 2009-2016);

k) O Reforço da Concertação entre a CPLP e as Agências Internacionais de Desenvolvimento;

l) O Conselho Económico e Social da CPLP (CES-CPLP);

m) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2014;

n) O Orçamento de Funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa para o Exercício de 2014;

o) O Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP nos anos de 2011;

p) O Relatório da Auditoria às Demonstrações Financeiras do Secretariado Executivo da CPLP no ano de 2012;

11. Aprovaram as Declarações:

a) Sobre a situação na Guiné-Bissau;

b) De Apeço ao Diretor Geral da CPLP, Hélder Vaz Lopes.

12. Expressaram ao Governo de Moçambique, em particular a Sua Excelência o Senhor Oldemiro Baloi, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o

seu agradecimento pela hospitalidade e acolhimento fraterno dispensado a todos os participantes na XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito e assinado em Maputo, a 18 de Julho de 2013

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-GUIANA SOBRE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

19-07-2013

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, e a Ministra das Relações Exteriores da República Cooperativista da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, realizaram reunião de trabalho à margem da Cúpula do Mercosul de Montevideo (12/jul/13).

Na ocasião:

Lembraram da inauguração, em setembro de 2009, da ponte sobre o Rio Tacutu. Notaram que a ponte é a primeira ligação terrestre entre os dois países e constitui marco simbólico da aproximação bilateral.

2. Ao enfatizar o potencial dos projetos de infraestrutura para a integração dos dois países, com benefícios diretos para as populações locais, expressaram satisfação pelos resultados alcançados pelo “Grupo de Trabalho de Infraestrutura Brasil-Guiana” (GT Brasil-Guiana de Infraestrutura) - criado pelo “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de Infraestrutura na Guiana” (firmado pelos Chanceleres em Brasília, no dia 5 de dezembro de 2012).

3. Tomaram nota que o GT Brasil-Guiana de Infraestrutura cumpriu seu objetivo de avaliar meios de estimular projetos de infraestrutura,

que possam beneficiar os dois países, nas áreas de transporte e energia.

Projetos de Transporte

4. Registraram a existência de estudos sobre melhoria do trecho Lethem-Linden, de 454 km, da estrada que liga o Brasil à capital da Guiana. Observaram que a pavimentação da rodovia constitui uma das iniciativas da “Agenda de Projetos Prioritários de Integração” do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

5. Considerando o interesse comum de levar adiante, tão pronto possível, o projeto de pavimentação da rodovia, ressaltaram a necessidade de executar análise de custos da iniciativa, a partir de termo de referência definido de comum acordo. Coincidiram que a correta execução da análise permitirá dar as condições para iniciar o projeto.

6. Coincidiram no entendimento de que atividades para o planejamento do desenvolvimento de porto de águas profundas poderão ser iniciadas depois que o planejamento da estrada estiver em execução.

Projetos de Energia

7. Reconheceram os benefícios para a economia guianense de aproveitar o potencial hidrelétrico da Guiana, tanto para o suprimento da demanda local de energia elétrica quanto para a comercialização do excedente da energia gerada, observadas condições mutuamente vantajosas.

8. Registraram que as áreas competentes de ambos os Governos irão aprofundar os estudos sobre os projetos de energia, seguindo cronograma acordado pelas partes, para avaliação e eventual desenvolvimento de aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados, no marco da integração energética regional.

Financiamento

9. Ponderaram que a viabilização dos projetos exigirá estrutura financeiramente sustentável, integrada por mecanismos oficiais, pelo aporte de instituições financeiras multilaterais e/ou por investimentos privados.

10. Concordaram ser necessário aprofundar a análise de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental dos projetos, com vistas a estimar a geração de receita e estruturar o financiamento.

Criação da Comissão Mista Brasil-Guiana para Desenvolvimento de Infraestrutura

11. Considerando que os projetos de infraestrutura nas áreas de transporte e energia estimularão o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, reafirmaram a disposição política de avançar com os trabalhos bilaterais voltados a avaliar sua consecução. Para tanto, acordaram a criação da “Comissão Mista Brasil-Guiana para Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”.

Montevidéu, 12 de junho de 2013

VISITA DA MINISTRA DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
DO PERU, EDA RIVAS -
BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2013
23-07-2013

Será a primeira visita da Chanceler peruana ao Brasil desde que assumiu o cargo, em maio de 2013.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota receberá a Ministra das Relações Exteriores do Peru, Eda Rivas, em Brasília, no dia 24 de julho. Será a primeira visita da Chanceler peruana ao Brasil desde que assumiu o cargo, em maio de 2013. Os Chanceleres examinarão a evolução do comércio e dos investimentos bilaterais, bem como temas relacionados à saúde, à educação e à integração física e econômica regional. O Peru detém a

Presidência Pro Tempore da UNASUL. O Peru é membro associado do MERCOSUL desde 2005. Pelo acordo de desgravação tarifária vigente, o Brasil já concede isenção de tarifas de importação a 99,8% dos produtos importados do Peru, e todos os produtos do comércio bilateral estarão livres de impostos de importação até 2019. Em 2012, a corrente de comércio bilateral registrou recorde histórico pelo segundo ano consecutivo, alcançando US\$ 3,7 bilhões. O Brasil é o sexto maior investidor no Peru, com estoque de US\$ 5 bilhões em setores como energia, construção civil e mineração.

DEBATE NO CONSELHO DE SEGURANÇA
SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO
- INTERVENÇÃO BRASILEIRA
23-07-2013

A Situação no Oriente Médio, inclusive a Questão Palestina

23 de julho de 2013

Senhora Presidente,

As últimas semanas testemunharam, uma vez mais, eventos importantes no Oriente Médio e no Norte da África.

O Brasil saúda calorosamente o anúncio pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, em 19 de julho, de que um acordo foi alcançado a respeito das bases para a retomada das negociações diretas sobre o “status” final entre palestinos e israelenses. É um desdobramento encorajador, que tem o potencial para reverter o impasse e a paralisia que têm caracterizado o processo de paz em anos recentes. Esperamos que este esforço renovado possa levar à plena e há muito esperada concretização da solução de dois Estados. Esta é uma oportunidade que não deve ser perdida.

O Conselho de Segurança deve dar apoio

ativo e sustentado à retomada do processo de paz e esforçar-se para sua consecução satisfatória. Deve ser questionada a situação atual, na qual o Conselho está marginalizado e esforços estéreis para promover a paz estão nas mãos de pequenos grupos como o Quarteto. Esta é uma questão que deveria ser parte integral de um quadro operativo multilateral e o Conselho de Segurança deveria afirmar sua autoridade e manter-se envolvido nos desdobramentos.

O Brasil renova aqui seu firme e continuado compromisso com a paz entre Israel e Palestina e permanece pronto para uma agenda de paz genuína.

Enquanto as partes se preparam para retomar o engajamento nas negociações diretas, devemos continuar a ajudar a suprir as necessidades humanitárias dos palestinos, que ainda são significativas. O Governo brasileiro acaba de concluir um acordo com o Programa Mundial de Alimentos e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente Médio (UNRWA) para a doação de onze mil toneladas de arroz à agência. Ao continuarmos a tratar dos desafios à paz entre israelenses e palestinos, não devemos esquecer o papel desempenhado pela sociedade civil na região e tampouco permitir que aquelas vozes que estão clamando pela paz deixem de ser ouvidas.

Senhora Presidente,

O Brasil continua profundamente preocupado com a situação na Síria, onde está ocorrendo uma tragédia humana cujos efeitos transbordam para toda a região. Reiteramos nossa condenação inequívoca a todas as formas de violência, independentemente de quem sejam os perpetradores. Renovamos nosso chamado por um cessar-fogo imediato; pelo fim de todas as violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional; e por acesso humanitário imediato, seguro e irrestrito àqueles que necessitam de ajuda.

Continuamos a apoiar firmemente a iniciativa de convocação de uma nova Conferência de Genebra, tão logo possível, de maneira a promover um processo político inclusivo, liderado pelos sírios, que leve a uma transição que corresponda às aspirações legítimas do povo sírio. Renovamos nosso apoio ao trabalho do Representante Especial Conjunto nesse sentido e o encorajamos a fazer apresentação à Assembléia Geral sobre suas atividades.

Negociações abrangentes são a única opção viável. O Brasil reitera seu repúdio a ações que agravem a militarização do conflito na Síria. Conclamamos todos os membros da comunidade internacional, inclusive os membros deste Conselho, a respeitarem a recomendação da Comissão Internacional Independente de Inquérito de que cessem as transferências de armas a todos os atores envolvidos no conflito. É gravemente equivocado o argumento de que fornecer armas às partes permitirá alcançar um “equilíbrio militar” e de alguma maneira contribuir para o sucesso da planejada conferência de Genebra. O fornecimento de armas apenas promoverá uma corrida armamentista, que por sua vez reduzirá ainda mais as chances de um entendimento político. A intensificação de ações diplomáticas - e não do fornecimento de armamentos - é o caminho para o acordo político que deve ser promovido por este Conselho. Ademais, está claro que mais armas podem infelizmente levar a maiores violações de direitos humanos. À luz das conclusões da Comissão de Inquérito de que todas as partes têm violado gravemente os direitos humanos, a proteção de civis demanda colocar menos - e não mais - armas nas mãos das partes.

Dada a grave deterioração da situação humanitária na Síria, louvamos os países vizinhos pela assistência humanitária dada aos refugiados sírios. Reconhecemos ser extremo o peso colocado sobre os ombros daqueles

que exercem ativa e admirável solidariedade com os sírios. O Brasil tem contribuído financeiramente, por meio do ACNUR, para mitigar a difícil situação dos refugiados e dos deslocados internamente.

Senhora Presidente,

O Brasil tem acompanhado com preocupação a grave situação no Egito. Exortamos todos os atores a buscarem soluções para os desafios que enfrenta o país, com pleno respeito às instituições. Conclamamos, ademais, por diálogo e reconciliação que permitam ao povo egípcio alcançar, sem violência e plenamente no âmbito da ordem democrática, suas legítimas aspirações por liberdade, democracia e prosperidade.

Permita-me concluir com um breve comentário sobre o Líbano. É particularmente preocupante que a violência esteja se tornando cada vez mais sectária, criando novos desafios em um país tão diverso quanto o Líbano.

Mais do que nunca, a comunidade internacional deve apoiar firme e eficazmente o compromisso do Presidente Michel Sleiman e do Governo libanês com a política de dissociação. A paz e a estabilidade no Líbano devem ser defendidas firmemente pela comunidade internacional, com um envolvimento determinado deste Conselho, como por ocasião da Declaração Presidencial de 10 de julho, que apoiamos. Conclamamos todas as partes na Síria a respeitarem plenamente a soberania, a independência política e a unidade territorial do Líbano. É de seu próprio interesse evitar maior instabilidade no país. Também conclamamos os libaneses a evitarem maior escalada de tensões e a engajarem-se no caminho do entendimento político.

Obrigado.

TERREMOTO NA CHINA

23-07-2013

O Governo brasileiro expressa seu pesar pela perda de grande número de vidas humanas provocada pelo terremoto que atingiu a Província de Gansu, na República Popular da China, na manhã do dia 22 de julho.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da China.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DA MINISTRA DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA DO PERU, EDA RIVAS–
BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2013
24-07-2013

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES LOCAIS PARA O MANEJO E APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES MADEIRÁVEIS E NÃO MADEIRÁVEIS DE FLORESTAS COMUNITÁRIAS NAS BACIAS DE YAVARÍ E PURÚS”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES PARA O MANEJO E RECUPERAÇÃO DE SOLOS AMAZONICOS E ALTO ANDINOS”

AJUSTE COMPLEMENTAR AO

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES LOCAIS PARA O MANEJO E APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES MADEIRÁVEIS E NÃO MADEIRÁVEIS DE FLORESTAS COMUNITÁRIAS NAS BACIAS DE YAVARÍ E PURÚS”

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, doravante denominados “Partes”,

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e reafirmadas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 08 de outubro de 1975;

Convencidos do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Tendo em conta que a cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto “Fortalecimento de capacidades locais para o manejo e aproveitamento sustentável de espécies madeiráveis e não madeiráveis de florestas comunitárias nas bacias de Yavarí e Purús” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é fortalecer as capacidades locais para promover o manejo florestal integral e sustentável de florestas com a geração de renda à população local.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República do Peru designa:

a) Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Agricultura do Peru, por meio do Projeto Especial Binacional Desenvolvimento Integral da Bacia do Río Putumayo – PEDICP e o Projeto Especial Pichis – Palcazú como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar funcionários para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução no Peru das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte brasileira, fornecendo todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento

do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte peruana; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado peruano nem do brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de outros recursos provenientes de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos internacionais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas à legislação em vigor na República do Peru e na República Federativa do Brasil.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos elaborados como

resultado das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes por via diplomática.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado por consentimento mútuo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor pelo mesmo procedimento estabelecido no Artigo XII.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da referida notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois (2) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seus objetivos, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975.

Artigo XII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data de recebimento da

segunda notificação, por via diplomática, pela qual uma das Partes comunica a outra do cumprimento dos requisitos exigidos por seu ordenamento jurídico interno, necessários para sua entrada em vigor.

Feito em 24 de julho de 2013, em dois exemplares originais, em português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES PARA O MANEJO E RECUPERAÇÃO DE SOLOS AMAZONICOS E ALTO ANDINOS”

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, doravante denominados “Partes”,

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e reafirmadas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Brasília, em 08 de outubro de 1975;

Convencidos do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Tendo em conta que a cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto “Fortalecimento de capacidades para o manejo e recuperação de solos amazônicos e alto andinos” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é melhorar as capacidades

técnico-produtivas em manejo de solos tropicais e alto andinos, orientadas ao uso de cobertores vegetais, em sistemas mecanizados e tradicionais.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República do Peru designa:

a) a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Governo Regional de Cusco, por meio da Mancomunidade Municipal Interoceânica Sul Quispicanchi, da Municipalidade Distrital de Ocongate e do Governo Regional de Madre de Dios, por meio do Projeto Especial Madre de Dios, como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República do Peru cabe:

a) designar funcionários para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução no Peru das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte brasileira, fornecendo todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Peru as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pela Parte peruana; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado peruano nem do brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de outros recursos provenientes de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos internacionais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas à legislação em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Peru.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos elaborados como resultado das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes por via diplomática.

Artigo VIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado por consentimento mútuo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor pelo mesmo procedimento estabelecido no Artigo XII.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da referida notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar terá duração de dois (2) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seus objetivos, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da

República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília, em 8 de outubro de 1975.

Artigo XII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda notificação, por via diplomática, pela qual uma das Partes comunica a outra do cumprimento dos requisitos exigidos por seu ordenamento jurídico interno, necessários para sua entrada em vigor.

Feito em 24 de julho de 2013, em dois exemplares originais, em português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO JAPÃO

24-07-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo do Japão concedeu agrément a André Aranha Corrêa do Lago como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal. Brasil e Japão mantêm relações diplomáticas desde 1895.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ROMÊNIA

24-07-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da Romênia concedeu agrément a Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado

Federal. Brasil e Romênia mantêm relações diplomáticas desde 1928.

ACIDENTE FERROVIÁRIO NA ESPANHA

25-07-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente de trem nos arredores de Santiago de Compostela, na noite do dia 24 de julho, que causou a morte de pelo menos 79 pessoas e ferimentos em mais de 100 pessoas.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e suas condolências aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo da Espanha.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E INTEGRAÇÃO REGIONAL DA REPÚBLICA DE GANA, HANNA TETTEH – BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2013

26-07-2013

É sua primeira visita ao Brasil desde que assumiu a Chancelaria ganense, em janeiro passado.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Integração Regional da República de Gana, Hanna Tetteh, em 29 de julho de 2013, em Brasília. É sua primeira visita ao Brasil desde que assumiu a Chancelaria ganense, em janeiro passado.

Os Ministros passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com destaque para cooperação em segurança alimentar, bem como oportunidades de investimentos brasileiros em Gana. Diversas

empresas brasileiras realizam projetos de infraestrutura naquele país.

Os Chanceleres também discutirão temas regionais e multilaterais, como a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a atuação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no gerenciamento das crises em Guiné-Bissau e no Mali.

O fluxo comercial bilateral cresceu quatro vezes nos últimos dez anos, passando de US\$ 84 milhões em 2002 a US\$ 357 milhões em 2012.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, MAITE NKOANA- MASHABANE – BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2013

26-07-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá a Ministra de Relações Internacionais e Cooperação da República da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, em 30 de julho de 2013, em Brasília. Os Chanceleres presidirão a cerimônia de encerramento da V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Brasil-África do Sul. A Comissão Mista constitui oportunidade para que os dois países avaliem iniciativas em curso e estabeleçam objetivos para a cooperação futura.

Os Ministros tratarão de cooperação bilateral em áreas como agricultura, desenvolvimento social, sociedade da informação e ciência, tecnologia e inovação, entre outras. Examinarão, igualmente, possibilidades de aumento do fluxo comercial bilateral, à luz da crescente presença de

empresas brasileiras na África do Sul, bem como de grupos econômicos sul-africanos no Brasil.

No tocante a questões multilaterais, os dois países – membros dos fóruns IBAS, BRICS, BASIC e G-20 Financeiro – mantêm diálogo estreito e constante. Durante o encontro de trabalho, os Chanceleres deverão realizar consultas sobre questões relacionadas à governança global e à agenda de paz e segurança internacional, com especial ênfase em temas africanos.

O fluxo comercial bilateral cresceu quatro vezes nos últimos dez anos, passando de US\$ 660 milhões em 2002 a US\$ 2,6 bilhões em 2012.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO VIETNÃ

26-07-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que decidiu conceder agrément ao Senhor Nguyen Van Kien como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista do Vietnã no Brasil. Vietnã e Brasil mantêm relações diplomáticas desde 1989.

SITUAÇÃO NO EGITO

27-07-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, das mortes de dezenas de manifestantes no Egito, nas últimas horas.

O Brasil reitera o repúdio a todas as formas de violência, praticadas sob qualquer pretexto, e conclama a todas as partes envolvidas a seguir processo inclusivo que leve ao pleno restabelecimento da ordem constitucional e ao fim da violência e das detenções políticas, com espírito de moderação, de respeito

à pluralidade ideológica e religiosa e de reconciliação entre as forças políticas, para que possam ser realizadas as justas aspirações da população egípcia por liberdade, democracia e prosperidade.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA GUINÉ, LOUNCÉNY FALL

BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2013.

29-07-2013

O Chanceler guineano viaja ao Brasil para participar da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné, Louncény Fall, em 31 de julho de 2013, em Brasília. O Chanceler guineano viaja ao Brasil para participar da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.

Os Ministros passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com destaque para possibilidades de cooperação técnica e educacional, bem como oportunidades de investimentos brasileiros na Guiné. Empresas brasileiras de mineração e infraestrutura passaram, nos últimos anos, a atuar naquele país.

Os Chanceleres também examinarão temas regionais e multilaterais, como a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a situação no Mali e na Guiné-Bissau, países limítrofes da Guiné.

O fluxo comercial bilateral cresceu mais de quatro vezes nos últimos dez anos, passando de US\$ 14 milhões em 2002 a US\$ 67 milhões em 2012.

MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES ASSISTIRÁ À
CERIMÔNIA DE POSSE DO
PRESIDENTE ELEITO DO IRÃ
TEERÃ, 4 DE AGOSTO DE 2013
01-08-2013

Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Irã para a cerimônia de posse do Presidente eleito Hassan Rouhani

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participará da cerimônia de posse do Presidente eleito da República Islâmica do Irã, Hassan Rouhani, em 4 de agosto, em Teerã.

Brasil e Irã mantêm relações diplomáticas desde 1903.

MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES PARTICIPA DE
DEBATE ABERTO NO CONSELHO DE
SEGURANÇA DA ONU
02-08-2013

Promovido pela Argentina, Presidente do CSNU no mês de agosto, o debate será dedicado à “Cooperação entre a ONU e Organizações Regionais e Subregionais na Manutenção da Paz e da Segurança Internacionais”.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no próximo dia 6 de agosto, de Debate Aberto organizado pela Argentina, na qualidade de Presidente do Conselho de Segurança no mês de agosto, sobre a “Cooperação entre a ONU e Organizações Regionais e Subregionais na Manutenção da Paz e da Segurança Internacionais”. No dia 5 de agosto, o Ministro Patriota, juntamente com representantes do MERCOSUL, manterá encontro com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

Ao determinar que, antes de recorrer ao Conselho de Segurança, os Estados devem buscar resolver pacificamente suas controvérsias nas instâncias regionais, o Capítulo VIII da Carta da ONU reforça a proibição legal do uso e da ameaça do uso da força nas relações internacionais, ressalvado o direito de autodefesa também previsto na Carta.

O debate promovido pela Argentina reveste-se, assim, de grande importância, ao reafirmar o compromisso dos Estados-Membros com os princípios estabelecidos pela Carta da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacional.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT À
EMBAIXADORA DE CUBA
02-08-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que decidiu conceder agrément à Senhora Marielena Ruiz Capote como Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Cuba no Brasil.

LIBERTAÇÃO DOS ÚLTIMOS CINCO
TORCEDORES BRASILEIROS DETIDOS
EM ORURO, BOLÍVIA
02-08-2013

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a decisão da Justiça boliviana de libertar os últimos cinco brasileiros que se encontravam detidos em Oruro, Bolívia. Os brasileiros foram libertados e estão recebendo todo o apoio da Embaixada em La Paz, com vistas a seu pronto retorno ao Brasil.

Desde o início de sua detenção, a Presidenta Dilma Rousseff manifestou ao Presidente Evo Morales a preocupação com a situação dos brasileiros detidos naquele país. Os Ministros

das Relações Exteriores e da Justiça tomaram providências imediatas para garantir a dignidade dos brasileiros detidos e o respeito a todos os seus direitos. Também foi oferecida ao Governo boliviano cooperação jurídica para auxiliar no esclarecimento do episódio que levou à morte do jovem boliviano Kevin Espada.

Por meio da Embaixada do Brasil em La Paz, o Itamaraty prestou toda assistência consular e jurídica a esses brasileiros, com empenho em assegurar o respeito aos seus direitos, inclusive no que se refere à garantia de condições minimamente dignas de detenção e ao adequado seguimento dos trâmites legais pertinentes. Essa assistência jurídica foi prestada a partir do momento em que o Governo brasileiro foi informado da detenção. A Embaixada em La Paz manteve contato constante com as autoridades bolivianas para tentar obter uma solução satisfatória para a questão. Diplomatas da Embaixada do Brasil em La Paz – inclusive o Embaixador – fizeram visitas regulares aos detidos, algumas das quais em companhia de parlamentares e outras autoridades brasileiras.

PERDÃO DA DÍVIDA DE PAÍSES AFRICANOS 06-08-2013

Com o objetivo de esclarecer erros factuais e omissões presentes em matérias recentes sobre a concessão de perdão da dívida de países africanos, o Governo brasileiro salienta que, ao contrário do extensivamente reportado, o Governo da Guiné Equatorial não tem dívida em atraso com o Brasil, não tendo recebido, portanto, qualquer perdão de dívida do governo brasileiro.

Sobre a política de recuperação de créditos, o que inclui a reestruturação da dívida, esclarece-se que a análise e o acompanhamento de cada

caso são realizados pelo Comitê de Avaliação de Créditos no Exterior, no qual têm assento diversos órgãos e Ministérios do Governo Federal.

As decisões de elevar casos ao Senado Federal são tomadas por esse Comitê com base na Lei 9.665/98 e em parâmetros definidos pela legislação e em negociações bilaterais e em linha com o Clube de Paris, em particular os critérios da iniciativa para beneficiar países pobres e altamente endividados. Trata-se de iniciativa promovida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), implementada por etapas, e destinada a aliviar o peso da dívida de países de baixa renda, da qual participam os grandes credores internacionais. No contexto dessa iniciativa são aprovados planos para assegurar que os recursos liberados sejam aplicados no combate à pobreza. A cláusula de comparabilidade de tratamento obriga o país devedor a não pagar a nenhum credor percentual maior do que acordou com os seus credores internacionais reunidos pelo Clube de Paris, sob pena de ver revertidos a redução lá obtida ou demais condicionantes do alívio. Não se trata, assim, de voluntarismo brasileiro, mas de prática concertada internacionalmente, com objetivos claros de permitir que o peso da dívida não se transforme em impedimento do crescimento econômico e da superação da pobreza.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CANADÁ, JOHN BAIRD - RIO DE JANEIRO, 08 DE AGOSTO DE 2013 07-08-2013

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Canadá presidirão a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-Canadá

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro

dos Negócios Estrangeiros do Canadá, John Baird, presidirão a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-Canadá, no dia 8 de agosto, no Rio de Janeiro. Durante o encontro os Chanceleres também abordarão temas da agenda regional e multilateral.

O Diálogo de Parceria Estratégica foi instituído durante visita do Primeiro-Ministro canadense Stephen Harper ao Brasil, em 8 de agosto de 2011, e teve sua primeira reunião realizada por ocasião da visita do Chanceler Patriota, em outubro de 2012 no Canadá.

Brasil e Canadá mantêm intensa agenda de visitas bilaterais e consultas políticas. Ao longo dos últimos anos os dois países estabeleceram mecanismos de cooperação em temas variados, com ênfase em energia, educação, ciência, tecnologia e inovação. O Canadá é um dos principais parceiros do Brasil no Programa Ciência sem Fronteiras, tendo acolhido até este ano 2962 estudantes brasileiros.

A corrente de comércio bilateral em 2012 foi de US\$ 6,152 bilhões, com saldo de US\$ 8 milhões para o Brasil na balança comercial. O Canadá é o principal destino dos investimentos externos brasileiros, e o Brasil é o sexto investidor externo no país, com um estoque aproximado de US\$ 20 bilhões. Por sua vez, o Canadá é o 12º maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de US\$ 13,89 bilhões em 2010. O Foro de Executivos, criado durante a visita do Primeiro-Ministro Harper, reúne os principais investidores dos dois países.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT
AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA
ARÁBIA SAUDITA
07-08-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo do Reino da Arábia Saudita concedeu agrément a Flávio

Marega como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO
DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA, JOHN KERRY - BRASÍLIA, 13
DE AGOSTO DE 2013
08-08-2013

Trata-se da primeira visita do Secretário Kerry ao Brasil desde que assumiu suas funções, em fevereiro último.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, realizará visita a Brasília no dia 13 de agosto, ocasião em que será recebido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Trata-se da primeira visita do Secretário Kerry ao Brasil desde que assumiu suas funções, em fevereiro último.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, regional e global.

Nos últimos cinco anos, o fluxo de comércio bilateral aumentou 11,3%, passando de US\$ 53,1 bilhões para US\$ 59,1 bilhões. Os Estados Unidos são o país com maior estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil, somando US\$ 104 bilhões em 2010. Em 2012, os EUA foram o maior investidor estrangeiro no Brasil.

EXPLOSÃO EM ROSÁRIO, ARGENTINA
08-08-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da explosão ocorrida em um edifício localizado na cidade de Rosário, na Argentina, que resultou em perdas humanas e dezenas de feridos.

O Brasil transmite suas condolências e sua

solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo da República Argentina.

COMUNICADO CONJUNTO DO
MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL, ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA, E DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DO CANADÁ, JOHN BAIRD - RIO DE
JANEIRO, 8 DE AGOSTO DE 2013
08-08-2013

Encontramo-nos hoje para a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-Canadá (DPE), no Rio de Janeiro. Demos, assim, continuidade aos trabalhos desse importante mecanismo criado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Stephen Harper em agosto de 2011, que se reuniu pela primeira vez em outubro de 2012, em Ottawa. Essa II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica constituiu renovada oportunidade para a troca de pontos de vista sobre a pauta de cooperação bilateral, a partir de uma perspectiva política, assim como sobre temas regionais, internacionais, multilaterais e globais.

Tratamos de questões atinentes às Américas. Buscamos estabelecer um diálogo com o objetivo de identificar projetos para apoiar o desenvolvimento dos países africanos e temos a expectativa de explorar o potencial do nosso Memorando de Entendimento sobre a Eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento para esse fim. Também conversamos sobre a paz e segurança no Oriente Médio, inclusive a retomada do processo de paz. Ademais, tratamos da Organização Mundial do Comércio, do G20 e da reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Discutimos, também, sobre a

importância da candidatura da cidade de São Paulo à sediar a Feira Internacional “World Expo 2020”.

Verificamos com entusiasmo o estado da relação entre o Brasil e o Canadá, conforme demonstrado pelos avanços desde o I DPE. Constatamos com satisfação que, desde outubro de 2012, realizamos a II Reunião do Comitê Conjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação, convocamos a I Reunião de Consultas Humanitárias Brasil-Canadá, demos início ao Diálogo sobre Cooperação Espacial, começamos a trabalhar para a reunião inaugural do Foro de Altos Executivos Brasil-Canadá, e progredimos na negociação de um Acordo de Cooperação em Defesa e a recente integração de pelotão canadense ao Batalhão Brasileiro na MINUSTAH.

Estamos muito satisfeitos com a cooperação crescente no setor de educação, particularmente no âmbito da iniciativa brasileira “Ciência sem Fronteiras”, que resultou no envio de 4000 estudantes brasileiros a universidades e faculdades no Canadá até hoje, com planos de alcançar cerca de 7000 em janeiro próximo, fazendo do Canadá o segundo maior parceiro no programa. Saudamos a colaboração alcançada nas sessões do Conselho Conjunto Econômico-Comercial, do Conselho Consultivo Agrícola e do Comitê Conjunto Brasil-Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (inclusive com a assinatura de mais um Memorando de Entendimento em Nanotecnologia, Pesquisa Aplicada e Inovação).

Também tomamos nota da visita exitosa do Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, ao Canadá em junho. Concordamos que nossa parceria estratégica será ainda mais enriquecida pelo lançamento do Diálogo de Energia Brasil-Canadá nos próximos meses e pelo atual intercâmbio em segurança e outros aspectos para sede de megaeventos

esportivos sob o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Jogos Olímpicos e tomamos nota que os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, sediados no Rio de Janeiro, Brasil, em 2007, serão realizados em Toronto, Canadá, em 2015.

Notamos que um desenvolvimento importante é o lançamento do diálogo bilateral sobre questões de mobilidade, que possibilitará a troca de opiniões e a cooperação em medidas para a mobilidade e facilitação das viagens entre os nossos países, as questões de migração e melhores práticas. Trata-se de um objetivo crucial para o Canadá e o Brasil, que buscam maximizar os benefícios da circulação legal de pessoas, entre os dois países, em razão da contínua expansão dos nossos laços comerciais, educacionais, de turismo, de pesquisa, entre outros. Nós concordamos que a primeira reunião do diálogo bilateral deverá ocorrer o mais breve possível.

Acordamos também explorar a cooperação técnica entre nossos Ministérios de Relações Exteriores na área de treinamento de línguas estrangeiras para funcionários.

Os Ministros buscam dar continuidade a esse importante Diálogo e incrementar nossa colaboração no futuro.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA, NA 1ª REUNIÃO
DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE
POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA E CARIBE -
MONTEVIDÉU, 14 DE AGOSTO DE 2013
13-08-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, presidirá, juntamente com a Ministra de Estado, Chefe

da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a delegação brasileira à 1ª Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, em Montevidéu, no dia 14 de agosto de 2013.

A 1ª Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe tem por objetivo avaliar a implementação do Programa de Ação do Cairo na região, 20 anos após sua aprovação durante a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento realizada naquela cidade, em 1994, bem como preparar a contribuição regional a ser apresentada durante a Sessão Especial da 69ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (2014) comemorativa do vigésimo aniversário da Conferência do Cairo.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA NA CERIMÔNIA DE POSSE
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 15 DE
AGOSTO DE 2013
13-08-2013

A cerimônia de juramento do Presidente eleito ocorrerá na sede do governo paraguaio, às 8h30.

A Presidenta Dilma Rousseff participará da cerimônia de posse do Presidente eleito da República do Paraguai, Horacio Cartes, no dia 15 de agosto, em Assunção. A cerimônia de juramento do Presidente eleito ocorrerá na sede do governo paraguaio, às 8h30.

SITUAÇÃO NO EGITO
14-08-2013

O Governo brasileiro condena a brutalidade da repressão no Egito e conclama ao diálogo e à conciliação.

A escalada da violência e a repressão aos manifestantes no Egito representam séria degradação da situação de segurança em um país-chave para a estabilidade da região.

O Brasil associa-se às manifestações do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de que a violência e a provocação não são respostas aos desafios enfrentados pelo Egito. Compartilha, igualmente, a opinião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana de que o diálogo construtivo entre as partes é indispensável para garantir a estabilidade de longo prazo do Egito.

O Governo brasileiro condena a brutalidade da repressão no Egito e conclama ao diálogo e à conciliação para que as justas aspirações da população egípcia por liberdade, democracia e prosperidade, expressadas na Revolução de 25 de janeiro, possam ser alcançadas sem violência, com respeito aos direitos humanos e com o retorno à plena vigência da ordem democrática.

A Embaixada do Brasil no Cairo está atenta à situação da comunidade brasileira no Egito e alerta para a insegurança no país.

SITUAÇÃO NO EGITO 16-08-2013

O Ministério das Relações Exteriores chamou, hoje, o Embaixador da República Árabe do Egito em Brasília, Hossameldin Mohamed Ibrahim Zaki, para manifestar consternação com a grave situação no país.

O Ministério das Relações Exteriores chamou, hoje, o Embaixador da República Árabe do Egito em Brasília, Hossameldin Mohamed Ibrahim Zaki, para manifestar consternação com a grave situação no país. À

luz dos acontecimentos recentes, o Itamaraty expressou preocupação com a segurança de manifestantes civis desarmados e de nacionais brasileiros.

O Governo brasileiro recordou ao Embaixador o entendimento de que a responsabilidade pela proteção de civis e pela interrupção da violência recai sobre o Governo interino egípcio.

RETENÇÃO DE NACIONAL BRASILEIRO EM LONDRES 18-08-2013

O Governo brasileiro manifesta grave preocupação com o episódio ocorrido no dia de hoje em Londres, onde cidadão brasileiro foi retido e mantido incomunicável no aeroporto de Heathrow por período de 9 horas, em ação baseada na legislação britânica de combate ao terrorismo. Trata-se de medida injustificável por envolver indivíduo contra quem não pesam quaisquer acusações que possam legitimar o uso de referida legislação. O Governo brasileiro espera que incidentes como o registrado hoje com o cidadão brasileiro não se repitam.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA COSTA RICA, ENRIQUE CASTILLO. BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2013 20-08-2013

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, regional e internacional.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, Enrique Castillo, em Brasília, em

20 de agosto de 2013.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, regional e internacional. Brasil e Costa Rica têm projetos de cooperação nas áreas de agricultura, saúde, serviços postais, biocombustíveis e recursos hídricos. Em 2010, a Costa Rica adotou oficialmente o sistema nipo-brasileiro de TV Digital.

Em 2012, o comércio bilateral cresceu 26,6% em relação ao ano anterior. O Brasil é o quinto maior fornecedor externo de bens para o país. A Costa Rica é a segunda maior economia da América Central, e o PIB costarriquenho cresceu 5% em 2012.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA
DO NÍGER, MOHAMED BAZOUM.
BRASÍLIA, 21 DE AGOSTO DE 2013

20-08-2013

Os Ministros examinarão os principais temas das agendas bilateral, regional e multilateral, incluindo segurança alimentar, cooperação técnica e humanitária.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Níger, Mohamed Bazoum, em 21 de agosto de 2013, em Brasília. Em junho de 2013, o Ministro Patriota e o Chanceler nigerino encontraram-se à margem do Fórum de Oslo.

Os Ministros examinarão os principais temas das agendas bilateral, regional e multilateral, incluindo segurança alimentar, cooperação técnica e humanitária.

Entre 2010 e 2012, o comércio bilateral cresceu 55%. Os principais produtos de exportação do Brasil para o Níger são maquinários, arroz e carne. Em 2012, o PIB nigerino cresceu 11,2%.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI
21-08-2013

O Governo da República do Paraguai concedeu agrément a José Eduardo Martins Felício como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil.

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República do Paraguai concedeu agrément a José Eduardo Martins Felício como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

DECLARAÇÃO DO IBAS SOBRE O
PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO
23-08-2013

“Reafirmamos que o conflito israelo-palestino continua a ser uma questão urgente e essencial para a comunidade internacional, cuja resolução é pré-requisito para a construção da paz sustentável e duradoura na região do Oriente Médio.”

Tendo em conta as declarações anteriores do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) sobre o Processo de Paz no Oriente Médio, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota; da Índia, Salman Khurshid; e da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, após consultas, acordaram a seguinte declaração:

Reafirmamos que o conflito israelo-palestino continua a ser uma questão urgente e essencial para a comunidade internacional, cuja resolução é pré-requisito para a construção da paz sustentável e duradoura na região do Oriente Médio.

Apoiamos os esforços de mediação empreendidos pelo Secretário de Estado dos

EUA, John Kerry, e acolhemos o anúncio da retomada das negociações diretas sobre um acordo final entre palestinos e israelenses. Esse é um desdobramento encorajador, que tem potencial de reverter o impasse e a paralisia que marcaram o processo de paz em anos recentes. Esperamos que esse esforço renovado conduza à plena e necessária concretização da solução de dois Estados baseada nas fronteiras de 1967.

Tomamos nota, com satisfação, da decisão de Israel de libertar 104 prisioneiros palestinos, gesto que contribui para o espírito de cooperação em torno das negociações. Estamos também satisfeitos com o anúncio feito em 30 de julho passado pelo Secretário Kerry indicando que os negociadores israelenses e palestinos estão comprometidos a alcançar um acordo abrangente dentro de nove meses. Tal acordo deveria culminar na plena concretização de um Estado Palestino independente. Conclamamos as partes a aderir rigorosamente a esse cronograma.

Ao reiterarmos nosso chamado para que o Conselho de Segurança exerça plenamente suas funções nos termos da Carta da ONU, com relação à Questão Palestina, expressamos nossa firme convicção de que o Conselho deve emprestar apoio ao processo de paz e trabalhar com vistas à sua conclusão plena e satisfatória.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES À REPÚBLICA DA
FINLÂNDIA - HELSINQUE, 25 DE
AGOSTO DE 2013
23-08-2013

A VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À FINLÂNDIA FOI
ADIADA.

O Ministro das Relações Exteriores,

Antonio de Aguiar Patriota, realizará visita à República da Finlândia, no dia 25 de agosto. O Ministro Patriota será recebido pelo Presidente da República, Sr. Sauli Niinistö, e reunirá-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Erkki Tuomioja, com o Ministro para Assuntos Europeus e Comércio Exterior, Alexander Stubb, e com a Ministra da Educação e da Ciência, Sra. Krista Katriina Kiuru, e proferirá palestra por ocasião do Encontro Anual de Chefes de Missões Diplomáticas da Finlândia.

O Primeiro Ministro Jyrki Katainen esteve no Brasil em fevereiro de 2012, acompanhado de importante delegação governamental e empresarial. Na ocasião, os dois países estabeleceram como prioridade intensificar a cooperação científica, tecnológica e em educação básica e superior. Até o final do ano, chegará a 100 o número de bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras na Finlândia. Cerca de 370 estudantes se candidataram para estudar no país a partir de 2014. Doze das dezesseis universidades finlandesas estabeleceram mecanismo de cooperação com instituições de ensino brasileiras.

De 2008 a 2012, o intercâmbio comercial cresceu 24,3%, passando de US\$ 1,19 bilhão para US\$ 1,49 bilhão. O Brasil exporta principalmente sulfetos e minérios de níquel, café e outros açúcares de cana. A Finlândia exporta uma variada gama de produtos para o Brasil, entre as quais se destacam máquinas para o processamento de celulose, derivados do petróleo e papel. Entre os investimentos finlandeses, destacam-se a planta da Nokia na Zona Franca de Manaus, que torna a empresa uma das mais importantes exportadoras no país, e a Veracel Celulose, joint-venture da Aracruz e da Stora Enso instalada no sul da Bahia. Há potencial de investimento nos setores de papel e celulose, portuário e naval.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA
23-08-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República de Angola concedeu agrément a José Carlos da Fonseca Junior como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal. Brasil e Angola mantêm relações diplomáticas desde 1975.

ATAQUE NA SÍRIA
23-08-2013

O ataque perpetrado nos arredores de Damasco, com fortes indícios de uso de armas químicas, que vitimou fatalmente centenas de civis desarmados, inclusive crianças, constitui um ato hediondo, que chama a atenção da comunidade internacional para a necessidade de esforços concentrados para por fim à violência na Síria.

O ataque perpetrado nos arredores de Damasco, com fortes indícios de uso de armas químicas, que vitimou fatalmente centenas de civis desarmados, inclusive crianças, constitui um ato hediondo, que chama a atenção da comunidade internacional para a necessidade de esforços concentrados para por fim à violência na Síria. O Governo brasileiro expressa suas condolências e sua solidariedade às famílias das vítimas e se associa às manifestações do Secretário-Geral das Nações Unidas e da Alta Comissária para Direitos Humanos das Nações Unidas no sentido da urgência da instauração de processo independente de investigação.

O Brasil reitera sua posição de que não existe solução militar para o conflito e recorda seu apoio à convocação de conferência

internacional sobre a situação síria. Somente um processo político inclusivo, liderado pelos próprios sírios, como preconizado no Comunicado do Grupo de Ação sobre a Síria, emitido em 2012, poderá levar à paz e à efetiva proteção da população civil naquele país.

Como signatário da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, o Brasil é favorável à destruição de todos os arsenais químicos ainda existentes.

ATENTADOS EM TRIPOLI, LÍBANO
23-08-2013

Os atentados contra mesquitas na cidade de Tripoli, Líbano, ocorridos hoje, 23 de agosto, que causaram a morte de pelo menos 42 pessoas e mais de 200 feridos, foram recebidos com consternação e indignação pelo Governo brasileiro.

O Brasil se associa às palavras do Secretário-Geral da ONU, Ban ki-Moon, e à Declaração de Imprensa do Conselho de Segurança, que condenaram os ataques e sublinharam a necessidade de levar seus perpetradores à justiça. O Governo brasileiro, ao reiterar sua condenação a todos os atos de terrorismo, transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo do Líbano.

INGRESSO DO SENADOR ROGER
PINTO MOLINA EM TERRITÓRIO
BRASILEIRO
25-08-2013

O Ministério das Relações Exteriores foi informado, no dia 24 de agosto, do ingresso em território brasileiro, na mesma data, do Senador boliviano Roger Pinto Molina, asilado há mais de um ano na Embaixada em La Paz.

O Ministério está reunindo elementos acerca das circunstâncias em que se verificou a saída do Senador boliviano da Embaixada brasileira e de sua entrada em território nacional. O Encarregado de Negócios do Brasil em La Paz, Ministro Eduardo Saboia, está sendo chamado a Brasília para esclarecimentos.

O Ministério das Relações Exteriores abrirá inquérito e tomará as medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO 26-08-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República do Sudão concedeu agrément a Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal. Brasil e Sudão mantêm relações diplomáticas desde 1968.

VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL 29-08-2013

Paramaribo, 30 de agosto de 2013

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em 30 de agosto, em Paramaribo, no Suriname, da VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ao final da Cúpula, a Presidência Pro Tempore da organização será transmitida do Peru para o Suriname.

A UNASUL, criada em 2008, tem como objetivo construir, de maneira participativa

e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre os doze países da América do Sul. A organização possui atualmente doze Conselhos Ministeriais voltados para a coordenação e a cooperação em áreas estratégicas para a integração regional, como infraestrutura e planejamento, defesa, saúde, drogas, segurança cidadã e justiça, educação, cultura, ciência e tecnologia, energia, desenvolvimento social e economia e finanças.

O volume do comércio entre o Brasil e os países da UNASUL mais que quadruplicou na última década, passando de US\$ 15 bilhões, em 2002, para US\$ 71 bilhões, em 2012.

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DO JAPÃO, FUMIO KISHIDA — BRASÍLIA, 2 DE SETEMBRO DE 2013 30-08-2013

Os Chanceleres examinarão os principais assuntos da agenda bilateral e global, com destaque para temas relacionados à comunidade brasileira no Japão, comércio e investimentos e a agenda no campo de ciência, tecnologia e inovação.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, realizará visita a Brasília no dia 2 de setembro, ocasião em que será recebido pelo Ministro da Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Os Chanceleres examinarão os principais assuntos da agenda bilateral e global, com destaque para temas relacionados à comunidade brasileira no Japão, comércio e investimentos e a agenda no campo de ciência, tecnologia e inovação.

Brasil e Japão promovem, conjuntamente, projetos de cooperação técnica em terceiros países, como o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana

Tropical de Moçambique (ProSavana) e para a implementação do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) em países africanos, centro-americanos e sul-americanos.

Brasil e Japão mantêm relações diplomáticas desde 1895. Em 2012, o comércio bilateral foi de US\$ 15,7 bilhões, o que posicionou o Japão como o sexto parceiro comercial do Brasil no mundo. Nesse mesmo ano, o Brasil recebeu fluxo de US\$ 1,47 bilhão em investimentos japoneses.

DECLARAÇÃO DE PARAMARIBO
APROVADA NA VII REUNIÃO DE
CÚPULA DA UNASUL
31-08-2013

Paramaribo, 30 de agosto de 2013

Declaração de Paramaribo, aprovada na VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas

O Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), reunido em Paramaribo, República do Suriname, em 30 de agosto de 2013, na sua VII Reunião Ordinária, reafirma que a integração e a unidade da América do Sul devem ser estabelecidas de forma gradual e flexível, dentro de uma estrutura de cooperação, solidariedade e respeito pelo pluralismo. O Conselho enfatiza também sua determinação em construir uma identidade sul-americana baseada em valores comuns como a democracia, o estado de direito, respeito absoluto pelos direitos humanos e a consolidação da América do Sul como uma zona de paz.

2. Rende homenagem à memória do Comandante Hugo Chávez Frías, presidente da República Bolivariana da Venezuela e compartilha a perda do povo venezuelano e da

sua família, a dor do vazio que sua ausência nos deixou, no sentido de que seu exemplo de vida e dignidade latino-americana será sempre fonte de inspiração para o compromisso de projetar sua visão estratégica na luta incansável pelo fortalecimento soberano da união da América Latina e do Caribe.

3. Afirma por seu testemunho que o presidente Hugo Chávez é o símbolo de uma geração de estadistas que lideraram o direcionamento estratégico e fortaleceram a base da identidade e união sul-americanas, e que foi sob seu impulso visionário, em abril de 2007, que se decidiu na Ilha de Margarita, Venezuela, pela criação da UNASUL. Desde então, seu incansável compromisso com a causa sul-americana tem marcado nosso processo integrador com uma postura inspirada na busca do bem-estar e da justiça social para os nossos povos.

4. O Conselho de Chefes de Estado e de Governo destaca o importante trabalho realizado por Sua Excelência Ollanta Humala Tasso, presidente da República do Peru, na Presidência Pró-Tempore da UNASUL no período de 2012-2013, e que contribuiu para o processo contínuo de integração do nosso continente.

5. Expressa sua satisfação com o fato de Sua Excelência Desiré Delano Bouterse, presidente da República do Suriname, ter assumido o cargo de Presidente Pró-Tempore da UNASUL para o período de 2013-2014, lhe deseja sucesso durante seu mandato e se compromete a contribuir para a implementação das metas estabelecidas para esta fase.

6. Considera que ter a República do Suriname na Presidência Pró-Tempore da UNASUL será uma grande oportunidade para aprofundar o espírito de integração e união de todos os povos sul-americanos.

7. Parabeniza a eficiente gestão do Dr. Alí Rodríguez Araque frente à Secretaria-

Geral da UNASUL no período de 2012-2013, agradecendo-lhe por sua inquestionável e decisiva contribuição para a construção da visão estratégica da União a partir do seu empenho incomensurável por viabilizar a relevância do tratamento soberano do aproveitamento sustentável, a defesa e proteção dos recursos naturais como elementos da citada visão estratégica da América do Sul. Reconhece também sua valiosa liderança no processo de fortalecimento da nossa Secretaria-Geral, particularmente pelo legado que representa o Centro de Comunicação e Informação da UNASUL.

8. O Conselho dos Chefes de Estado e de Governo ressalta a riqueza da América do Sul no âmbito dos recursos naturais, como os minerais, a energia, florestas, recursos agrícolas e hídricos, sua imensa biodiversidade e ecossistemas, assim como as vantagens da sua localização geográfica, e particularmente o potencial dos seus recursos humanos, e considera que esses atributos diferenciam a região, reforçam seu potencial estratégico e contribuem para seu desenvolvimento sustentável. Parabeniza a Secretaria-Geral da UNASUL pela realização, em Caracas, da primeira Conferência da UNASUL sobre Recursos Naturais e Desenvolvimento Integral da Região, que foi realizada de 27 a 30 de maio passado. Nesse sentido, insta os órgãos e conselhos ministeriais a considerar os resultados da referida conferência, aspectos que deveriam ser parte de uma visão estratégica de aproveitamento dos recursos naturais com pleno respeito à soberania dos Estados.

9. Apesar da sua riqueza natural, porém, a desigualdade e a exclusão social persistem na nossa região. A UNASUL deve, portanto, contribuir na identificação de formas de cooperação regional que permitam que seus Estados Membros aproveitem as riquezas da América do Sul para avançar na luta contra

problemas sociais históricos. O Conselho de Chefes de Estado e de Governo considera, portanto, que uma visão estratégica a longo prazo da UNASUL deveria se basear fundamentalmente nas seguintes diretrizes:

a) a necessidade de fortalecer uma estratégia sul-americana que projete a região no contexto mundial e possa promover os objetivos comuns de desenvolvimento e inclusão social, em um momento de mudanças significativas na economia e na política internacionais;

b) a prioridade da UNASUL para promover formas de cooperação que permitam avançar na erradicação da pobreza, da vulnerabilidade e exclusão social, assim como a superação das assimetrias atuais. Destaca, nesse sentido, a aprovação da Decisão sobre a Agenda de Ações Sociais Prioritárias e exorta sua implementação e avaliação permanente;

c) a importância de avaliar como a coordenação e cooperação na gestão e proteção dos recursos naturais podem contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, produtivo e social da América do Sul, considerando-se a diversidade dos biomas sul-americanos, as diversas particularidades e prioridades de cada país e os direitos soberanos dos Estados em relação à exploração dos seus recursos naturais;

d) o fortalecimento da infraestrutura física e a interação entre os Estados Membros a fim de promover a integração dos seus cidadãos e impulsionar a construção da identidade sul-americana.

10. A construção de uma identidade sul-americana exige articular dimensões variadas, como a econômica, política, social, cidadã, de defesa e segurança, cultural, entre outras. Essa pluralidade necessária de temas e instâncias da UNASUL representa, ao mesmo tempo, um desafio institucional importante, que exige o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da UNASUL, de modo a garantir a coerência

no processo de integração.

11. O Conselho de Chefes de Estado e de Governo instrui o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores a preparar, após consulta aos Conselhos Ministeriais Setoriais, e de acordo com o procedimento estabelecido no Tratado e no Regulamento, um Guia de Implementação anual que será apresentado durante as Reuniões Ordinárias e que deverá definir, entre os objetivos estratégicos e atividades previstos nos Planos de Ação dos órgãos da UNASUL, as iniciativas prioritárias para o ano seguinte.

12. Para assegurar o fluxo de comunicação adequado entre as instâncias e os órgãos políticos da UNASUL, instrui o Conselho de Delegados a convidar representantes das Presidências dos Conselhos Ministeriais para suas reuniões, sempre que se considerar pertinente, de modo a facilitar a confecção de um relatório semestral, pela Secretaria-Geral, sobre o andamento dos trabalhos nas instâncias setoriais da UNASUL, para consideração dos Ministros de Relações Exteriores.

13. O fortalecimento da Secretaria-Geral é indispensável para garantir a coerência no processo de integração e para executar as determinações dos órgãos da UNASUL. O Conselho solicita que o Secretário-Geral, em um prazo de seis meses, avance no processo de fortalecimento institucional da Secretaria, providenciando os funcionários permanentes necessários para cumprir suas funções, levando em consideração o aspecto orçamentário e o que foi estabelecido no Tratado Constitutivo e Regulamento Geral da UNASUL para garantir o gerenciamento eficaz sem prejuízo das contribuições voluntárias dos Estados no que se refere aos seus representantes diplomáticos na Secretaria-Geral.

14. O Conselho confere importância estratégica ao financiamento de iniciativas comuns no âmbito dos Conselhos Ministeriais

Setoriais da UNASUL, como forma de obter resultados concretos a curto e médio prazo, em benefício dos cidadãos sul-americanos. É necessário, portanto, reforçar os mecanismos de gestão do Fundo de Iniciativas Comuns. O Conselho instrui a Secretaria-Geral a organizar, no segundo semestre de 2013, uma reunião para formular recomendações sobre formas de facilitar a seleção, desenvolvimento e execução de projetos e apresentá-las, por intermédio do Conselho de Delegados, na próxima reunião do Conselho de Ministros de Relações Exteriores, para que sejam analisadas e aprovadas.

15. Reitera a importância da participação cidadã no processo de integração e aprova, portanto, as diretrizes para o estabelecimento do Fórum de Participação Cidadã e a realização do 1º Fórum na Cidade de Cochabamba, Bolívia, de preferência no ano 2013. Como parte do processo de organização do Fórum, será realizada uma reunião preparatória em Buenos Aires, Argentina, para divulgar as diretrizes entre os cidadãos e promover a participação dos agentes sociais no 1º Fórum.

16. Destaca que a UNASUL tem sido o espaço adequado para avançar no desenvolvimento de temas estratégicos, como o possível desenvolvimento de uma visão comum em termos de defesa regional, que se expressa no conjunto de realizações do Conselho de Defesa Sul-americano. Nesse sentido, insta as Ministras e Ministros de Defesa a elaborar e apresentar uma proposta de diretrizes estratégicas da UNASUL para a construção progressiva e flexível de uma visão comum de defesa regional, a qual deverá ser apresentada na próxima Reunião Ordinária deste Conselho.

17. Destaca também o trabalho do Conselho de Defesa Sul-americano como órgão para o desenvolvimento do pensamento estratégico regional por meio do fortalecimento do

Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e a iniciativa de criar uma Escola Sul-americana de Defesa, concebida como um centro para estudos superiores e coordenação de redes entre as iniciativas nacionais dos países membros, para a formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança nacional.

18. Reafirma seu compromisso com a defesa, proteção, promoção e fortalecimento das garantias para o pleno exercício e gozo dos direitos humanos. Com a criação do Grupo de Alto Nível de Cooperação e Coordenação em Direitos Humanos, enfatiza-se a importância do caráter intersetorial dos direitos humanos no âmbito da UNASUL, assim como a importância de promover e coordenar ações que tenham um impacto positivo no pleno gozo e exercício dos direitos humanos nos Estados Membros da União.

19. Reitera a importância de a União possuir uma visão e uma estratégia comum na área de energia e instrui as Ministras e Ministros do Conselho Energético Sul-americano a apresentar os avanços obtidos no Tratado Energético Sul-americano durante a próxima Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo.

20. O Conselho reafirma a importância da construção da cidadania sul-americana, que é um dos objetivos centrais da UNASUL. Determina, também, que os Estados Membros continuem trabalhando nas propostas apresentadas durante a Presidência Pró-Tempore do Peru, e que fazem parte do Guia de Implementação, um documento que contém os princípios para a confecção de um relatório conceitual sobre cidadania sul-americana e uma matriz comparativa com as contribuições nacionais.

21. O Conselho acolhe também, como órgão de coordenação e cooperação da UNASUL, a Conferência Sul-americana de

Turismo, reiterando que o turismo é uma atividade que contribui significativamente para as economias dos países sul-americanos por meio da geração de oportunidades comerciais, redução da pobreza, promoção do crescimento econômico e desenvolvimento sustentável dos povos.

22. Reconhece a necessidade manifestada nos processos de aproximação entre os nossos povos na busca da unidade, tal como contemplado no primeiro congresso de jovens da CARICOM UNASUL, em junho de 2012. Nesse sentido, acolhe a proposta da República do Suriname de sediar o Congresso da Juventude da UNASUL em novembro de 2013, em data a ser definida através dos canais diplomáticos e cujo objetivo será avaliar a possibilidade de criar uma instância permanente para a juventude na UNASUL.

23. A integração sul-americana é um processo aberto, plural e solidário, que estimula a cooperação com outras regiões e organismos internacionais, principalmente os que fazem parte dos Estados Membros da UNASUL. Nas suas relações com terceiros, a UNASUL deve buscar criar vínculos mais estreitos com outros fóruns que contribuam para fortalecer e democratizar as instâncias de governança global.

24. Para identificar os interesses da UNASUL em termos de financiamento, o Conselho instrui o COSIPLAN a analisar, junto com o Conselho sobre Economia e Finanças, a possibilidade de estabelecer mecanismos da UNASUL para financiar projetos de infraestrutura, com a participação de bancos de desenvolvimento regionais e respeitando as diretrizes da UNASUL para relações com terceiros.

25. A UNASUL também deve servir de instrumento para cooperação internacional da América do Sul com a América Latina e Caribe. Aceitamos o pedido do governo do

Haiti de apoio dos países da UNASUL para projetos de cooperação para alfabetização. O Conselho instrui o Conselho Sul-americano de Educação, por meio da sua Presidência Pró-Tempore, a fazer contato imediatamente com a Secretaria Técnica da UNASUL no Haiti e identificar, junto ao governo haitiano, as formas de cooperação.

26. Expressa seu reconhecimento pelo trabalho da Secretaria Técnica na UNASUL no Haiti, do seu Representante Especial, embaixador Rodolfo Mattarollo e de sua equipe, entre outras, nas áreas de segurança alimentar, sistemas de saúde, habitação, fortalecimento do estado de direito e do conjunto dos direitos humanos. Destaca, em particular, a inauguração do Hospital Nestor Carlos Kirchner na cidade de Corail. E agradece igualmente a Argentina pela sua disposição em continuar executando e financiando atividades até a conclusão dos projetos que estão em andamento.

27. O Conselho dos Chefes de Estado e do Governo endossa a Declaração de Cochabamba, com data de 4 de julho de 2013, e reafirma sua profunda indignação e absoluta rejeição da revogação infundada das permissões de sobrevoos e aterrissagem anteriormente concedidas pelas autoridades de alguns países europeus ao avião que transportava Sua Excelência Evo Morales Ayma, presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, em suas viagens pelo referido continente. Nesse sentido, enfatizam que essa atitude viola o Direito Internacional e foi uma grave ofensa ao presidente boliviano e a todos os povos sul-americanos.

28. Rejeita firmemente a interceptação das telecomunicações e as ações de espionagem nos nossos países pela agência de segurança nacional do governo dos Estados Unidos, ou por qualquer outra parte que as executem, as quais constituem uma ameaça à segurança e

graves violações dos direitos humanos, civis e políticos, do direito internacional e da nossa soberania e que prejudicam as relações entre as nações.

29. Instrui o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) e o COSIPLAN a avaliar a cooperação com outros conselhos ministeriais competentes e avançar nos seus respectivos projetos sobre defesa cibernética e a interconexão entre redes de fibra ótica nos nossos países com vistas a tornar mais seguras nossas telecomunicações, promover o desenvolvimento de tecnologias regionais e a inclusão digital. Saúda o interesse do MERCOSUL em estreitar sua coordenação com a UNASUL sobre esses temas e instrui os CDs e o COSIPLAN a trabalhar regularmente em coordenação com o recém-criado Grupo de Trabalho do MERCOSUL, responsável por assuntos de telecomunicações, e nos enviar um relatório com as recomendações sobre possíveis avanços na matéria durante a Reunião Ordinária da UNASUL.

30. Expressa solidariedade com os povos e países que sofrem campanhas de desprestígio como as recentemente organizadas por alguns grupos e multinacionais extrarregionais contra República do Equador e contra a República Argentina. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de que as companhias e grupos multinacionais respeitem a legislação nacional e observem os princípios e normas para uma conduta responsável e coerente com as políticas públicas adotadas pelos Estados que recebem investimentos. Saúda também a organização da Primeira Conferência Ministerial de Estados Latino-americanos afetados por interesses de multinacionais, que foi realizada na cidade de Guayaquil, em 22 de abril de 2013, e a criação de um Observatório Internacional de Companhias Multinacionais.

31. Ressalta a importância estratégica de os países da UNASUL assumirem posições

comuns quanto a importantes questões globais, reforçando o senso de unidade na região. Portanto, recebe com satisfação a participação da Ministra de Relações Exteriores do Peru, Eda Rivas Franchini, representando a Presidência Pró-Tempore da UNASUL, durante o debate sobre o tema de “Cooperação entre as Nações Unidas e organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais”, no quadro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em sessão presidida pela Chefe de Estado da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Sugere também uma maior participação da UNASUL nos debates realizados em fóruns internacionais.

32. Expressa seu apoio aos direitos legítimos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.

33. Expressa seu compromisso com a implementação de medidas e ações que permitam superar as dificuldades enfrentadas pela República do Paraguai como país em desenvolvimento sem litoral, atendendo suas necessidades especiais com vistas a promover a plena integração da sua economia ao comércio internacional.

34. Reitera o compromisso com o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma integral das Nações Unidas e a democratização das instâncias decisórias internacionais. Manifesta a importância de intensificar os esforços intergovernamentais para promover a reforma necessária do Conselho de Segurança, com vistas a transformá-lo em um órgão mais representativo, legítimo, eficiente, democrático e transparente. Nesse sentido, considera fundamental a revitalização da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social. Enfatiza seu compromisso com o fortalecimento e eficácia do Conselho de Direitos Humanos, principal

órgão das Nações Unidas para o tratamento multilateral dos Direitos Humanos.

35. Reafirma que a quinua, dado o seu valor nutritivo, desempenha um papel fundamental na obtenção da segurança alimentar e nutricional e na luta para erradicar a pobreza e a fome, razão pela qual expressa seu compromisso em participar e auxiliar nas atividades do Ano Internacional da quinua e cumprir as várias recomendações a elas associadas, de modo a promover seu consumo.

36. Ratifica que a plena vigência das instituições, valores, princípios democráticos e respeito às normas do direito internacional é uma condição indispensável para a construção do processo de integração sul-americana respeitando a soberania dos Estados, a não intervenção, seu direito à autodeterminação, a plena vigência dos direitos humanos, assim como a igualdade jurídica dos mesmos, como princípios universais e nos termos do Tratado Constitutivo da UNASUL.

37. Parabeniza o povo equatoriano pelo processo eleitoral pelo qual foi eleito Sua Excelência senhor Rafael Correa Delgado como presidente da República do Equador e deseja sucesso na sua gestão.

38. Parabeniza o povo venezuelano pelo processo eleitoral executado na República Bolivariana da Venezuela pelo qual foi eleito Sua Excelência Nicolás Maduro Moros como presidente da República Bolivariana da Venezuela, e deseja sucesso na sua gestão.

39. Parabeniza o povo paraguaio pelo processo eleitoral pelo qual foi eleito sua Excelência Horacio Cartes Jara e por sua posse como presidente da República do Paraguai, e lhe deseja sucesso no cumprimento das funções que lhe foram confiadas.

40. Agradece o esforço do governo da República do Equador para a construção da sede permanente da Secretaria Geral da UNASUL, como informou Sua Excelência

Rafael Correa Delgado, presidente da República do Equador, e reconhece a importância dessa obra de infraestrutura para o processo de integração sul-americana.

41. Expressa seu agradecimento ao presidente Evo Morales Ayma, presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, pela apresentação do projeto arquitetônico da sede do Parlamento Sul-americano e pelo anúncio do início próximo da sua construção e, nesse sentido, exorta a que se chegue a um consenso sobre o projeto definitivo do Protocolo Adicional que estabelecerá a composição, atribuições e funcionamento do Parlamento Sul-americano, de acordo com o Tratado Constitutivo.

42. A Secretaria-Geral fornecerá à República do Paraguai todas as Decisões, Resoluções, Disposições e outros atos normativos e pronunciamentos adotados pela UNASUL desde 29 de junho de 2012 até 15 de agosto de 2013 para efeito do previsto no parágrafo quinto do artigo 13º “Adoção de Políticas e Criação de Instituições, Organizações e Programas” do Tratado Constitutivo da UNASUL.

43. Considerando-se que os trabalhos do Grupo de Trabalho de Especialistas de Alto Nível para Resolução de Conflitos em matéria de investimentos têm mostrado importantes avanços, instrui que esses trabalhos sejam concluídos o quanto antes, de preferência antes do fim do ano, para o eventual estabelecimento de um Centro de Resolução de Conflitos para assuntos de investimentos.

44. O Conselho de Chefes de Estado e de Governo expressa seu sincero agradecimento ao povo e ao governo da República do Suriname e especialmente Sua Excelência Presidente Desiré Delano Bouterse, pela cálida e generosa hospitalidade oferecida às delegações que participaram da presente reunião.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA
DILMA ROUSSEFF NA VIII CÚPULA DO
G20 – SÃO PETERSBURGO, 5 E 6 DE
SETEMBRO DE 2013
02-09-2013

Temas da Cúpula: economia global e estabilidade financeira; o Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado; cooperação tributária; criação de empregos; investimento e reformas estruturais; energia; desenvolvimento inclusivo; combate à corrupção; crescimento e comércio.

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, participará da VIII Cúpula do Grupo dos 20 (G20) em São Petersburgo, Rússia, de 5 a 6 de setembro de 2013. À margem da Cúpula do G20, a Presidenta Dilma Rousseff participará de Encontro de Líderes do BRICS no dia 5 de setembro.

Os Chefes de Estado e de Governo do G20 se reunirão em quatro sessões de trabalho, nas quais serão discutidos os seguintes temas: economia global e estabilidade financeira; o Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado; cooperação tributária; criação de empregos; investimento e reformas estruturais; energia; desenvolvimento inclusivo; combate à corrupção; crescimento e comércio.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA UNASUL SOBRE A SITUAÇÃO NA
REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA
03-09-2013

O Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, reunido na VII Cúpula Ordinária na cidade de Paramaribo, Suriname, em 30 de agosto de 2013,

1. Expressa sua extrema preocupação

REUNIÃO INFORMAL DOS LÍDERES
DO BRICS À MARGEM DA CÚPULA DO
G-20 EM SÃO PETERSBURGO - SÃO
PETERSBURGO, 5 DE SETEMBRO DE 2013

05-09-2013

pela situação na República Árabe da Síria e seu profundo pesar pelas perdas irreparáveis de vidas humanas; e faz um chamado firme à paz, na expectativa de que o povo sírio, no exercício de sua soberania, possa encontrar uma solução pacífica e negociada ao conflito.

2. Condena as intervenções externas que sejam incompatíveis com a Carta das Nações Unidas. Igualmente, rejeita o desenvolvimento de estratégias intervencionistas de todo tipo.

3. Exige o fim imediato da violência, a suspensão do fornecimento de todos os tipos de armamento por parte de outros países para o território sírio, o respeito ao direito internacional humanitário e o início do diálogo entre as partes; e faz um chamado ao Secretário Geral das Nações Unidas para manter suas gestões e aprofundar seus esforços para alcançar o fim do conflito.

4. Reitera seu apoio ao Representante Especial da ONU / Liga Árabe, Lakdar Brahimi, e a convocação de uma conferência internacional sobre a situação na Síria.

5. Reitera que o uso de armas químicas em todas as suas formas é um crime de guerra e de lesa humanidade e afirma a necessidade de tratar o tema à luz do direito internacional e de maneira imparcial e transparente. Recorda, ademais, as obrigações de todas as partes sob o direito internacional humanitário.

6. Exorta a todas as partes a cooperar com a Missão de Investigação das Nações Unidas neste país e urge o Conselho de Segurança da ONU para que, com base no relatório, contribua para o estabelecimento de condições para que se encerrem as agressões, se proteja a população contra os ataques indiscriminados de todo tipo que coloquem em risco sua vida, integridade e segurança, em conformidade com o direito internacional e as convenções multilaterais, tal como estabelece a Carta deste organismo internacional.

Paramaribo, 30 de agosto de 2013

Reunião informal dos Líderes do BRICS à margem da Cúpula do G-20 em São Petersburgo

São Petersburgo, 5 de setembro de 2013

Os Líderes do BRICS encontraram-se em 5 de setembro de 2013, previamente à abertura formal da Cúpula do G-20 em São Petersburgo.

Os Líderes registraram a continuidade do ritmo lento da recuperação, da alta taxa de desemprego em alguns países e da persistência de desafios e vulnerabilidades na economia global, em particular nas economias avançadas. Acreditam que as principais economias, inclusive as do G-20, poderiam fazer mais para impulsionar a demanda global e a confiança do mercado.

À luz do aumento da volatilidade do mercado financeiro e do fluxo de capitais nos últimos meses, os Líderes do BRICS reiteraram suas preocupações expressadas por ocasião da Cúpula de Durban, em março, a respeito das repercussões negativas não intencionais das políticas monetárias não convencionais de algumas economias desenvolvidas. Enfatizaram que a eventual normalização dessas políticas monetárias precisa ser calibrada de modo efetivo e cuidadoso e claramente comunicada.

Os Líderes do BRICS também manifestaram sua preocupação com a estagnação do processo de reforma do Fundo Monetário Internacional. Recordaram a necessidade urgente de implementar a Reforma de Quotas e Governança de 2010 do FMI, assim como de concluir a próxima revisão geral das quotas

até janeiro de 2014, conforme acordado na Cúpula do G-20 em Seul a fim de assegurar a credibilidade, a legitimidade e a eficácia do Fundo.

Os Líderes aguardam com expectativa a 9ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio a realizar-se em dezembro de 2013 e esperam que o evento constitua passo firme para a conclusão exitosa e equilibrada da Rodada de Doha para o Desenvolvimento.

Os Líderes de Brasil, Índia, China e África do Sul felicitaram a Rússia pelo êxito na Presidência do G-20 em 2013 e manifestaram apreço pela ênfase da Presidência russa na agenda para o desenvolvimento.

Os Líderes saudaram os avanços alcançados em direção ao estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento liderado pelo BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA).

Com relação ao Banco, houve avanços nas negociações relativas a sua estrutura de capital, composição, participação acionária e governança. O Banco contará com capital inicial subscrito pelos países do BRICS de US\$ 50 bilhões.

No tocante ao CRA, alcançou-se consenso sobre muitos aspectos-chave e detalhes operacionais atinentes a sua criação. Conforme acordado em Durban, o CRA contará com montante inicial de US\$ 100 bilhões. Os compromissos individuais dos países ao CRA serão os seguintes: China – US\$ 41 bilhões; Brasil, Índia e Rússia – US\$ 18 bilhões cada; e África do Sul – US\$ 5 bilhões.

À luz dos progressos realizados tanto nas negociações do Banco quanto do CRA, os Líderes do BRICS esperam resultados concretos por ocasião da próxima Cúpula.

Os Líderes saudaram a primeira reunião do Conselho Empresarial do BRICS, realizada recentemente em Johannesburg, África do Sul, e incentivaram a comunidade empresarial

a incrementar contatos e cooperação.

Os Líderes notaram os desdobramentos recentes na economia mundial e enfatizaram a necessidade de cooperação econômica intra-BRICS.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NA
GUATEMALA
05-09-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Guatemala concedeu agrément a João Luiz de Barros Pereira Pinto como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal. Guatemala e Brasil mantêm relações diplomáticas desde 1906.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES EM SESSÃO
ESPECIAL DO CONSELHO-GERAL DA OMC
07-09-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, participará, em Genebra, no dia 9 de setembro, de sessão especial do Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) que marcará o início da gestão de Roberto Azevêdo à frente da Organização.

Participação do Ministro das Relações Exteriores em sessão especial do Conselho-Geral da OMC

Genebra, 9 de setembro de 2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, participará, em Genebra, no dia 9 de setembro, de sessão especial do Conselho-Geral da Organização

Mundial do Comércio (OMC) que marcará o início da gestão de Roberto Azevêdo à frente da Organização. O Ministro Figueiredo assistirá, também, à cerimônia de reinauguração da “Sala Brasil”, localizada na sede da OMC.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NA
ALBÂNIA
09-09-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Albânia concedeu agrément a Jorge José Frantz Ramos como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal. Brasil e Albânia mantêm relações diplomáticas desde 1961.

III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE
TRABALHO INFANTIL - BRASÍLIA, 8 A
10 DE OUTUBRO DE 2013
10-09-2013

Os profissionais de imprensa interessados em participar da cobertura da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a realizar-se entre os dias 8 e 10 de outubro, no Centro de Convenções do Hotel Brasília Royal Tulip Alvorada, em Brasília devem efetuar seu credenciamento até as 18h do dia 30 de setembro, impreterivelmente.

A solicitação de credenciamento deverá ser efetuada mediante preenchimento de formulário na página web da Conferência:

<http://press.childlabour2013.org/CadastroImprensa.aspx>

A retirada das credenciais deverá ser feita mediante apresentação de cópia impressa do

comprovante de credenciamento no período de 30 de setembro a 4 de outubro no Ministério das Relações Exteriores (Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Brasília). De 6 a 10 de outubro, as credenciais deverão ser retiradas com equipe de credenciamento no hotel em que ocorrerá a Conferência.

XVI REUNIÃO DE MINISTROS DO
BRASIL, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA
(BASIC) SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
10-09-2013

Foz do Iguaçu, 15 e 16 de setembro de 2013
Será realizada, nos dias 15 e 16 de setembro, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu, a XVI Reunião Ministerial do BASIC, para coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, sobre as negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. A reunião terá início com encontros técnicos e de negociadores, no dia 15 de setembro.

O encontro de ministros, no dia 16, será copresidido pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Eduardo dos Santos. Na ocasião, será assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e África do Sul sobre Cooperação na Área Ambiental.

As discussões da XVI Reunião Ministerial do BASIC visam coordenação de posições, com vistas à próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a realizar-se em Varsóvia, Polônia, de 11 a 22 de novembro próximo. Terão destaque, na agenda, as discussões sobre fortalecimento das ambições de mitigação de emissões até 2020 e sobre novo instrumento internacional com força legal e vinculante para todas as partes,

a ser acordado no âmbito da Convenção-Quadro até 2015, de modo a entrar em vigor a partir de 2020.

O BASIC foi criado em 2007, como grupo informal de diálogo sobre as negociações sob a UNFCCC. Desde sua criação, o Grupo vem desempenhando papel importante na construção de entendimento no regime de mudança do clima e na definição de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. A atuação coordenada do BASIC tem estimulado nível maior de ambição no combate à mudança do clima e tem contribuído para o tratamento do apoio financeiro, tecnológico e técnico internacional para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

111ª SESSÃO DO CONSELHO
INTERNACIONAL DO CAFÉ -
DECLARAÇÃO DE BELO HORIZONTE
- 12 DE SETEMBRO DE 2013
12-09-2013

Nós, os Governos Membros da Organização Internacional do Café (OIC), reunimo-nos em Belo Horizonte, Brasil, por ocasião da sessão comemorativa do Conselho Internacional do Café celebrando o 50.º aniversário da OIC. Nossas discussões foram realizadas dentro do melhor espírito de cooperação e amizade e com o firme desejo de fortalecer a economia cafeeira e o papel da OIC no mercado mundial.

Recordamos que o café é o produto tropical que mais se negocia no mundo. Produzido em mais de 50 países, e respondendo por até 50% das receitas de exportação de alguns desses países, sustenta 120 milhões de pessoas em todo o mundo, a vasta maioria das quais pequenos cafeicultores nos países em desenvolvimento. A magnitude econômica do café é sublinhada pelo fato de que gera receitas consideráveis em toda a cadeia produtiva, representando

um valor agregado bruto de mais de US\$458 bilhões anualmente.

Há 50 anos, a OIC promove a cooperação internacional no setor, contribuindo para o desenvolvimento de uma economia cafeeira mundial sustentável e para a redução da pobreza. Ela estimula sinergias dentro do mercado de produtos básicos, administra um programa para melhorar a qualidade do café, por ela iniciado, e disponibiliza dados precisos e confiáveis sobre a economia cafeeira. A OIC lançou campanhas de promoção que serviram para incentivar o crescimento dinâmico do consumo nos mercados emergentes, e foi na Organização que nasceu o movimento dos cafés especiais. Canalizou mais de US\$100 milhões para projetos de desenvolvimento em benefício de pequenos cafeicultores de todo o mundo.

Em consonância com os objetivos do Acordo Internacional do Café de 2007, reconhecemos a necessidade contínua do apoio da OIC a medidas para assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor cafeeiro. Além disso, a ajuda da OIC é necessária no enfrentamento de desafios presentes e futuros, tais como escassez de recursos, pragas e doenças, impacto negativo da volatilidade dos preços, aumento dos custos de produção e mudança das condições climáticas globais. Reconhecemos, igualmente, a necessidade de fortalecer o papel das mulheres e dos jovens na cadeia da oferta de café e a importância de melhores condições de trabalho.

Também reconhecemos a necessidade de entendimento acerca das condições estruturais nos mercados internacionais e das tendências de longo prazo na produção e no consumo que equilibram a oferta e a demanda, resultando em preços equitativos tanto para os consumidores quanto para os produtores.

Também reafirmamos o importante papel da OIC como foro para consultas sobre questões

cafeeiras entre governos e com o setor privado.

Reiteramos nosso compromisso de disponibilizar informações estatísticas e econômicas objetivas e abrangentes sobre o mercado global de café como meio de possibilitar a tomada de decisões com base em dados precisos e atualizados. Continuaremos a intensificar a transparência de mercado do comércio internacional, desenvolvendo ainda mais os dados sobre a produção e os estoques de diferentes tipos de café.

Concordamos, também, com a importância de proteger o meio ambiente e os meios de sustento das futuras gerações de cafeicultores e de implementar medidas para reduzir os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de café.

Tencionamos intensificar os esforços para expandir o consumo global de café por meio de atividades de promoção e desenvolvimento de mercado, contemplando, em particular, o desenvolvimento dos mercados de países produtores com alto potencial para o aumento do consumo, bem como dos mercados emergentes e não tradicionais.

Externamos nossa preocupação com a atual escassez de recursos financeiros para os projetos de desenvolvimento cafeeiro e nos comprometemos a fortalecer o papel da OIC na busca de fontes alternativas de financiamento.

Reconhecemos a importância de prestar apoio e assistência técnica a todos os países afetados por pragas e doenças. Na atual conjuntura, manifestamos nossa grave preocupação com o surto de ferrugem do café na América Central, no México e em outros países produtores afetados, por constituir uma das crises fitossanitárias mais severas jamais registrada. Estamos empenhados em cooperar com os demais Estados Membros e com organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo

Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), para compartilhar conhecimento científico e técnico e melhores práticas neste campo, bem como ajudar os países afetados a identificar recursos financeiros dentro da comunidade internacional para apoiar seus planos de combate à epidemia.

Tomamos nota das construtivas recomendações a respeito de gestão de risco e financiamento apresentadas no 3.o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro e incentivamos sua utilização. Entendemos que a agregação por intermédio das cooperativas e associações pode contribuir significativamente para melhorar o acesso ao crédito e a instrumentos de gestão de risco, sobretudo para pequenos agricultores, e melhor equipá-los para lidar com a volatilidade do mercado.

Neste momento festivo, acolhemos os resultados da 111.a sessão do Conselho Internacional do Café e rejubilamo-nos com as comemorações do cinquentenário da OIC. Agradecemos ao Diretor-Executivo e aos funcionários da OIC. Reconhecemos a valiosíssima contribuição de ex-representantes à OIC, bem como dos ex-Diretores-Executivos e ex-funcionários de nossa Organização, e renovamos nosso compromisso de honrar seu legado.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO PARAGUAI, HORACIO
CARTES - BRASÍLIA, 30 DE SETEMBRO
DE 2013
13-09-2013

A convite da Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, o Presidente do Paraguai, Horacio Cartes, realizará visita de Estado ao Brasil, no próximo dia 30 de setembro.

ADESÃO DA SÍRIA À CONVENÇÃO
SOBRE A PROIBIÇÃO DE ARMAS
QUÍMICAS (CPAQ)
14-09-2013

O Governo brasileiro acolheu, com satisfação, a decisão do Governo da República Árabe da Síria de aderir à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) e aplicá-la imediatamente. Como um dos signatários originais da Convenção, o Brasil espera que a adesão da Síria à CPAQ impulse a universalização desse instrumento e leve à consecução do objetivo de um mundo livre de todas as armas químicas.

O Brasil saúda também o acordo alcançado pelos Estados Unidos e pela Rússia acerca da eliminação das armas químicas sírias.

O Governo brasileiro confia em que tais medidas contribuirão significativamente para emprestar novo vigor à busca de uma solução negociada e para atender às legítimas aspirações da sociedade síria. Nesse sentido, o Brasil reitera seu inequívoco apoio ao Representante Especial da ONU e da Liga Árabe, Lakhdar Brahimi, e à realização de nova conferência internacional sobre a Síria, para cujo êxito continua pronto a contribuir.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
COMÉRCIO INTERNACIONAL DE
BARBADOS, MAXINE MCCLEAN -
BRASÍLIA, 17 DE SETEMBRO DE 2013
16-09-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, receberá a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional de Barbados, Maxine

McCLean, em Brasília, no dia 17 de setembro de 2013.

Brasil e Barbados têm projetos de cooperação nas áreas de energias renováveis, agricultura, educação e saúde, e há negociações em andamento para expandir a cooperação em agricultura e turismo. O Brasil tem ampliado a cooperação com Barbados e com a CARICOM. Por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília, em 2010, foram firmados quatro acordos de cooperação bilateral entre Brasil e Barbados nas áreas de saúde, agricultura e serviços aéreos.

Em 2012, a corrente de comércio bilateral entre Brasil e Barbados foi de US\$ 17,6 milhões. 92,4% das exportações brasileiras para Barbados em 2012 foram de produtos manufaturados. Na última década, as exportações brasileiras para Barbados cresceram 32%.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - XVI
REUNIÃO DE MINISTROS DO BRASIL,
ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA
(BASIC) SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
16-09-2013

Foz do Iguaçu, 15 e 16 de setembro de 2013
1. A 16ª Reunião Ministerial do BASIC sobre mudança do clima realizou-se em Foz do Iguaçu, Brasil, nos dias 15 e 16 de setembro de 2013. Compareceram à reunião Sua Excelência a Senhora Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Sua Excelência o Embaixador Eduardo dos Santos, Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência o Senhor Xie Zhenhua, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma da China, Sua Excelência a Senhora Edna Molewa, Ministra da Água e de Assuntos Ambientais da África do Sul, e Sua Excelência

o Doutor V. Rajagopalan, Secretário do Ministério do Meio Ambiente e de Florestas da Índia. No espírito da abordagem “Basic-plus”, Argentina, Fiji (Presidente do G-77 e China), Paraguai, Peru e Venezuela se fizeram igualmente representar na reunião.

2. Os Ministros declararam seu pleno compromisso com um resultado exitoso da Conferência sobre o Clima de Varsóvia e manifestaram publicamente seu apoio ao Governo da Polônia, no sentido de alcançar um resultado abrangente e equilibrado em Varsóvia, por meio de um processo aberto, transparente, inclusivo e conduzido pelas Partes.

3. Os Ministros reafirmaram que o processo e o resultado da Plataforma de Durban para Ação Fortalecida (ADP, na sigla em inglês) devem se orientar e estar em pleno acordo com todos os princípios e dispositivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

4. Os Ministros enfatizaram a necessidade de uma abordagem equilibrada entre todos os pilares da Plataforma de Durban – mitigação, adaptação, financiamento, capacitação, desenvolvimento e transferência de tecnologia, transparência de ação e apoio. Nesse sentido, enfatizaram que um resultado ambicioso do ADP não se deve basear somente em mitigação, mas deverá igualmente contemplar os demais pilares de forma equilibrada e abrangente.

5. Os Ministros se comprometeram a contribuir para um resultado justo e efetivo do Fluxo de Trabalho 1 do ADP (“Workstream 1”). Consideraram que justiça e eficácia somente poderão ser obtidos por meio do fortalecimento dos princípios da equidade e das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, tal como consagrado no Artigo 3.1 da Convenção. Nesse contexto, enfatizaram

a necessidade de compromissos por todos os países, e ações fortalecidas em todos os pilares da Plataforma de Durban. Recordaram novamente que a responsabilidade pela mudança do clima, tal como expressa na Convenção, recai sobre todos os países, de forma diferenciada segundo a extensão de sua contribuição histórica para o urgente problema com o qual agora nos deparamos, levando em consideração circunstâncias e capacidades nacionais, , população e necessidades de desenvolvimento, no contexto do acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável.

6. Os Ministros concordaram em que as negociações do ADP devem concentrar-se nos dispositivos a serem incluídos num protocolo, outro instrumento legal ou resultado acordado com força legal sob a Convenção. Os Ministros consideraram que tais dispositivos devem estar em plena consonância com os princípios e com a estrutura da Convenção.

7. Os Ministros atribuíram grande importância a que a Conferência de Varsóvia sobre o Clima incentive as Partes, no contexto das negociações do ADP, a empreender consultas e preparações em nível doméstico.

8. Os Ministros consideraram que o aumento de ambição por parte dos países do Anexo I não deve estar condicionado à adoção ou ao reconhecimento de qualquer tipo abordagem baseada em mecanismos de mercado.

9. No que tange ao Fluxo de Trabalho 2 do ADP (“Workstream 2”), os Ministros enfatizaram que a questão da falta de ambição de mitigação até 2020 deve ser suprida principalmente por meio da implementação do segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto e pelos resultados do Plano de Ação de Bali. Os Ministros reafirmaram sua preocupação com a inadequação dos compromissos atuais de reduções de emissões e provisão de apoio financeiro e tecnológico

dos países desenvolvidos. Recordaram que a garantia, por parte dos países desenvolvidos, de maior apoio financeiro, tecnológico e de capacitação destinados à mitigação e a medidas de adaptação por países fora do Anexo I é essencial para reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento de contribuir no curto prazo para o combate global contra a mudança do clima.

10. Os Ministros conclamaram pela rápida ratificação das emendas ao Protocolo de Quioto que estabelecem o segundo período de compromissos; enfatizaram a importância de visitar e aumentar a ambição dos QELROs em 2014 e de elevar a ambição de compromissos equivalentes para o mesmo período pelas partes do Anexo I que não participam do segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto.

11. Os Ministros reiteraram a necessidade da plena implementação das decisões das COP/CMPs anteriores, inclusive por meio do tratamento da questão da lacuna de financiamento pré-2020 e da definição de um roteiro claro pelo qual se atinja o objetivo de prover US\$ 100 bilhões anuais até 2020. Os Ministros sublinharam a importância de operacionalizar e capitalizar o Fundo Verde para o Clima de maneira tempestiva e substantiva.

12. Os Ministros ressaltaram o problema crítico da provisão, pelos países desenvolvidos, de apoio adequado e previsível para a implementação das atividades de REDD+ (parágrafos 70 e 71, decisão 1/ CP. 16), inclusive no que se refere a maior coordenação no apoio financeiro. Conclamaram todas as Partes na UNFCCC, durante a COP-19, a chegar a um acordo sobre pagamentos por resultados aos países em desenvolvimento que estejam implementando atividades REDD+, inclusive conservação e aumento de estoques de carbono. Os Ministros sublinharam o

imperativo de que REDD+ garanta integridade ambiental e, nesse sentido, enfatizaram que os pagamentos por resultados não deverão ser usados para compensar compromissos de mitigação dos países do Anexo I.

13. Os Ministros reafirmaram a importância do multilateralismo, da ciência e da equidade na abordagem da mudança do clima, em consonância com os princípios e dispositivos da Convenção, e expressaram sua preocupação em relação a medidas que busquem contornar o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades. Nesse sentido, reiteraram que a discussão sobre medidas baseadas em mecanismos de mercado no âmbito da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI), inclusive aquelas circunscritas às jurisdições nacionais, devem ser integralmente compatíveis com os princípios consagrados na UNFCCC e em seu Protocolo de Quioto e devem estar baseadas em acordo mútuo e participação voluntária. Os Ministros reiteraram, ademais, sua firme oposição a quaisquer medidas unilaterais no âmbito da aviação civil internacional, bem como quaisquer intentos similares em outros setores.

14. Os Ministros concordaram que os hidrofluorcarbonos (HFC) devem ser tratados por meio dos foros multilaterais apropriados, sob a orientação dos princípios e dispositivos da UNFCCC e de seu Protocolo de Quioto. A disponibilidade de alternativas seguras e viáveis técnica e economicamente e a provisão de recursos financeiros adicionais por países desenvolvidos devem ser igualmente levadas em consideração.

15. Os Ministros reafirmaram o compromisso dos países do BASIC com a unidade do G-77 e China e expressaram seu apoio pelo maior fortalecimento das posições de países em desenvolvimento nas negociações do UNFCCC por meio do G-77 e China.

16. Os Ministros saudaram o oferecimento da China de sediar a 17ª Reunião Ministerial do BASIC no último trimestre de 2013.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO DO REINO DO MARROCOS,
SAAD-EDDINE EL-OTHMANI
17-09-2013

Brasília e São Paulo, 18 e 19 de setembro de 2013

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos, Saad-Eddine El-Othmani, realizará visita a Brasília em 18 de setembro de 2013, ocasião em que será recebido pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Ambos os Chanceleres discutirão o fortalecimento da cooperação bilateral em áreas como desenvolvimento social, agricultura e turismo, entre outras. Os Ministros examinarão, também questões relevantes da agenda regional e multilateral. O Marrocos ocupa, atualmente, assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Chanceler marroquino manterá, também, encontros com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, bem como no Congresso Nacional, no MDIC e na FIESP.

O comércio bilateral cresceu cinco vezes nos últimos dez anos, evoluindo de US\$ 381 milhões em 2002 a US\$ 2,15 bilhões em 2012. Hoje o Marrocos é o quinto maior parceiro comercial do Brasil na África e, também, entre os países árabes. Entre as empresas brasileiras que atuam no mercado marroquino constam Bunge, Marco Polo, Santista, Havaianas, Embraer e Grupo Votorantim, entre outras.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES

EXTERIORES À ARGENTINA - BUENOS
AIRES, 19 DE SETEMBRO DE 2013
18-09-2013

O Ministro Figueiredo reafirmará compromisso brasileiro com os propósitos da aliança estratégica entre os dois países, passará em revista os principais temas bilaterais e tratará de assuntos de interesse comum na agenda regional, em particular o MERCOSUL, e global.

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizará visita à República Argentina no dia 19 de setembro de 2013. Em Buenos Aires, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, e deverá avistar-se com o Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, Julio de Vido. Será a primeira visita bilateral do Chanceler brasileiro desde que assumiu o cargo, em 28 de agosto de 2013.

Em seus encontros com as autoridades argentinas, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado reafirmará o compromisso brasileiro com os propósitos da aliança estratégica entre os dois países, passará em revista os principais temas bilaterais e tratará de assuntos de interesse comum na agenda regional, em particular o MERCOSUL, e global.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES À ARGENTINA - BUENOS
AIRES, 19 DE SETEMBRO DE 2013 -
COMUNICADO CONJUNTO
19-09-2013

Por invitación del Canciller Héctor Timerman, el Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Embajador Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizó una visita de trabajo a la Argentina, tras haber

asumido funciones el 28 de agosto pasado, dando seguimiento al esquema de reuniones bilaterales periódicas que celebran ambos ministros, en el marco de la alianza estratégica que une a los dos países.

La ocasión fue propicia para hacer un repaso de los principales temas de la amplia agenda bilateral, así como de los temas de interés común de la agenda regional e internacional.

Los Cancilleres pasaron revista de los avances en los proyectos prioritarios de la agenda bilateral, con la intención de dar continuidad y mayor profundidad a las políticas que se vienen ejecutando en materia de cooperación nuclear, espacial, defensa, aeronáutica y aprovechamientos hidroeléctricos binacionales.

Los Cancilleres decidieron dar impulso renovado a acciones con miras al desarrollo de las zonas fronterizas. Por lo tanto, se reunirá en octubre próximo la Comisión de Desarrollo Fronterizo.

Asimismo, ambos Cancilleres analizaron la situación del proceso de integración del MERCOSUR, cuya Presidencia Pro Tempore ejerce actualmente Venezuela y la participación plena de Paraguay en ese bloque. También, intercambiaron opiniones sobre las negociaciones en curso entre el mencionado bloque y la Unión Europea.

Las conversaciones incluyeron también otros temas del ámbito regional, como la elección del nuevo Secretario General de UNASUR y la continuidad de la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH).

Los Cancilleres plantearon la necesidad de coordinar posiciones y realizar acciones conjuntas frente a las actividades de espionaje de los Estados Unidos en la región y de avanzar en el desarrollo de herramientas de ciberdefensa, que protejan las comunicaciones y el almacenamiento de información

estratégica.

Ambos Cancilleres condenaron el uso de armas químicas por cualquier actor y en cualquier circunstancia y al mismo tiempo hicieron un llamado a buscar una solución por medios estrictamente pacíficos al conflicto en Siria.

El Canciller de Brasil invitó al Canciller Timerman a visitar Brasil próximamente.

Al finalizar el encuentro, el Canciller Timerman ofreció un almuerzo al Canciller Figueiredo del que participaron funcionarios de ambos Ministerios y Embajadores de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) residentes en Argentina.

VISITA DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA A NOVA YORK POR
OCASIÃO DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS – 23 A 25 DE
SETEMBRO DE 2013
20-09-2013

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita de trabalho a Nova York entre os dias 23 e 25 de setembro, quando chefiará a delegação brasileira à 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. No dia 24, proferirá o discurso de abertura do Debate Geral desta sessão da Assembleia Geral.

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita de trabalho a Nova York entre os dias 23 e 25 de setembro, quando chefiará a delegação brasileira à 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. No dia 24, proferirá o discurso de abertura do Debate Geral desta sessão da Assembleia-Geral.

Dedicada ao tema “Agenda de desenvolvimento pós-2015: preparando o terreno”, a 68ª Assembleia-Geral procurará alavancar processos lançados na Conferência

Rio+20 – que constituiu ponto de partida conceitual e político para o estabelecimento de uma agenda global de desenvolvimento sustentável, centrada na erradicação da pobreza, na promoção de padrões sustentáveis de consumo e produção e no uso sustentável dos recursos naturais.

Em Nova York, a Presidenta da República também participará de encontros com empresários, com vistas ao fortalecimento do comércio exterior brasileiro e à promoção das oportunidades de investimento no País, especialmente nas áreas de infraestrutura e logística.

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, acompanhará a Presidenta da República e, posteriormente, participará de reuniões ministeriais do G-4 e do BRICS, bem como manterá encontros bilaterais com Chanceleres de diversos países e com diretores de organizações internacionais.

TORMENTAS NO MÉXICO

20-09-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos efeitos das recentes tormentas no México, que causaram dezenas de mortes e graves perdas materiais. O Consulado-Geral do Brasil na Cidade do México tem prestado assistência aos brasileiros que se encontravam em Acapulco, os quais já estão fora da região afetada.

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas e transmite suas mais sinceras condolências ao Governo e ao povo do México. Ao expressar seu pesar, o Governo brasileiro manifesta sua disposição em prestar ao México toda a cooperação humanitária possível.

24ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU – PRONUNCIAMENTO DA EMBAIXADORA DO BRASIL, MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO

21-09-2013

Genebra, 20 de setembro de 2013

Senhor Presidente,

Minha delegação gostaria de agradecer à Alta Comissária por sua apresentação de hoje. O ano de 2013 tem sido desafiador para a comunidade internacional e para o Conselho de Direitos Humanos. Situações de violações de direitos humanos em larga escala têm requerido uma resposta comum de modo a proteger civis e promover a paz e o respeito ao Direito Internacional.

É nossa responsabilidade lidar de modo eficaz com essas situações. Também é, porém, nossa responsabilidade comum fazê-lo de maneira que reforce a legitimidade e a credibilidade das Nações Unidas e deste Conselho.

Isto significa que nossas estratégias e decisões precisam estar fortemente ancoradas no Direito Internacional, de modo imparcial, sem seletividade e livre de toda politização inadequada.

Senhor Presidente,

O Brasil continua a acompanhar atentamente e com grande preocupação a escalada trágica da violência na Síria. Concordamos com a Alta Comissária que as alegações de uso de armas químicas – fortemente condenado, pelo Brasil, como ato hediondo – são “excepcionalmente graves” e precisam ser investigadas “como questão da mais alta urgência”.

É necessário disponibilizar à missão investigativa das Nações Unidas o tempo necessário para apresentar suas conclusões.

Apoiamos a Sra. Pillay em seu clamor

“para todas as partes que interrompam imediatamente as hostilidades e permitam acesso à ajuda humanitária e a suprimentos médicos básicos, de modo a evitar novas mortes desnecessárias”.

Reiteramos, também, nossa firme convicção de que não há solução militar para o conflito. Qualquer militarização adicional – seja por suprimento externo de armamentos às partes ou pelo uso da força – intensificará a espiral de violência e causará mais sofrimento.

Reiteramos, ademais, ser o uso da força medida de último recurso e, exceto para autodefesa, como constante na Carta das Nações Unidas, requer autorização do Conselho de Segurança.

Qualquer intervenção militar externa dissonante da Carta somente resultará em maior instabilidade.

O Brasil continua a apoiar firmemente a realização de uma segunda Conferência de Genebra como o modo mais eficaz para a comunidade internacional auxiliar o povo sírio na concretização de suas aspirações legítimas por paz, liberdade e prosperidade.

Senhor Presidente,

Os horrores da Síria não nos devem fazer desconsiderar outras situações que requerem nossa atenção constante. Nas últimas semanas observamos desenvolvimentos importantes no processo de paz israelo-palestino.

Apoiamos os esforços de mediação liderados pelo Secretário de Estado norte-americano e esperamos que resulte na realização completa e aguardada da solução de dois Estados. Temos confiança de que as partes manterão seu compromisso com a construção da paz.

Também observamos, com satisfação, a decisão de Israel de libertar prisioneiros palestinos, gesto que demonstra participação construtiva.

Ao mesmo tempo, preocupamo-nos com

a continuidade dos assentamentos, que são prejudiciais aos atuais esforços diplomáticos.

Senhor Presidente,

O Brasil também observa atentamente a situação no Egito.

Defendemos o diálogo e a conciliação de modo a que as aspirações legítimas do povo egípcio por liberdade, democracia e prosperidade possam ser cumpridas sem violência, com respeito aos direitos humanos e com o pleno restabelecimento da ordem democrática.

Por fim, gostaria de chamar a atenção deste Conselho para a importância da proteção e respeito ao direito à privacidade em todos os meios de comunicação.

O Brasil está seriamente preocupado com o uso de programas secretos de monitoramento, cujos alcance e falta de salvaguardas apropriadas podem violar os direitos humanos.

Trata-se de assunto que requer especial atenção e decisão. O Direito Internacional dos Direitos Humanos é claro nesse aspecto. O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 17 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece de modo inequívoco que ninguém estará sujeito a interferências arbitrárias em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência e que toda pessoa tem o direito à proteção da lei contra tais ingerências.

Essas ingerências, quando ocorrem, afetam não somente o direito à privacidade. Como já assinalou a Alta Comissária (Navi Pillay), quando o direito à privacidade está em questão, tanto o direito ao acesso à informação, quanto a liberdade de expressão são igualmente colocados em risco.

O Relator Especial das Nações Unidas sobre direito à liberdade de opinião e expressão ressalta, em seu último relatório, que “privacidade e liberdade de expressão estão

interligadas e são mutuamente dependentes; uma violação de um pode ser tanto a causa quanto a consequência da violação do outro”.

Em suas conclusões, o relator assinala a “urgente necessidade de se estudar de modo detido as novas modalidades de monitoramento e rever as leis que regulamentam essas práticas, em consonância com os padrões de direitos humanos estabelecidos”.

São múltiplas as implicações dessa questão. Elas dizem respeito diretamente à essência do nosso mandato. O Conselho de Direitos Humanos deve assumir sua responsabilidade e encontrar uma resposta com credibilidade, ao amparo do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Obrigada, Senhor Presidente.

ATAQUE NO QUÊNIA 23-09-2013

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia do ataque a frequentadores de centro comercial em Nairóbi, Quênia, que resultou em pelo menos 59 mortos e mais de 170 feridos, conforme dados da Cruz Vermelha daquele país.

Ao condenar de forma veemente os atos dessa natureza, o Governo brasileiro manifesta as mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Quênia.

TERREMOTO NO PAQUISTÃO 25-09-2013

O Governo brasileiro expressa seu pesar pela perda de grande número de vidas provocada pelo terremoto que atingiu a província do Baluquistão, no Paquistão, em 24 de setembro.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Paquistão.

REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE O PAPEL DA ONU PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS LGBT 25-09-2013

Nova York, 26 de setembro de 2013

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, participará, em 26 de setembro, na Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, da “Reunião Ministerial sobre o Papel das Nações Unidas para a Eliminação da Violência e da Discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT)”.

Trata-se da primeira vez na qual ministros se reúnem nas Nações Unidas para debater e compartilhar ideias sobre o enfrentamento à violência e à discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo. A reunião será co-presidida pelo Ministro de Assuntos Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans, e pela Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Navi Pillay. Também participarão do encontro o Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Héctor Timerman; o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry; o Ministro para Cooperação e Desenvolvimento da França, Pascal Canfin; e o Ministro de Assuntos Estrangeiros da Noruega, Espen Barth Eide. Também participarão do evento Vice-Ministros da Croácia e Nova Zelândia, representantes de alto nível da União Europeia e do Japão, bem como o Diretor da ONG “Human Rights Watch”, Kenneth Roth, e a Diretora-Executiva da ONG “International Gay and Lesbian

Human Rights Commission”, Jessica Stern.

Na ocasião, será adotada a “Declaração Ministerial sobre a eliminação da violência e da discriminação contra indivíduos com base em sua orientação sexual e identidade de gênero”, endossada por Argentina, Brasil, Croácia, El Salvador, Estados Unidos, França, Israel, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos e União Europeia.

O Brasil tem exercido importante papel no enfrentamento da violência e da discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros em foros multilaterais desde 2003, quando propôs, à antiga Comissão de Direitos Humanos, resolução intitulada “Direitos Humanos e Orientação Sexual”. O País pauta-se pelo tratamento universal, não discriminatório, não seletivo e não politizado do tema no âmbito do sistema das Nações Unidas.

O Brasil prosseguirá aberto ao diálogo e à cooperação com todos os países, órgãos internacionais e demais atores relevantes, a fim de mobilizar esforços para romper o histórico de violência e discriminação que aflige pessoas em razão de sua orientação sexual e identidade ou expressão de gênero.

COMUNICADO CONJUNTO DO IBAS –
NOVA YORK, 25 DE SETEMBRO DE 2013

25-09-2013

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado; da Índia, Salman Khurshid; e da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, encontraram-se em Nova York em 25 de setembro de 2013, à margem da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

2. Ao marcar o décimo aniversário do lançamento formal do IBAS, a reunião deu ensejo a que os três Ministros intercambiassem

opiniões sobre questões contemporâneas globais e regionais de interesse mútuo, bem como revisassem o progresso alcançado na cooperação do IBAS desde a sua formalização por intermédio da Declaração de Brasília de junho de 2003.

3. Os Ministros notaram com satisfação o progresso na consolidação do Fórum de Diálogo IBAS. Sublinharam que o IBAS tem tido êxito no estabelecimento de bases sólidas para a cooperação multidimensional e multissetorial em vasta gama de áreas. Manifestaram apreço pelos resultados positivos da coordenação do IBAS em diversas organizações e agrupamentos, tais como as Nações Unidas, OMC, OMPI, G20, G24, BRICS e BASIC. Lembraram a importância do papel desempenhado pelos membros do IBAS na agenda do desenvolvimento sustentável, tendo acolhido em 2011-12 três grandes conferências, e também recordaram a 16ª reunião ministerial do BASIC, realizada recentemente no Brasil, que reiterou o compromisso com um resultado exitoso na Conferência do Clima em Varsóvia.

4. Enfatizaram que o IBAS constitui importante moldura que fornece impulso adicional para aprofundar os contatos entre países em desenvolvimento da Ásia, América do Sul e África, além de fortalecer o espírito de cooperação Sul-Sul. O diálogo político entre os três países tem contribuído positivamente para a narrativa global sobre questões de interesse comum. Os Ministros reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento ulterior da cooperação trilateral e reconheceram a relevância renovada do IBAS.

5. O Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza tem demonstrado com êxito a relevância e a viabilidade da cooperação Sul-Sul, por meio da implementação de uma série de projetos em vários países em desenvolvimento para enfrentar desafios relacionados ao

desenvolvimento. Os Ministros enfatizaram a necessidade de expandir o alcance do Fundo IBAS em regiões não contempladas até o momento e em países que necessitam de ajuda imediata ao desenvolvimento. Destacaram que o Fundo IBAS concluiu sete projetos na África, no Oriente Médio e no Caribe, e que nove projetos estão sendo implementados em países como Cabo Verde, Serra Leoa, Camboja, Laos, Vietnã e Palestina.

6. Ao advogar por novos modelos e enfoques voltados para o desenvolvimento mais equitativo, o crescimento inclusivo e uma governança global política e econômica reformada, mais representativa e democrática, que reflita as atuais realidades político-econômicas, os Ministros reafirmaram seu compromisso em cooperar para o aumento da representação dos países em desenvolvimento nos órgãos de tomada de decisão das Nações Unidas e de outras instituições multilaterais. Em particular, os Ministros enfatizaram que a reforma do FMI também deveria também fortalecer a voz e a representação dos membros mais pobres, inclusive os da África sub-saariana.

7. Os Ministros ressaltaram que, quase 70 anos após a criação das Nações Unidas e 10 anos após a adoção do Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, é chegado o momento para uma decisão sobre a reforma do Conselho de Segurança, com a inclusão de novos membros permanentes e não-permanentes. Portanto, enfatizaram que será crucial intensificar os esforços com vistas a traduzir, até 2015, o acordo existente sobre a urgência de se chegar à decisão final e a um resultado concreto nesse processo que se prolonga além do necessário. Nesse contexto, reafirmaram seu apoio pleno às candidaturas recíprocas a assentos permanentes em um Conselho de Segurança reformado. Concordaram em manter consultas mais estreitas entre si e instruíram seus

Representantes Permanentes em Nova York e em Genebra a continuar mantendo consultas regulares sobre questões de interesse mútuo.

8. Ao recordarem a iniciativa IBAS de agosto de 2011 de enviar uma delegação conjunta a Damasco para dialogar com o governo sírio, os Ministros sustentaram que a crise na Síria deve ser resolvida por meio de processo político inclusivo, sob liderança síria, com o apoio das Nações Unidas e da comunidade internacional e conforme os interesses do povo sírio, da região e do mundo. Condenaram o aumento das violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário resultante da continuada violência no país. Reiteraram seu apelo para que todas as partes permitam e facilitem o acesso imediato, seguro, completo e desimpedido das organizações humanitárias a todos que necessitem assistência.

9. Os Ministros reafirmaram que não há solução militar para o conflito. Reiteraram seu apoio à convocação da Conferência Internacional de Genebra-II sobre a Síria o quanto antes, sob os auspícios das Nações Unidas, com vistas a facilitar as negociações entre as partes sírias para a implementação do Comunicado Final do Grupo de Ação (Genebra-I). Enfatizaram que qualquer solução da crise deve satisfazer as aspirações legítimas de todos os setores da sociedade síria e respeitar a independência do país, sua integridade territorial e soberania.

10. Condenaram fortemente o uso de armas químicas sob quaisquer circunstâncias. Os Ministros tomaram nota dos recentes desenvolvimentos que oferecem oportunidade para a resolução pacífica do conflito sírio. Saudaram a decisão do Governo da República Árabe da Síria de aderir à Convenção sobre Armas Químicas, assim como o compromisso das autoridades sírias em aplicar provisoriamente a Convenção antes de sua entrada em vigor. Os Ministros enfatizaram a

necessidade de evitar uma maior militarização do conflito e de interromper imediatamente o fornecimento externo de armas a todos os lados.

11. Ao recordarem a Declaração sobre o Processo de Paz no Oriente Médio emitida em agosto de 2013, os Ministros reiteraram que o conflito israelo-palestino continua a ser uma questão urgente e crucial para a comunidade internacional e que sua resolução constitui pré-requisito para a construção de uma paz sustentável e duradoura no Oriente Médio. Saudaram a retomada das negociações entre palestinos e israelenses. Os Ministros conclamaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas da ONU a manter o assunto em sua agenda e a fornecer apoio ao processo de paz até a sua conclusão satisfatória.

12. Os Ministros enfatizaram que a paz e a estabilidade no Afeganistão são de interesse tanto do país quanto da comunidade internacional. É crucial que a comunidade internacional permaneça comprometida com o Afeganistão e forneça assistência para o desenvolvimento e a segurança durante o período de transição e transformação. Os Ministros reconheceram que a maior ameaça à segurança e estabilidade do Afeganistão é o terrorismo, que também ameaça a paz e a segurança regionais e globais. Enfatizaram a necessidade de esforços conjuntos e concertados para o enfrentamento do desafio do terrorismo em todas as suas formas e manifestações, incluindo o desmantelamento de refúgios e abrigos terroristas além das fronteiras do Afeganistão, bem como combater todo apoio financeiro e tático ao terrorismo.

13. Os Ministros expressaram sua preocupação com as práticas não autorizadas de interceptação ilegal de comunicações e dados de cidadãos, empresas e autoridades governamentais por governos e empresas estrangeiros. Sublinharam que isso constitui

grave violação da soberania nacional e dos direitos individuais e é incompatível com a convivência democrática entre países amigos. Também reafirmaram sua disposição para discutir essas questões abertamente e cooperar nos foros multilaterais relevantes com vistas a garantir o desenvolvimento de uma governança internacional apropriada sobre segurança cibernética.

14. Os Ministros saudaram os resultados da 8ª Cúpula do G20, realizada sob a presidência da Rússia. Enfatizaram a necessidade de o G20 permanecer concentrado nas questões centrais de coordenação de políticas macroeconômicas para lidar com o desdobramento das questões econômicas e financeiras globais, assim como na reforma das instituições globais de governança econômica. Os Ministros observaram que o G20 não substituiu as Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes.

15. Os Ministros notaram a relevância e o significado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico dos países ao redor do mundo. Ao sublinharem a necessidade de acelerar a implementação dos ODMs, os Ministros salientaram seu compromisso com a meta abrangente do alívio da pobreza e, nesse contexto, expressaram a expectativa de que a Agenda do Desenvolvimento pós-2015 se concentre na erradicação da pobreza, no crescimento econômico, na criação de empregos, na inclusão social e no desenvolvimento sustentável. Enfatizaram que a Agenda deveria ser aplicável tanto a países desenvolvidos quanto a países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, preservar espaço para as políticas nacionais e as prioridades dos países em desenvolvimento. Reafirmaram que os princípios do Rio, em particular o princípio das responsabilidades comuns,

REUNIÃO MINISTERIAL DO G4
(BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO)
À MARGEM DA 68ª ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS -
COMUNICADO CONJUNTO - NOVA
YORK, 26 DE SETEMBRO 2013
26-09-2013

porém diferenciadas, devem constituir o alicerce da agenda do desenvolvimento sustentável. Os Ministros reconheceram que o fornecimento de recursos financeiros adicionais, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, bem como a assistência para a capacitação, por parte de países desenvolvidos para países em desenvolvimento são componentes-chave de qualquer pacto internacional sobre cooperação para o desenvolvimento. Reconheceram a necessidade de encetar negociações intergovernamentais para finalizar a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015. Nesse contexto, a atuação concertada de Índia, Brasil e África do Sul, na condição de democracias vibrantes com grandes populações, será de extrema importância para o estabelecimento de qualquer nova agenda de desenvolvimento.

16. Ao recordarem o 20º aniversário da Declaração e do Plano de Ação de Viena, os Ministros reafirmaram seu compromisso com a promoção e a proteção de todos os direitos humanos e clamaram por maior cooperação entre eles nessa área, tanto no marco do IBAS quanto nos foros multilaterais.

17. Os Ministros reiteraram a necessidade de os membros da Organização Mundial do Comércio demonstrarem abertura e flexibilidade na 9ª Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, e expressaram a expectativa de que a Conferência estimule uma conclusão exitosa e equilibrada da Rodada Doha, em consonância com seu mandato de desenvolvimento, em benefício dos países mais pobres e mais vulneráveis.

18. Os Ministros expressaram sua expectativa com relação à 8ª Reunião da Comissão Trilateral do IBAS, a ser organizada pela África do Sul.

Nova York

25 de setembro de 2013

1. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores da Índia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão encontraram-se em Nova York, em 26 de setembro de 2013, à margem da abertura da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, para trocar impressões sobre a reforma do Conselho de Segurança.

2. Os Ministros sublinharam que, quase 70 anos após a criação das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança é um processo que se prolonga muito além do necessário. Concordaram que as dificuldades do Conselho de Segurança para lidar com os desafios internacionais, inclusive os atuais, têm salientado ainda mais a necessidade de reforma do órgão, para melhor refletir as realidades geopolíticas do século 21 e tornar o Conselho mais representativo, eficiente e transparente, de modo a aumentar sua eficácia e a legitimidade e a implementação de suas decisões. Os Ministros recordaram que há quase 10 anos, no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, os líderes internacionais se comprometeram com uma reforma urgente do Conselho de Segurança. Os Ministros ressaltaram a necessidade de intensificar os esforços para, até 2015, traduzir o acordo existente em resultados concretos.

3. Recordando os comunicados conjuntos anteriores do G-4, os Ministros reiteraram sua visão comum de um Conselho de Segurança

reformado, que leve em consideração as contribuições dos países à manutenção da paz e da segurança internacionais e aos outros propósitos da organização, assim como a necessidade de maior representação dos países em desenvolvimento em ambas as categorias, a fim de melhor refletir as realidades geopolíticas atuais. Os países do G-4 reiteraram seus compromissos como aspirantes a novos assentos permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, assim como seu apoio às suas respectivas candidaturas. Reafirmaram também sua visão da importância de que países em desenvolvimento, em particular da África, estejam representados nas categorias de membros permanentes e não-permanentes em um Conselho ampliado. Nesse contexto, os Ministros salientaram a importância de reforçar o diálogo sobre reforma do Conselho de Segurança com os países africanos e elogiaram a iniciativa do Governo do Japão de organizar, em junho passado, a primeira Cúpula Japão-África sobre Reforma do Conselho de Segurança. Ademais, os Ministros tomaram nota com satisfação da decisão dos Chefes de Estado e Governo da CARICOM, em fevereiro de 2013, de clamar por “maior urgência para alcançar uma reforma duradoura do Conselho de Segurança” e da iniciativa do bloco de revigorar o processo de negociações intergovernamentais.

4. Os Ministros reconheceram a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil, da imprensa e do meio acadêmico nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança e, nesse contexto, saudaram a iniciativa brasileira de organizar um seminário, em abril deste ano, para ampliar o debate sobre a urgência e a inevitabilidade da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

5. Os Ministros também discutiram o resultado da nona rodada de negociações

intergovernamentais sobre reforma do Conselho de Segurança. Nesse contexto, os Ministros enfatizaram o importante papel que o Facilitador das Negociações Intergovernamentais, Embaixador Zahir Tanin, tem desempenhado nas negociações, conforme claramente refletido em sua carta de 25 de julho de 2012 ao Presidente da Assembleia Geral, e saudaram, mais uma vez, as recomendações nela contidas. Nesse contexto, os Ministros reiteraram que, dado o apoio majoritário dos Estados membros a uma expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias de membros, permanentes e não-permanentes, esse deveria ser um parâmetro crucial no processo de negociação. Defenderam a elaboração de um texto negociador conciso como base para as futuras negociações, em linha com as recomendações do Facilitador.

6. Os Ministros saudaram a decisão da Assembleia Geral de dar sequência imediata ao processo de negociações intergovernamentais no plenário informal da 68ª Sessão, tomando por base os progressos alcançados e as recomendações feitas pelo Facilitador. Os Ministros sublinharam a necessidade de se chegar a um resultado concreto na 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e, nesse contexto, expressaram seu compromisso de continuar trabalhando em estreita cooperação e com espírito de flexibilidade com outros Estados membros e grupos de Estados membros, em particular da África, por meio de negociações genuínas em torno de um texto-base.

7. Os Ministros expressaram gratidão pelos esforços realizados pelo Presidente da 67ª Assembleia Geral, Vuk Jeremic, e pelo Facilitador das Negociações Intergovernamentais, Embaixador Zahir Tanin. Manifestaram a sua expectativa de trabalhar estreitamente com John Ashe, Presidente da

68ª Assembleia Geral, e com o Facilitador das Negociações Intergovernamentais, a fim de que se concretize a urgentemente necessária reforma do Conselho de Segurança.

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro das Relações Exteriores do Brasil
Guido Westerwelle

Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha

Salman Khurshid

Ministro das Relações Exteriores da Índia
Fumio Kishida

Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão

DECLARAÇÃO MINISTERIAL SOBRE
A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA
E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA
INDIVÍDUOS EM RAZÃO DA
ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE
DE GÊNERO - NAÇÕES UNIDAS, NOVA
YORK, 26 DE SETEMBRO DE 2013
26-09-2013

1. Nós, Ministros da Argentina, Brasil, Croácia, El Salvador, Estados Unidos, França, Israel, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, e a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança – membros do “Core Group” LGBT junto às Nações Unidas – declaramos nosso compromisso forte e determinado pela eliminação da violência e da discriminação contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

2. Dessa forma, reafirmamos nossa convicção de que direitos humanos são direitos inalienáveis de todos os seres humanos. Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) devem ter a mesma garantia referente aos direitos humanos que o restante da

população.

3. Saudamos os muitos passos positivos adotados em décadas recentes na proteção dos indivíduos LGBT de violações e abusos de direitos humanos. Desde 1990, cerca de 40 países aboliram sanções penais discriminatórias que eram usadas para punir indivíduos por conduta sexual consensual com indivíduos adultos do mesmo sexo. Em muitos países, leis e outras medidas contra crimes de ódio têm sido introduzidas para combater a violência homofóbica, e leis anti-discriminatórias têm sido fortalecidas para oferecer proteção jurídica efetiva contra a discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero no ambiente de trabalho e em outras esferas, de natureza pública ou privada.

4. Reconhecemos ainda que o combate à discriminação envolve o desafio a preconceitos populares, e saudamos esforços de Governos, instituições nacionais de direitos humanos e da sociedade civil para combater atitudes homofóbicas e transfóbicas na sociedade em geral, incluindo por meio de campanhas educativas públicas e concertadas.

5. Afirmamos nosso apoio e prestamos homenagem aos defensores de direitos humanos LGBT e a demais ativistas dos direitos humanos de pessoas LGBT. Seu trabalho, frequentemente desempenhado à custa de risco pessoal considerável, tem importância crucial para a documentação de violações de direitos humanos, o apoio às vítimas, e a sensibilização de Governos e da opinião pública.

6. Louvamos a adoção da Resolução 17/19 sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e enalteçemos os esforços do Secretário-Geral e da Alta Comissária de Direitos Humanos para promover a conscientização global dos

desafios de direitos humanos enfrentados por indivíduos LGBT, bem como mobilizar apoio para medidas para o combate à violência e à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero.

7. Ainda assim, seguimos seriamente preocupados com o fato de que pessoas LGBT em todas as regiões do mundo continuem a ser vítimas de violações e abusos de direitos humanos graves e generalizados.

8. O estudo da Alta Comissária de Direitos Humanos de 2011, um grande marco, que utilizou informações apuradas em quase duas décadas de atividades dos mecanismos de direitos humanos da ONU, detectou um padrão profundamente perturbador de violência e de legislações e práticas discriminatórias que afetam indivíduos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

9. É uma tragédia que, na segunda década do século XXI, relações sexuais adultas, consensuais, entre indivíduos do mesmo sexo, continuem a ser criminalizadas em muitos países – expondo milhões de pessoas ao risco de prisão e encarceramento e, em alguns países, à pena de morte. Essas leis são inconsistentes com as obrigações e os compromissos de direitos humanos dos Estados, incluindo no que respeita à privacidade e à liberdade de discriminação. Além disso, podem levar a violações de proibições contra prisões arbitrárias ou detenção e tortura, e em alguns casos, do direito à vida.

10. Em todas as partes do mundo - incluídas as dos participantes desta reunião - indivíduos LGBT são sujeitos a intimidação, ataques físicos, violência sexual, e, até mesmo, homicídios. São frequentes os relatos de tratamento discriminatório, que impedem a implementação de toda uma gama de direitos humanos - incluídos os direitos de liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, e direitos ao trabalho, à educação e

a ao mais elevado padrão possível de saúde.

11. Estamos totalmente comprometidos em eliminar esses abusos e violações - tanto no nível doméstico, inclusive por meio da avaliação continuada do resultado das atuais políticas, como no nível global, incluindo pela ação conjunta nas Nações Unidas.

12. Reconhecemos a importância do diálogo contínuo entre e dentro de nossos países a respeito de como melhor proteger os direitos humanos das pessoas LGBT, levando em consideração iniciativas regionais. Nesse contexto, saudamos o resultado de série de consultas regionais recentes sobre o tópico de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, realizadas em março e abril de 2013, e encorajamos a organização de eventos semelhantes adicionais nos níveis regional e nacional.

13. A implementação integral e efetiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos aplicável é fundamental para a proteção dos direitos humanos dos indivíduos LGBT. Os tratados internacionais de direitos humanos existentes oferecem garantias juridicamente vinculantes de direitos humanos para todos - incluindo as pessoas LGBT. Mas para que essas garantias tenham significado, elas devem ser respeitadas pelos Governos, depositários da responsabilidade jurídica pela proteção dos direitos humanos.

14. Conscientes da necessidade urgente de ação, exortamos todos os Membros das Nações Unidas a rejeitar leis discriminatórias, aperfeiçoar respostas à violência motivada pelo ódio, e assegurar proteção jurídica adequada e apropriada da discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero.

15. Incentivamos fortemente o Escritório da Alta Comissária de Direitos Humanos a continuar seus esforços no sentido de melhorar a compreensão dos desafios de direitos

humanos enfrentados pelas pessoas LGBT, advogar por medidas jurídicas e políticas para vencer esses desafios, e assistir os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas a esse respeito.

16. Estamos de acordo com a avaliação do Secretário-Geral das Nações Unidas de que o combate à violência e à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero constitui “um dos grandes desafios de direitos humanos negligenciados dos nossos tempos”. Comprometemo-nos a trabalhar com outros Estados e com a sociedade civil para chegarmos a um mundo mais seguro, mais livre e mais justo para as pessoas LGBT.

REUNIÃO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS À
MARGEM DA 68ª ASSEMBLEIA-GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS – COMUNICADO
À IMPRENSA – NOVA YORK, 26 DE
SETEMBRO DE 2013
26-09-2013

Os Ministros de Relações Exteriores dos BRICS reuniram-se em 26 de setembro de 2013, à margem da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Os Ministros felicitaram a Presidência sul-africana e saudaram o bom ritmo de implementação do Plano de Ação de eThekweni.

Os Ministros intercambiaram pontos de vista sobre as seguintes questões da agenda das Nações Unidas:

SÍRIA

Os Ministros expressaram profunda preocupação com a violência em curso e com a deterioração da situação humanitária na Síria. Conclamaram todas as partes a se comprometerem imediatamente com

um cessar-fogo completo, a fim de deter a violência e acabar com todas as violações dos direitos humanos e do direito humanitário.

Ao tomarem nota do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, os Ministros condenaram fortemente o uso dessas armas por qualquer parte em quaisquer circunstâncias.

Os Ministros expressaram satisfação com os recentes e importantes desdobramentos que trazem renovada esperança de uma resolução pacífica para o conflito sírio. Saudaram o Acordo-Quadro entre Rússia e Estados Unidos para a eliminação de armas químicas da Síria. Em particular, saudaram, ademais, a decisão do Governo da República Árabe da Síria de aderir à Convenção de Armas Químicas, bem como o compromisso das autoridades sírias em aplicar provisoriamente a Convenção antes de sua entrada em vigência e em fazer entrega de sua declaração inicial. Reconheceram a responsabilidade fundamental da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) a esse respeito e aguardam com expectativa as decisões da OPAQ e do Conselho de Segurança em apoio ao Acordo-Quadro.

Os Ministros reiteraram que não há solução militar para o conflito e que é chegado o momento da diplomacia.

Destacaram que se deve perseguir em paralelo tanto a eliminação das armas químicas como o processo político voltado para a resolução do conflito sírio. Também reiteraram seu apoio à convocação de uma conferência internacional sobre a questão síria com a brevidade possível. Enfatizaram que só um processo político inclusivo, liderado pelos sírios, conforme recomendado no Comunicado do Grupo de Ação sobre a Síria, emitido em 2012, poderia conduzir à paz, à efetiva proteção de civis e à realização das aspirações legítimas da sociedade síria por liberdade e prosperidade. Expressaram seu

pleno apoio aos esforços do Representante das Nações Unidas e da Liga Árabe Lakhdar Brahimi na busca de uma solução política para a crise.

PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

Os Ministros saudaram o anúncio da retomada das negociações entre palestinos e israelenses como um desenvolvimento encorajador. Reafirmaram que a resolução do conflito israelo-palestino é um pré-requisito para a construção da paz sustentável e duradoura no Oriente Médio. Manifestaram sua expectativa de que esse esforço renovado levará a uma solução de dois Estados, com um Estado palestino contíguo e economicamente viável, coexistindo lado a lado e em paz com Israel, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e baseadas naquelas existentes em 4 de junho de 1967, tendo Jerusalém Oriental como sua capital. Ao recordarem a responsabilidade primordial do CSNU na manutenção da paz e da segurança internacionais, notaram a importância de que o Quarteto se reporte regularmente ao Conselho sobre os seus esforços, os quais devem contribuir para avanços concretos. Manifestaram preocupação quanto à construção de assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados, que constitui uma violação do direito internacional e é prejudicial ao processo de paz.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Os Ministros expressaram sua profunda preocupação com as práticas divulgadas de interceptação não-autorizada de comunicações e de dados de cidadãos, empresas e membros de governo, o que compromete a soberania nacional e os direitos individuais. Reiteraram que é importante contribuir e participar em um espaço cibernético pacífico, seguro e aberto e enfatizaram que a segurança no uso da Tecnologia de Informação e Comunicação

por meio de normas, padrões e práticas universalmente aceitos é de importância fundamental.

Os Ministros agradeceram o Brasil pelas informações prestadas acerca dos planos e dos preparativos para a VI Cúpula BRICS, a ser realizada em 2014.

PRONUNCIAMENTO NA REUNIÃO SOBRE PAPEL DA ONU PARA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS LGBT 26-09-2013

Nova York, 26 de setembro de 2013

Pronunciamento do Ministro Luiz Alberto Figueiredo na Reunião Ministerial sobre o papel das Nações Unidas para a eliminação da violência e da discriminação contra pessoas LGBT à margem da 68ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU

Excelentíssimo Senhor Frans Timmermans, Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, por meio de quem saúdo demais Ministros e autoridades de alto nível,

Excelentíssima Senhora Navi Pillay, Alta Comissária de Direitos Humanos,

Estimados Representantes da Sociedade Civil,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me iniciar minha intervenção manifestando meu apreço ao Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, Frans Timmermans, por organizar este encontro, e à Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, por sua liderança e por suas palavras.

Infelizmente, nenhum país pode se dizer livre do flagelo da violência e da discriminação baseadas em orientação sexual e identidade ou expressão de gênero.

O Brasil não é uma exceção.

É por essa razão que o Brasil tem sido e permanece sendo plenamente comprometido com a elaboração e a implementação - por meio de um processo participativo e gradual - de medidas inovadoras de suspensão e de prevenção desse tipo de violência e intolerância.

Não pouparemos esforços para lograr este objetivo – tanto na esfera interna quanto na internacional.

De fato, essas duas frentes estão fortemente ligadas.

As iniciativas internacionais do Brasil refletem não apenas os objetivos que queremos alcançar no plano doméstico; elas também demonstram a nossa intenção de ajudar a construir um futuro no qual os membros da família humana possam viver livres da violência e da discriminação.

Fizemos progressos significativos até agora.

O Brasil foi o primeiro país no mundo a realizar, em junho de 2008, uma Conferência Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBT.

Desde aquele ano, o Brasil tem assegurado aos transexuais a realização da cirurgia de redesignação de sexo, de forma gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2010, o Censo demográfico pesquisou, pela primeira vez, o número de casais homoafetivos autodeclarados em meu país.

Em 2011, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT) foi estabelecido, e uma segunda Conferência Nacional foi realizada. Isso ilustra o importante papel que o Brasil confere à sociedade civil para garantir a efetividade das iniciativas que asseguram os direitos humanos das pessoas LGBT.

Também em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade das

uniões homoafetivas, o que permitiu que pessoas do mesmo sexo contraíam matrimônio.

Outro avanço importante foi a criação, em julho último, do Sistema Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (conhecido como Sistema Nacional LGBT). O Sistema deverá melhorar a coleta de dados e a coordenação de esforços, de maneira transparente e participativa, para prevenir a violência motivada por homo, lesbo ou transfobia.

Esses exemplos nacionais encontram paralelo em iniciativas lançadas ou apoiadas por meu país em foros internacionais.

O Brasil introduziu uma Resolução sobre “Direitos Humanos e Orientação Sexual” perante a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2003. A iniciativa, apesar de retirada, abriu caminho para novos desdobramentos nos planos regional e internacional.

Em 2007, Brasil, Argentina e Uruguai co-patrocinaram o lançamento, nas Nações Unidas, dos Princípios de Yogyakarta.

No ano seguinte, a Organização dos Estados Americanos adotou uma resolução patrocinada por meu país sobre a prevenção da violência contra pessoas LGBT.

O Brasil também trabalhou exaustivamente, ao lado da África do Sul, da Noruega e de outros parceiros, para alcançar a maioria necessária à adoção, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, da Resolução 17/19, intitulada “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”. A necessidade de manter o ímpeto político em relação a esse importante avanço levou meu país a sediar um Seminário Regional em Brasília, em abril deste ano. Esse evento foi seguido de iniciativas semelhantes realizadas em Katmandu, Paris e Oslo.

Prezados Representantes, meus amigos,

meus amigos da sociedade civil,

Obtivemos conquistas importantes nos últimos anos. Ao endossar essa Declaração Ministerial histórica, percebo que estamos nos fortalecendo e nos tornando cada vez mais unidos para enfrentar os desafios que ainda estão à nossa frente.

Ao planejar o futuro de nossa cooperação, o Brasil acredita que devemos evitar as tentações do confrontacionismo. Precisamos favorecer uma abordagem construtiva e inclusiva, com vistas a encorajar países de todas as regiões a nos unirem na promoção dessa causa. Para tal, nosso esforço deve ser universal, não-discriminatório, não-seletivo e não-politizado. Adicionalmente, precisamos de uma estratégia de mobilização e persuasão constantes. Estou convencido de que a perseverança e o foco certamente nos trarão resultados significativos.

Ao concluir, permitam-se reafirmar o firme apoio do Brasil a cada esforço realizado no sentido de assegurar a todos os seres humanos o direito de viverem livres da violência e da discriminação motivadas por sua orientação sexual ou identidade ou expressão de gênero. Com esse objetivo, seguiremos engajados no diálogo e na cooperação nos planos bilateral, regional e multilateral. Nosso compromisso nesse tema é sólido e assim permanecerá.

Eu gostaria de citar uma bela expressão que vejo do meu assento: “Direitos Humanos para todos, em todos os lugares”.

Obrigado.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO
PARAGUAI, HORACIO CARTES -
BRASÍLIA, 30 DE SETEMBRO DE 2013
27-09-2013

Os Presidentes passarão em revista os principais

temas da agenda regional, com especial atenção para o Mercosul, e darão continuidade ao diálogo sobre a ampla agenda bilateral.

O Presidente da República do Paraguai, Horacio Manuel Cartes Jara, realizará visita ao Brasil no dia 30 de setembro de 2013, ocasião em que será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff. A visita, que tem caráter de visita de Estado, é a primeira que o Presidente paraguaio realiza ao Brasil desde que assumiu o cargo, em 15 de agosto.

Os Presidentes passarão em revista os principais temas da agenda regional, com especial atenção para o Mercosul, e darão continuidade ao diálogo sobre a ampla agenda bilateral, com ênfase em cooperação técnica, desenvolvimento fronteiriço, temas comerciais, temas de infraestrutura e iniciativas de combate à pobreza. A cooperação entre Brasil e Paraguai apresenta perspectivas de ampliação das parcerias em segurança pública, agricultura, saúde, turismo, defesa, infraestrutura e tecnologias sociais.

Em 2012, o comércio entre Brasil e Paraguai alcançou US\$ 3,6 bilhões, com crescimento de 38% das importações brasileiras de produtos paraguaios na comparação com 2011. De janeiro a agosto de 2013, a corrente de comércio bilateral aumentou 23% em relação ao mesmo período do ano anterior.

APROVAÇÃO DE RESOLUÇÃO SOBRE A
SÍRIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS
28-09-2013

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da aprovação, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, de resolução que determinou a eliminação de todas as armas químicas do território da Síria e endossou processo de paz conduzido pelos sírios. Trata-se de momento crucial de unidade do Conselho, que pode se transformar

no primeiro passo para a resolução definitiva do conflito naquele país.

O Brasil expressa seu apoio à realização da Conferência de Paz Genebra II, com a participação e protagonismo de todos os sírios, que conduza à solução do conflito e a imediata normalização da situação na Síria.

REELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

29-09-2013

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a reeleição do Brasil para o Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), para o período 2013-2016. A eleição ocorreu durante a 38ª Sessão da Assembleia da OACI, realizada em Montreal, no Canadá, entre os dias 24 de setembro e 4 de outubro de 2013.

O Brasil recebeu expressiva votação entre os países do Grupo I, com 160 votos de um total de 173 votos possíveis.

Fundada em 1944, a OACI é a agência especializada das Nações Unidas para promoção do desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional. A eleição ao Conselho da OACI é dividida em três grupos que compõem o total de 36 assentos. O primeiro Grupo, composto por membros de importância sistêmica (“chief importance”) ao transporte aéreo, é eleito dentro de quatro dias da abertura da sessão do Conselho e totaliza 11 assentos.

O resultado reflete o reconhecimento internacional à contribuição do Brasil para os trabalhos da organização, da qual é membro fundador, e onde atua por meio da coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, a Agência Nacional de Aviação

Civil e o Comando da Aeronáutica.

O Brasil agradece aos países membros da OACI a confiança depositada e estende seus cumprimentos aos demais eleitos.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, HORACIO CARTES - COMUNICADO CONJUNTO 30-09-2013

Presidentes manifestaram firme compromisso com a democracia, o Estado de Direito, o respeito aos princípios do Direito Internacional, o exercício das liberdades fundamentais, a promoção e proteção dos direitos humanos, e a inclusão social, destacando o combate à fome e à pobreza como essencial ao desenvolvimento e à integração regional.

COMUNICADO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

1. A convite da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff, o Presidente da República do Paraguai, Horacio Manuel Cartes Jara, acompanhado de membros do seu gabinete e altas autoridades de seu país, realizou visita de Estado a Brasília, em 30 de setembro de 2013, ocasião em que revisaram os principais temas da ampla e diversa agenda bilateral, e comprometeram-se a consolidar e intensificar os tradicionais laços de amizade e cooperação existentes entre ambos os países.

2. Os Presidentes manifestaram o firme compromisso de seus Governos com a democracia, o Estado de Direito, o respeito aos princípios do Direito Internacional, o exercício das liberdades fundamentais, a promoção e proteção dos direitos humanos, e a inclusão social, destacando o combate à fome e à pobreza como essencial ao desenvolvimento

e à integração regional. Coincidiram em aprofundar o diálogo e a cooperação nesses temas.

3. A Presidenta brasileira reiterou as felicitações ao Presidente do Paraguai por seu triunfo nas eleições gerais de 21 de abril passado, assim como por sua recente posse no cargo, desejando-lhe êxito na gestão que se inicia. O Presidente paraguaio agradeceu novamente a presença da Presidenta brasileira e sua comitiva nos atos de transmissão do mandato presidencial de 15 de agosto passado, em Assunção.

4. Ressaltaram a importância de incrementar e diversificar o comércio bilateral por meio de iniciativas e incentivos específicos, incluindo medidas concretas de facilitação de comércio e ações tendentes a equilibrar e dinamizar a balança comercial. Coincidiram igualmente na necessidade de reunir a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, com o objetivo acima assinalado, e naquele foro também tratar temas relacionados à promoção do fluxo de investimentos entre ambos os países.

5. Saudaram as iniciativas de realização da EXPO Paraguai-Brasil e do Encontro Empresarial, nos dias 24 e 25 de outubro em Assunção, do Segundo Foro Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, co-organizado pela Itaipu Binacional, e a iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) de realizar a Semana do Paraguai naquela entidade, em março de 2014. Tais eventos permitirão aos empresários brasileiros conhecer melhor as oportunidades de negócios no Paraguai para comércio, investimentos e integração produtiva das cadeias industriais. Nesse sentido, acordaram realizar outras ações conjuntas para a promoção de investimentos recíprocos.

6. Destacaram os trabalhos realizados

com vistas à operatividade do Regime de Tributação Unificada (RTU), que contribuirá de maneira significativa para a dinamização da economia e para a formalização do comércio na região da fronteira.

7. Reiteraram a importância do início das atividades do Grupo de Trabalho bilateral que se encarregará da elaboração do Plano de Desenvolvimento Fronteiriço, para atender as principais demandas sociais das populações da fronteira. Nesse contexto, coincidiram no interesse em iniciar as negociações de um Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, seguindo o modelo elaborado pelo Grupo Ad Hoc de Integração Fronteiriça do MERCOSUL.

8. Reiteraram seu compromisso com o processo de integração regional, em particular com o MERCOSUL, e comprometeram-se a trabalhar para criar as condições para a participação ativa do Paraguai no bloco. Também intercambiaram opiniões sobre as negociações em curso entre o mencionado bloco e a União Europeia.

9. Ratificaram os termos da Declaração Conjunta de 25 de julho de 2009 e reafirmaram a importância da Itaipu Binacional para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, em conformidade com o espírito e a letra do Tratado de Itaipu, seus anexos e demais atos bilaterais acordados entre o Brasil e o Paraguai. Reiteraram compromisso com a integração energética e sublinharam seu potencial para promover o desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza.

10. Nesse contexto, destacaram a finalização do projeto de construção do sistema de transmissão elétrica de 500 kV entre a hidrelétrica Itaipu e Villa Hayes, na zona metropolitana de Assunção. Constituindo-se no maior projeto da história do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), a construção da linha

de 500 kV contou ademais com recursos da empresa binacional Itaipu, complementações voluntárias brasileiras ao FOCEM e também da Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (ANDE).

11. Reafirmaram que a integração física é um vetor fundamental para o aprofundamento da integração regional e para o estreitamento do relacionamento bilateral. Nesse sentido, reconheceram a necessidade de que se finalize o processo licitatório e sejam iniciadas as obras de construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Franco, a fim de eliminar as dificuldades hoje existentes ao fluxo migratório e comercial e promover o turismo, o comércio e o progresso econômico e social daquela área fronteiriça. Determinaram, ainda, a constituição de um Grupo de Trabalho bilateral entre os órgãos técnicos dos dois países para explorar as melhores maneiras de apoiar projetos ferroviários no Paraguai e interligá-los à malha brasileira e bioceânica.

12. Observaram a importância fundamental do transporte fluvial para a logística da região e os significativos ganhos de escala e de produtividade que podem proporcionar os trabalhos de dragagem do segmento da Hidrovia Paraguai-Paraná entre Assunção e o Rio Apa, na fronteira com o Brasil, e reconheceram a importância da livre navegação fluvial.

13. Destacaram a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento social dos povos, especialmente por meio do compartilhamento de boas práticas e tecnologias aplicadas aos programas sociais de seus governos. Reconheceram a importância de que as ações e políticas públicas de combate à vulnerabilidade social sejam objeto de constante aprimoramento e coincidiram em que maior intercâmbio de experiências, técnicas e modelos de programas entre o

Brasil e o Paraguai poderá contribuir para a elevação dos níveis de bem-estar social de brasileiros e paraguaios.

14. Reconheceram as contribuições econômicas, sociais e culturais aportadas tanto pelos imigrantes paraguaios quanto pelos brasileiros e seus descendentes em ambos os países. Nesse contexto, tomaram nota, com satisfação, do encerramento do Programa de Regularização Migratória de Brasileiros no Paraguai, que beneficiou quase 15 mil pessoas e foi fruto da cooperação entre autoridades dos dois países. Comprometeram-se a continuar o diálogo e a cooperação no tratamento das questões migratórias, consoante os princípios defendidos por ambos os países nos foros internacionais sobre o tema.

15. Reconheceram os resultados da cooperação entre o Departamento de Polícia Federal do Brasil e a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (SENAD) na zona fronteiriça entre os dois países e comprometeram-se a aprofundá-la, assim como a difundir os êxitos alcançados. Manifestaram também seu interesse de que a cooperação em segurança pública e combate aos delitos transnacionais seja ampliada, dentro dos marcos jurídicos vigentes e das demandas específicas de cooperação.

16. Instruíram seus Chanceleres a intensificar o diálogo bilateral por intermédio das instâncias institucionais vigentes, e em particular a organizar, com a possível brevidade, reunião do Mecanismo de Consulta e Concertação Política com vistas a analisar os principais temas da ampla e diversa agenda bilateral.

17. O Presidente da República do Paraguai expressou seu agradecimento ao povo e ao Governo brasileiros pela hospitalidade recebida durante a visita e convidou a Presidenta Dilma Rousseff a realizar visita de Estado ao Paraguai no transcurso de 2014.

Brasília, 30 de setembro de 2013

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO,
ERLAN IDRISOV - BRASÍLIA E SÃO
PAULO, 2 E 3 DE OUTUBRO DE 2013
01-10-2013

Chanceleres examinam fortalecimento da cooperação bilateral em áreas como agricultura, energia e mineração, esportes, turismo, cultura e intercâmbio entre academias diplomáticas, além de formas de intensificar e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e de investimentos.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão, Erlan Idrissov, realizará visita a Brasília, em 2 de outubro de 2013, ocasião em que será recebido pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Os dois Chanceleres examinarão o fortalecimento da cooperação bilateral em áreas como agricultura, energia e mineração, esportes, turismo, cultura e intercâmbio entre academias diplomáticas, além de formas de intensificar e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e de investimentos. Avaliarão, ainda, seus respectivos cenários regionais e discutirão temas da agenda internacional de mútuo interesse.

O Chanceler cazaque presidirá, acompanhado pelo Chanceler brasileiro, a cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina. No dia 3 de outubro, o Ministro Erlan Idrissov participará, acompanhado de delegação empresarial, de seminário em São Paulo, na sede da FIESP.

O comércio bilateral cresceu expressivamente nos últimos dez anos, evoluindo de US\$ 18 milhões, em 2004, para US\$ 200 milhões em 2012.

DETENÇÃO DE ATIVISTA BRASILEIRA
DO GREENPEACE NA RÚSSIA
01-10-2013

O Ministério das Relações Exteriores, por meio da Embaixada em Moscou, vem acompanhando com atenção o caso da detenção de ativista brasileira da ONG Greenpeace, Ana Paula Alminhana Maciel, na cidade russa de Murmansk, juntamente com outros 29 ativistas de 15 nacionalidades diferentes. A Embaixada em Moscou enviou a Chefe do setor Consular, que permaneceu naquela cidade por 4 dias, de 24 a 27 de setembro, tendo visitado a brasileira ainda no navio “Sunrise Arctic”. A intervenção da diplomata brasileira permitiu que os advogados acompanhassem os depoimentos.

Em atendimento à solicitação dos advogados da senhora Maciel, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado instruiu o Embaixador do Brasil em Moscou, Fernando Mello Barreto, a assinar “carta de garantia” que deverá contribuir para o encaminhamento positivo do caso.

Ademais, a Embaixada em Moscou continua a manter contato permanente com o advogado de defesa da brasileira, o Greenpeace e demais Embaixadas de países envolvidos no caso.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - VISITA AO
BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO CAZAQUISTÃO,
ERLAN IDRISOV - BRASÍLIA, 2 DE
OUTUBRO DE 2013
02-10-2013

O Ministro Figueiredo manifestou a satisfação do Governo brasileiro com a abertura da Embaixada do Cazaquistão em

Brasília, a primeira embaixada cazaque na América Latina.

1. A convite do Ministro de Estado de Relações Exteriores, Sua Excelência Luiz Alberto Figueiredo Machado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Sua Excelência Erlan Idrissoy, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 2 e 3 de outubro de 2013. Mantiveram encontro em Brasília, para discussão de temas das agendas bilateral, regional e internacional de interesse mútuo.

2. O Ministro Figueiredo manifestou a satisfação do Governo brasileiro com a abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira embaixada cazaque na América Latina. Ambos expressaram a certeza de que as embaixadas em Astana e Brasília contribuirão significativamente para a intensificação e estreitamento das relações bilaterais.

Agenda bilateral

3. Os dois Ministros enfatizaram os valores e interesses compartilhados por Brasil e Cazaquistão, duas grandes nações em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes, que estão comprometidas com o desenvolvimento econômico com justiça social, em um ambiente de democracia, paz e solidariedade.

4. Saudaram o processo de intensificação da agenda bilateral, em áreas como agricultura, esportes, cultura, turismo e cooperação entre academias diplomáticas. Ambos enfatizaram o significativo potencial de cooperação entre Brasil e Cazaquistão em temas como energia, particularmente em energias renováveis.

5. Identificaram, ainda, potencial de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, espaço, mineração e infraestrutura. Reconheceram a necessidade de intensificar a troca de missões setoriais com o objetivo de elevar a cooperação ao

nível compatível com o desenvolvimento dos dois países em várias áreas.

6. Os Ministros apontaram turismo e esportes como importantes áreas para fortalecer os laços bilaterais. Concordaram em que há vasto potencial para desenvolvimento da cooperação esportiva entre os dois países com vistas à realização, no Brasil, da Copa do Mundo da FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016.

7. Os dois Ministros saudaram a assinatura dos seguintes acordos e memoranda de entendimento entre o Brasil e o Cazaquistão: Acordo sobre Vistos de Curta Duração; Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Diálogo Político, Econômico, Comercial e sobre Investimentos; Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Diplomacia da Academia de Administração Pública do Cazaquistão; e Memorando de Cooperação em Esportes.

8. Enfatizaram o aumento constante e significativo do comércio bilateral nos últimos anos. Concordaram em que há grande potencial para crescimento e diversificação do comércio e dos investimentos bilaterais. Nesse sentido, acordaram estimular as comunidades empresariais a identificar novas áreas para expandir e diversificar os fluxos de comércio e de investimento, assim como o intercâmbio em inovação, pesquisa e desenvolvimento.

9. Os Ministros expressaram satisfação com os resultados da missão da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) ao Cazaquistão em 2012 e da recente visita do Subsecretário-Geral para Cooperação e Promoção Comercial do Brasil, que chefiou uma delegação empresarial ao VI Fórum Econômico de Astana, em maio de 2013.

10. Ministro Figueiredo ressaltou a

importância da participação do Ministro Idrissov no seminário empresarial que terá lugar em São Paulo, no dia 3 de outubro, que constituirá excelente oportunidade para identificar novas áreas para cooperação futura entre as comunidades empresariais dos dois países.

11. Os dois Ministros reconheceram a crescente importância da coordenação entre Brasil e Cazaquistão nos foros internacionais, baseada nos valores comuns que compartilham, tais como o fortalecimento da democracia, respeito aos direitos humanos e ao estado de direito e a promoção da paz e da segurança internacionais.

Reforma das Nações Unidas

12. Os Ministros reafirmaram a importância da reforma das nações Unidas, inclusive a reforma do Conselho de Segurança, para fortalecer a representatividade, legitimidade e efetividade da Organização no século XXI. Cazaquistão e Brasil apoiam vivamente a expansão do Conselho de Segurança das nações Unidas nas categorias de membros permanentes e não-permanentes e reafirmaram o objetivo de intensificar os esforços em prol da urgente reforma do Conselho de Segurança. O Ministro Idrissov reiterou o apoio do Cazaquistão ao Brasil como membro permanente de um Conselho de Segurança reformado.

Oriente Médio

13. Com respeito à situação na Síria, os dois Ministros expressaram grave preocupação com a violência e deterioração da situação humanitária na Síria. Condenaram veementemente o uso de armas químicas, como recentemente apontado nos relatos da Missão das Nações Unidas. Saudaram o acordo quadro para a eliminação das armas químicas sírias, obtido pela Rússia e os Estados Unidos, assim como a decisão do Governo da Síria de aceder à Convenção sobre Armas Químicas e

o compromisso de aplicá-la provisoriamente antes da entrada em vigor e a entrega da listagem inicial.

14. Os Ministros saudaram o anúncio da retomada das negociações diretas entre israelenses e palestinos e expressaram seu apoio aos presentes esforços de mediação. Os Ministros instam o Conselho de Segurança das Nações Unidas a exercer plenamente suas funções no âmbito da Carta das Nações Unidas com respeito à questão palestina e expressaram sua firme convicção de que o Conselho deve oferecer apoio constante ao processo de paz e trabalhar para sua conclusão plena e satisfatória. Reiteraram que a solução do conflito israelo-palestino continua sendo objetivo prioritário e urgente e um pré-requisito para a construção de uma paz sustentável e duradoura para o Oriente Médio. Instaram Israel, uma vez mais, a cessar as atividades de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados, que constituem violação das normas internacionais e são prejudiciais ao processo de paz.

Desarmamento Nuclear

15. Ao ressaltar que a continuidade da existência de armas nucleares constitui ameaça à humanidade e à paz e à segurança internacionais, Brasil e Cazaquistão reiteraram seu compromisso de alcançar um mundo livre de armas de destruição em massa. Os dois Ministros concordaram em que o presente ciclo de revisão do TNP, a ser concluído em 2015, deveria resultar na aceleração da implementação das obrigações de desarmamento nuclear sob o Artigo VI do Tratado. Nesse sentido, o Brasil apoia a iniciativa do Cazaquistão de trabalhar em prol da adoção, no âmbito das Nações Unidas, de uma Declaração Universal para um Mundo Livre de Armas Nucleares, como importante passo para a adoção de uma Convenção sobre Armas Nucleares.

16. Os Ministros lamentaram o adiamento, em 2012, da Conferência sobre o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e de todas as armas de destruição em massa no Oriente Médio, e recordaram que a realização da conferência é um elemento essencial do presente ciclo de revisão do TNP. Expressaram sua expectativa de que a Conferência tenha lugar tão logo possível. O Brasil saudou a aspiração do Cazaquistão de aderir ao Regime de Controle de tecnologia de Mísseis.

Segurança Cibernética

17. Os Ministros expressaram sua grande preocupação com as práticas de interceptação ilegal de comunicações e dados de cidadãos, empresas e membros de governos, por governos e empresas estrangeiras. Condenaram tais práticas, que constituem séria ameaça à soberania nacional e aos direitos individuais e são incompatíveis com a coexistência democrática entre países amigos. Reafirmaram igualmente sua disposição de cooperar nos foros multilaterais pertinentes para assegurar o desenvolvimento de governança internacional apropriada para a segurança cibernética.

Temas Econômicos e Financeiros Internacionais

18. Os Ministros trocaram opiniões a respeito dos desafios que a crise financeira traz para o desempenho econômico dos países emergentes e em desenvolvimento. Saudaram os resultados do VIII Cúpula do G-20 e enfatizaram a necessidade de a ênfase do G-20 permanecer nos objetivos principais de coordenação das políticas macroeconômicas para lidar com a situação econômica e financeira global em constante evolução. Destacaram a importância de assegurar maior compatibilidade entre estratégias para combate à crise e esforços para promover o crescimento e criar empregos.

Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável

19. Os Ministros sublinharam a importância dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em 2012, dentre os quais o lançamento do processo de estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a criação do Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Concordaram em que os resultados da Rio+20 deveriam ser a base para o debate sobre a agenda de desenvolvimento após 2015 e reafirmaram que a agenda pós-2015 deveria criar as condições para o crescimento, a inclusão, a conservação e a proteção em bases sustentáveis.

20. Ao recordar que os participantes da Rio+20 saudaram iniciativas inter-regionais voluntárias e abertas, tais como o “Green Bridge Partnership Program”, promovido pelo Cazaquistão, os Ministros ressaltaram a contribuição do Programa para a promoção do desenvolvimento sustentável no mundo.

21. Reafirmaram o compromisso de apoiar e contribuir para o desenvolvimento sustentável de fontes de energia alternativas e renováveis, a promoção de programas energeticamente eficazes e segurança energética.

Brasília, 2 de outubro de 2013

APROVAÇÃO DE RESOLUÇÃO DA 24ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE DIREITO À SAÚDE 02-10-2013

A 24ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos aprovou por consenso, no último dia 26 de setembro, resolução apresentada pelo Brasil que renova, por mais três anos, o mandato do Relator Especial, Sr. Anand Grover, sobre o Direito de Todos de Desfrutar

do Mais Alto Nível Possível de Saúde Física e Mental (The right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health).

O Brasil tem participado ativamente da discussão do Direito à Saúde desde o estabelecimento da Relatoria Especial sobre o tema em 2002. A aprovação dessa nova resolução permitirá à comunidade internacional aprofundar a discussão sobre a interconexão entre direitos humanos e saúde.

O Governo brasileiro reitera seu compromisso em trabalhar conjuntamente com o Relator Especial de forma a avançar na realização do direito humano à saúde para todos.

DECISÕES APROVADAS PELO
CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA
DE COMÉRCIO EXTERIOR (CAMEX)
03-10-2013

Brasília, 3 de outubro de 2013. O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou hoje, 3 de outubro, a oferta brasileira que fará parte das negociações de acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia. O Conselho de Ministros decidiu, ainda, instruir o grupo técnico de retaliação a reunir-se para avaliar, até o dia 30 de novembro, eventuais medidas a serem tomadas, caso necessário, no âmbito do contencioso do algodão.

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, aprovou hoje, 3 de outubro, a oferta brasileira que fará parte das negociações de acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia.

O documento será encaminhado aos demais

países membros do bloco sul-americano para a consolidação de uma oferta comum. A Venezuela não participará dessa oferta por ainda estar cumprindo etapas de adesão ao MERCOSUL. O compromisso assumido entre representantes do MERCOSUL e da União Europeia, em janeiro último, é o de apresentar as ofertas até o último trimestre de 2013.

O Conselho de Ministros decidiu, ainda, instruir o grupo técnico de retaliação – criado por resolução anterior da CAMEX – a reunir-se para avaliar, até o dia 30 de novembro, eventuais medidas a serem tomadas, caso necessário, no âmbito do contencioso do algodão.

A decisão dos ministros deveu-se ao fato de os Estados Unidos terem interrompido o pagamento que vinha sendo feito ao Instituto Brasileiro do Algodão desde 2010, como parte do acordo temporário com o Brasil para a suspensão da retaliação autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

DENÚNCIA DE ESPIONAGEM
POR AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA
CANADENSE
07-10-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, convocou hoje, 7 de outubro de 2013, o Embaixador do Canadá em Brasília para transmitir a indignação do Governo brasileiro e requerer explicações sobre a notícia de que as comunicações eletrônicas e telefônicas do Ministério de Minas e Energia e de alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores estariam sendo objeto de espionagem por órgão de inteligência canadense.

Durante o encontro, o Chanceler brasileiro manifestou ao Embaixador canadense o repúdio do Governo a essa grave e inaceitável

violação da soberania nacional e dos direitos de pessoas e de empresas.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO
EMBAIXADOR DO PARAGUAI
08-10-2013

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que decidiu conceder agrément ao Senhor Manuel María Cáceres Cardozo como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai no Brasil.

SÍRIA: CONTRIBUIÇÕES
HUMANITÁRIAS DO BRASIL
08-10-2013

Em referência a matéria veiculada no último dia 5 pelo jornal “O Globo”, atinente ao papel desempenhado pelo Governo brasileiro no auxílio a indivíduos afetados pelo conflito na Síria, esclarece-se que as contribuições brasileiras para mitigação da crise humanitária naquele país, feitas por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), totalizam US\$ 816.679,44, montante mais de cinco vezes superior ao valor publicado.

O Governo brasileiro contribuiu, igualmente, com US\$ 1 milhão para o Fundo Central de Resposta de Emergência do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (CERF-OCHA), cujos recursos hoje são direcionados, em parte significativa, ao tratamento da crise humanitária na Síria. Ambos os valores foram informados à ONG Conectas Direitos Humanos em 23 de agosto passado.

A matéria mencionada faz, ademais, referência equivocada à Resolução Normativa nº 17 do Comitê Nacional para os Refugiados

(CONARE), datada de 20 de setembro último: a Resolução não trata de “visto humanitário”, categoria inexistente, mas de concessão, por razões humanitárias, do visto apropriado para indivíduos afetados pelo conflito na Síria que manifestem intenção de solicitar refúgio no Brasil, uma vez em território nacional. O texto da Resolução, ao contrário de afirmação contida naquela matéria jornalística, é suficientemente claro sobre a flexibilização dos requisitos regularmente exigidos para a concessão de visto.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE
TRABALHO INFANTIL
10-10-2013

Reafirmamos nossa determinação de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016, ao mesmo tempo em que reiteramos o objetivo mais abrangente de erradicar toda forma de trabalho infantil, ao aumentar imediatamente nossos esforços em nível nacional e internacional.

Nós, representantes de governos, organizações de empregadores e trabalhadores que participaram da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, reunidos em Brasília, Brasil, entre os dias 8 e 10 de outubro de 2013, juntamente com Organizações Não-Governamentais (ONGs), outros atores da sociedade civil e organizações regionais e internacionais, para avaliar o progresso alcançado desde a Conferência Global sobre Trabalho Infantil realizada na Haia, em 2010, analisar obstáculos remanescentes e acordar medidas para o fortalecimento de nossas ações para a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016, bem como para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil;

Relembrando que trabalho infantil é o

trabalho realizado por criança que tenha idade inferior à mínima para aquela espécie de trabalho, tal como estabelecida pela legislação nacional, em consonância com a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) e com as Convenções nº 138 e 182 da OIT;

Convencidos de que o objetivo de erradicar o trabalho infantil une todos os países, uma vez que o trabalho infantil prejudica a realização dos direitos da criança e que sua erradicação constitui questão importante para o desenvolvimento e para os direitos humanos;

Reconhecendo os esforços e os progressos realizados e ainda em andamento, a despeito da crise econômica e financeira global, por governos em todos os seus níveis, por organizações de empregadores e de trabalhadores, por organizações regionais e internacionais, por ONGs e por outros atores da sociedade civil, para a erradicação do trabalho infantil, mas reconhecendo a necessidade de acelerar os esforços em todos os níveis para erradicar o trabalho infantil, em particular suas piores formas até 2016;

Tendo em conta a dimensão e a complexidade dos desafios enfrentados pelos países para combater o trabalho infantil, como o impacto de desastres naturais e situações de conflito e pós-conflito;

Cientes de que a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e a erradicação do trabalho infantil podem ser melhor alcançadas por meio do aprofundamento da cooperação entre países e da coordenação entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, ONGs, sociedade civil e organizações regionais e internacionais;

Levando em consideração que crianças que sofrem qualquer forma de discriminação merecem atenção especial no curso de nossos esforços para prevenir e eliminar o trabalho

infantil;

Considerando que o respeito, a promoção e a realização dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, que incluem a abolição efetiva do trabalho infantil, é um dos pilares da Agenda de Trabalho Decente da OIT;

Acolhendo o progresso feito pelos Estados na ratificação das Convenções nº 138, sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, e nº 182, sobre a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e reiterando a importância de promover sua ratificação universal e sua efetiva implementação, bem como da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e de seus Protocolos Adicionais, e convidando os países a considerar a ratificação de outros instrumentos relevantes, como a Convenção nº 189, sobre Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos, bem como a Convenção nº 129, sobre Inspeção do Trabalho na Agricultura, e a Convenção nº 184, sobre Segurança e Saúde na Agricultura;

Reconhecendo a relevância dos princípios e diretrizes internacionalmente reconhecidos sobre empresas e direitos humanos, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e a Declaração Tripartite da OIT de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social;

Reconhecendo os esforços contínuos realizados pela OIT e, em particular, pelo seu Programa Internacional para a Eliminação de Trabalho Infantil (IPEC), para fornecer assistência técnica e cooperação a governos e organizações de empregadores e trabalhadores, a fim de erradicar o trabalho infantil;

Acolhendo o Relatório da OIT “Medir o Progresso na Luta contra o Trabalho Infantil”;

1. Reafirmamos nossa determinação de

eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016, ao mesmo tempo em que reiteramos o objetivo mais abrangente de erradicar toda forma de trabalho infantil, ao aumentar imediatamente nossos esforços em nível nacional e internacional. Reiteramos nosso compromisso de implementar integralmente o Roteiro para Alcançar a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016, adotado na Conferência Global sobre Trabalho Infantil na Haia em 2010.

2. Reconhecemos a necessidade de reforçar, no seguimento dessa Conferência, a ação nacional e internacional relativa a respostas específicas para as questões de idade e gênero em relação ao trabalho infantil, com foco na formalização da economia informal e no fortalecimento da ação nacional, conforme for apropriado, de monitoramento e avaliação, bem como o foco contínuo onde for mais necessário. Ressaltamos a importância da assistência técnica e da cooperação internacional nesse campo.

3. Reconhecemos que os governos tem o papel principal e a responsabilidade primária, em cooperação com as organizações de empregadores e trabalhadores, bem como com ONGs e outros atores da sociedade civil, na implementação de medidas para prevenir e eliminar o trabalho infantil, em particular em suas piores formas, e para resgatar crianças dessa situação.

4. Reconhecemos, ademais, que medidas para promover o trabalho decente e o emprego pleno e produtivo para adultos são essenciais, a fim de capacitar famílias a eliminar sua dependência dos rendimentos provenientes do trabalho infantil. Além disso, são necessárias medidas para ampliar e melhorar o acesso à educação gratuita, obrigatória e de qualidade para todas as crianças, bem como para a universalização progressiva da proteção social, em consonância com a Convenção 102

da OIT, que estabelece padrões mínimos de segurança social, e a Recomendação 202 da OIT, relativa a pisos nacionais de proteção social.

5. Defendemos o uso efetivo, coerente e integrado de políticas e serviços públicos nas áreas do trabalho, da educação, da agricultura, da saúde, do treinamento vocacional e da proteção social, como forma de capacitar e empoderar, a fim de que todas as crianças, inclusive aquelas nas áreas rurais, completem a educação obrigatória, bem como treinamento, sem se envolver em trabalho infantil.

6. Enfatizamos a necessidade de que os trabalhadores sociais e das áreas de educação e saúde devem ter o direito a condições de trabalho decentes e a um treinamento inicial e contínuo relevante, e que as respectivas políticas devem ser desenvolvidas em conjunto com as organizações de trabalhadores por meio do diálogo social.

7. Reconhecemos que fortalecer essas políticas e serviços públicos é essencial para a erradicação sustentada do trabalho infantil, em particular em suas piores formas até 2016, bem como para o desenvolvimento sustentável.

8. Instamos os governos a assegurar acesso à justiça a crianças vítimas de trabalho infantil, a garantir seu direito à educação e a oferecer programas de reabilitação, como forma de promover e proteger seu bem estar e sua dignidade e de assegurar o gozo de seus direitos, com foco em crianças particularmente expostas às piores formas de trabalho infantil em razão de discriminação de qualquer espécie.

9. Encorajamos os Estados a estabelecer e incrementar, conforme o caso, o arcabouço legal e institucional necessário para prevenir e eliminar o trabalho infantil. Encorajamos, ademais, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, a fazer avançar a

responsabilização dos perpetradores de casos de trabalho infantil, incluindo a aplicação de sanções adequadas contra eles.

10. Reconhecemos a importância da administração do trabalho e, em particular, das inspeções do trabalho, no que concerne à erradicação do trabalho infantil, e buscaremos desenvolver e fortalecer, conforme o caso, nossos sistemas de inspeções trabalhistas.

11. Encorajamos, onde for o caso, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e dos regulamentos relativos ao trabalho infantil, incluindo os serviços de inspeção trabalhista, a cooperar entre si no contexto da aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, de outras sanções relacionadas a casos de trabalho infantil, especialmente em suas piores formas.

12. Promoveremos ações efetivas das diversas partes interessadas para combater o trabalho infantil, inclusive nas cadeias de produção, abordando tanto a economia formal quanto a informal.

13. Buscaremos desenvolver e fortalecer a coleta e a divulgação, conforme for apropriado, de mais e melhores estatísticas e informações nacionais relativas a crianças que trabalham, tanto na economia formal quanto na informal, com dados desagregados, preferencialmente por ocupação, ramo de atividade, gênero, idade, origem e rendimento, de modo a melhorar sua visualização e a auxiliar a melhor elaborar e implementar políticas públicas para erradicar o trabalho infantil.

14. Continuaremos a promover o engajamento de todos os setores da sociedade na criação de um ambiente propício para prevenir e eliminar o trabalho infantil. Para tanto, o engajamento de Ministérios e de outros órgãos do Estado, de Parlamentos, dos sistemas judiciais, de organizações de empregadores e trabalhadores, de organizações regionais e internacionais e de atores da sociedade civil

desempenha um papel chave. Promoveremos o diálogo social bem como ação concertada entre os setores público e privado, no que concerne à erradicação do trabalho infantil.

15. Decidimos tomar as medidas adequadas para auxiliar-nos mutuamente no que concerne ao respeito, à promoção e à realização dos padrões trabalhistas internacionais e dos direitos humanos, em especial por meio do aprofundamento da cooperação internacional, inclusive cooperação Sul-Sul e Triangular.

16. Enfatizamos a necessidade de oferecer apoio e fortalecer as capacidades de países em situações de conflito e de pós-conflito, em especial em relação a Países de Menor Desenvolvimento Relativo, a fim de combater o trabalho infantil, inclusive por meio de programas de reabilitação e reintegração, onde for apropriado.

17. Observamos que a violação de princípios e direitos fundamentais no trabalho não pode ser invocada nem de outra maneira utilizada como uma vantagem comparativa legítima e que as normas trabalhistas não devem ser utilizadas para fins comerciais protecionistas.

18. Buscaremos ativamente engajar a mídia nacional e internacional, as redes sociais, a Academia e os órgãos de pesquisa, como parceiros na sensibilização para a erradicação sustentada do trabalho infantil, inclusive por meio de campanhas sobre os danos à dignidade, ao bem-estar, à saúde e ao futuro das crianças, causados pelo seu envolvimento no trabalho infantil, em particular nas suas piores formas.

19. Decidimos promover esforços para encorajar mudanças sociais ao tratar das atitudes e práticas que desempenham um papel significativo na aceitação e tolerância do trabalho infantil, inclusive no que diz respeito a violência e abuso.

20. Decidimos apoiar o desenvolvimento contínuo do movimento mundial contra o trabalho infantil, por meio de parcerias,

cooperação, promoção e ação, baseadas nas normas internacionais do trabalho e nos direitos humanos.

21. Convidamos o IPEC a realizar reuniões, em 2014, 2015 e 2016, no âmbito das reuniões de seu Comitê Gestor, a fim de avaliar o progresso alcançado por países em relação à eliminação das piores formas de trabalho infantil.

22. Ressaltamos que o combate ao trabalho infantil e a Agenda de Trabalho Decente devem receber a devida consideração na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas.

23. Expressamos nossa gratidão ao Governo do Brasil por sediar esta Conferência e acolhermos a decisão do Governo do Brasil de levar esta Declaração à atenção do Conselho Administrativo da OIT, para consideração e seguimento.

24. Aceitamos a gentil oferta do Governo de Argentina para sediar uma Conferência Global sobre a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil em 2017.

SEQUESTRO DO PRIMEIRO-MINISTRO DA LÍBIA 10-10-2013

O Governo brasileiro condena com veemência o sequestro, na madrugada de hoje, por período de cerca de seis horas, do Primeiro-Ministro da Líbia.

O Brasil acredita que a busca de soluções para os desafios na Líbia deve basear-se no diálogo inclusivo, na reconciliação nacional e no respeito às instituições interinas, de modo que o processo de transição continue a avançar e os legítimos anseios da população líbia por liberdade, democracia e estabilidade possam ser alcançados.

O Governo brasileiro reitera sua disposição de contribuir para os esforços de conciliação nacional e de desenvolvimento da Líbia.

COMUNICADO CONJUNTO À IMPrensa POR OCASIÃO DA VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA, COMISSÁRIO DE INDÚSTRIA E EMPREENDEDORISMO, ANTONIO TAJANI - BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 2013 10-10-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e o Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pela Indústria e Empreendedorismo, Antonio Tajani, reuniram-se, hoje, em Brasília, com o objetivo, entre outros, de dar seguimento às atividades do Grupo de Trabalho ad hoc entre a UE e o Brasil sobre temas econômicos, com ênfase em investimentos e competitividade. Durante a visita a Brasília, o Vice-Presidente Tajani reuniu-se, igualmente, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e com autoridades do Ministério da Ciência Tecnologia.

Criado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, o GT tem por finalidade aprofundar as relações comerciais e econômicas entre a União Europeia e o Brasil e explorar as oportunidades de cooperação industrial.

Entre os principais temas estratégicos tratados pelo referido Grupo de Trabalho se destacam o reforço dos contatos entre as comunidades empresariais europeia e brasileira; a cooperação industrial como motor de crescimento, especialmente nos setores inovadores e de alta tecnologia, bem como pesquisa e desenvolvimento industrial; o apoio a micro e pequenas empresas.

As conclusões do Grupo de Trabalho serão

apresentadas e adotadas na próxima Reunião de Cúpula União Europeia-Brasil, prevista para fevereiro de 2014, em Bruxelas, Bélgica.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
ASSUNTOS EXTERNOS DA REPÚBLICA
DA ÍNDIA, SALMAN KHURSHID
11-10-2013

Brasília, 15 de outubro de 2013 — O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia, Salman Khurshid, realizará visita a Brasília, em 15 de outubro de 2013, ocasião em que será recebido pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado. No mesmo dia, os Chanceleres presidirão a VI Reunião da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia, Salman Khurshid, realizará visita a Brasília, em 15 de outubro de 2013, ocasião em que será recebido pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado. No mesmo dia, os Chanceleres presidirão a VI Reunião da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia.

A Comissão Mista Brasil-Índia é a principal instância criada para avaliar a implementação de iniciativas e para identificar novas áreas de cooperação no âmbito da Parceria Estratégica entre os dois países. A agenda da reunião contempla a vasta gama de áreas de cooperação e diálogo entre Brasil e Índia, dentre as quais se destacam os temas de comércio e investimentos, agricultura, defesa, ciência, tecnologia e inovação, educação, saúde e temas sociais.

Durante o encontro de trabalho, os Chanceleres realizarão consultas sobre questões relacionadas à governança global

e à agenda de paz e segurança internacional. Países democráticos, multiétnicos, multiculturais e multirreligiosos, de grande extensão territorial e população, Brasil e Índia mantêm diálogo estreito e constante, além de coordenarem posições em organismos multilaterais e foros diversos, por meio de iniciativas como os fóruns IBAS e BRICS, o G4, o G20 e o BASIC.

Em 2012, o intercâmbio comercial entre Brasil e Índia superou US\$ 10 bilhões.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO
MISTA DE COOPERAÇÃO POLÍTICA,
ECONÔMICA, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA
E CULTURAL BRASIL-ÍNDIA - BRASÍLIA,
15 DE OUTUBRO DE 2013
15-10-2013

BRASIL / ÍNDIA - Os Ministros reafirmaram a importância do mecanismo para o fortalecimento do diálogo político, para o acompanhamento da cooperação bilateral e para a troca de opiniões acerca de temas regionais e multilaterais.

1. Co-presidida por Sua Excelência o Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e por Sua Excelência o Senhor Salman Khurshid, Ministro dos Assuntos Externos da República da Índia, teve lugar em Brasília a Sexta Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia, nos dias 14 e 15 de outubro de 2013. A composição de ambas as delegações pode ser encontrada no Anexo I.

2. Ao saudar o décimo aniversário da Primeira Reunião da Comissão Mista, os Ministros reafirmaram a importância do mecanismo para o fortalecimento do diálogo político, para o acompanhamento da cooperação bilateral e para a troca de opiniões

acerca de temas regionais e multilaterais. Ambos os Ministros avaliaram positivamente o progresso obtido nos últimos dez anos e enfatizaram que a Comissão Mista reflete a natureza estratégica e o vasto potencial da relação bilateral, e concordaram com a necessidade de intensificar os esforços destinados a implementar iniciativas para diversificar a agenda bilateral.

PARCERIA ESTRATÉGICA

3. O Ministro Figueiredo expressou a satisfação do Governo Brasileiro com os excelentes resultados da Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à Índia, em março de 2012, e reiterou a gratidão pela generosa hospitalidade com que a delegação brasileira foi recebida.

4. Os Ministros reiteraram a importância da referida Visita de Estado para o fortalecimento e aprofundamento da Parceria Estratégica bilateral, que tem por base os sólidos valores democráticos compartilhados pelos dois países e o compromisso de crescimento econômico com inclusão social para o benefício de suas respectivas sociedades.

5. Os dois Ministros reconheceram o valor que os dois lados atribuem ao Diálogo Estratégico Bilateral como mecanismo para a troca de opiniões sobre seus respectivos cenários bilaterais, bem como sobre posições a respeito de temas da agenda internacional..

6. Realçaram igualmente a importância do intercâmbio de visitas de alto nível para a implementação da agenda bilateral e a identificação de novas áreas de cooperação.

7. Os dois Ministros recordaram que a coordenação em foros multilaterais e a cooperação corrente no âmbito de IBAS, BRICS, BASIC, G-4 e G-20 são de dimensão extremamente importante para a Parceria Estratégica Brasil-Índia. Nesse contexto, ambos expressaram a disposição de seus países em contribuir ainda mais para a

reforma das instituições de governança global, com o intuito de torná-las mais legítimas, representativas e inclusivas.

8. Ao recordar a cooperação no âmbito do G-4, os Ministros reiteraram que as dificuldades do Conselho de Segurança em lidar com desafios internacionais, inclusive os atuais, têm realçado ainda mais a necessidade de uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, de forma a melhor refletir as realidades geopolíticas do século XXI e tornar o Conselho mais representativo, eficiente e transparente. Eles recordaram que, há quase dez anos, no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, os líderes mundiais se comprometeram com a urgente reforma do Conselho de Segurança. Nesse contexto, os Ministros sublinharam a necessidade de intensificar os esforços para transformar, no mais tardar até 2015, o acordo existente em medidas concretas, e reafirmaram seu apoio recíproco às respectivas candidaturas a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

9. Os dois Ministros ressaltaram a importância de unir os esforços dos dois países no âmbito do G-20 e de outros foros internacionais econômicos, com vistas a promover o crescimento com inclusão social e geração de empregos. Enfatizaram ainda a importância da conclusão das reformas em curso na governança do FMI, indispensáveis para aumentar a credibilidade, a legitimidade e a eficácia do Fundo.

10. O lado indiano congratulou o Brasil pela eleição de Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da OMC. O Ministro Figueiredo apresentou uma vez mais seus agradecimentos pelo apoio da Índia ao candidato brasileiro. Os dois Ministros reiteraram sua intenção de prosseguir a cooperação em temas da OMC. Nesse sentido, esperam que a 9ª Conferência Ministerial da OMC, que terá lugar em Bali em dezembro de 2013 seja um passo decisivo

para a conclusão exitosa e equilibrada da Rodada Doha de Desenvolvimento.

11. Ao recordar, com satisfação, o décimo aniversário do lançamento formal do Fórum de Diálogo IBAS, ambos os Ministros reafirmaram o papel que este desempenha na construção de fundamentos sólidos para a cooperação multidimensional e multisetorial em diversas áreas. Ao citar a Declaração de Brasília, de junho de 2013, que instituiu o Fórum do IBAS, os Ministros sublinharam a singularidade do IBAS como foro que une Índia, Brasil e África do Sul, três grandes democracias e economias de três continentes que enfrentam desafios semelhantes, sendo todos três países em desenvolvimento, pluralistas, multiculturais, multiétnicos, com vários idiomas e religiões. Reconheceram a relevância renovada do Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome para comprovar, com êxito, a importância e a viabilidade da Cooperação Sul-Sul, por meio da implementação de uma série de projetos em inúmeros países em desenvolvimento, na África, na Ásia, no Oriente Médio e no Caribe, contribuindo para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

12. O lado brasileiro felicitou a Índia pela organização exitosa da IV Cúpula dos BRICS (Nova Delhi, março de 2012) e expressou sua disposição de retribuir a hospitalidade durante a próxima Cúpula, a ser celebrada em 2014, no Brasil.

13. O Ministro Khurshid agradeceu ao Ministro Figueiredo por acolher a reunião ministerial do BRICS em Nova York, em 26 de setembro. Os dois lados reconheceram a proeminência do BRICS no processo de coordenação, consulta e cooperação sobre governança global e temas contemporâneos de interesse mútuo. O Ministro Khurshid assegurou o pleno apoio da Índia aos esforços brasileiros para sediar a próxima Cúpula e

promover a cooperação no âmbito do BRICS.

14. Brasil e Índia enfatizaram a importância de aprofundar o conhecimento mútuo e de fortalecer os laços de amizade entre as respectivas instituições governamentais, sociedades civis, empresários e comunidade acadêmica de ambos os países. Nesse sentido, as partes saudaram a iniciativa da “Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG” e da Divisão de Diplomacia Pública do Ministério dos Assuntos Externos da Índia de organizar o seminário “Índia e Brasil: uma parceria para o Século XXI”, que teve lugar em Brasília, em outubro de 2013, com a participação de palestrantes muito reconhecidos de ambas as partes. O seminário foi ocasião para produtiva discussão sobre temas importantes da agenda bilateral: Desafios e Oportunidades da Governança Global; Desafios e Oportunidades na Parceria Estratégica entre Índia e Brasil; Laços Históricos e transformações nas Convergências entre Índia e Brasil. Foi acordo que evento similar será organizado na Índia no próximo ano.

ACORDOS

15. Os Ministros saudaram a assinatura do ajuste bilateral à “Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação”, que altera o artigo 26, relativo a troca de informações. O protocolo é mais um passo no esforço global para estabelecer um sistema financeiro internacional baseado na cooperação entre países, transparência e troca eficiente de informações em matéria fiscal.

16. Ambos os Ministros esperam trocar em breve as notas relativas à ratificação do Acordo Bilateral sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, que fortalecerá a cooperação entre as autoridades alfandegárias, com o objetivo de reforçar leis e regulações aduaneiras. Tal cooperação contribuirá para a expansão dos fluxos de comércio e assegurará a segurança de cadeias logísticas.

17. Ademais, os Ministros saudaram a assinatura do Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Questões Criminais e Transferência de Pessoas Condenadas.

18. Os dois lados também expressaram satisfação com a renovação do Acordo de Cooperação entre as respectivas academias diplomáticas, o “Foreign Service Institute” e o Instituto Rio Branco, assinado em 2007. O acordo tem constituído oportunidade valiosa para que as novas gerações de diplomatas brasileiros e indianos aprofundem o conhecimento mútuo e entendam melhor a cultura e a tradição do outro. O Brasil expressou seu interesse em implementar o novo programa para a troca de professores entre as duas academias diplomáticas ainda em 2013.

RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

19. Os dois Ministros analisaram o vasto potencial de aumento do comércio bilateral e a necessidade de promover sua diversificação. Ao recordar o objetivo de atingir um comércio bilateral de US\$ 15 bilhões até 2015, estabelecido por Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff e por Sua Excelência o Primeiro Ministro Manmohan Singh, durante a Visita de Estado à Índia, em 2012, os dois Ministros reafirmaram seu compromisso de apoiar novas iniciativas com o intuito de identificar possíveis obstáculos ao comércio e de acordar soluções apropriadas.

20. Nesse sentido, os Ministros enfatizaram a iniciativa do Governo da Índia de criar, em 2011, um Comitê de Alto Nível, no âmbito do Ministério de Comércio e Indústria, com o objetivo de propor ações para aprimorar as relações comerciais e econômicas entre a Índia e a América Latina. Também foi saudada a decisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil de elaborar estudos setoriais acerca de novas

áreas potenciais de comércio e investimentos na Índia.

21. Objetivando diversificar o comércio bilateral, os dois Ministros manifestaram interesse em iniciativas comuns tais como promover a troca de missões empresariais entre ambos os países. Expressaram seu compromisso de encorajar seus respectivos setores industriais, particularmente pequenas e médias empresas, a participar de feiras comerciais, seminários e encontros de empresários para aumentar os fluxos comerciais. Expressaram seu compromisso de encorajar os respectivos setores industriais, em particular as pequenas e médias empresas, a participar de feiras, seminários e encontros de negócios, com vistas a expandir os fluxos de comércio. Nesse contexto, o lado indiano reiterou sua oferta de que o Brasil venha a ser o “País Parceiro” na “India International Trade Fair (IITF 2014)”, que terá lugar em Nova Delhi de 14 a 27 de novembro de 2014. O lado indiano informou o lado brasileiro de que, em 2012-2013, mais de dez delegações participaram de feiras comerciais organizadas no Brasil, em setores como têxteis e confecções, telecomunicações e engenharia elétrica, indústria automobilística e farmacêutica. O lado indiano informou da realização do Conclave India-América Latina, que terá lugar em 9-10 de dezembro de 2013 e convidou o lado brasileiro a dele participar. O lado indiano solicitou ainda o apoio do Governo brasileiro à organização do “India Show”, previsto para São Paulo em 2014, sob a coordenação da FICCI.

22. Os Ministros registraram ainda que há número significativo de empresas indianas investindo no Brasil, com mais de cinquenta com presença física no país, nos setores de petróleo, fontes renováveis de energia, mineração, engenharia, serviços automotivos, tecnologia da informação e

farmacêuticos, e saudaram o interesse de empresas indianas em estabelecer “joint ventures” em diferentes setores. O lado brasileiro reconheceu a valiosa contribuição que as empresas indianas nos setores de tecnologia da informação e farmacêuticos têm dado para o desenvolvimento da economia do conhecimento brasileiro, ao gerar empregos qualificados e introduzir tecnologia eficiente com menor custo .

23. O lado indiano expressou satisfação com os investimentos brasileiros na Índia em áreas como transporte urbano, serviços e equipamentos em tecnologia de informação, calçados, infraestrutura, energia e equipamentos médico-hospitalares. Enfatizaram a importância de que um maior número de empresas brasileiras invista na Índia e compartilharam a opinião de que é necessário aprimorar a troca de informações acerca de regras e regulamentos aplicados a investimentos estrangeiros em ambos os países.

24. Os Ministros assinalaram ainda que o Mecanismo de Monitoramento de Comércio contribuiu de forma significativa para o aumento do comércio e do investimento bilaterais e expressaram sua certeza de que a quarta reunião do mecanismo, a ser realizada em Brasília, em novembro de 2013, terá um papel fundamental para que seja atingido o objetivo de US\$ 15 bilhões para o comércio bilateral até 2015.

25. Os Ministros expressaram seu apoio à negociação do MoU sobre cooperação em matéria de serviços. Eles recordaram que a reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio, em novembro de 2013, será uma oportunidade para aprofundar a discussão do projeto inicialmente apresentado pelo Brasil em abril de 2012.

26. Ambos os Ministros reiteraram seu apoio à ampliação do diálogo e dos contatos

entre as comunidades empresariais dos dois países. Nesse contexto, os dois Ministros sublinharam a importância do Fórum de CEOs como mecanismo para estimular as relações de comércio e de investimento entre empresas dos dois países, particularmente as pequenas e médias empresas. Também enfatizaram que o Fórum de CEOs deveria se reunir regularmente e guiar o processo sob o ponto de vista empresarial. Os dois Ministros esperam que os dois co-presidentes do Fórum de CEOs, Sr. Marco Stefanini pelo Brasil, e Sr. K. V. Kamath pela Índia, com o apoio dos secretariados da “Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry” (FICCI) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil serão capazes de organizar em breve prazo a primeira reunião do Fórum de CEOs Brasil-Índia.

27. As partes saudaram a retomada das discussões acerca do aprofundamento e expansão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia e reafirmaram a expectativa de que o acordo contribua cada vez mais para a diversificação e expansão do comércio entre os dois países. O lado indiano solicitou o apoio do Brasil para que o processo seja intensificado.

28. Os dois Ministros apoiaram o fortalecimento do diálogo entre seus Governos na área de negociações comerciais.

MINERAÇÃO E ENERGIA

29. Os Ministros saudaram a perspectiva de aumentar os investimentos recíprocos no setor energético. A parte indiana reportou os investimentos feitos por empresas indianas no Brasil. O lado indiano convidou empresas brasileiras de petróleo e gás a participar da próxima rodada de licitação da NELP X para blocos de petróleo e gás na Índia.

30. A empresa indiana ONGC Videsh Ltd que já tem investimentos em blocos de petróleo no Brasil e coopera com a Petrobras,

será proponente nível A no próximo leilão do campo Libra no Pré-Sal, previsto para 21 de outubro. Os dois lados esperam que o êxito dessa iniciativa poderá dar nova dimensão a nossa cooperação bilateral em petróleo e gás. Da mesma forma, a empresa brasileira Andrade Gutierrez está considerando alternativas de investimento no setor hidrelétrico indiano.

31. As delegações reiteraram a importância de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética global e demonstraram interesse em fortalecer a cooperação no contexto do IBAS, nas áreas de biomassa, e tecnologias para energia hidrelétrica, solar e eólica.

32. Os dois lados expressaram a intenção mútua de aprofundar a cooperação em energia nuclear para fins civis. Nesse sentido, o lado indiano sugeriu que uma delegação brasileira de especialistas em energia nuclear para discutir propostas concretas de ação futura nesta área.

33. O lado indiano solicitou que o Brasil apresente resposta à proposta de Memorando de Entendimento entre os dois países para cooperação em Geologia e recursos minerais, encaminhada em novembro de 2012. O lado indiano saudou o interesse brasileiro em estreitar a cooperação entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o “Geological Survey of India” (GSI) e sugeriu que esta seja incluída no memorando proposto. Saudaram igualmente a assinatura, em fevereiro de 2013, em Brasília, de uma Carta de Intenções entre o Ministério do Aço da Índia e o Ministério de Minas e Energia do Brasil para fortalecer a cooperação no setor mineral, com foco especial em aço.

34. O lado brasileiro expressou satisfação com a eleição de Nova Délhi para hospedar o 36º Congresso Internacional de Geologia, em 2020. O lado indiano agradeceu o apoio dado pelo Brasil.

AGRICULTURA E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

35. Ao reconhecer o enorme potencial do comércio bilateral no agronegócio, os Ministros comprometeram-se a discutir formas de superar dificuldades relativas a tarifas e barreiras logísticas para produtos perecíveis. Os Ministros expressaram a esperança que a Quarta Reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio estude formas de superar tais dificuldades.

36. Da mesma forma, ambas as partes expressaram sua disposição de aumentar a cooperação nas áreas de agricultura e de pecuária, bem como em pesquisa e desenvolvimento no setor, especialmente entre EMBRAPA e ICAR.

37. Ambos os lados acolheram a decisão de definir a composição do Grupo Conjunto de Trabalho, estabelecido em 2008 pelo Memorando de Entendimento para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins. Registraram, ademais, que ações adicionais para implementar as iniciativas ao amparo desse Memorando serão discutidas durante a próxima reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio.

38. O lado brasileiro solicitou que as autoridades competentes indianas agilizem o processo de emissão de certificado sanitário para produtos pecuários do Brasil, bem como a emissão de licenças para importar material genético bovino da Índia.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

39. Os dois Ministros saudaram os resultados positivos obtidos na primeira reunião da Comissão Mista para Cooperação Científica e Tecnológica, realizada em Nova Délhi, em março de 2012, e louvaram a adoção do Programa de Trabalho sobre Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2012-14). Saudaram, igualmente, a assinatura do Memorando de Entendimento em

Cooperação na Área de Biotecnologia entre Brasil e Índia. Por meio desses documentos, foi possível a abertura de duas chamadas públicas para projetos conjuntos, com o intuito de fornecer apoio financeiro para atividades de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação em áreas tais como Agricultura (incluindo bioenergia), Biomedicina e Ciências Médicas, Engenharia (Nanotecnologia e Materiais), Geociências (oceanografia e mudança do clima), Matemática, Tecnologias da Informação e da Comunicação e Energias Renováveis. Os projetos serão desenvolvidos em conjunto por pesquisadores brasileiros e indianos. Ambos os Ministros registraram que mais de 90 propostas já foram recebidas.

40. Os dois Ministros foram informados do resultado da reunião do Conselho Científico Brasil-Índia, realizado em 27 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro, conforme relatado pelos co-presidentes Jacob Palis e C. N. R. Rao. O Conselho representa importante plataforma para o aprimoramento da cooperação bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro do quadro do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de setembro de 2006.

41. Os dois lados enfatizaram a importância de uma conclusão expedita das negociações acerca da renovação do Ajuste Complementar de Cooperação para a Expansão da Estação Terrestre Brasileira para a Recepção e Processamento de dados de Satélites Indianos de Sensoriamento Remoto. A renovação do Acordo permitirá o fortalecimento da cooperação espacial em áreas como sensoriamento remoto e a recepção de dados do satélite indiano ResourceSAT-2, bem como outros que possam ser lançados pela Índia.

42. Os Ministros saudaram os resultados do Programa Índia-Brasil para Pesquisa nos Oceanos, especialmente em tópicos como a observação de oceanos e áreas costeiras, e saudaram a decisão dos dois países de

continuar a colaboração em pesquisa polar no âmbito do Fórum IBAS.

43. Ainda no âmbito do Fórum IBAS, ambos os lados assinalaram o progresso na Cooperação Científica e Tecnológica em tópicos afeitos a Saúde (HIV/SIDA, malária e tuberculose), Biotecnologia, Sistemas de Conhecimento Tradicional, Energias Alternativas e Renováveis e Tecnologia da Informação e da Comunicação.

44. Ambos os Ministros instaram cientistas, pesquisadores e estudantes de ambos os países a buscar oportunidades, tais como as mencionadas acima, para promover o desenvolvimento científico do Brasil e da Índia em um enfoque inovador para a cooperação Sul-Sul.

DEFESA

45. Ambos os lados expressaram satisfação com o desenvolvimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Recordaram a importância do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006, para promover a parceria bilateral nessa área. Ademais, as partes concordaram em tomar as medidas necessárias para expandir e intensificar iniciativas de cooperação em matéria de defesa, particularmente através do intercâmbio de pessoal militar, da condução de exercícios conjuntos e da troca de informação sobre pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa.

46. Os Ministros saudaram os resultados da Terceira Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, realizada em Nova Delhi, em 21 de maio de 2013. Reiteraram o importante papel desempenhado pelo Comitê na manutenção de um contato direto e frequente entre as forças armadas de ambos os países, assim como no monitoramento de projetos de cooperação em curso e na identificação de novas iniciativas.

47. Ambos os lados expressaram sua satisfação com os resultados significativos da cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento de aeronaves. Saudaram o êxito da integração de sistemas indianos de alerta rápido, tais como os radares desenvolvidos pelo “Centre for Airborne Systems”, da Organização para Pesquisa e Desenvolvimento em matéria de Defesa, nos sistemas de alerta aéreo antecipado e controle EMB 145 AEW & C, desenvolvidos pela EMBRAER. Expressaram, nesse sentido, sua intenção de expandir futuramente a cooperação nessa área.

48. O lado indiano saudou o convite feito pelo Ministro da Defesa do Brasil a sua contraparte indiana e esperam que a visita possa ser organizada proximamente, em data mutuamente conveniente, por meio dos canais diplomáticos. Compartilharam a opinião de que a próxima visita do Ministro da Defesa da Índia contribuirá para o aprimoramento do diálogo nessa matéria.

49. Ambos os Ministros saudaram a participação da delegação indiana na última edição da “LAAD Security – Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa”, bem como sua disposição de participar da próxima edição do evento, em abril de 2014, também no Rio de Janeiro. O Brasil recebeu com satisfação o convite da Índia para participar do evento “4th India Aviation”, que será realizado em março de 2014, em Hyderabad. O lado indiano igualmente recomendou ao Brasil o envio de delegações a DEFE-EXPO e AEROINDIA.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

50. O Brasil e a Índia manifestaram seu compromisso pleno com os temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A Índia felicitou o Brasil por sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável (Rio+20) em junho de 2012, ‘da qual o Primeiro Ministro Manmohan Singh participou como chefe da delegação indiana. A Índia saudou os resultados da Conferência, refletidos no documento “O Futuro Que Queremos”, adotado por consenso, expressando o comprometimento da comunidade internacional em promover um futuro sustentável econômica, social e ambientalmente para as gerações presentes e futuras. O Brasil reconheceu o papel construtivo da Índia nas negociações que levaram à conclusão exitosa da reunião. Enfatizaram a disposição do Brasil e da Índia em engajarem-se e cooperar no desenvolvimento dos futuros Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

51. Ambas as partes sublinharam a relevância das discussões sobre biodiversidade nos foros multilaterais e concordaram em continuar a cooperação nesse tema, inclusive pela coordenação de posições no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. O Brasil felicitou a Índia pela organização e pelo resultado da 11ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD COP11) e da sexta reunião da Conferência das Partes, que constituiu ainda a Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

52. Ambas as partes saudaram os resultados da 16ª Reunião Ministerial do BASIC, realizada em Foz do Iguaçu, em setembro de 2013. O lado brasileiro agradeceu a contribuição do Secretário para Meio Ambiente e Florestas da Índia para os resultados positivos da reunião do BASIC. Reafirmaram o papel importante desempenhado pelo BASIC, desde seu estabelecimento, em 2007, para a construção de um entendimento acerca do regime de mudança do clima e para a definição de uma reação mundial eficaz e justa ao aquecimento global, bem como para a administração de ações financeiras, tecnológicas e técnicas

de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

53. Os Ministros manifestaram interesse em concluir as negociações acerca do Acordo sobre Cooperação em Temas Ambientais no futuro próximo.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

54. Os Ministros recordaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica durante a Visita de Estado, em março de 2012. Registraram, igualmente, a criação da Agência de Parceria para o Desenvolvimento, ligada ao Ministério dos Assuntos Externos da Índia, que criará novas oportunidades de ampliar o diálogo e intensificar a cooperação Brasil e Índia em matérias afeitas à cooperação técnica.

55. O lado brasileiro saudou a participação de nacionais brasileiros em atividades de cooperação organizadas pela Índia. Ao recordar os excelentes resultados da participação indiana em diferentes atividades organizadas pelo Brasil, em áreas como agricultura, esportes e desenvolvimento de políticas sociais, entre outras, o lado brasileiro reiterou sua disposição em receber mais participantes indianos em seus programas de cooperação técnica.

56. O lado brasileiro agradeceu o oferecimento indiano, nos últimos cinco anos, de cursos de treinamento na Índia para mais de 25 funcionários brasileiros, em diferentes áreas, ao amparo de seu programa ITEC. Esses cursos incluem áreas como diplomacia, energias renováveis e eficiência energética, administração pública, ciências da computação, língua inglesa, auditoria, etc.

TEMAS SOCIAIS E DE SAÚDE

57. Os Ministros ressaltaram que o crescimento econômico com inclusão social é um objetivo comum das sociedades brasileira e indiana. O lado indiano agradeceu particularmente a contribuição do Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a elaboração de seus programas de redução de pobreza. O lado brasileiro elogiou o governo indiano pelas iniciativas recentes nessa área, tais como a Lei de Segurança Alimentar, e propôs que se continuasse a trocar experiências sobre a implementação dos respectivos programas.

58. Brasil e Índia expressaram sua satisfação com os resultados da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, realizada em Brasília, em outubro de 2013, a qual contribuiu para os esforços de atingir o objetivo de erradicar completamente as piores formas de Trabalho Infantil até 2016.

59. Os dois lados ressaltaram o interesse em expandir o diálogo em temas de saúde, inclusive em explorar possibilidades de cooperação em áreas como controle de qualidade laboratorial, organização de cadeias produtivas e pesquisa médica. O Ministério da Saúde brasileiro manifestou interesse especial no início das discussões relativas à exportação de vacinas para a Índia.

60. O lado indiano solicitou ao lado brasileiro que seja retomado o exame da proposta de Memorando de Entendimento Brasil-Índia sobre cooperação em sistemas tradicionais de medicina. Ressalte-se a relevância do tema, dado o grande interesse de brasileiros pela medicina tradicional indiana, tais como ayurvedica.

61. Os dois lados saudaram a crescente cooperação entre as autoridades regulatórias em medicamentos dos dois países, a ANVISA pelo Brasil e a CDSCO pela Índia. Essa cooperação será futuramente fortalecida pela assinatura de Memorando de Entendimento entre as duas instituições, por ocasião da próxima reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio, em Brasília, em novembro de 2013.

62. Brasil e Índia trocaram experiências

e opiniões sobre temas relacionados a propriedade intelectual e saúde pública. As partes ressaltaram a importância desse debate para ambos os países e concordaram em estabelecer um diálogo bilateral sobre propriedade intelectual, com o intuito de trocar experiências e facilitar a coordenação em debates multilaterais relacionados ao tema. Concordaram em que o diálogo bilateral poderia se desenvolver no âmbito do Mecanismo de Monitoramento de Comércio.

63. Ao assinalar a interdependência estreita entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável, conforme disposto na Carta das Nações Unidas, ambos os Ministérios instaram a comunidade internacional a considerar devidamente o papel crucial da segurança alimentar e da erradicação da pobreza como componentes essenciais do desenvolvimento sustentável, em estratégias para a promoção de paz e de segurança sustentáveis.

64. Os dois Ministros expressaram sua satisfação com a visita ao Brasil, em abril de 2013, do Secretário Especial do Ministério para o Desenvolvimento de Mulheres e Crianças da Índia no contexto da implementação da Declaração de Intenções para Promover Temas de Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança, assinada em Nova Délhi, em março de 2012, durante a Visita de Estado da Presidente Dilma Rousseff à Índia.

EDUCAÇÃO

65. Ambas as partes ressaltaram a importância da educação como forma de promover o desenvolvimento social e econômico e expressaram seu interesse mútuo no fortalecimento da mobilidade acadêmica entre os dois países.

66. Ambos os Ministros saudaram a criação do leitorado brasileiro na Universidade Jawaharlal Nehru, que será iniciado no segundo semestre de 2014. O leitorado é parte

dos esforços empreendidos pelo Brasil para promover a Língua Portuguesa, a literatura e a cultura brasileira na Índia. O lado indiano saudou a oportuna iniciativa que contribuirá para aumentar o conhecimento mútuo entre as respectivas sociedades.

67. O lado brasileiro celebrou a exitosa conclusão de duas edições, em ciência política e indicadores em defesa, de cadeira de curta duração ministrada desde 2012 por intermédio do Indian Council of Cultural Relations na Fundação Getúlio Vargas. O lado indiano informou o lado brasileiro que já está em andamento o processo para assegurar a realização da terceira edição em março de 2014. O lado indiano saudou o estabelecimento do Centro de Estudos Indianos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com quem pretende desenvolver ativa cooperação nos próximos meses.

68. Foi registrado que alguns estudantes brasileiros que se candidatam a vagas em universidades indianas têm encontrado dificuldades com o reconhecimento pela Índia de certificados de educação básica. O lado brasileiro pediu que as autoridades competentes indianas, inclusive a Associação de Universidades Indianas (AIU), estabeleçam canal de diálogo para resolver a questão o quanto antes.

69. Os Ministros saudaram o início da implementação do Programa Ciência Sem Fronteiras com a Índia. Os dois lados esperam intensificar o intercâmbio de professores visitantes e a atração mútua de jovens talentos em áreas de interesse comum.

CULTURA

70. Ambas as partes reconheceram o potencial de aprimoramento da cooperação cultural e concordaram em intensificar esforços para assegurar a plena implementação do Programa de Intercâmbio Cultural (2012-2014), bem como do Acordo sobre coprodução

audiovisual (2007). O lado indiano solicitou que o Brasil indique o ponto focal para a implementação do Programa de Intercâmbio Cultural 2012-14.

71. Ambas as partes expressaram satisfação com a implementação exitosa do Programa de Residência em 2013, no âmbito do qual dois pintores brasileiros trabalharam durante dois meses em Nova Delhi, com vistas a intensificar o diálogo e o intercâmbio cultural entre artistas brasileiros e indianos.

72. Saudaram igualmente iniciativas de promoção cultural implementadas em 2013, nos campos de culinária, música, literatura, artes visuais e cinema, tais como a organização do Festival de Culinária Brasileira em Nova Delhi e os “Indian Food Festivals”, em Brasília e São Paulo. O lado brasileiro louvou a iniciativa da Embaixada da Índia em Brasília de promover a celebração dos “Hundred Years of Indian Cinema”, em sete capitais brasileiras: Curitiba, Brasília, Manaus, Goiânia, Pirenópolis, Belo Horizonte e São Paulo.

73. Os dois lados registraram que o Centro de Cultura Indiana, estabelecido em São Paulo em maio de 2011, tem contribuído para estreitar os laços entre os povos. O Centro oferece cursos regulares de danças clássicas indianas (Odissi, Bharat Natyam & Kathak), yoga, idioma hindu e gastronomia. Louvaram as iniciativas organizadas pelo Centro: festivais India-Brasil, organização de palestras, seminários, workshops, exibição de filmes e documentários sobre turismo, antropologia, religião, cultura, arte e história, sediou mais de 250 eventos e participou de inúmeros eventos organizados por outras instituições. Ao amparo dos Mecanismos de Bolsas Ayush e do ICCR, três brasileiros foram estudar literatura indiana, Odissi e yoga, em 2012-13.

74. O lado brasileiro reiterou seu

compromisso de estabelecer futuramente um Centro Cultural brasileiro na Índia.

TURISMO

75. Ambas as partes concordaram em encorajar e facilitar o fluxo de turistas entre ambos os países e demonstraram interesse em explorar a possibilidade de investimentos conjuntos no setor hoteleiro e na infraestrutura turística.

76. Os dois Ministros expressaram sua satisfação com o crescente fluxo turístico entre seus países. Ao assinalar, contudo, que esses fluxos permanecem ainda muito aquém de seu vasto potencial, reiteraram a importância de aprofundar a cooperação nessa área. Dados recentes mostram que 20 mil nacionais indianos visitaram o Brasil em 2012 e que 17 mil brasileiros visitaram a Índia no mesmo período.

77. Os Ministros assinalaram que o Acordo sobre Serviços Aéreos entre os dois países, assinado em 2011, cria o arcabouço jurídico para o estabelecimento de voos diretos entre Brasil e Índia. Nesse sentido, registraram os planos, anunciados pela Air India, de inaugurar em 2014 a primeira rota aérea entre a Índia e a América Latina, ligando Mumbai à cidade do Panamá e encorajaram a extensão deste serviço também a cidades da América do Sul.

78. Representante brasileiro relatou que o Ministério do Turismo, em conjunto com a EMBRATUR, planeja aumentar o fluxo de turistas dentro dos países dos BRICS. Nesse sentido, o Brasil anunciou que a promoção de atividades especiais para o mercado indiano está sendo desenvolvida, para implementação em 2015.

ESPORTES

79. Ambas as partes concordaram que megaeventos esportivos são oportunidades para o desenvolvimento e inclusão social, assim como aliados na luta contra

discriminação racial, étnica e racial. São ainda instrumentos para a promoção da paz, da cooperação internacional e da aproximação entre nações parceiras, como Brasil e Índia.

ASSUNTOS CONSULARES

80. Ambos os Ministros saudaram a conclusão das negociações para estabelecer mecanismo de consultas com vistas a promover a coordenação em matéria consular e migratória. Tal mecanismo oferecerá um foro para discutir as políticas de cada um em matéria consular, proteção da diáspora e migração, bem como para abordar questões relacionadas a vistos e permissão de trabalho. Tendo em vista a importância e urgência dos assuntos a tratar no âmbito do mecanismo, os Ministros concordaram em realizar o primeiro encontro no início de 2014, em Nova Delhi.

81. O lado indiano elogiou os esforços do governo brasileiro com relação à concessão de vistos de negócios, conforme discutido durante a 5ª Reunião da Comissão Mista, em 2011. O lado brasileiro ressaltou que, desde a adoção da Resolução Normativa 100/2013, do Conselho Nacional de Imigração do Brasil, em 9 de maio de 2013, mais de 50% dos pedidos de vistos apresentados pela Embaixada do Brasil em Nova Délhi têm sido submetidos a processos de emissão simplificados. Os dois lados acordaram monitorar a nova iniciativa e examinar os problemas para expandir o fluxo de pessoas entre os dois países, que deverá aumentar substancialmente com o crescimento da parceria em todas as áreas no curto prazo.

82. O lado brasileiro informou das discussões que ocorrem presentemente no Brasil com vistas à reforma da lei sobre imigração, com base em projeto de lei que será encaminhado proximamente ao Congresso, que prevê mecanismos mais flexíveis e abertos para lidar com temas imigratórios e especialmente com vistos para trabalhadores qualificados e suas famílias.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA JURÍDICA

83. As delegações do Brasil e da Índia realizaram reunião técnica para prosseguir na negociação relativa ao Acordo Sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Criminal e ao Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Civil. Os Ministros reiteraram seu interesse em concluir as negociações o quanto antes. Eles acolheram a proposta brasileira de sediar a reunião de negociações no Brasil ou de realizá-la por videoconferência.

84. Os dois lados saudaram a conclusão dos procedimentos internos e a próxima entrada em vigor do Tratado Bilateral de Extradicação.

TEMAS REGIONAIS E MULTILATERAIS

85. Ambos os lados trocaram opiniões acerca de questões regionais e multilaterais. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil informou o lado indiano dos desenvolvimentos recentes na América Latina e no Caribe, enquanto o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Índia informou o lado brasileiro sobre os desenvolvimentos recentes no Sul da Ásia.

86. Os dois Ministros expressaram profunda preocupação com a violência em curso e da deterioração da situação humanitária na Síria. Eles instaram as partes envolvidas a se comprometer imediatamente com um completo cessar-fogo, com o fim da violência e de todas as violações de Direitos Humanos e do Direito Humanitário Internacional. Os Ministros reiteraram que não há solução militar para o conflito e que é chegada a hora da diplomacia.

87. Os Ministros expressaram satisfação com importantes desenvolvimentos recentes que trazem nova esperança de uma solução pacífica para o conflito Sírio. Saudaram o acordo-quadro para a eliminação das armas químicas na República Árabe Síria, negociado

pela Rússia e os Estados Unidos. Consideraram, ademais, auspiciosas as notícias de adoção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, de resolução que impõe a eliminação de todas as armas químicas em território sírio e respalda um processo de paz capitaneado pelo povo sírio.

88. Os ministros ressaltaram que a eliminação das armas químicas e o processo político destinado a resolver o conflito sírio deveriam ser conduzidos de forma paralela. Eles reiteraram seu apoio à realização de conferência internacional sobre a situação síria o quanto antes. Eles enfatizaram que apenas um processo político inclusivo, capitaneado pelo povo sírio, conforme recomendado pelo Comunicado do Grupo de Ação para a Síria, lançado em 2012, poderá levar à paz, à efetiva proteção dos civis e à realização das legítimas aspirações da sociedade síria por liberdade e por prosperidade. Expressaram seu pleno apoio aos esforços do Representante Conjunto da ONU e da Liga Árabe, Lakhdar Brahimi, em ajudar a encontrar uma saída política para a crise.

89. Os dois Ministros saudaram o anúncio de retomada de negociações entre palestinos e israelenses como um progresso encorajador. Reafirmaram que a resolução do conflito israelo-palestino é um pré-requisito para a construção de uma paz sustentável e duradoura no Oriente Médio. Ao recordar a responsabilidade primária do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais, assinalaram a importância de que o Quarteto relate regularmente seus esforços ao Conselho, que deveriam contribuir para avanços concretos.

90. Os Ministros expressaram sua preocupação com relatos de práticas de interceptação não autorizada de comunicação e informações de cidadãos, empresas e membros de governos, comprometendo

a soberania nacional e as garantias fundamentais. Reiteraram que é importante apresentar contribuição e participar da construção de ciberespaço pacífico, seguro e aberto, e enfatizaram que a segurança no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação, por meio de normas, padrões e práticas universalmente aceitas, é de importância fundamental.

91. A delegação indiana expressou sua gratidão pela amável e calorosa hospitalidade que recebeu durante sua estadia no Brasil.

92. Os dois lados concordaram em realizar a Sétima Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia em 2014, na Índia, em data a ser acordada mutuamente por canais diplomáticos.

Assinada em 15 de outubro de 2013, em Brasília, em inglês e português.

ATENTADOS CONTRA OPERAÇÃO HÍBRIDA DA UNIÃO AFRICANA E DAS NAÇÕES UNIDAS EM DARFUR

15-10-2013

O Governo brasileiro condena os ataques perpetrados contra militares e policiais da Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (UNAMID) em 11 e 13 de outubro, que resultaram na morte de um observador militar zambiano e de três policiais senegaleses.

O Governo brasileiro associa-se às declarações do Conselho de Segurança e do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o assunto e manifesta suas condolências aos familiares das vítimas, aos Governos da Zâmbia e da República do Senegal e à UNAMID.

TERREMOTO NAS FILIPINAS

15-10-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento com consternação das perdas humanas causadas pelo terremoto, ocorrido nesta terça-feira, nas províncias filipinas de Bohol, Cebu e Siquijor.

O Governo brasileiro transmite suas condolências às famílias atingidas e ao povo e ao Governo das Filipinas.

XXIII CÚPULA IBERO-AMERICANA
- CIDADE DO PANAMÁ, 18 E 19 DE
OUTUBRO DE 2013
17-10-2013

Sob o tema “O papel político, econômico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”, a Cúpula será oportunidade para avaliarem-se as relações entre América Latina e a Europa ibérica e para examinarem-se mecanismos de renovação da Conferência Ibero-americana.

Será realizada, na Cidade do Panamá, nos dias 18 e 19 de outubro de 2013, a XXIII Cúpula Ibero-Americana. A delegação brasileira será chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Sob o tema “O papel político, econômico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”, a Cúpula do Panamá será oportunidade para avaliarem-se as relações entre América Latina e a Europa ibérica e para examinarem-se mecanismos de renovação da Conferência Ibero-americana.

Criada em 1991, a Conferência Ibero-americana visa a aprofundar a integração política, econômica e cultural entre seus vinte e dois países membros – dezenove latino-americanos e três europeus. A Conferência desenvolve grande número de projetos de cooperação Sul-Sul, com média anual de

1200 projetos de âmbito bilateral e 60 de cooperação triangular.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 21 DE OUTUBRO DE 2013
17-10-2013

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado passará em revista, com seu colega uruguaio, os principais temas da agenda bilateral e regional, com atenção especial para os temas relativos ao MERCOSUL e à UNASUL.

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizará visita à República Oriental do Uruguai no dia 21 de outubro de 2013. Em Montevideú, manterá reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, e deverá ser recebido pelo Presidente da República, José Mujica.

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado passará em revista, com seu colega uruguaio, os principais temas da agenda bilateral e regional, com atenção especial para os temas relativos ao MERCOSUL e à UNASUL.

As relações entre Brasil e Uruguai receberam impulso renovado a partir de julho de 2012, com o estabelecimento do Grupo de Alto Nível (GAN) Brasil-Uruguai, que tem desenvolvido iniciativas em matéria de livre circulação de bens e serviços, livre circulação de pessoas, infraestrutura de transportes, integração produtiva, comunicações, e ciência e tecnologia. No âmbito do GAN, os dois países firmaram, em 2012, Protocolo de Livre Circulação de Bens, compromisso reforçado de facilitação do comércio. No início de novembro próximo, será realizada Reunião de Alto Nível para discussão de temas de fronteira.

O Brasil é o principal mercado para os produtos uruguaios. A corrente de comércio bilateral cresceu 324% entre 2003 e 2012, passando de US\$ 943 milhões a mais de US\$ 4 bilhões no período. O Uruguai é o segundo maior investidor no Brasil entre os países da América do Sul e concentra o segundo maior estoque de investimentos brasileiros na região.

ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS NÃO PERMANENTES AO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS 18-10-2013

O Governo brasileiro congratula os novos membros não permanentes do Conselho de Segurança pela disposição de assumir, em 17 de outubro corrente, as elevadas responsabilidades que lhes caberão no órgão e faz votos de êxito no cumprimento de seus mandatos, no biênio 2014-2015.

SITUAÇÃO EM MOÇAMBIQUE 22-10-2013

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os incidentes ocorridos nos últimos dias na região de Gorongosa, Província de Sofala, entre as forças de defesa de Moçambique e a Renamo.

O Brasil acredita que a busca de soluções para as divergências entre as partes deve perseverar no caminho do diálogo e da negociação, em quadro de fortalecimento do estado de direito, das instituições democráticas e da estabilidade.

DIA DA ONU - 24 DE OUTUBRO DE 2013 25-10-2013

Ao saudar o 68º aniversário da Organização, o Governo brasileiro reitera seu profundo engajamento com o multilateralismo, como via legítima e democrática para a solução dos problemas globais.

Comemorou-se, ontem, o 68º aniversário da Organização das Nações Unidas. Ao longo de sua história, por meio de realizações em áreas tão diversas como paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e combate à fome e à pobreza, dentre outros tantos, a ONU vem demonstrando a importância do multilateralismo e do direito internacional.

Será no âmbito da ONU que, nos próximos anos, serão enfrentados alguns dos grandes desafios para a construção de uma ordem internacional mais justa, inclusiva, pacífica e sustentável.

Ao saudar o 68º aniversário da Organização, o Governo brasileiro reitera seu profundo engajamento com o multilateralismo, como via legítima e democrática para a solução dos problemas globais.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA DE 500 KV ENTRE ITAIPU E VILLA HAYES - 29 DE OUTUBRO DE 2013 29-10-2013

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, participará, em conjunto com o Presidente do Paraguai, Horácio Cartes, da cerimônia de inauguração da linha de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes, Paraguai, no dia 29 de outubro de 2013.

O sistema de transmissão elétrica que será inaugurado é a maior obra já financiada pelo Fundo de Convergência Estrutural

do MERCOSUL (FOCEM). Teve custo aproximado de US\$ 320 milhões e contou com importantes contribuições do Brasil ao FOCEM, além de recursos da Administración Nacional de Electricidad paraguaia e de Itaipu Binacional.

A obra deverá aumentar a segurança energética do Paraguai, atrair investimentos e ampliar a integração produtiva na região.

REUNIÃO MINISTERIAL DO
MERCOSUL - CARACAS, 30 DE
OUTUBRO DE 2013
29-10-2013

O MERCOSUL é a mais abrangente iniciativa de integração já empreendida na região latino-americana. Do ponto de vista comercial, as trocas dentro do bloco multiplicaram-se em mais de 12 vezes desde a criação do MERCOSUL: de US\$ 5,1 bilhões (1991) para US\$ 61,2 bilhões (2012).

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, participará, em Caracas, em 30 de outubro de 2013, de reunião ministerial do MERCOSUL. Comporão a delegação brasileira autoridades do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Os Ministros manterão conversações sobre o aprofundamento da integração regional no âmbito do MERCOSUL, em suas dimensões social, política e econômica; avaliarão formas de promover melhor articulação com outros agrupamentos regionais latino-americanos, com especial ênfase na América Central e Caribe; e passarão em revista as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia.

O MERCOSUL é a mais abrangente iniciativa de integração já empreendida na região latino-americana. Do ponto de

vista comercial, as trocas dentro do bloco multiplicaram-se em mais de 12 vezes desde a criação do MERCOSUL: de US\$ 5,1 bilhões (1991) para US\$ 61,2 bilhões (2012).

Na última década, conferiu-se atenção também aos aspectos sociais e de cidadania no processo de integração, bem como à mitigação das assimetrias regionais, por meio do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DE RELAÇÕES EXTERIORES DE
EL SALVADOR, JAIME ALFREDO
MIRANDA FLAMENCO - BRASÍLIA,
1º DE NOVEMBRO DE 2013
31-10-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, receberá o Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Jaime Alfredo Miranda Flamenco, para reunião de trabalho em Brasília, no dia 1º de novembro.

Os Ministros examinarão os principais temas da agenda bilateral, em especial questões relacionadas a comércio, investimentos, cooperação e apoio ao desenvolvimento. Brasil e El Salvador têm projetos de cooperação nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, trabalho e emprego, planejamento, saúde e segurança.

Serão assinados, na ocasião, ajustes complementares para a realização de dois novos projetos de cooperação bilateral nas áreas de planejamento e gestão territorial e de agricultura familiar.

O comércio entre o Brasil e El Salvador cresceu 109% entre 2003 e 2012. Os produtos manufaturados corresponderam, em 2012, a 85% das exportações brasileiras para o país centro-americano.

VISITA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA À CHINA, III REUNIÃO
DA COSBAN E IV CONFERÊNCIA
MINISTERIAL DO FÓRUM DE MACAU -
MACAU, CANTÃO E PEQUIM, 4 A 9 DE
NOVEMBRO DE 2013
01-10-2013

No contexto da Parceria Estratégica Global entre Brasil e China, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, realizará visita oficial à República Popular da China, entre os dias 4 e 9 de novembro, incluindo as cidades de Pequim, Cantão e Macau.

Em Pequim, o Vice-Presidente será recebido pelo Presidente da República Xi Jinping; manterá reunião de trabalho com o Vice-Presidente da República Li Yuanchao; e participará de encontros empresariais. Durante a visita, será avaliada a implementação do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021, com destaque à área econômico-comercial, com ênfase na promoção do agronegócio e de oportunidades de investimentos em programas brasileiros de infraestrutura. Será também discutida a evolução da agenda bilateral em ciência, tecnologia e inovação; cooperação espacial; e em educação e cultura.

Em Cantão, o Vice-Presidente presidirá, juntamente com o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A COSBAN é o mecanismo de diálogo político de mais alto nível entre Brasil e China. Integram sua estrutura onze Subcomissões, que cobrem todo o universo das relações bilaterais.

Em Macau, participará da cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua

Portuguesa (Fórum de Macau). O Fórum de Macau foi criado em 2003 e reúne a China e os países de língua portuguesa, com o objetivo de promover o comércio, os investimentos e a cooperação educacional e cultural.

A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos diretos no País. O comércio bilateral registrou US\$ 75,4 bilhões, em 2012, quando o Brasil exportou para a China US\$ 41,2 bilhões e importou daquele país US\$ 34,2 bilhões, obtendo, como resultado, um superávit de US\$ 6,9 bilhões, o equivalente a pouco menos de um terço do superávit comercial total do Brasil, de US\$ 19,4 bilhões.

BRASIL E ALEMANHA
APRESENTAM À ONU PROJETO DE
RESOLUÇÃO SOBRE O DIREITO À
PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL
01-11-2013

O texto será considerado pela III Comissão da Assembleia Geral e, posteriormente, pelo plenário da própria Assembleia.

Brasil e Alemanha apresentam à Assembleia Geral da ONU projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital

Os Governos do Brasil e da Alemanha apresentaram hoje à Assembleia Geral da ONU projeto de resolução acerca do direito à privacidade na era digital. O texto será considerado pela III Comissão da Assembleia Geral e, posteriormente, pelo plenário da própria Assembleia.

Segue a tradução para português do referido projeto de resolução, bem como sua versão original, em inglês:

Tradução para português
A Assembleia Geral,
PP1. Reafirmando os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas,

PP2. Reafirmando também os direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos e tratados internacionais relevantes sobre direitos humanos, inclusive o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

PP3. Reafirmando, ainda, a Declaração de Viena e seu Programa de Ação,

PP4. Observando que o ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico permite aos indivíduos em todas as regiões utilizarem novas tecnologias de informação e comunicação e, ao mesmo tempo, aumenta a capacidade de governos, empresas e indivíduos de vigiar, interceptar e coletar dados, o que pode violar os direitos humanos, em particular o direito à privacidade, tal como consagrado no artigo 12 da Declaração Universal de Direitos Humanos e no artigo 17 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e constitui, portanto, tema de preocupação crescente,

PP5. Reafirmando o direito humano dos indivíduos à privacidade e a não ser submetido a ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, bem como o direito à proteção da lei contra tais ingerências ou ofensas, e reconhecendo que o exercício do direito à privacidade constitui requisito essencial à realização do direito à liberdade de opinião e de expressão sem ingerências e um dos pilares de uma sociedade democrática,

PP6. Salientando a importância do pleno respeito à liberdade de buscar, receber e difundir informações, inclusive a importância fundamental do acesso à informação e da participação democrática,

PP7. Acolhendo o relatório do Relator Especial sobre a Promoção e a Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão apresentado ao Conselho de Direitos

Humanos em sua vigésima terceira sessão, o qual trata das implicações da vigilância das comunicações e da interceptação de dados levada a cabo por Estados sobre o exercício do direito humano à privacidade,

PP8. Enfatizando que a vigilância ilegal das comunicações, sua interceptação, bem como a coleta ilegal de dados pessoais constituem atos altamente intrusivos que violam o direito à privacidade e à liberdade de expressão e que podem ameaçar os fundamentos de uma sociedade democrática,

PP9. Observando que, embora preocupações com a segurança pública possam justificar a coleta e a proteção de certas informações confidenciais, os Estados devem assegurar o pleno cumprimento de suas obrigações no âmbito do direito internacional dos direitos humanos,

PP10. Profundamente preocupada com violações e abusos dos direitos humanos que podem resultar de qualquer vigilância, inclusive extraterritorial, das comunicações, sua interceptação, bem como da coleta de dados pessoais, em particular da vigilância, interceptação e coleta de dados em massa,

PP11. Recordando que os Estados devem assegurar que medidas para combater o terrorismo estejam de acordo com o direito internacional, em particular o direito internacional dos direitos humanos, o direito dos refugiados e o direito internacional humanitário,

1. Reafirma os direitos previstos no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em particular o direito à privacidade e a não ser submetido a ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, bem como o direito à proteção da lei contra essas ingerências ou ofensas, de acordo com o artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e artigo 17 do Pacto Internacional

sobre Direitos Civis e Políticos;

2. Reconhece que o rápido avanço das tecnologias da informação e da comunicação, inclusive a natureza global e aberta da Internet, constitui força motriz da aceleração do progresso para o desenvolvimento em suas várias formas;

3. Afirma que os mesmos direitos que as pessoas possuem fora da rede (“offline”) devem ser protegidos em rede (“online”), em particular o direito à privacidade;

4. Conclama os Estados a:

(a) respeitarem e protegerem os direitos referidos no parágrafo 1 acima, inclusive no contexto das comunicações digitais;

(b) adotarem medidas com vistas à cessação das violações de tais direitos e a criarem condições para a prevenção de tais violações, inclusive assegurando que a legislação nacional relevante esteja em conformidade com suas obrigações no âmbito do direito internacional dos direitos humanos;

(c) revisarem seus procedimentos, práticas e legislação no que tange à vigilância das comunicações, sua interceptação e coleta de dados pessoais, inclusive a vigilância, interceptação e coleta em massa, com vistas a assegurar o direito à privacidade e garantir a plena e eficaz implementação de todas suas obrigações no âmbito do direito internacional dos direitos humanos;

(d) estabelecerem mecanismos nacionais independentes de supervisão, capazes de assegurar a transparência do Estado e sua responsabilização em atividades relacionadas à vigilância das comunicações, sua interceptação e coleta de dados pessoais;

5. Solicita à Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos que apresente à Assembleia Geral, em sua sexagésima nona sessão, relatório preliminar sobre a proteção do direito à privacidade no contexto da vigilância nacional e extraterritorial das comunicações,

sua interceptação e coleta de dados pessoais, inclusive sobre a vigilância das comunicações, sua interceptação e coleta de dados pessoais em massa, bem como relatório final, em sua septuagésima sessão, com opiniões e recomendações, a serem consideradas pelos Estados-membros, com o objetivo de identificar e esclarecer princípios, padrões de conduta e melhores práticas sobre como lidar com preocupações relativas à segurança de modo compatível com as obrigações dos Estados no âmbito do direito internacional dos direitos humanos e em pleno respeito pelos direitos humanos, em particular com relação à vigilância das comunicações digitais e o uso de outras tecnologias de inteligência que podem violar o direito humano à privacidade, à liberdade de expressão e opinião.

6. Decide examinar a questão de forma prioritária por ocasião da sexagésima nona sessão, sob o sub-item “Questões de direitos humanos, inclusive enfoques alternativos para aperfeiçoar o efetivo exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais” do item intitulado “Promoção e proteção dos direitos humanos”.

FALECIMENTO DE SOLDADO BRASILEIRO DA MINUSTAH

01-11-2013

O Governo brasileiro lamenta, com grande pesar, o falecimento, no dia de hoje, do soldado Geraldo Barbosa Luiz, membro do contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

O Governo brasileiro transmite suas manifestações de consternação e tristeza aos familiares do soldado pela perda pessoal que sofreram e reitera seu compromisso de longo prazo com o Haiti e a MINUSTAH.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DE EL SALVADOR, JAIME
ALFREDO MIRANDA FLAMENCO -
BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2013
01-11-2013

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA
DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE
EL SALVADOR”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“PROGRAMA TERRITÓRIOS DE
PROGRESSO, FASE II”

AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA
DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE
EL SALVADOR”

Considerando que as relações de
cooperação técnica têm sido fortalecidas ao
amparo do Acordo de Cooperação Técnica,
Científica e Tecnológica entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo
da República de El Salvador, firmado em 20
de maio de 1986;

Considerando o desejo comum de promover
a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica
na área de desenvolvimento da agricultura
familiar se reveste de especial interesse para
as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por
objeto a implementação do projeto “Elaboração
de Política Pública de Comercialização
Agrícola para a Agricultura Familiar de El
Salvador” (doravante denominado “Projeto”),
cuja finalidade é apoiar a elaboração de uma
política pública de comercialização agrícola
para a agricultura familiar, contribuindo para
a segurança alimentar e nutricional, a garantia
de renda e a melhoria das condições de vida
da população salvadorenha.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as
atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas
instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República de El Salvador
designa:

a) A Direção Geral de Cooperação para
o Desenvolvimento, do Vice-ministério de
Cooperação para o Desenvolvimento, como
instituição responsável pela coordenação,
acompanhamento e avaliação das atividades
decorrentes do presente Ajuste Complementar;
e

b) O Ministério de Agricultura e Pecuária
da República de El Salvador como instituição
responsável pela execução das atividades
decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do
Brasil designa:

a) A Agência Brasileira de Cooperação do

Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República de El Salvador cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de toda a informação necessária à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em El Salvador as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo salvadorenho, mediante o fornecimento de toda a informação necessária à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de El Salvador.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “PROGRAMA

TERRITÓRIOS DE PROGRESSO, FASE II”

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador (doravante denominados “Partes”),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de planejamento se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por

objeto a implementação do projeto “Programa Territórios de Progresso, Fase II” (doravante denominado “Projeto”), cuja finalidade é contribuir para a consolidação da metodologia de planejamento e gestão territorial em El Salvador.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República de El Salvador designa:

a) a Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Secretaria Técnica da Presidência da República como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República de El Salvador cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em El Salvador as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo salvadorenho, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de El Salvador.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas

no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas diretamente Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA
COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE
ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E
COOPERAÇÃO (COSBAN)
06-11-2013

Realizou-se hoje em Cantão a III Reunião da COSBAN. Presidiram a Sessão o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Wang Yang.

Ata da Terceira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) – Cantão, 6 de novembro de 2013

1. Em conformidade com o Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China Sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada COSBAN), de 24 de maio de 2004, e como consenso alcançado entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping, durante o encontro realizado, em Durban, África do Sul, em março de 2013, realizou-se em Cantão, em 6 de novembro de 2013, a III Reunião da COSBAN. Presidiram a Sessão, do lado brasileiro, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e do lado chinês, o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Wang Yang. A Sessão Plenária foi precedida de reunião de trabalho entre as duas Delegações. As atividades transcorreram em clima de amizade, cooperação e entendimento. Os nomes dos integrantes das duas Delegações estão relacionados no Anexo.

2. Na reunião de trabalho antes da Sessão Plenária, o Vice-Presidente Michel Temer e o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang avaliaram a evolução recente das relações bilaterais e a situação político-econômica internacional e forneceram orientações para a condução

da agenda sino-brasileira. Assinalaram o estabelecimento do Plano Decenal de Cooperação e do Diálogo Estratégico Global e a elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica Global. As Partes avaliaram positivamente o desempenho do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos. Comprometeram-se a envidar esforços com vistas a seu aumento e diversificação, com especial atenção aos segmentos de maior valor agregado, ao agronegócio, e a projetos-chaves de energia e infraestrutura. Saudaram a intensificação das relações na área financeira e a trajetória da cooperação nos campos da ciência, tecnologia e inovação, espacial, cultura e educação.

3. Ao analisarem o comportamento recente da economia internacional, o Vice-Presidente Michel Temer e o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang enaltecem a capacidade que os dois Países revelaram, após a crise econômica internacional de 2008, de manter alto nível de emprego, preservar a estabilidade macroeconômica, expandir suas correntes de comércio e investimento globais e abrir novas fronteiras de conhecimento. Reiteraram a importância que atribuem à cooperação nas instâncias multilaterais, como no BRICS, G-20, BASIC e ONU. Assinalaram, nesse sentido, a importância de promoverem mudanças nos mecanismos políticos e econômicos da governança global, com o objetivo de ajustá-los às novas demandas da realidade contemporânea.

4. As Partes reafirmaram o papel central da COSBAN na condução de questões específicas das relações bilaterais e na implementação das metas do Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), com o objetivo de fortalecer a Parceria Estratégica Global entre os dois países. Reiteraram a recomendação de que seja mantida a regularidade das reuniões

de suas Subcomissões e Grupos de Trabalho.

5. Durante a Sessão Plenária, foram apresentados aos Co-Presidentes os relatórios das atividades das onze Subcomissões. Os trabalhos das Subcomissões Econômico-Financeira; de Educação; de Cooperação Espacial; de Agricultura; de Ciência, Tecnologia e Inovação; e de Indústria e Tecnologia da Informação foram apresentados pela Parte brasileira; e os das Subcomissões Política; Cultural; Econômico-Comercial; Inspeção e Quarentena; e Energia e Mineração pela Parte chinesa. Os Presidentes da Seção brasileira e da Seção chinesa do Conselho Empresarial Brasil-China apresentaram relatórios de suas atividades. O Presidente da Seção brasileira fez apresentação de estudo sobre desafios e oportunidades na relação econômico-comercial.

i. Sobre o Diálogo Político

6. As Partes expressaram satisfação com o progresso alcançado em diferentes campos da agenda bilateral desde a segunda reunião da Comissão de Alto Nível de Coordenação e Cooperação Brasil-China (COSBAN), que teve lugar em Brasília, em fevereiro de 2012. As Partes também sublinharam a importância da coordenação entre Brasil e China em temas internacionais de interesse mútuo e sua contribuição a assuntos relativos à governança global. As Partes reiteraram a importância que atribuem à sua cooperação no âmbito do BRICS, G-20 e BASIC.

7. Ambas as partes destacaram a elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica Global, durante a Visita do então Primeiro-Ministro da China Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, ocasião em que o Plano Decenal de Cooperação foi assinado e o Diálogo Estratégico Global foi lançado.

8. Reconhecendo a importância de contatos de alto nível para o planejamento e a orientação do desenvolvimento das relações

bilaterais, as Partes recordaram a reunião ocorrida em março de 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping, no contexto da 5ª Cúpula do BRICS, assim como seu encontro bilateral às margens da Cúpula do G-20 em São Petesburgo, em setembro de 2013. As Partes enfatizaram que os dois encontros reafirmaram as relações mútuas de amizade e cooperação entre Brasil e China e abriram o caminho para a implementação do Plano Decenal de Cooperação.

9. O lado brasileiro expressou sua alta expectativa com a futura Visita de Estado ao Brasil do Presidente Xi Jinping em 2014, por ocasião da celebração dos 40 anos das relações bilaterais. As partes também manifestaram sua expectativa com a realização da VI Cúpula do BRICS a ser realizada no Brasil, em 2014. Reafirmaram seu compromisso de trabalhar pela conclusão das negociações para o estabelecimento do Banco de Desenvolvimento do BRICS e do Mecanismo de Reservas Contingenciais o quanto antes.

10. A Parte Chinesa expressou sua satisfação com a visita oficial à China do Vice-Presidente Michel Temer, no período de 5 a 8 de novembro de 2013, chefiando a Delegação Brasileira à III Reunião da COSBAN. O lado chinês também expressou sua estima pela participação do Vice-Presidente Michel Temer na cerimônia de abertura da 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa (Macau).

11. Em nível ministerial, ambas as Partes destacaram a reunião, em setembro de 2013, entre os Ministros de Relações Exteriores Wang Yi e Luiz Alberto Figueiredo Machado às margens do Debate Geral da 68ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Registraram sua expectativa de organizar a primeira reunião do Diálogo Estratégico Global em data próxima, o que permitirá o

intercâmbio de opiniões sobre assuntos de interesse mútuo em suas respectivas regiões e na agenda internacional, assim como uma discussão sobre a atualização e a extensão do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, como parte do planejamento estratégico das relações bilaterais.

12. Reiterando a importância das relações parlamentares bilaterais, as duas Partes notaram com satisfação a visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Marco Maia, em junho de 2012, o qual lançou o mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países, com contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados.

13. As Partes recordaram os resultados da quarta reunião da Subcomissão Política, ocorrida em Brasília em 31 de outubro de 2013, a qual permitiu análise minuciosa do desenvolvimento das relações bilaterais desde a II COSBAN e uma avaliação sobre a implementação do Plano de Ação Conjunta e do Plano Decenal de Cooperação. Foi reiterada a importância de se realizarem reuniões regulares da Subcomissão Política.

14. As duas Partes também notaram que desde 2012, representantes dos dois Ministérios de Relações Exteriores consultaram-se sobre diversos assuntos importantes, como controle de armas e não-proliferação, temas consulares, planejamento de políticas, América Latina e Caribe, Oriente Médio e África, aprimorando de modo efetivo a compreensão mútua. Reiteraram seu interesse em reforçar o diálogo e intercambiar opiniões sobre direitos humanos, bem como iniciar Diálogo sobre assuntos asiáticos e americanos em momento adequado.

15. As Partes reafirmaram sua preocupação com a situação no Oriente Médio conforme expressado no comunicado publicado por

ocasião da reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS, em Nova York, em 26 de setembro, em particular no que diz respeito à Síria e ao processo de paz israelo-palestino.

16. A respeito da discussão sobre segurança cibernética, as duas Partes reiteraram a importância de contribuírem para e participarem de um espaço cibernético pacífico, seguro, aberto e cooperativo e enfatizaram que a segurança no uso de tecnologias de informação e comunicação, por meio de regras, padrões e práticas universalmente aceitas, deve ser alcançada.

17. As duas Partes reafirmaram seu compromisso em fortalecer o sistema multilateral e em trabalhar pela reforma das estruturas de governança global, tanto na dimensão política quanto na econômica, de modo que suas organizações, em particular as Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais, tornem-se mais representativas das realidades do século XXI. Ambas as Partes reiteraram que Brasil e China apoiam uma reforma abrangente das Nações Unidas, considerando que a reforma do Conselho de Segurança deve priorizar o incremento da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança. A China atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil desempenha em assuntos regionais e internacionais e compreende e apoia a aspiração brasileiro de desempenhar papel ainda mais proeminente nas Nações Unidas.

18. As Partes reafirmaram sua expectativa de que os resultados da 9ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio a ocorrer em Bali, em dezembro de 2013, seja um marco na direção de uma conclusão exitosa e equilibrada da Rodada de Desenvolvimento de Doha. Ambas as Partes esperam coordenar esforços para o estabelecimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.

ii. Sobre Cooperação em Matéria

Econômica e Comercial

19. As Partes ressaltaram que, em seguimento à III Reunião da Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN, envidaram esforços conjuntos para aproveitar plenamente a vantagem de complementaridade econômica dos dois países e explorar o potencial de cooperação, com vistas à ampliação e diversificação do comércio e dos investimentos bilaterais. Coincidiram ainda na importância de remover obstáculos ao comércio entre os dois países e de facilitar o investimento recíproco, por meio de maior transparência sobre práticas regulatórias nos dois países.

20. As partes manifestaram satisfação com relação ao aumento contínuo do comércio bilateral nos últimos anos. As partes afirmaram que, desde a III Reunião da Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN, a cooperação econômico-comercial sino-brasileira vem-se desenvolvendo com tendência positiva. As partes concordaram em intensificar a coordenação sobre políticas e medidas comerciais, de modo a elevar a dimensão e a qualidade do comércio bilateral, incluindo o aperfeiçoamento de sua composição.

21. No Grupo de Trabalho de Comércio, as partes ressaltaram especialmente o grande potencial de cooperação para a diversificação das exportações brasileiras para a China. Nesse contexto, discutiram algumas ações que poderiam contribuir para esse objetivo, conforme estabelecido no Plano Decenal de Cooperação.

22. As partes também coincidiram na conveniência de retomar o intercâmbio de informações sobre medidas tarifárias e não tarifárias que afetam o comércio bilateral.

23. Em relação ao comércio de bens agrícolas, os seguintes tópicos foram discutidos: (i) solicitação brasileira de

suspensão do embargo às exportações brasileiras de carne bovina; (ii) habilitação de novos estabelecimentos exportadores de carne de frango e suína; (iii) assinatura do Protocolo Fitossanitário do Milho, cuja negociação foi concluída com sucesso, no âmbito da Subcomissão de Inspeção e Quarentena. Ainda na área agrícola, China e Brasil concordaram em que o comércio direto de produtos agrícolas poderá ser promovido por investimentos na cadeia logística e por contatos mais frequentes entre os setores privados interessados de ambas as partes.

24. O Brasil ressaltou a importância das exportações de aeronaves para a China, haja vista que estes bens constituem uns dos poucos itens de alto valor agregado nas vendas do Brasil para a China. Nesse sentido, solicitou os bons ofícios das autoridades chinesas com vistas a celeridade na concessão de licenças governamentais no comércio de aeronaves.

25. As partes trocaram opiniões sobre o programa de INOVAR-AUTO, cooperação nas áreas de defesa comercial, estatísticas de comércio, negociações de acordos bilaterais e regionais, comércio de serviços e temas multilaterais (OMC e BRICs).

26. As partes coincidiram em que o relacionamento econômico-comercial estreito e o investimento recíproco possuem grande relevância para impulsionar a economia dos dois países e saudaram a ampliação dos investimentos recíprocos e o aumento dos fluxos comerciais. As partes sublinharam a necessidade de exercer plenamente as funções do Grupo de Trabalho de Investimentos para promover e fomentar a cooperação comercial e o investimento bilateral.

27. Ambas as partes acordaram em encorajar suas empresas a investir em setores prioritários infraestrutura, logística de transporte, energia (incluindo energia renovável), mineração, cadeia de suprimento agrícola, manufaturas,

inovação, informação e comunicação, assim como turismo.

28. Ambas as partes informaram sobre o progresso dos assuntos relativos a investimentos de empresas dos dois lados desde a segunda reunião do Grupo e indicaram as dificuldades enfrentadas pelas duas partes.

29. Ambas as partes acordaram em continuar com a troca de informações relativa às dificuldades expostas pelas empresas das duas partes, com vistas a garantir que progressos concretos sejam alcançados, antes da próxima reunião do Grupo de Trabalho.

30. As partes comprometeram-se a fortalecer a cooperação bilateral sobre capacidade aduaneira, intensificar a troca de missões de especialistas aduaneiros, aprofundar o compartilhamento de experiências, e empenhar-se em elevar a capacidade de aplicação das normas aduaneiras nos dois países. A parte brasileira relatou a tramitação com vistas à aprovação e ratificação do Acordo sobre a Assistência Administrativa Mútua Aduaneira. A parte chinesa reiterou o interesse no estabelecimento do Grupo de Trabalho de Combate ao Contrabando. Ambas as partes concordaram em continuar a promover os intercâmbios e cooperações entre as duas alfândegas no âmbito da Organização Mundial de Aduanas, BRICs e outros mecanismos multilaterais.

31. As partes coincidiram em que China e Brasil são ambos membros em desenvolvimento, e têm mantido colaboração positiva no âmbito da OMC. Durante as negociações da Rodada Doha, as partes reiteraram em continuar a adensar os contatos, considerar as preocupações da contraparte, salvaguardar o interesse dos países em desenvolvimento e promover conjuntamente as negociações com vistas ao avanço mais cedo possível.

32. As duas Partes reafirmaram seu

compromisso com o sistema multilateral de comércio baseado em regras representado pela OMC, e reiteraram sua disposição de alcançar um pacote existoso e equilibrado na 9ª Conferência Ministerial em Bali, inclusive nas áreas de facilitação de comércio, alguns elementos de agricultura e desenvolvimento, com a inclusão de temas de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo (LDCs). Tendo em conta a importância de também avançar nos outros pilares da Rodada Doha, o êxito de Bali deverá fornecer um impulso à plena conclusão da Agenda de Desenvolvimento de Doha, em conformidade com seu mandato e sua dimensão de desenvolvimento.

iii. Sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

33. Brasil e China celebram o esforço conjunto da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, desde a realização de suas duas primeiras reuniões, em 2008, em Brasília, e em 2011, em Pequim, para construir uma plataforma de cooperação para o desenvolvimento científico-tecnológico em diversas áreas do conhecimento. Reconhecem como pontos de destaque nesse processo a constituição do “Centro Brasil-China de Nanotecnologia e Inovação”, resultado do “Diálogo de Alto Nível” realizado em abril de 2011 em Pequim; a instalação do “Laboratório Virtual” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (LABEX-EMBRAPA) na China e do congênere chinês da “Academia Chinesa de Ciências Agrárias” (CAAS), no Brasil; a instituição de Centro binacional de pesquisa e desenvolvimento de satélites meteorológicos; e a criação do “Centro Brasil-China de Biotecnologia”. Celebram, além disso, os trabalhos do “Centro China Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia”, resultado da parceria entre a Universidade de Tsinghua e

a Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ).

34. As partes saudaram o êxito da III Reunião da Subcomissão, realizada em Brasília, em 29 de outubro de 2013, ocasião em que foi discutido o aprofundamento e a expansão da cooperação existente nas seguintes áreas: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratan e cooperação na área de inovação, com ênfase em parcerias bilaterais entre parques tecnológicos.

35. Também por ocasião da III Reunião da Subcomissão de C,T&I da COSBAN as partes acordaram em definir programa de trabalho a ser seguido em 2014, com base nos diversos instrumentos bilaterais existentes, bem como realizar, em data a ser definida, ainda em 2014, no Brasil, a segunda edição do Diálogo de Alto Nível Brasil-China de C,T&I.

iv. Sobre Cooperação em Matéria Financeira

36. A III Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN foi realizada no dia 16 de novembro de 2012 em Pequim, China, tendo sido antecedida de encontro bilateral entre o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Cozendey, e o Vice-Ministro das Finanças, Zhu Guangyao. Na ocasião, foram adiantadas posições que seriam tratadas ao longo da sessão plenária da Subcomissão e trocadas informações sobre créditos a exportações no âmbito da iniciativa americano-chinesa, coordenada pelo grupo quadrilateral China-EUA-UE-Brasil. Ao final da reunião da Subcomissão, o Ministro das Finanças da China, Xie Xuren recebeu o Secretário Cozendey em visita de cortesia.

37. Na abertura da sessão plenária da

Subcomissão, Brasil e China salientaram a importância da formação de uma parceria estratégica global, com vistas a coordenar posições, particularmente em relação a temas do FMI, Banco Mundial e G-20. A reunião foi organizada em torno de três grandes linhas: situação macroeconômica e políticas econômicas; cooperação econômica multilateral; e cooperação bilateral nas áreas de finanças e tributação.

38. As Partes expressaram a importância da coordenação entre si e entre os países BRICS para a criação de canais efetivos para troca de informação com vistas a estabelecer fundamentos para as negociações sobre a fórmula de reajuste das quotas do FMI. Também foram discutidos avanços em temas estratégicos para os BRICS, a saber, o Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas.

39. As Partes também concordaram em envidar esforços para maior coordenação sobre assuntos tributários, no que concerne especialmente à troca de informações. Trocaram informações sobre a adesão ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) e os custos de sua implementação para os países em desenvolvimento. Concordaram que os BRICS deveriam ampliar a cooperação tributária, inclusive no contexto do Fórum Global Tributário Fórum Global Tributário (GTF).

40. Em relação à cooperação bilateral nas áreas financeira e fiscal, as Partes trataram da cooperação monetária, da possibilidade de transações em moeda local e da internacionalização de suas respectivas moedas.

41. Adicionalmente, como resultado concreto das atividades da Subcomissão, um Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Finanças do Brasil e da China foi assinado em 27 de março de 2013,

em Durban, África do Sul, com o objetivo de incentivar, desenvolver e facilitar a cooperação entre as Partes e suas entidades em áreas de interesse comum no âmbito fiscal, financeiro e econômico. Na mesma ocasião, o Banco Central do Brasil e o Banco Popular da China assinaram acordo bilateral de swap de moeda local (reais e yuans) no montante de R\$ 60 bilhões ou CNY 190 bilhões, válido por três anos e com possibilidade de renovação.

42. A quarta reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN está marcada para o dia 6 de dezembro de 2013, em Brasília.

v. Sobre Cooperação nas áreas de Energia e Mineração

43. À luz da III Reunião da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN, realizada por videoconferência, no dia 31 de outubro do corrente, Brasil e China acordaram, ainda, o que se segue.

MINERAÇÃO

44. Ampliar a cooperação para o incremento do comércio de minérios, além de ferro, para aproveitar a grande potencialidade da oferta, no Brasil, e a dimensão do mercado, na China. Nesse sentido, o lado brasileiro informou sobre o andamento da tramitação no Congresso Nacional do novo Marco da Mineração, que visa a criar regras mais previsíveis a empresas. Comentou, também, sobre a abertura do Brasil às empresas estrangeiras e sobre os programas de investimentos em infraestrutura, com ênfase nas concessões para rodovias, ferrovias e portos, que devem resultar em substancial queda de custos de produção a empresas de engenharia e construção, inclusive chinesas, que atuam no setor de mineração. Brasil e China comprometeram-se, ademais, a seguir trocando experiências e a criar condições para negócios entre empresas de mineração envolvidas na exploração de terras raras em áreas selecionadas. Ambos os países

concordaram, por fim, em encorajar atuação de suas empresas para parcerias em terceiros países em desenvolvimento.

PETRÓLEO E GÁS

45. Brasil e China registraram com satisfação a participação de empresas chinesas no leilão do pré-sal do poço de Libra, manifestaram a expectativa de que as empresas chinesas estejam presentes no leilão de gás convencional e não convencional do dia 28 de novembro próximo e decidiram trocar experiências sobre a posição a ser tomada com respeito à exploração de gás de xisto. A propósito, houve consenso em que essa atividade deve ocorrer de forma sustentável. No referente a petróleo, o lado brasileiro frisou que são bem vindas empresas chinesas participantes de atividades de exploração e chamou a atenção para a obrigatoriedade de cumprimento das exigências de conteúdo local. A China aceitou pedido brasileiro de apoio para desenvolver Refinarias Premium no Brasil. Ambos os países acolheram, também, a ideia de continuar promovendo empresas a fazer intercâmbio na área de bioenergia. Registraram, igualmente, interesse na produção de biocombustíveis em terceiros países, desde que isso não afete a produção de alimentos.

ENERGIA ELÉTRICA

46. Brasil e China concordaram em promover intercâmbio de tecnologia para transmissão de grandes blocos de eletricidade, sobretudo em ultra alta tensão, tendo presente que o Brasil prepara licitação para a usina de Belo Monte e que a China dispõe da tecnologia mais avançada do mundo nesse campo. O lado brasileiro reiterou que o Centro de Pesquisas Elétricas, CEPTEL, está implantando laboratório de ultra tensão. Isto, além da perspectiva de que o mercado elétrico no Brasil dobrará em 15 anos, poderia servir de incentivo adicional para investimentos

de maior número de empresas chinesas em usinas hidrelétricas, com base no exemplo bem sucedido da “State Grid”.

OUTRAS FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL

47. Brasil e China registraram a importância conferida à troca de experiência e à cooperação empresarial no setor de energia eólica, em vista do acelerado desenvolvimento da indústria de geradores no Brasil e dos avanços dessa fonte de energia na matriz chinesa. O lado brasileiro indicou também expectativa de contar com presença de empresas chinesas nos leilões de energia solar. No referente a energia nuclear, ambos os países concordaram que há igualmente boas perspectivas de cooperação, já que a China desenvolve o maior programa do mundo e o Brasil pretende expandir sua capacidade de produção, por dispor de reservas grandes de urânio e tecnologia de enriquecimento. Em atenção a pedido chinês, o Brasil comprometeu-se a organizar seminário com especialistas de ambos os países, nos termos do Plano de Ação Conjunto da COSBAN, assinado em abril de 2010. Nesse sentido, e para o fim específico de produção de energia elétrica, ambos os lados concordaram em intermediar contatos entre a Administração Nacional de Energia, da China, e a ELETRONUCLEAR, do Brasil, por meio da Embaixada em Pequim.

VIDEOCONFERÊNCIAS

48. Por sugestão do Brasil, em nome do interesse comum de intensificar a cooperação, aprovou-se a realização de contatos em intervalos menores, por meio de videoconferência de grupos específicos, com base na experiência que o Brasil leva a cabo nos diálogos com os EUA e o Reino Unido. Para estruturar esses contatos, ambos os lados concordaram em sugerir à COSBAN a criação de um Grupo de Trabalho, dentro da Subcomissão de Energia e Mineração.

vi. Sobre Cooperação na Área de Agricultura

49. As Partes compartilham a perspectiva de que através de esforços conjuntos dos Ministérios de Agricultura de ambos os países, especialmente com contatos freqüentes de alto nível, o intercâmbio tecnológico agrícola e a cooperação sejam constantemente fortalecidos. O comércio agrícola está crescendo rapidamente, o investimento agrícola e a cooperação estão sendo executados gradualmente, boa coordenação no campo agrícola e alimentar internacional são mantidos, e a cooperação sino-brasileira alcançou resultados satisfatórios para ambos os lados.

50. Vários avanços debatidos na última Reunião do Sub-Comitê, em 2010, foram alcançados. Por exemplo, a Embrapa instalou seu primeiro coordenador para ciência agrícola no laboratório conjunto com a CASS na China; e durante a RIO+20 o Brasil e a China assinaram o Plano Estratégico para Cooperação em Agricultura entre o MAPA e o MOA.

51. Durante a última reunião da subcomissão, em 1º de novembro, em Pequim, novos acordos foram alcançados. Chegamos ao acordo sobre a criação do Grupo de Trabalho Conjunto Sino-Brasileiro sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança. Este grupo será criado no âmbito da Comissão de Agricultura Conjunta Sino-Brasileira, e servirá para fortalecer a cooperação bilateral sobre biotecnologia.

52. Ambos os lados concordaram em melhorar o funcionamento dos laboratórios conjuntos e realizar pesquisa conjunta, com prioridade no intercâmbio de germoplasma, pesquisa em melhoramento de soja, bem como intercâmbio de tecnologias de soja e de milho geneticamente modificados; as duas Partes concordaram em melhorar a cooperação em

nível técnico e operacional entre o MOA e o MAPA; e em tomar medidas para facilitar o comércio agrícola e investimento.

53. Continuaremos a avançar nossa cooperação agrícola seguindo o plano de trabalho identificado na terceira reunião da Subcomissão de Agricultura, priorizando os laboratórios conjuntos de ciência agrícola, o intercâmbio de germoplasma e o melhoramento genético, a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia agrícola, bem como o comércio agrícola e o investimento.

vii. Sobre Cooperação Cultural

54. As duas Partes concordam que o intercâmbio e a cooperação culturais fazem parte importante da Parceria Estratégica Global dos dois países. Tanto a China como o Brasil, são ricos em recursos culturais, o intercâmbio e a cooperação na área cultural possuem uma ampla perspectiva, e facilitarão o fortalecimento do conhecimento mútuo e a amizade. Os Governos dos dois países dão sempre importância e apoiam o desenvolvimento das relações culturais bilaterais.

55. As Partes manifestam satisfação às ações de intercâmbio e cooperação realizadas após a 2ª Sessão da COSBAN em 2012, nas áreas de cultura e arte, imprensa e publicação, rádio, filme e televisão, bem como de esporte, conservação dos patrimônios culturais, turismo, etc.

56. As Partes manifestam congratulações à realização do Mês Cultural do Brasil na China em setembro e o Mês Cultural da China no Brasil em outubro, e avaliam positivamente os resultados das visitas mútuas das comitivas governamentais culturais durante os eventos mencionados.

57. A fim de aprofundar ainda mais as relações culturais sino-brasileiras, as Partes chegam ao acordo sobre os seguintes:

- Estimular o envio dos grupos artísticos

um ao outro país em 2014 para participar das comemorações do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas.

- Continuar as negociações sobre o acordo de estabelecimento mútuo dos Centros Culturais.

- Continuar a encorajar o estabelecimento dos contatos de trabalho entre os órgãos de imprensa e publicação, bem como enviar, um ao outro país, as delegações de alto nível na área de publicação.

- Intensificar a cooperação entre os órgãos de publicação, no âmbito de tradução e publicação, comércio de Direitos Autorais, impressão, e entre outros. Estimular as próprias editoras a apresentarem, traduzirem e publicarem, na sua língua materna, as obras de literatura de qualidade e de outras áreas do outro país, bem como conceder apoio financeiro de maneira adequada.

- Continuar a promover a participação dos órgãos de publicação nas feiras internacionais de livros realizadas no outro país, como a Feira Internacional de Livros de Beijing e Bienal Internacional de Livros de São Paulo. Os demais detalhes devem ser negociados previamente pelos órgãos competentes via diplomática.

58. A Parte chinesa apoia as diferentes formas de intercâmbio e cooperação no âmbito de rádio, filme e televisão, estimula o fortalecimento de reportagem mútua dos rádios e televisões dos dois países, apoia a troca e cooperação nos programas de rádio, filme e televisão, bem como promove o intercâmbio dos pessoais nessa área.

59. As duas Partes discutirão a possibilidade de assinatura do Acordo de Prevenção de Roubo, Furto, e Importação e Exportação Ilegais dos Patrimônios Culturais.

60. As partes estimulam e apoiam as cooperações na candidatura aos patrimônios culturais mundiais e sua gestão, intercâmbio

e formação dos pessoais, bem como o intercâmbio museológicos, etc.

61. As Partes elogiam as ações pragmáticas de intercâmbio e cooperação esportivos após a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho dos Assuntos Esportivos. Ambas concordam que a cooperação esportiva bilateral tem promovido o conhecimento e a amizade dos setores esportivos e manifestam o desejo de promover a cooperação esportiva para o nível mais alto, sob o quadro de COSBAN, por ocasião das Olimpíadas do Rio e conforme o Plano Decenal de Cooperação entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil.

62. As Partes concordam em aprofundar o intercâmbio e cooperação na área turística, aumentando ainda mais a quantidade dos fluxos entre os dois países.

viii. Sobre Cooperação Educacional

63. A Parte brasileira ressaltou a importância que atribui à implementação com a China do Programa Ciência sem Fronteiras, uma prioridade do Governo da Presidente Dilma Rousseff, no contexto da elevação dos níveis de qualificação profissional e educacional de brasileiros em áreas do conhecimento científico e tecnológico. Registrou, nesse sentido, sua satisfação com a presença, neste momento, de 272 alunos brasileiros inscritos em universidades em diferentes cidades chinesas, no quadro do referido Programa. Como parte do aperfeiçoamento da formação dos alunos brasileiros, a Parte brasileira expressou interesse em instituir atividades de estágios em empresas chinesas, à luz, inclusive, da crescente e diversificada presença de companhias chinesas no Brasil. Da mesma forma, tendo em vista o elevado nível de instituições chinesas com cursos de capacitação no setor aeroportuário, a Parte brasileira muito apreciaria expandir a formação de alunos brasileiros na China, nesse setor. A

Parte chinesa acolheu positivamente essas expressões de interesse da Parte brasileira.

64. Adicionalmente, as duas Partes reafirmaram o empenho de implementar o compromisso assumido no “Plano de Ação Conjunta 2010-2014, pelo qual a Parte brasileira continuará a oferecer anualmente 22 bolsas de estudo a estudantes chineses para cursos em universidades brasileiras, e a Parte chinesa disponibilizará o mesmo número de bolsas de estudo a estudantes brasileiros em suas universidades.

65. As duas Partes ressaltaram a relevância que atribuem à cooperação bilateral no ensino de idiomas. A Parte brasileira manifestou que continuará a apoiar o ensino da língua portuguesa na China, por meio da disponibilização de professores, troca de estudantes e oferta de material didático. Na mesma linha, a Parte chinesa apoiará o estabelecimento de Institutos Confúcio no Brasil, por meio de envio de professores de mandarim e de material de ensino.

66. As duas Partes enfatizaram a importância de desenvolver a cooperação na área de pesquisas conjuntas sobre outros países e regiões. A Parte brasileira apoiará instituições de ensino superior chinesas a desenvolver pesquisas sobre o Brasil e a América Latina, e a Parte chinesa apoiará instituições de ensino brasileiras a desenvolver pesquisas sobre a China e a Ásia.

67. As duas Partes concordaram em promover iniciativas de intercâmbio nas áreas de educação profissional e tecnológica e comprometeram-se a identificar instituições de alta qualificação, com vistas a impulsionar essa modalidade de cooperação. Ambas as partes expressaram a expectativa da conclusão de entendimentos com vistas ao estabelecimento de programa de treinamento de pessoal diplomático nos idiomas mandarim e português.

ix. Sobre Cooperação na Área de Inspeção e Quarentena

68. No âmbito da COSBAN, MAPA e AQSIQ têm mantido colaboração estreita e produtiva, bem como visitas recíprocas freqüentes e diálogos em diferentes níveis, o que suportou efetivamente o acesso de alimentos e produtos agrícolas, de interesse mútuos, mediante inspeção e quarentena. Desde a 2ª reunião da COSBAN, em fevereiro de 2012, as duas partes conduziram estreita cooperação para ampliar o acesso de produtos agrícolas, mediante a inspeção e quarentena. Para ser mais específico, a AQSIQ registrou mais cinco estabelecimentos brasileiros de carne, finalizou e assinou o Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários de tabaco exportado pelo Brasil à China. Toda esta cooperação enriqueceu e aprofundou o comércio bilateral de alimentos e produtos agrícolas. Em 30-31 de outubro de 2013, hospedamos o 4º encontro da Subcomissão de Inspeção e Quarentena, em Pequim, quando realizou-se discussão aprofundada de 16 assuntos de inspeção e quarentena sobre alimentos e produtos agrícolas, e chegou-se a um entendimento comum e compreensivo em 14 assuntos. No entanto, em dois assuntos relacionados ao registro de estabelecimentos brasileiros de carne suína e de aves, os dois lados não chegaram a um consenso. Por esta razão, a ata da 4ª Reunião da Subcomissão de Inspeção e Quarentena não foi assinada.

69. MAPA e AQSIQ comprometeram-se a acelerar os procedimentos de inspeção e quarentena para acesso da pêra e produtos lácteos chineses. Ao mesmo tempo em que o protocolo de exportação de milho do Brasil à China foi acordado entre os dois lados e está próximo de ser finalizado. AQSIQ e MAPA vão cooperar em conjunto para promover e ampliar o registro de estabelecimentos brasileiros processadores de carne bovina,

suína e de aves, além de estabelecimentos chineses de frutos do mar. Em relação ao acesso de bovinos e seus produtos, o Brasil convidou o lado chinês para enviar uma missão técnica ao Brasil para aprender sobre o sistema de controle e vigilância em relação à BSE. Além disso, o lado brasileiro concordou em fornecer informações detalhadas sobre a prevenção da BSE o mais breve possível, de modo que as duas partes possam trabalhar juntas e avançar neste assunto. Ademais, ambos os lados concordaram em estabelecer um mecanismo de cooperação sobre indicação geográfica entre os dois países. O MAPA enviou uma proposta para visitar a China, para intercâmbio técnico de IG, em maio de 2014.

70. MAPA e AQSIQ estão satisfeitos com a cooperação efetiva nas áreas de inspeção e quarentena, e estão empenhados em reforçar o diálogo e cooperação, promover a segurança e qualidade de alimentos e produtos agrícolas no comércio bilateral e a segurança do consumidor para reforçar o comércio bilateral e fazer novas contribuições para a cooperação global China- Brasil no âmbito da COSBAN.

x. Sobre Cooperação na área de Indústria e Tecnologia da Informação

71. Os dois lados expressaram satisfação a respeito das trocas e atividades de cooperação na área de indústria e tecnologia da informação, após a segunda reunião da Comissão de Alto Nível. Ambas as partes acreditam que os dois países partilham muitas similaridades em termos de promoção da inovação, construção de cadeias industriais e desenvolvimento do mercado doméstico, e desfrutam de vantagens respectivas em tecnologia, talentos e mercados. A troca de informações sobre políticas deve continuar a ser fortalecida entre agências governamentais dos dois países. O setor industrial dos dois países deve continuar a ser encorajado a elevar sua já relevante cooperação a um

mais alto nível em áreas mais abrangentes. Os dois lados acordaram em continuar a cooperação e em discutir tópicos de interesse comum, que podem incluir, entre outros, indústria do lítio, tratamento de resíduos sólidos, processamento de soja, construção de equipamentos de energia eólica, componentes automotivos, energia fotovoltaica, ferro gusa verde, indústria da tecnologia da informação, rede e segurança da informação e suporte de comunicação para grandes eventos.

72. Os dois lados pretendem realizar a próxima reunião da Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação, no Brasil, no primeiro semestre de 2014.

xi. Sobre Cooperação Espacial

73. Ambos os lados concordaram em lançar o CBERS-3 no início de dezembro de 2013, e o CBERS-4 em 2015.

74. Ambos os lados concordaram em realizar o processo de montagem, integração e teste (AIT) do CBERS-4 no Brasil.

Ambos os lados concordaram em lançar o CBERS-4 a bordo de um veículo Longa Marcha 4B e assinar o contrato de serviços de lançamento do CBERS-4 até o final de 2013.

75. Ambos os lados concordaram em assinar o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022 entre a Agência Espacial Brasileira e a China National Space Administration, e decididamente implementar as ações para desenvolver os programas do Plano.

76. Ambos os lados concordaram em promover a recepção de dados dos satélites CBERS em outros países, em conjunto melhorar suas aplicações, e aprofundar os estudos quanto às políticas de cooperação em dados de satélites.

77. As Partes congratularam-se pelo sucesso dos trabalhos da III Reunião da COSBAN, fruto da promoção constante do diálogo de alto nível, e demonstração

concreta da cooperação pragmática cada vez mais estreita e frutífera entre Brasil e China. Além desta Ata, foram firmados durante a III Reunião da COSBAN o Plano Decenal Sino-brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022; o Memorando de Entendimento para Criar Grupo de Trabalho Conjunto sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança; e o Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Milho do Brasil para a China.

78. Em nome da delegação brasileira, o Vice-Presidente Michel Temer agradeceu ao Governo chinês a hospitalidade dispensada e estendeu convite ao Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang para visitar o Brasil e co-presidir a IV Reunião da COSBAN em data a ser oportunamente acordada. O Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang aceitou, com satisfação, o convite para a realização no Brasil da IV Reunião da COSBAN.

Assinada em Cantão, em 6 de novembro de 2013, a presente Ata foi redigida em duas versões, uma em português outra em mandarim, ambas igualmente autênticas.

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China

PRONUNCIAMENTOS DO SENHOR
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA
DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE
ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E
COOPERAÇÃO (COSBAN) – CANTÃO, 6
DE NOVEMBRO DE 2013

06-11-2013

Terceira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação

e Cooperação (COSBAN) – Pronunciamentos do Senhor Vice-Presidente da República – Cantão, 6 de novembro de 2013

I) Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República por Ocasão da Sessão de Abertura

II) Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República por Ocasão da Sessão de Encerramento

Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República por Ocasão da Sessão de Abertura

Excelentíssimo Senhor Vice-Primeiro Ministro Wang Yang,

Senhoras e Senhores integrantes das delegações chinesa e brasileira,

Esta III sessão da COSBAN é a primeira desde a posse dos atuais quadros dirigentes chineses e, desde já, agradeço-lhe, Senhor Vice-Primeiro Ministro Wang Yang, pelos esforços para reunir nesta oportunidade vários integrantes do alto escalão do Governo chinês, engajados diretamente nas relações sino-brasileiras.

De minha parte, faço-me acompanhar por Ministros e representantes de alto nível dos mais expressivos setores de nossa Parceria Estratégica.

Orientei a delegação brasileira a conduzir os trabalhos das 11 Subcomissões da COSBAN para esta III Reunião, com vistas à implementação do Plano Decenal de Cooperação e estou seguro de que hoje faremos novos avanços em nossa parceria.

Desde 2009, a China mantém a posição de primeiro parceiro comercial brasileiro e fortalece sua posição entre os principais investidores externos no Brasil. Particularmente auspicioso foi o fato de os investimentos chineses no Brasil terem mostrado tendência de diversificação, na direção a setores de maior valor agregado, tais como o automobilístico, construção,

telecomunicações e tecnologia da informação, transmissão de eletricidade, entre tantos outros setores.

A bem-vinda participação de empresas chinesas no consórcio para a exploração do Campo de Libra do pré-sal abre importantes novas perspectivas para nossa atuação conjunta no setor de petróleo e gás. Por outro lado, como saberá Vossa Excelência, o Brasil realiza neste momento um dos mais ambiciosos programas de investimentos em infraestrutura no mundo, por meio de número expressivo de licitações internacionais. Estimulo a participação chinesa nesses empreendimentos, que haverão de fortalecer ainda mais nosso conhecimento e confiança mútuos, com ganhos compartilhados.

Temos grande expectativa de contar com a participação chinesa em outras importantes licitações, nos setores de energia, ferroviário, portuário, aeroportuário e de construção de rodovias, dentre muitos outros. Ainda no mês de novembro corrente, nos dias 28 e 29, ocorrerá licitação para reservas de gás, na qual estimulamos muito a participação chinesa.

Constatamos, com satisfação, que nosso comércio tem crescido de forma consistente, a despeito das circunstâncias adversas da economia internacional. Nossas trocas devem atingir a cifra recorde de 80 bilhões de dólares em 2013.

O Brasil passou de 10º principal parceiro comercial da China em 2011, para 8º em 2012. Mas temos capacidade de ampliar e diversificar nossas exportações para a China, e identificamos no setor do agronegócio vasto potencial. No momento de minha visita, duas expressivas delegações empresariais – da Confederação Nacional da Agricultura e a seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-China – realizam intensa programação na China, o que evidencia o firme interesse brasileiro de aumentar e diversificar

suas exportações para o mercado chinês, principalmente em setores de alto valor agregado.

Também desejamos expandir nossos investimentos na China, dos quais a joint-venture EMBRAER-AVIC para a produção de jatos executivos na China, é exemplo que queremos replicar. Outras empresas brasileiras, como a MARCOPOLO, desejam aumentar sua presença na China.

Acolhemos muito positivamente o aumento da cooperação financeira, por meio de uma maior presença de instituições financeiras chinesas no Brasil, e brasileiras na China. Por sua vez, a recente conclusão de acordo de swap de moedas introduz outro instrumento inovador, que poderá se revelar de grande utilidade para nossos operadores comerciais.

A cooperação no campo da ciência, tecnologia e inovação evolui de forma muito positiva, com iniciativas em áreas importantes como a espacial, biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis e mudança do clima.

Aguardamos, com grande expectativa, a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil em 2014, quando deverá também participar da VI Cúpula do BRICS que sediaremos.

Estou certo de que a COSBAN é um canal privilegiado para encaminhar de forma positiva nossas elevadas expectativas quanto ao futuro da Parceria Brasil-China.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República por Ocasão da Sessão de Encerramento

Excelentíssimo Senhor Vice-Primeiro Ministro Wang Yang,

A exitosa jornada de trabalho que hoje cumprimos renova minha confiança no futuro de nossas relações.

Os relatos que acabamos de receber das onze Subcomissões que integram a COSBAN

refletem o dinamismo e a diversidade de nossos interesses.

As Subcomissões encarregadas dessa agenda têm diante de si a incumbência de buscar o encaminhamento de questões pontuais, de forma a possibilitar a ampliação de nossas exportações para a China. A instituição de cronograma de visitas de autoridades sanitárias chinesas ao Brasil, bem como o equacionamento da questão da escalada tarifária chinesa serão determinantes para ampliarmos a participação de produtos do agronegócio brasileiro na pauta de nossas vendas para a China.

O Protocolo para a Exportação de Milho que assinamos hoje amplia o leque de produtos de alta qualidade e de preço competitivo que o Brasil pode propiciar à China.

Estamos certos de que as Subcomissões acatarão nossa recomendação de encaminhar positivamente as questões que ora dificultam a ampliação dos investimentos brasileiros na China. Também estamos abertos a investimentos chineses no Brasil, em especial nas áreas ferroviária, de portos, aeroportos e rodovias. Muitos desses projetos estão inseridos no contexto maior da integração física na América do Sul, o que os torna ainda mais atraentes para investimentos externos.

Vivemos tempos em que se multiplicam iniciativas de alianças comerciais internacionais. Devemos estar atentos quanto a seus efeitos sobre nossas economias e sobre o comércio entre nossos países. Devemos analisar esses temas no âmbito das Subcomissões da COSBAN e devemos intensificar nosso diálogo sobre tendências da economia global.

Tenho particular satisfação de registrar os progressos de nossa parceria em ciência, tecnologia e inovação, bem como na área espacial. Esses são setores que traduzem a visão de longo prazo do que podemos construir

com a associação de nossas capacidades.

O desenvolvimento conjunto de tecnologias agrícolas, da nanotecnologia e da biotecnologia para a produção de fármacos e medicamentos trará benefícios para nossos povos que poderão também se estender a outros países em desenvolvimento, ampliando nossas atividades de cooperação sul-sul.

É, assim, extremamente animadora a presença de laboratório da EMBRAPA na China, e de laboratório da Academia de Ciências da China no Brasil. O Grupo de Trabalho sobre Biotecnologia e Biossegurança Agrícola que hoje constituímos reflete a determinação de nossos países de desenvolver nossa parceria de forma consistente.

Da mesma forma, o lançamento do Satélite CBERS-3, que se realizará em dezembro próximo, atesta a visão de futuro da capacidade de associação em alta tecnologia. Também nessa área, estendemos nossa cooperação a outros países, em particular da África e da América do Sul. O Plano Decenal de Cooperação Espacial que hoje firmamos nos permitirá aprofundar essa exemplar cooperação.

Mesmo diante das vastas reservas de petróleo e gás de que dispomos, o Brasil segue empenhado em levar adiante a produção e o uso de energias limpas e renováveis. E, para tanto, queremos a parceria chinesa nos setores de energia elétrica, nuclear, eólica e fotovoltaica. Estou certo de que juntos podemos também desenvolver biocombustíveis de segunda geração, em sintonia com nosso interesse comum de contribuir de forma significativa para a redução das emissões dos gases de efeito estufa e seus efeitos sobre as mudanças climáticas.

Constato, com especial satisfação, a intensificação de nossa cooperação na esfera educacional. No contexto da implementação do Programa Ciência sem Fronteiras, já

estudam na China cerca de duzentos alunos brasileiros, número que queremos ver em breve ampliado. Esperamos também associar as atividades acadêmicas dos alunos a programa de estágios em empresas chinesas, de forma a complementar sua formação. Quero também registrar o interesse em enviar estudantes para instituições chinesas dedicadas à formação de quadros no setor da aviação civil.

Destaco a importância da promoção do ensino do idioma mandarim no Brasil e da língua portuguesa na China. O Instituto Confúcio já está presente em três capitais brasileiras, e dispomos de leitorados da língua portuguesa em três universidades chinesas. Devemos continuar a disseminação desses relevantes mecanismos de aproximação entre nossos povos.

Temos ainda amplas possibilidades de cooperação na área esportiva, onde poderemos estimular nossas complementaridades, inclusive já com vistas à realização no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

A ampla gama de áreas de interesse que conforma nossa parceria está lastreada na convergência de percepções e afinidades entre nossos líderes e entre nossas sociedades. Devemos nos congratular com nossas realizações nesses quase quarenta anos de estabelecimento de nossas relações diplomáticas e, ao mesmo tempo, traçar o caminho que queremos percorrer no Século XXI. Sinto-me profundamente honrado de participar, juntamente com Vossa Excelência, desse nobre exercício em benefício de nossos países e de nossos povos.

Aguardo recebê-lo no Brasil par a IV Reunião da COSBAN, quando buscarei reciprocamente a amabilidade que fui recebido por Vossa Excelência.

Muito obrigado.

ELEIÇÃO DO CANDIDATO
BRASILEIRO À SECRETARIA-GERAL
DO ORGANISMO PARA A PROSCRIÇÃO
DE ARMAS NUCLEARES NA AMÉRICA
LATINA E NO CARIBE
07-11-2013

Eleição reflete compromisso com promoção do objetivo do desarmamento nuclear e da consecução de um mundo livre de todas as armas de destruição em massa.

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação a eleição, hoje, por aclamação, do Embaixador brasileiro Luiz Filipe de Macedo Soares ao cargo de Secretário-Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (SG-OPANAL). O mandato é de quatro anos, devendo iniciar-se em janeiro de 2014.

O Brasil atribui elevada importância ao OPANAL, organismo encarregado de assegurar o pleno cumprimento do Tratado de Tlatelolco, de 1967, o primeiro a estabelecer uma zona livre de armas nucleares em área densamente povoada. A eleição do Embaixador Macedo Soares reflete o compromisso do País com a promoção do objetivo do desarmamento nuclear e da consecução de um mundo livre de todas as armas de destruição em massa.

O Embaixador Macedo Soares é diplomata de carreira aposentado e conta com ampla experiência na área do desarmamento e da não proliferação nuclear. Entre 2008 e 2011, foi Representante Permanente do Brasil junto à Conferência do Desarmamento (CD). Nessa função, presidiu a CD em 2010 e chefiou as delegações brasileiras à VIII Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 2010, e às sessões da I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2008 a 2010.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA COM
PAÍSES AFRICANOS - INAUGURAÇÃO
DE POLO REGIONAL DE PESQUISA
AGRÍCOLA - SOTUBA, MALI, 7 DE
NOVEMBRO DE 2013
07-11-2013

Foi inaugurada hoje, 7 de novembro, a Estação Experimental de Sotuba, em Bamako, Mali, que funcionará como polo regional de pesquisa agrícola. Trata-se do encerramento da primeira fase do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Grupo intitulado Cotton 4 (C-4: Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e implementado pela Embrapa. A inauguração contou com a presença do Diretor da ABC, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, e com a participação dos ministros da agricultura dos quatro países do Grupo.

O programa visa a promover mudanças significativas nos paradigmas tecnológicos do setor algodoeiro, “commodity” de forte impacto econômico e social nos mercados internos. O C-4 conta, desde julho de 2012, com recursos provenientes do contencioso do algodão contra os EUA na OMC, administrados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

No decorrer do projeto, 425 técnicos dos quatro países participantes foram capacitados em três técnicas agrícolas sustentáveis, correspondentes ao plantio direto sobre cobertura vegetal, ao manejo integrado de pragas e ao melhoramento genético do algodoeiro. Foi implantada, também pela Embrapa, uma Unidade Demonstrativa em cada um dos países do C-4, nas quais foram plantadas mais de dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil.

Entre os resultados atingidos pelo projeto, destacam-se: (i) a Estação Experimental de

Sotuba, que na condição de polo regional de pesquisa agrícola permitirá a disseminação das pesquisas validadas em benefício da população rural; (ii) difusão da produção científica como fator de inclusão social de pequenas comunidades rurais; (iii) fortalecimento da cadeia produtiva do algodão por meio da pesquisa e do acesso de pequenos produtores aos resultados provenientes das instituições de pesquisa.

O Togo se juntará ao Projeto em sua segunda fase, que deverá contemplar: (i) integração lavoura-pecuária; (ii) mecanização da agricultura; (iii) melhoria de infraestrutura para os trabalhos no campo; (iv) luta integrada contra pragas para redução do uso de inseticidas, e (v) integração de novos atores da cadeia produtiva do algodão.

VISITA DA SENHORA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA AO PERU - LIMA, 11 DE
NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

Presidentes passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com ênfase no aprofundamento da cooperação em áreas como integração de infraestrutura, temas sociais e relações comerciais. Tratarão, ainda, de questões regionais, com destaque para a UNASUL.

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita ao Peru em 11 de novembro, ocasião em que será recebida pelo Presidente da República do Peru, Ollanta Humala. A visita marca os dez anos da Aliança Estratégica Brasil-Peru, lançada em 2003.

Os Presidentes passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com ênfase no aprofundamento da cooperação em áreas como integração de infraestrutura, temas sociais e relações comerciais. Tratarão, ainda, de questões regionais, com destaque para a UNASUL.

A Presidenta da República deverá participar,

no mesmo dia, da sessão de abertura do Foro Empresarial Brasil-Peru, que reunirá lideranças empresariais dos dois países.

O Brasil é hoje o terceiro parceiro comercial do Peru. De janeiro a setembro deste ano, a corrente de comércio bilateral registrou alta de 8,8% com relação ao ano anterior, alcançando US\$ 2,9 bilhões. Entre os países da América do Sul, o Peru é o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros, com estoque de US\$ 1,9 bilhão.

VISITA OFICIAL DO SENHOR VICE-
PRESIDENTE DA REPÚBLICA À CHINA -
DISCURSOS PROFERIDOS - PEQUIM, 8 DE
NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

I) Discurso de Abertura da Reunião Anual Bilateral do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

II) Discurso por ocasião de jantar oferecido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Discurso de Abertura da Reunião Anual Bilateral do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

Senhor Embaixador Sérgio Amaral, Presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-China,

Senhor Liu Mingzhong, Presidente da Seção Chinesa do Conselho Empresarial Brasil-China,

Senhores Ministros de Estado aqui presentes e demais autoridades de Governo,

Senhores Representantes das empresas-membro do CEBC,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que participo hoje da Sessão de abertura da reunião anual das Seções brasileira e chinesa do CEBC.

Como co-presidente da Comissão Sino-

Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), tenho tido oportunidade de acompanhar as importantes atividades do Conselho, que reúne as empresas mais representativas das relações econômico-comerciais entre Brasil e China.

Além do positivo intercâmbio entre as empresas, o Conselho Empresarial cumpre papel essencial como ponte entre os setores privados dos dois países, de um lado, e os Governos brasileiro e chinês, de outro.

Quero recordar que o Conselho e a COSBAN nasceram juntos, em 2004, há quase dez anos, em momento de grande adensamento de nossas relações, quando tivemos trocas de visitas no mais alto nível. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou Vista de Estado à China, reciprocada pelo então Presidente Hu Jintao, reafirmando o reconhecimento mútuo da importância de dois grandes países em desenvolvimento, com vasto potencial de cooperação conjunta.

Desde 2004, a agenda sino-brasileira registrou avanços muito expressivos, para os quais os trabalhos do Conselho Empresarial Brasil China certamente foram de imensa valia. Ao longo desses quase 10 anos, o crescimento do CEBC em número de empresas associadas e de atividades acompanhou *pari passu* a significativa ampliação e diversificação das relações econômico-comerciais.

Nosso comércio bilateral passou de US\$ 9,1 bilhões em 2004 para US\$ 75,5 bilhões em 2012, sendo que nossas exportações cresceram exponencialmente de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 41,2 bilhões. De igual importância, foi o aumento de nosso superávit de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 6,9 bilhões, o que representou 36% do superávit total brasileiro no ano de 2012.

Mesmo diante de circunstâncias adversas no cenário econômico internacional desde 2008, nossas trocas comerciais têm demonstrado dinamismo e robustez. O Brasil

é o primeiro parceiro comercial da China na América Latina e, no ano passado, tornou-se o oitavo parceiro chinês, quando, em 2004, ocupava a 19ª posição. Recordo que, em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os EUA, que ocuparam por cerca de 80 anos essa posição.

Mas as exportações do Brasil para a China continuam fortemente concentradas em pequeno grupo de produtos primários. Minério de ferro, soja e petróleo respondem por 78 % de nossas exportações para a China. Essa circunstância deve reforçar nosso empenho na busca da ampliação da participação de produtos de maior valor agregado nas nossas exportações para o mercado chinês. Nesse sentido, aproveito esta ocasião para cumprimentar a seção brasileira do CEBC pela realização de importantes estudos sobre a expansão do comércio e dos investimentos entre o Brasil e a China, com foco em seus desafios e suas oportunidades.

Identificamos no setor do agronegócio vasto potencial para a inserção de produtos brasileiros com maior valor agregado no mercado chinês, à luz da considerável expansão desse mercado como decorrência da elevação crescente da renda da população chinesa.

No Plano Decenal de Cooperação Brasil-China que firmamos em 2012, estabelecemos a meta de duplicar o fluxo bilateral de comércio até 2021. Para tanto, precisamos construir condições para ampliar significativamente nossas exportações. Estou ciente de que há obstáculos técnicos e sanitários que dificultam o cumprimento desse objetivo. Nos encontros que mantive com o Presidente Xi Jinping e com o Vice-Presidente Li Yunchao, bem como na Reunião da COSBAN, busquei sensibilizar o lado chinês quanto à necessidade de serem superados esses entraves.

Os fluxos de investimentos também seguem caminho ascendente. Segundo dados do próprio CEBC, entre 2007 e 2012, 60 projetos de investimentos foram anunciados por empresas chinesas interessadas em ingressar no mercado brasileiro, com valores que chegam a US\$ 68,5 bilhões. Mudou, igualmente, o perfil dos investimentos chineses no Brasil, que atualmente se expandem para setores de maior valor agregado e voltados para o mercado doméstico brasileiro, nas áreas de energia, produção de automóveis, máquinas e equipamentos, eletrônicos, telecomunicações e serviços bancários.

Mais recentemente, acompanhei com satisfação a participação de petroleiras chinesas – a “CNOOC International Limited” e a “CNPC – China National Petroleum Corporation” – no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra do pré-sal. Esperamos também a participação chinesa nos próximos leilões de blocos terrestres para a produção de gás natural, a serem realizados no final do corrente mês de novembro. Será igualmente bem-vinda a participação em projetos brasileiros de infraestrutura, nos setores ferroviário, portuário, rodoviário e aeroportuário.

Os anúncios de investimentos brasileiros na China são crescentes e promissores. Contamos, atualmente, com 57 empresas brasileiras operando na China, muitas das quais com participação significativa no mercado local. Destaco que o Banco do Brasil abrirá em breve sua primeira agência em Xangai, como importante instrumento para a entrada e consolidação das empresas brasileiras na China. Os Bancos Centrais do Brasil e da China assinaram, em março último, acordo de swap cambial no valor máximo de 60 bilhões de Reais e 190 bilhões de Yuan para operações financeiras de lado a lado, que está pronto para ser utilizado na medida dos

interesses dos operadores comerciais.

Senhoras e Senhores,

Apesar do exponencial crescimento dos laços econômicos e comerciais nos últimos anos, estou convencido de que podemos avançar ainda mais, identificando e difundindo novas oportunidades de investimentos para as empresas de ambos os países, papel este que o CEBC vem cumprindo com excelência.

Reitero que janelas de oportunidades vêm-se abrindo tanto no Brasil, com vastas oportunidades de novos investimentos em projetos de infraestrutura e no Plano de Investimento em Logística – PIL, como na China, com a aceleração de seu processo de urbanização e do crescimento do poder aquisitivo de sua população, constituindo ocasião única para adensarmos ainda mais nosso relacionamento econômico-comercial.

Muito obrigado.

Discurso por ocasião de jantar oferecido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Excelentíssima Senhora Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil,

Excelentíssimo Senhor Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Excelentíssimo Senhor Wellington Moreira Franco, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil,

Excelentíssimo Senhor Ricardo Shaefer, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Excelentíssimo Senhor Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia,

Excelentíssimo Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Embaixador do Brasil em Pequim,

Senhores Empresários e Lideranças de entidades do agronegócio,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que participo hoje deste jantar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a convite da Senadora Kátia Abreu e das lideranças empresariais do agronegócio.

Acompanho, com admiração, os trabalhos que a CNA vem conduzindo no Brasil e no exterior, em especial na China, em defesa do desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Quero parabenizar a CNA pela organização dessa importante missão que ora se realiza à China, e, em especial, o seminário Agroinvest 2013, em Xangai, na próxima semana, parte de uma estratégia bem definida para promover a inserção dos produtos do agronegócio brasileiro neste País e em favor da ampliação de parcerias no setor entre o Brasil e a China.

Parabenizo, igualmente, a CNA pela acertada criação de seu escritório em Pequim, inaugurado no ano passado, e peça fundamental na estratégia de internacionalização de suas atividades e, sobretudo, para sua melhor atuação na China.

Senhoras e Senhores,

O Brasil constitui, hoje, uma das maiores potências agrícolas do planeta. Nossa agricultura, diferentemente de décadas atrás, é moderna, mecanizada, industrializada, científica, intensiva em capital e altamente produtiva, o que nos dá condição de competirmos em patamar de superioridade aos nossos concorrentes.

Somos o maior exportador de açúcar do mundo; somos líderes no mercado de carne, retomando o posto que perdemos em 2011 para a Austrália; nos tornamos o maior exportador de milho; e estamos prestes a nos tornar também o maior exportador de soja. Mantemos igualmente posição de destaque nos mercados internacionais de café, laranja, entre outros produtos.

Esses dados estão refletidos no nosso

comércio com a China. Somos o maior fornecedor chinês de carne de aves, e a China é nosso principal mercado para a soja. O comércio agrícola bilateral duplicou nos últimos anos e temos a expectativa de que a China se tornará, em breve, o principal cliente das exportações brasileiras do agronegócio.

Em que pese a pujança do comércio agrícola com a China, persistem desafios que merecem ser enfrentados.

O Governo brasileiro vem trabalhando para promover a diversificação de nossa pauta exportadora para a China e um comércio bilateral que seja, além de complementar, mais equilibrado em suas respectivas pautas exportadoras.

Em nossas reuniões com as autoridades chinesas temos insistido na importância de medidas que permitam diversificar nossa pauta exportadora para a China em dois sentidos:

(i) Em primeiro lugar, devemos agregar valor aos nossos produtos exportados, ou melhor, aumentar a parcela de produtos industrializados – incluindo os agrícolas – nas vendas à China, uma vez que 82,8% de nossas exportações em 2012 foram de produtos básicos. As vendas de semimanufaturados foram, por sua vez, de 11,3%, e as de manufaturados, 5,8%.

(ii) Em segundo lugar, dentro de nossas exportações de produtos básicos (82,8% do total das exportações em 2012), necessitamos diversificar a pauta com a inclusão de commodities, visto que minério de ferro, soja e petróleo representaram 78% das vendas brasileiras (US\$ 27 bilhões) no ano passado.

Para efeitos de comparação, recordo que a pauta exportadora chinesa ao Brasil é mais diversa que a pauta exportadora brasileira à China. A parcela de bens industrializados das importações brasileiras da China é de 97,9%. Por sua vez, os cem principais produtos da pauta exportadora chinesa representam

42,16% das vendas para o Brasil (contra uma participação dos cem principais produtos de 96,62% no caso da pauta brasileira).

Para tentarmos reverter esse quadro, é de suma importância a união de esforços entre diferentes instâncias do Governo e setores privados, para negociarmos com os chineses em melhores bases.

Nesse sentido, o Governo vem trabalhando numa agenda que busca remover as barreiras sanitárias e fitossanitárias que incidem sobre nossos bens agrícolas. Estamos também discutindo com os chineses a escalada tarifária aplicada sobre nossos produtos semi-manufaturados, de modo a abrir o mercado chinês para nossos produtos; a criação de mecanismo que agilize o credenciamento de estabelecimentos brasileiros autorizados a exportar para a China; a abertura do mercado chinês para novos produtos nacionais, como o milho; o aumento da exportação de produtos em que possuímos reconhecida vantagem comparativa e excelência na qualidade, como café, laranja e celulose; a atração de investimentos chineses; e a criação de parcerias em segmentos de nosso interesse.

Esses foram importantes pontos de nossa agenda de trabalho em Cantão, onde realizamos, juntamente com o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang e sua equipe, mais uma produtiva reunião de nossa Comissão de Alto Nível, COSBAN. Esses temas constaram também das conversas que tive aqui em Pequim com o Presidente da República Xi Jinping e com o Vice-Presidente Li Yuanchao. Posso assegurar que continuaremos, com muito empenho, trabalhando com a Parte chinesa nesses objetivos.

Temos presente que a China nos oferece, hoje, grandes oportunidades ao agronegócio, à luz de sua enorme população, acelerado processo de urbanização, elevação crescente da renda dos trabalhadores e por consequência

da demanda de melhores produtos.

Devemos, certamente, fazer nosso “dever de casa”, investindo em infraestrutura, logística, ampliando incessantemente nossa capacidade científico-tecnológica, melhorando nossa produtividade e eficiência, de forma a diminuir os custos que oneram nossa competitividade no mercado internacional.

Quero registrar aqui os esforços do Governo federal para melhorar e aparelhar o País com uma infraestrutura eficiente e moderna, que possa levar a ganhos reais em competitividade para os setores produtivos brasileiros, incluindo o agronegócio.

Com esse propósito, recordo o Programa de Investimento em Logística – PIL, em 2012, que contempla um conjunto de projetos, com investimentos estimados em US\$ 90 bilhões (R\$ 180 bilhões), nos setores ferroviário, rodoviário, portuário. O objetivo principal é fortalecer a integração logística entre os diversos modais de transporte de forma a promover ganhos de competitividade para o País. É esperado que esses investimentos em infraestrutura impulsionem o crescimento econômico e promovam o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Para implementação do PIL, também estamos buscando parcerias com empresas chinesas, as quais vem ampliando crescentemente sua participação em importantes projetos brasileiros, mostra do amadurecimento de nossas relações.

Senhoras e Senhores,

Apesar da grandiosidade das cifras que alcançamos no comércio bilateral agrícola com a China, tenho a convicção de que ainda podemos avançar mais e aproveitar as oportunidades que se abrem.

Nesse sentido, quero também registrar que mantemos, hoje, com a China, uma Parceria Estratégica Global, estabelecida ano passado entre a Senhora Presidenta Dilma Rousseff

e o então Primeiro-Ministro Wen Jiabao. É o reconhecimento da alta importância que um país atribui ao outro e a determinação de trabalharmos juntos no plano bilateral e nas esferas internacionais, em benefício do desenvolvimento de nossas sociedades e em prol da reforma das instituições de governança global em sua vertente política e econômica.

Nossa Parceria Estratégica Global se estende além do plano dos negócios comerciais, sem deixar de considerar a importância desse eixo de nossas relações, e busca o desenvolvimento de projetos concretos também na área dos investimentos, da cooperação financeira, em ciência, tecnologia e inovação; da cooperação espacial; da aproximação de nossas culturas e da cooperação educacional, entre outras tantas. Temos importantes projetos em cada uma dessas áreas, alguns mais relacionados à área agrícola, como o laboratório virtual estabelecido entre a EMBRAPA e a Academia de Ciências Agrárias da China; ou o centro conjunto de biotecnologia, entre outras iniciativas.

Desejamos desenvolver com a China projetos conjuntos de longo prazo, buscando inspiração no nosso Programa CBERS de cooperação espacial, que já completou 25 anos na construção de satélites sino-brasileiros. Em dezembro lançaremos na China mais um satélite, e assinaremos hoje o Plano Decenal de Cooperação Espacial.

Também com esse sentido estratégico, Brasil e China firmaram ano passado o Plano Decenal de Cooperação, que determina ações prioritárias nos principais campos de nossas relações, com metas de longo prazo. Entre essas ações, estão a promoção do agronegócio e abertura de mercados; a pesquisa agropecuária; a formação de parcerias industriais; a promoção de investimentos em áreas-chaves como energia e infraestrutura; a capacitação de recursos humanos; que,

concretizadas contribuirão, seguramente, para o desenvolvimento de nossas sociedades.

Agradeço, mais uma vez, o excelente trabalho que a Senadora Kátia Abreu e a CNA vêm desempenhando. Tenho certeza que seus esforços nos farão trilhar o caminho certo: tornar o Brasil o principal exportador de bens agrícolas para a China.

Contem conosco nessa importante empreitada.

Muito obrigado.

VISITA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA AOS EMIRADOS
ÁRABES UNIDOS - ABU DHABI E
DUBAI, 10 A 12 DE NOVEMBRO DE 2013
08-11-2013

O Vice-Presidente da República, Michel Temer, realizará visita aos Emirados Árabes Unidos, entre os dias 10 e 12 de novembro, incluindo as cidades de Abu Dhabi e Dubai. Será a visita oficial brasileira de mais alto nível àquele país desde a viagem do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2003.

O Vice-Presidente manterá reuniões com seu homólogo, Vice-Presidente e Primeiro-Ministro emirático, o Emir de Dubai, Xequê Mohamed bin Rashid Al Maktoum, com o Príncipe Herdeiro de Abu Dhabi, Xequê Mohamed bin Zayed Al Nahyan, e outras autoridades emiráticas.

Nos encontros, o Vice-Presidente discutirá com seus interlocutores as possibilidades de intensificação do intercâmbio de bens, serviços e investimentos com os Emirados Árabes Unidos, o país árabe que mais recebeu visitas de altas autoridades brasileiras nos últimos anos. Desde 2007, os Emirados foram visitados por 25 Ministros de Estado e 14 Governadores de Estado brasileiros.

O comércio bilateral com os Emirados Árabes Unidos cresceu quase cinco vezes nos últimos dez anos, evoluindo de US\$ 550 milhões em 2003 para US\$ 2,46 bilhões em 2012.

TUFÃO NAS FILIPINAS

09-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, das mortes e perdas materiais provocadas pelo tufão que atingiu o arquipélago das Filipinas no dia 8 de novembro.

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, das mortes e perdas materiais provocadas pelo tufão que atingiu o arquipélago das Filipinas no dia 8 de novembro.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da República das Filipinas.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO PERU - LIMA, 11 DE

NOVEMBRO DE 2013

11-11-2013

1 - ACORDO PARA A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU NA ÁREA DE TELECOMUNICAÇÕES

2 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A AUTORIDAD NACIONAL DEL AGUA E A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

3 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA E BOAS PRÁTICAS EM

MATÉRIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PROMOÇÃO DO EMPREGO DA REPÚBLICA DO PERU

ACORDO PARA A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU NA ÁREA DE TELECOMUNICAÇÕES

A República Federativa do Brasil

e

A República do Peru

(doravante denominadas “as Partes”),

Tendo em conta os objetivos das Partes de impulsionar os programas que requerem tratamento integrado para atender as necessidades de populações vulneráveis, entre outros;

Considerando a previsão de criar instrumentos legais específicos para promover o desenvolvimento das zonas fronteiriças de Brasil e Peru, quando necessário;

Tendo presente o objetivo compartilhado de desenvolver a infraestrutura de integração física e conectividade, incluindo as telecomunicações e o roaming fronteiriço, promovendo empreendimentos públicos e privados; e

Reafirmando o desejo de impulsionar o desenvolvimento das telecomunicações na fronteira brasileiro-peruana, iniciando com um projeto piloto, devido às oportunidades e desafios que deverão ser enfrentados de maneira coordenada, especialmente para atender às necessidades das populações vulneráveis, entre outros.

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objeto

O Presente Acordo tem por objeto

implementar sistemas de telecomunicações fronteiriças, iniciando com um projeto piloto nas cidades de Assis Brasil, do lado brasileiro, e de Iñapari e Iberia, do lado peruano, buscando a integração da oferta de serviços de telecomunicações, permitindo a livre circulação de informação, com confiabilidade, segurança, baixo custo e elevada velocidade na comunicação de dados.

As Partes comprometem-se a avaliar conjuntamente os resultados alcançados com o referido projeto piloto e acordar sua expansão a outras áreas fronteiriças, observando as características técnicas e operacionais específicas para as localidades pertencentes àquela área.

Artigo 2

Objetivos

As Partes estabelecem os seguintes objetivos:

1. Estabelecer alternativas de prestação de serviços de telecomunicações em zonas fronteiriças, assim como os procedimentos e condições para sua prestação;

2. Definir as características da interconexão das redes de telecomunicação presentes nas fronteiras; e

3. Incentivar os investimentos públicos e privados, nacionais e binacionais nas zonas fronteiriças entre Brasil e Peru.

Artigo 3

Regime Especial para as Zonas Fronteiriças

As Partes estabelecem as seguintes medidas conjuntas, mantendo a prestação sustentável dos serviços e promovendo melhores condições na oferta dos serviços de telecomunicações:

1. A prestação dos serviços de telecomunicação somente poderá ser realizada por empresas devidamente autorizadas, aprovadas pelas respectivas administrações nacionais competentes das Partes.

2. As empresas devidamente autorizadas

deverão respeitar as condições estabelecidas no presente Acordo; as condições que se estabeleçam pelas normas internas de cada uma das Partes no marco deste Acordo; e as disposições emitidas pelo Comitê de Coordenação Técnica criado pelo presente Acordo.

3. As Administrações que tratam das autorizações são, respectivamente:

- Pelo Brasil, o Ministério de Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e,

- Pelo Peru, o Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC) e o Organismo Supervisor de Inversión Privada em Telecomunicaciones (OSIPTEL).

Artigo 4

Condições de Prestação dos Serviços de Telecomunicações

4.1 Tratamento tarifário dos serviços de telecomunicações na zona fronteira

1. Para as seguintes comunicações e para as cidades fronteiriças mencionadas no artigo 1, será concedido o tratamento de serviço local:

a) Comunicações internacionais originadas nas redes do serviço de telefonia fixa, incluindo os telefones públicos, localizadas nas cidades de uma das Partes, com destino às redes de serviço de telefonia fixa localizadas nas cidades da outra Parte.

b) Comunicações internacionais originadas nas redes de serviços móveis, localizadas nas cidades de uma das Partes, com destino às redes de serviço móveis localizadas nas cidades da outra Parte.

c) Comunicações internacionais originadas nas redes de serviço de telefonia fixa, incluindo os telefones públicos, localizadas nas cidades de uma das Partes, com destino às redes de serviços móveis localizadas nas cidades da outra Parte.

d) Comunicações internacionais originadas nas redes de serviços móveis, localizadas nas

idades de uma das Partes, com destino às redes de serviço de telefonia fixa, localizadas nas cidades da outra Parte.

e) Comunicações que façam uso da facilidade do roaming internacional para realizar chamadas dentro das cidades de ambas as Partes ou entre elas.

2. Para as comunicações acima citadas, será dada preferência à implementação de rotas diretas.

3. Para as comunicações não citadas anteriormente, será conferido o tratamento convencional atual existente em cada Parte.

4. Para as comunicações a cobrar, o tratamento a ser conferido será aquele no qual o usuário receptor, e que aceita a chamada a cobrar, é considerado como o originador dessa chamada.

5. As operadoras devidamente autorizadas deverão assinar acordos comerciais, dentro do marco estabelecido pelo presente instrumento, buscando manter as tarifas dentro do limite que caracterizem o tratamento local, isto é, tarifas próximas ou iguais às cobradas para chamadas locais. Do mesmo modo, evitarão alterações na comercialização ou nos dispositivos terminais e/ou cartões SIM, de modo que o tratamento especial não seja estendido indevidamente a cidades distintas àquelas consideradas no artigo 1.

6. As operadoras devidamente autorizadas deverão intercambiar a informação de tráfego e dos elementos de rede utilizados nas comunicações fronteiriças com vistas a permitir o tratamento local das comunicações.

4.2 Liquidação e pagamento entre operadoras

7. Para as comunicações assinaladas no item 1 do ponto 4.1, as operadoras poderão assinar acordos comerciais destinados a estabelecer os termos para liquidação e pagamento entre elas, considerando o tratamento local de tais comunicações.

Artigo 5

Informação aos Usuários sobre os Serviços de Roaming Internacional

Ambas as Partes implementarão medidas em seus respectivos países em matéria de informação aos usuários dos serviços móveis que possibilite que:

1. Os usuários dos serviços públicos móveis sejam devida e oportunamente informados sobre o serviço de roaming internacional de voz e dados, considerando como mínimo:

a) A gratuidade na entrega de informação, tanto pela operadora local como pela operadora do país visitado, com as quais se tenha assinado acordos de roaming internacional.

b) A informação mínima a ser provida pelas operadoras, antes, durante e depois de utilizado o serviço, informando as condições econômicas (tarifas) aplicadas e outras condições contratuais.

c) A informação mínima que estará disponível pelas operadoras e/ou autoridades governamentais de ambas as Partes, incluindo comparativos sobre atributos do serviço (preços, coberturas, outros) facilmente compreensíveis pelos usuários.

d) Os meios idôneos para a entrega de informação, tanto para a modalidade pré-paga como para a pós-paga, conforme o caso.

e) A respeito do preço final por serviço, é necessário que o mesmo se detalhe para cada modalidade de serviço de roaming internacional, de maneira que se incluam as tarifas na fatura a ser entregue ao usuário pós-pago e, no caso do usuário pré-pago, que seja enviando um aviso eletrônico dos débitos de seu saldo.

f) As informações a respeito da prestação de serviços ao usuário via SMS, quando o serviço entrar em itinerância, seja esta contratada ou inadvertida.

g) Serviço telefônico (número) gratuito para informação, solução de problemas,

queixas e reclamações para o usuário que faz uso do serviço de roaming internacional. Esse número gratuito deve ser acessível para os usuários que estejam usando o serviço de roaming internacional no país de prestação do mesmo e no país de contratação do serviço.

h) As operadoras realizem avisos periódicos de limite de consumo de dados, assim como o corte de serviço por uso quando alcançado o limite de capacidade contratada pelo usuário no serviço de roaming de dados.

2. As condições contratuais do serviço de roaming internacional de voz e dados sejam claras e indiquem explicitamente os mecanismos de aceitação, taxaço e faturamento, condições técnicas para o uso do serviço, meios para a solicitação de assistência de apresentação de reclamações, entre outros, que permitam ao usuário tomar decisões informadas sobre o uso do serviço e proteger seus interesses econômicos.

3. O âmbito de aplicação das medidas assinaladas é nacional, e inclui as cidades assinaladas no artigo 1.

Artigo 6

Autoridades Nacionais Competentes e Comitê de Coordenação Técnica

Designa-se o Ministério das Comunicações e a ANATEL, pela Parte brasileira, e o MTC e a OSIPTEL, pela Parte peruana, ou a seus sucessores, como as autoridades nacionais competentes e responsáveis pela execução e cumprimento em instância nacional do estabelecido no presente Acordo, assim como por emitir e cancelar as permissões para a prestação de serviços das redes de telecomunicação, e por determinar e executar sanções que correspondam em caso de não cumprimento das condições para sua concessão em conformidade com as recomendações do Comitê de Coordenação Técnica; e por implementar as recomendações do referido Comitê, conforme aplicável.

Mediante o presente Acordo, estabelece-se o Comitê de Coordenação Técnica, o qual será composto da seguinte maneira:

- Pela Parte brasileira, um representante do Ministério das Comunicações do Brasil, ou seu sucessor, e um representante da ANATEL, ou seu sucessor;

- Pela Parte peruana, um representante do MTC do Peru, ou seu sucessor, e um representante da OSIPTEL, ou seu sucessor.

Os Ministérios das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Peru, sempre que considerarem necessário, poderão assistir às reuniões do Comitê de Coordenação Técnica.

O Comitê terá as seguintes faculdades:

1. Faculdade recomendatória: adotar protocolos técnicos recomendados de operações das redes; identificar e definir de maneira harmonizada aspectos técnicos necessários às condições de interconexão; estabelecer guias de qualidade e continuidade do serviço e de proteção ao usuário; identificar facilidades de roaming e considerar os demais aspectos necessários para a execução deste Acordo e emitir as recomendações correspondentes às autoridades nacionais envolvidas.

No exercício dessa função, o Comitê terá em conta a aplicação harmônica das legislações brasileira e peruana aplicáveis à zona de fronteira.

2. Faculdade supervisora: supervisionar a execução e cumprimento por Parte dos coordenadores e demais entidades nacionais do previsto no presente Acordo, assim como das recomendações oriundas do próprio Comitê.

3. Faculdade mediadora/conciliadora: a pedido das Partes em controvérsia, mediar e/ou conciliar seus interesses na aplicação ou execução do projeto piloto.

4. Faculdade de elaborar seu próprio

Regulamento Interno.

Artigo 7

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que surja entre as Partes com relação ao presente Acordo será resolvida da maneira amistosa e direta, entre estas, por via diplomática.

Artigo 8

Entrada em Vigor, Duração e Denúncia

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual as Partes comuniquem o cumprimento dos requisitos internos exigidos para tal efeito.

O presente Acordo terá duração indefinida e poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação escrita por via diplomática. Tal notificação surtirá efeito noventa (90) dias após recebimento da mesma.

O fim da vigência do presente Acordo não afetará as iniciativas, programas e projetos que se encontrarem em curso, os quais continuarão vigentes até seu término, a menos que as Partes acordem algo distinto.

Artigo 9

Emendas

As Partes poderão emendar o presente acordo se assim lhes for conveniente. A entrada em vigor de tal emenda será regida pelo disposto no artigo precedente.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A

AUTORIDAD NACIONAL DEL AGUA E A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

A Autoridad Nacional del Agua da República do Peru, representada pelo Sr. Chefe Jorge Luis Montenegro Chavesta, designado por meio da Resolução Suprema n.º 28-2013-MINAGRI e a Agência Nacional de Águas da República Federativa do Brasil, representada pelo Sr. Diretor-Presidente Vicente Andreu Guillo, designado mediante Decreto Presidencial de 14/01/2010, doravante denominadas “As Partes”,

Reafirmando as manifestações de interesse das Partes em viabilizar as ações de cooperação técnica em matéria de recursos hídricos, definidas em uma primeira Carta de Intenção assinada em Lima, Peru, em 23 de outubro de 2009, e em uma segunda Carta de intenção assinada em Brasília, Brasil, em 03 de fevereiro de 2012.

As Partes chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo I

Objetivo

O objetivo do presente Memorando de Entendimento é estabelecer os termos para o desenvolvimento da cooperação em matéria de recursos hídricos, por meio da realização de atividades e projetos conjuntos, com o fim de fortalecer as capacidades institucionais de ambas as Partes.

Artigo II

Áreas de Cooperação

As partes desenvolverão as seguintes áreas temáticas de cooperação:

1) Fortalecimento de Planos de Bacias Hidrográficas e de Planos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos;

2) Fortalecimento dos Conselhos de Recursos Hídricos, bacias transfronteiriças, Comitês de Bacias Hidrográficas e Agências de Bacias Hidrográficas;

3) Fortalecimento das ações de monitoramento dos recursos hídricos da bacia do rio Amazonas, incluindo a implementação de uma rede de quantidade e qualidade de água, bem como o estabelecimento de indicadores de qualidade de água;

4) Determinação de parâmetros de eficiência pelo uso de água e o estabelecimento de indicadores por classe e tipo de uso;

5) Fortalecimento dos Sistemas de Informação de Recursos Hídricos e informação de satélites;

6) Fortalecimento da Gestão do

Conhecimento e Transferência de Tecnologia sobre Recursos Hídricos;

7) Fortalecimento do processo de planejamento: Implementação da Política e Estratégia Nacional para os Recursos Hídricos, inclusive Modelos de Planejamento Estratégico.

Artigo III

Modalidades de Cooperação

A cooperação incluirá, sem se restringir às mesmas, as seguintes modalidades:

a) Missões técnicas e de alto nível no Peru e no Brasil;

b) Intercâmbio de pesquisadores, peritos e pessoal especializado;

c) Intercâmbio de informação e documentos científicos e técnicos relacionados com recursos hídricos;

d) Programas de capacitação, seminários, oficinas e estágios em assuntos de interesse comum;

e) Projetos conjuntos de cooperação técnica, incluindo a participação de peritos de ambas as Partes;

f) Qualquer outra modalidade de cooperação que as Partes acordem, de acordo com as normas vigentes.

Artigo IV

Coordenadores Oficiais

Para a realização da coordenação necessária para implementar o estabelecido no presente Memorando de Entendimento, as Partes serão representadas por coordenadores titulares, podendo serem designados coordenadores suplentes, por meio de comunicação escrita, devendo a contraparte informar a designação.

Artigo V

Implementação

1) Para a implementação do presente Memorando de Entendimento, será formada uma Equipe de Trabalho, composta por dois (02) representantes designados por cada uma das Partes. A copresidência será exercida por

um representante das Partes, devendo ser comunicada por escrito.

2) Serão realizadas reuniões de coordenação, quando as Partes julgarem necessário, a fim de facilitar a implementação das atividades e projetos do presente instrumento.

3) A Equipe de Trabalho elaborará um Programa de Trabalho para o desempenho das atividades mencionadas no Artigo III. O Programa de Trabalho, após sua aprovação pelas Partes, passará a integrar este Memorando de Entendimento.

4) As Partes acordam que os Programas de Trabalho para a execução de Atividades ou Projetos de Cooperação identificados definirão, entre outros pontos, o Objetivo, Tarefas, Resultados Esperados, Orçamento, Cronograma de Atividades, Cronograma de Desembolsos, Fonte de Financiamento, Recursos Humanos e Materiais apresentados pelas Partes.

5) A Equipe de Trabalho será responsável por realizar o monitoramento das atividades do Programa de Trabalho a ser implementado, elaborando as recomendações que julgue necessárias para se melhorar a cooperação dos projetos em andamento e a serem implementados.

6) Os coordenadores deverão informar, de forma permanente à Autoridade máxima de cada uma das Partes, sobre as ações implementadas e sobre a execução das atividades e projetos realizados no âmbito do presente Memorando de Entendimento.

Artigo VI

Financiamento

As partes financiarão as atividades contempladas no presente Memorando de Entendimento com os recursos destinados em seus respectivos orçamentos, de acordo com sua disponibilidade de fundos, mecanismos orçamentares e com o estabelecido por sua legislação nacional.

Artigo VII

Entrada, Permanência e Saída de Pessoal

As Partes concordam em oferecer, no âmbito de suas competências, facilidades para entrada, permanência e saída de seus territórios, do pessoal que, de forma oficial, intervenha nas Atividades e Projetos de Cooperação que fazem parte do presente Memorando de Entendimento, em coordenação com as autoridades competentes de ambos os países, de acordo com as leis e disposições em vigor nos mesmos.

Artigo VIII

Sigilo e Propriedade Intelectual

A proteção dos direitos de propriedade intelectual será aplicada em conformidade com as respectivas legislações nacionais, normas e regulamentos das Partes e acordos internacionais sobre a matéria.

O uso do nome, logotipo e/ou emblema oficial de alguma das Partes, em qualquer publicação, documento ou impresso, somente será permitido mediante consentimento da outra parte, manifestado por escrito.

Os direitos de propriedade intelectual relacionados a qualquer inovação tecnológica, produtos ou prestações desenvolvidas, ou resultados de pesquisas, realizadas de forma conjunta, serão de propriedade intelectual de ambas as partes, nos termos mutuamente acordados. Nenhuma das Partes poderá dar conhecimento ou cedê-los a terceiros sem a autorização prévia e de maneira escrita da outra Parte.

Artigo IX

Solução de Diferenças

Qualquer diferença relacionada à interpretação e/ou à implementação do presente Memorando de Entendimento será solucionada de forma amistosa entre as Partes.

Artigo X

Alteração

O presente Memorando de Entendimento

podará ser alterado por consentimento mútuo e estabelecido, por escrito, entre as Partes, sendo que cada uma delas deverá oferecer plena consideração a qualquer proposta de Emenda ou modificação.

Artigo XI

Resolução

1. Serão consideradas causas para o término do presente Memorando de Entendimento:

a. O não cumprimento injustificado de quaisquer dos compromissos estipulados no presente instrumento.

b. O acordo de término adotado pelas Partes, que deverá constar, por escrito, e ser assinado de acordo com a mesma modalidade e com as formalidades com as quais se celebra o presente Memorando de Entendimento.

2. O término do presente Memorando de Entendimento não afetará a implementação e conclusão de qualquer atividade ou projeto de cooperação aprovado ou em execução menos que as Partes, conjuntamente, decidam o contrário.

Artigo XII

Suspensão

Cada Parte se reserva o direito de suspender temporariamente, total ou em parte, a aplicação do presente Memorando de Entendimento, por razões de caso fortuito ou força maior, segurança nacional, interesse nacional, ordem pública ou saúde pública. A suspensão entrará em vigor na data em que a outra Parte receba a notificação correspondente.

No caso de finalização da suspensão, ambas as Partes determinarão, mediante consulta ou negociações, a forma em que deverá continuar a aplicação do presente Memorando de Entendimento.

Artigo XIII

Vigência e Duração

O presente Memorando de Entendimento surtirá efeitos a partir da data de sua celebração por ambas as Partes, e permanecerá em vigor

por um período de cinco (05) anos ao término do qual será prorrogado de forma automática por iguais períodos.

Se alguma das partes resolve não prorrogar ou renovar o presente Memorando de Entendimento deverá comunicá-lo por escrito à outra Parte com seis (06) meses de antecedência à data de vencimento.

Artigo XIV

Alcance das Obrigações

O presente Memorando de Entendimento não gera obrigações jurídicas internacionais para a República do Peru ou para a República Federativa do Brasil, porém expressa a intenção de fortalecer as relações entre as entidades que o subscrevem, conforme as suas competências institucionais.

Assinado em quatro vias originais, duas (02) em espanhol e duas (02) em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos e válidos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA E BOAS PRÁTICAS EM MATÉRIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PROMOÇÃO DO EMPREGO DA REPÚBLICA DO PERU

O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PROMOÇÃO DO EMPREGO DA REPÚBLICA DO PERU, à frente identificados como “Partes”, desejando fortalecer as relações de amizade entre os dois povos, e também o reconhecimento de valorizar o diálogo, a cooperação entre si e contribuição para o desenvolvimento das políticas de promoção do trabalho decente, chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1º

AUTORIDADES COMPETENTES

As autoridades competentes responsáveis pela aplicação do presente Memorando de Entendimento são o Ministério do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil e o Ministério e Promoção do Emprego da República do Peru.

Artigo 2º

OBJETO

O presente Memorando de Entendimento tem por objeto a criação de um marco de cooperação e assistência técnica entre as Partes para o intercâmbio de boas práticas, que permita fortalecer a promoção da empregabilidade e a proteção dos direitos trabalhistas dos trabalhadores locais e migrantes.

Artigo 3º

COMPROMISSOS DAS PARTES

Para a realização do objeto referido no artigo 2º do presente Memorando de Entendimento, as partes se comprometem a:

1. Identificar as áreas e as necessidades de cooperação, e especialmente:

a) Intercâmbio de experiências e boas práticas relacionadas com o desenvolvimento e promoção do emprego, a empregabilidade e o empreendedorismo.

b) Intercâmbio de experiências e boas práticas em matéria de levantamento de estatísticas trabalhistas, assim como proteção e promoção dos direitos fundamentais no trabalho.

c) Intercâmbio de informações sobre trabalhadores migrantes provenientes do Estado de cada uma das partes.

d) Intercâmbio de informações sobre estatísticas setoriais do mercado de trabalho.

e) Intercâmbio de boas práticas para o fortalecimento do componente tecnológico, o levantamento de um observatório do trabalho e do cruzamento da respectiva informação;

2. Complementar e reforçar o trabalho conjunto das Partes, com atividades conjuntas, que incluam:

a) A elaboração de estratégias e ações que facilitem o intercâmbio de boas práticas e a implementação de intervenções conjuntas destinadas a fortalecer a promoção da empregabilidade e a proteção e promoção dos direitos fundamentais no trabalho.

b) O trabalho integrado em matéria de investigação e divulgação de estudos no âmbito das prioridades estabelecidas em conjunto, especialmente em matéria de migração laboral.

c) O intercâmbio de experiências e boas práticas no diálogo social, vigilância e controle das normas sócio-laborais e responsabilidade social empresarial.

3. Definir os diversos mecanismos de cooperação.

4. Avaliar os progressos na execução do presente Memorando de Entendimento.

5. As partes, quando apropriado, devem procurar que as atividades de cooperação desenvolvidas em conjunto, incorporem de modo explícito os temas vinculados a um enfoque de gênero e grupos vulneráveis, como os imigrantes.

6. As partes, de forma conjunta e na medida de suas possibilidades:

a) Promoverão a colaboração entre as respectivas instituições e organismos competentes, por meio da comunicação entre especialistas e o intercâmbio de informação nas áreas de organização, planificação e avaliação dos seus sistemas, de acordo com as prioridades estabelecidas em conjunto;

b) Promoverão a execução de programas binacionais, elaborando projetos em conjunto sobre os temas objetos do presente Memorando de Entendimento;

c) Realizarão visitas mútuas de especialistas e gestores de políticas às instâncias

responsáveis pelos temas objeto do presente Memorando de Entendimento, para participar de conferências, congressos, estágios, cursos, oficinas e seminários sobre temas de interesse das Partes;

d) Realizarão troca de documentos, publicações e outras informações de interesse, incluindo os instrumentos de política relativas à inspeção do trabalho e pronunciamentos das autoridades para resolver processos administrativos e jurisprudência constitucional dos dois países, desde que não sejam considerados confidenciais ou reservados, de acordo com as regras de cada país.

Artigo 4º

RECURSOS

As atividades previstas no presente Memorando de Entendimento serão realizadas em conformidade com os recursos financeiros de cada Parte; por conseguinte, cada Parte declara sua vontade de assumir os gastos de viagem e alojamento de seus participantes e seus treinadores.

Artigo 5º

DIREITOS AUTORAIS E PUBLICAÇÕES

As partes concordam que todos os documentos e publicações que se produzam como resultado da execução das atividades decorrentes dos compromissos assumidos neste memorando são de propriedade exclusiva das Partes, portanto, não será possível efetuar publicação, divulgação ou comercialização dos mesmos, salvo acordo especial entre as Partes.

Artigo 6º

VIGÊNCIA, DURAÇÃO E TÉRMINO

O presente Memorando de Entendimento terá a duração de dois (2) anos a partir da data da sua assinatura, renovada automaticamente, salvo disposição em contrário de qualquer uma das Partes.

Artigo 7º

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As diferenças que possam surgir no âmbito do presente Memorado deverão ser resolvidas

de comum acordo mediante conciliação direta entre as Partes.

Artigo 8º

SUPERVISÃO

As Partes se reunirão regularmente e pelo menos uma vez por ano, a fim de monitorar a implementação deste Memorando de Entendimento e o desenvolvimento das atividades decorrentes dos compromissos assumidos. Para este efeito, emitirão, em tempo hábil, comunicação na qual serão designadas as pessoas responsáveis em fazer o seguimento correspondente.

Artigo 9º

AVISOS

Para fins de comunicações oficiais, o Ministério do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil receberá notificações em Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70059-900, Brasília – DF- Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego da República do Peru, na Avenida Salaverry N º 655, Jesús María District, na cidade de Lima.

Artigo 10

Alcance das obrigações

O Presente Memorando de Entendimento não gera obrigações jurídicas internacionais para a República Federativa do Brasil e para República do Peru, mas sim reflete a intenção de fortalecer as relações entre as entidades que o assinam, conforme suas competências institucionais.

VISITA DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI,
JOSÉ ALBERTO MUJICA CORDANO,
À PRESIDENTA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, DILMA
ROUSSEFF - BRASÍLIA, 10 DE
NOVEMBRO DE 2013
11-11-2013

A Presidenta Dilma Rousseff recebeu neste domingo, dia 10 de novembro, no Palácio da Alvorada, o Presidente da República Oriental do Uruguai, José Alberto Mujica Cordano.

Os dois mandatários discutiram temas da agenda bilateral, tais como integração energética, infraestrutura e cooperação fronteiriça. Passaram em revista os resultados do “Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN)”, criado em 2012 para intensificar a integração Brasil-Uruguai. Foram abordados, também, temas de interesse regional e internacional, em particular a retomada das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, e questões relativas à MINUSTAH no Haiti.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES À FEDERAÇÃO DA
RÚSSIA, 20 DE NOVEMBRO DE 2013
13-11-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizará visita oficial à Federação da Rússia no dia 20 de novembro de 2013. Trata-se da primeira visita oficial bilateral do Ministro Figueiredo fora da América do Sul. Em Moscou, manterá reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, e realizará palestra na Academia Diplomática da Rússia.

Em sua reunião com o Chanceler russo, o Ministro Figueiredo passará em revista os principais temas da agenda bilateral e multilateral, inclusive a situação da bióloga brasileira Ana Paula Maciel, detida desde o último dia 19 de setembro.

A parceria estratégica entre o Brasil e a Rússia, estabelecida em 2002, adquiriu densidade nos últimos anos, com os múltiplos contatos bilaterais e as reuniões da Comissão de Alto Nível de Cooperação (CAN), assim como da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC). A

CIC deverá reunir-se em Brasília, em dezembro próximo, para tratar de projetos em áreas como defesa, comércio, investimentos, energia, ciência e tecnologia, educação e esportes.

A corrente de comércio bilateral aumentou 187% entre 2003 e 2012, passando de US\$ 2,055 bilhões a US\$ 5,931 bilhões no período. A Rússia é o maior parceiro do Brasil entre os países da Europa do Leste e o 19º no mundo.

Na esfera multilateral, Brasil e Rússia cooperam com frequência crescente em âmbitos como a ONU, o G20 e o BRICS.

ACIDENTE AÉREO NA RÚSSIA 19-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, das mortes provocadas pela queda de avião da companhia Tatarstan Airlines, na cidade de Kazan, no dia 17 de novembro.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Federação da Rússia.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO NA 19ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-19) - VARSÓVIA, POLÔNIA, 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2013 19-11-2013

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo e a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participarão conjuntamente do segmento de alto nível da 19ª Conferência das Partes (COP-19) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e à 9ª Reunião das Partes no

Protocolo de Quioto (CMP-9).

Nos trabalhos em Varsóvia, destacam-se as discussões, no contexto da “Plataforma de Durban para Ação Fortalecida”, sobre um novo instrumento internacional com força legal e aplicável a todas as Partes, a ser acordado até 2015, no âmbito da Convenção-Quadro, para entrada em vigor a partir de 2020. Também serão exploradas opções para aumento de ações no curto-prazo, antes da vigência do novo acordo.

ATENTADO À EMBAIXADA DO IRÃ EM BEIRUTE, LÍBANO - 19 DE NOVEMBRO DE 2013 19-11-2013

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia do atentado contra a Embaixada do Irã em Beirute, na manhã de hoje, que deixou mais de vinte mortos. O Brasil condena veementemente o ataque e sublinha a necessidade de trazer os responsáveis à justiça. O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas e aos Governos e povos do Líbano e do Irã.

O Governo brasileiro reitera seu apoio aos esforços do Governo libanês em manter a estabilidade do país em meio à situação conturbada da região.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A NOVA YORK, 25 DE NOVEMBRO DE 2013 22-11-2013

O Chanceler brasileiro se reunirá com o Presidente da 68ª Assembleia Geral da ONU, John Ashe, e com o Subsecretário-Geral para Operações de Manutenção da Paz, Hervé Ladsous.

O Ministro das Relações Exteriores,

Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, estará em Nova York no próximo dia 25 de novembro.

Na sede da ONU, o Ministro Figueiredo manterá encontro com o Presidente da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Embaixador John W. Ashe (Antígua e Barbuda). Na oportunidade, o Ministro expressará o firme apoio do Brasil aos esforços do Presidente Ashe para impulsionar o processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Discutirá, também, a implementação das decisões da Rio+20 e o processo de definição da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

O Ministro das Relações Exteriores manterá também reunião de trabalho com o Subsecretário-Geral para Operações de Manutenção da Paz, Hervé Ladsous. Na oportunidade, será tratada, principalmente, a situação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

O Brasil é o maior contribuinte de tropas para a Missão (hoje, 1.402 militares, além de 6 policiais) e, desde seu estabelecimento, em 2004, Oficial General brasileiro comanda seu componente militar.

ENTENDIMENTO ENTRE P5+1 E IRÃ SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO 24-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, do entendimento alcançado na madrugada de hoje, em Genebra, por negociadores do Irã e do grupo P5+1 (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, facilitados pela União Europeia) sobre o programa nuclear iraniano.

Ao reafirmar que não há alternativa a uma solução negociada para a questão, o Governo

brasileiro faz votos de que a implementação do entendimento, ao longo dos próximos seis meses, fomente a confiança necessária para a consecução de acordo abrangente e duradouro em torno da matéria.

VISITA AO BRASIL DO VICE- PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA, NAMADI SAMBO BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2013 25-11-2013

O Vice-Presidente da República Federal da Nigéria, Namadi Sambo, visitará Brasília no dia 26 de novembro de 2013. Presidirá, junto com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico bilateral, a realizar-se no Palácio Itamaraty, com participação do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos.

Na ocasião, ambas as autoridades anunciarão a criação de Grupos de Trabalho temáticos que tratarão do fortalecimento do relacionamento bilateral em áreas como comércio e investimentos, agricultura, segurança alimentar, mineração, defesa, temas consulares e jurídicos, cultura, energia, entre outros.

O Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria foi estabelecido por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff àquele país, em 22 e 23 de fevereiro passado, com o objetivo de ser a mais alta instância de concertação política com o mais populoso país africano e principal parceiro comercial do Brasil naquele continente. De 2002 a 2012, o comércio com a Nigéria cresceu quase seis vezes, evoluindo de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 9,1 bilhões.

O dignitário nigeriano também participará, no dia 27, no Rio de Janeiro, do Fórum Comercial e de Investimentos Brasil-Nigéria (25-29.11), organizado para divulgar, entre empresários brasileiros, oportunidades de negócios na Nigéria.

VISITA DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO
HAITI – PORTO PRÍNCIPE, 26 E 27 DE
NOVEMBRO DE 2013
25-11-2013

O Chanceler brasileiro tratará da situação da MINUSTAH em encontro com o Presidente Michel Martelly. Atualmente, 1402 militares e 6 policiais brasileiros integram a missão de paz.

Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Haiti – Porto Príncipe, 26 e 27 de novembro de 2013

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, realizará visita de trabalho ao Haiti, em 26 e 27 de novembro de 2013.

Entre outros compromissos, o Ministro Figueiredo será recebido pelo Presidente Michel Martelly, com quem discutirá a situação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

O Brasil é o maior contribuinte de tropas para a Missão (hoje, 1.402 militares, além de 6 policiais) e, desde seu estabelecimento, em 2004, Oficial General brasileiro comanda seu componente militar.

Especialmente após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o Brasil tem dado contribuição ativa e relevante para os esforços de reconstrução e desenvolvimento do Haiti nos âmbitos econômico, social e político-institucional.

VI REUNIÃO DA COMISSÃO
INTERGOVERNAMENTAL DE
COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL
BRASIL-UCRÂNIA - ATA FINAL
26-11-2013

No dia 8 de novembro de 2013, realizou-se em Brasília a Sexta Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Ucrânia (doravante “Comissão”).

A Parte brasileira foi chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Senhor Embaixador Eduardo Santos.

A Parte ucraniana foi chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio, Senhor Igor Prassolov.

A relação das delegações participantes da Comissão consta nos Anexos I e II da presente Ata.

As Partes reafirmaram a disposição de aprofundar e diversificar a Parceria Estratégica entre Brasil e Ucrânia, e, nesse contexto, reiteraram a centralidade da Comissão como foro principal de diálogo sobre temas afeitos à cooperação bilateral.

As Partes reafirmaram seu compromisso de continuar a fortalecer as relações econômico-comerciais entre os dois países e notaram o potencial de cooperação existente em áreas de interesse mútuo, particularmente aeroespacial, ciência, tecnologia & inovação, farmacêutica e energia. Sublinharam a realização, no Brasil, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 como importante catalisador para o fortalecimento da cooperação em áreas como investimentos, infraestrutura, desporto, segurança e turismo.

As Partes expressaram satisfação com os resultados dos trabalhos da Sexta Reunião da Comissão, cuja realização consideraram

passo importante para aprofundar as relações entre o Brasil e a Ucrânia e explorar novos segmentos de cooperação no âmbito da Parceria Estratégica, nos termos da Declaração Conjunta celebrada entre a Senhora Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e o Senhor Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, em 25 de outubro de 2011.

No âmbito da Comissão, foram realizadas reuniões dos Grupos de Trabalho Econômico-Comercial e Agricultura; sobre Cooperação Aeroespacial; Educacional; e de Saúde.

Grupo de Trabalho Econômico-Comercial e Agricultura

As Partes trocaram informações sobre os panoramas das economias do Brasil e da Ucrânia e analisaram o estado presente do comércio e dos investimentos bilaterais. Congratularam-se com a retomada do crescimento do intercâmbio comercial, passados os efeitos da crise de 2008-9.

As Partes concordaram em adotar todas as medidas necessárias para aumentar o comércio bilateral e diversificar sua pauta de produtos.

As Partes comprometeram-se a incentivar a organização de atividades de promoção comercial mútua, inclusive pelas unidades da federação brasileira e pelas regiões ucranianas, bem como privadas, com vistas ao incremento do intercâmbio bilateral.

A Parte brasileira manifestou interesse em aumentar o volume de exportações de mercadorias manufaturadas para o mercado ucraniano. A Parte ucraniana, por sua vez, manifestou interesse em incrementar o volume de venda de fertilizantes e outros produtos químicos para o Brasil, intensificar a colaboração nos setores de construção de máquinas e equipamentos, bem como dinamizar o comércio de produtos metalúrgicos.

As Partes discutiram questões relacionadas à aplicação de instrumentos da defesa

comercial e sublinharam a importância de que medidas dessa natureza sejam adotadas ao amparo do direito internacional do comércio.

A Parte ucraniana manifestou preocupação sobre aplicação pela Parte brasileira de medidas antidumping sobre as importações de laminado plano, originário da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, a Parte ucraniana manifestou expectativa de que a investigação antidumping sobre importação de pneus ucranianos para o Brasil seja concluída a contento e expressou sua expectativa de que os argumentos ucranianos sejam considerados pela parte brasileira, de forma a evitar impacto negativo para o fluxo global do comércio bilateral.

As Partes concordaram que a aplicação dos instrumentos da defesa comercial não deve comprometer a cooperação bilateral entre os dois países.

A Parte brasileira sublinhou que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 descortina possibilidades de investimentos no Brasil nas áreas de infraestrutura, segurança e turismo, e convidou a parte ucraniana a considerar a possibilidade de incrementar seus investimentos no Brasil nesse contexto.

As Partes apresentaram oportunidades de investimentos em seus países. Recordaram que investimentos recíprocos aumentam o comércio bilateral e fomentam o desenvolvimento sustentável de suas economias.

A Parte ucraniana demonstrou interesse nos projetos de infraestrutura, inclusive nas concessões do setor ferroviário. Neste sentido, concordou-se em estabelecer troca de informações sobre as oportunidades na área. A Parte ucraniana indicou, igualmente, que apresentaria lista de empresas interessadas em parcerias com companhias brasileiras. O lado brasileiro comprometeu-se a fornecer dados

detalhados sobre os referidos projetos.

As Partes concordaram em que a cooperação em matéria de micro e pequenas empresas constitui importante nicho a ser explorado no relacionamento bilateral. Notaram que as micro e pequenas empresas têm importante capacidade criadora de emprego e exportadora e, nesse contexto, comprometeram-se a estudar medidas de incremento da participação dessas empresas no intercâmbio comercial bilateral.

As Partes concordaram em continuar os trabalhos para desenvolver a cooperação entre empresários ucranianos e brasileiros, conforme as disposições do Acordo de Cooperação entre a Câmara de Comércio e Indústria da Câmara e a Confederação Nacional das Indústrias do Brasil, do Protocolo de Cooperação com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, do Acordo de Cooperação com a Câmara da Indústria, Comércio e Turismo e do Acordo de Cooperação com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

As Partes analisaram o estado atual da cooperação bilateral na área industrial e verificaram potencial de colaboração e complementariedade no setor de produção de máquinas e de equipamentos industriais diversificados.

As Partes repassaram as perspectivas de cooperação em produtos da indústria de defesa, com destaque para a possibilidade de compartilhamento de tecnologia e/ou produção conjunta de equipamentos, navios e submarinos, motores e turbinas, aeronaves, sistemas de navegação, radares, veículos de transporte e blindados; defesa cibernética; missilística; e soldagem.

As partes ressaltaram a importância de Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ukreximbank, celebrado em 2011, e apoiaram a dinamização do diálogo e a cooperação entre as duas instituições como

importante ferramenta para o incremento da cooperação econômica e comercial bilateral.

Cooperação em Agricultura

As partes discutiram o estado atual da cooperação econômico-comercial no campo da agricultura entre a Ucrânia e o Brasil.

As partes reiteraram a importância do início dos trabalhos do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Ucrânia (CCA) e comprometeram-se a acordar, proximamente, a data para a realização da primeira reunião.

No que se refere à negociação do Acordo Bilateral na Área de Quarentena e Proteção Vegetal, o Brasil comprometeu-se a enviar seus comentários em um prazo de 2 meses.

A parte ucraniana comprometeu-se a analisar as propostas de certificados sanitários (veterinários) da parte brasileira e a enviar seus comentários em um prazo de 2 meses, após o recebimento dos mesmos pelos canais diplomáticos.

As partes concordaram em realizar a cooperação de pesquisas científicas em agricultura. Com esse objetivo, será realizada, em 2014, a troca de visitas de delegações de pesquisadores para iniciar a cooperação em material genético animal e vegetal, assim como na produção de bicomustíveis.

As partes discutiram o estado atual e as perspectivas de cooperação em indústria de pesca e aquicultura concordaram que existe potencial de cooperação.

Grupo de Trabalho sobre Cooperação Espacial

As Partes reafirmaram seu mais firme compromisso com a conclusão exitosa do projeto de cooperação para lançamento de satélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Brasil, por meio do foguete Cyclone-4, produzido na Ucrânia. Nesse contexto, a parte brasileira reafirmou seu comprometimento com a retomada, no mais breve prazo possível, das obras de construção de instalações terrestres

e infraestrutura geral do CLA e sua conclusão expedita, e a parte ucraniana ratificou seu compromisso com a criação e certificação do veículo lançador Cyclone-4.

As Partes registraram com satisfação a reunião da Assembleia Geral da Binacional Alcantara Cyclone Space, de 28 de maio de 2013, e reafirmaram seu compromisso integral com a resolução EGA-1/13, assinada na ocasião, que dispõe sobre a proposta de aumento de capital da Binacional Alcantara Cyclone Space, a fim de que a Empresa Binacional possa cumprir com as obrigações decorrentes do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado em 21 de outubro de 2003.

As Partes asseguraram o cumprimento de suas responsabilidades na integralização do capital da ACS e a continuar a apoiar suas atividades com vistas ao pleno êxito do projeto CLA/Cyclone-4.

As Partes concordaram em explorar novas possibilidades de cooperação espacial e o desenvolvimento conjunto de novos projetos.

A Parte brasileira ofereceu às empresas ucranianas do setor espacial analisar o estabelecimento de “joint ventures” com empresas brasileiras com o objetivo de melhor atender às necessidades dos programas espaciais do Brasil e da Ucrânia.

As Partes notaram a relevância de programas de intercâmbio para capacitação e treinamento de técnicos e especialistas no segmento espacial e, nesse contexto, saudaram a disposição das Universidades de Dnipropetrovsk, Kyiv e Kharkiv de ampliar o escopo de acordos de intercâmbio que mantém com universidades brasileiras.

As Partes saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial

Estatual da Ucrânia para Formação de Recursos Humanos na Área Espacial.

Grupo de Trabalho sobre Cooperação Educacional

As partes saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Centro Estatal da Educação Internacional da Ucrânia sobre Cooperação nas Áreas de Educação, Ciência e Inovação no Âmbito do Programa Governamental Ciência sem Fronteiras, que permitirá à Ucrânia receber bolsistas brasileiros para estudos no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras do Governo brasileiro.

As Partes recordaram com satisfação a inclusão da Ucrânia na chamada do Programa Ciência Sem Fronteiras para o setor aeroespacial. Consideraram que a modalidade concorrerá para a formação de mão-de-obra que poderá atender à demanda por especialistas qualificados no âmbito do projeto Alcântara/Cyclone-4.

A Parte ucraniana comprometeu-se a incentivar a inscrição de cidadãos ucranianos nas modalidades Jovem Pesquisador e Cientista Visitante do Programa Ciência Sem Fronteiras.

A Parte ucraniana acolheu com interesse a proposta brasileira de realizar, num futuro próximo, a I Conferência de Reitores de Universidades Públicas e Privadas de ambos os países, como forma de impulsionar o diálogo e a colaboração entre instituições de ensino superior brasileiras e ucranianas.

As Partes destacaram a importância da crescente interação entre Universidades brasileiras e ucranianas para o intercâmbio acadêmico e desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa.

As Partes saudaram o início de estudos à distância de língua ucraniana para a

comunidade de ucrânio-descendentes no Brasil, em março de 2013, ao amparo do Convênio de Cooperação entre a Universidade Estadual do Centro-Oeste e a Universidade Pedagógica Nacional de Dragomanov, assinado em 29 de novembro de 2012.

Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Saúde

As Partes congratularam-se com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Serviço Estatal de Produtos Medicinais da Ucrânia, para cooperação em boas práticas de fabricação e assuntos regulatórios.

As Partes assinalaram os progressos na implementação do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Ministério da Saúde da Ucrânia sobre Cooperação na Área da Saúde e Ciências Médicas, assinado em 25 de outubro de 2011.

As Partes expressaram satisfação com o progresso do programa de cooperação entre Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos e a Empresa Produtora de Insulina INDAR para produção, no Brasil, de insulina recombinante NPH com tecnologia ucraniana, e assinalaram a importância do cumprimento de todas as obrigações previstas no Acordo pelas partes envolvidas.

A Parte brasileira acolheu com satisfação a proposta, reiterada pela Parte ucraniana, de dar seguimento ao projeto mediante a construção de unidade completa de produção de forma acabada de insulina humana, com base na tecnologia da empresa INDAR.

As Partes confirmaram o interesse e o empenho em promover a construção, até 2016, das instalações industriais para produção dos cristais de insulina humana recombinante (IFA) com base na parceria da empresa INDAR com Farmanguinhos, assim como da fábrica de formas acabadas de insulina.

As Partes manifestaram interesse em cooperar na área de tratamento e prevenção ao HIV/AIDS e a outras doenças, inclusive mediante o compartilhamento de tecnologias de produção de medicamentos antirretrovirais.

As Partes manifestaram, além disso, interesse em cooperar na área de vacinas, e, nesse sentido, saúdam os entendimentos entre o Instituto Butantan e o INDAR relativos à transferência de tecnologias brasileiras de produção de outros imunobiológicos.

As partes ressaltaram a importância do aprofundamento do diálogo bilateral na área de marcos regulatórios nacionais sobre registro de vacinas e fármacos, com o objetivo de ampliar o comércio bilateral de fármacos.

Disposições finais

As Partes convieram na realização da Sétima Reunião da Comissão na Ucrânia, em data a ser mutuamente acordada pelos canais diplomáticos.

Feito em Brasília, aos oito dias do mês de novembro de dois mil e treze, em dois originais, em português e ucraniano, igualmente autênticos.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DA I SESSÃO DO MECANISMO DE DIÁLOGO ESTRATÉGICO BRASIL-NIGÉRIA

26-11-2013

1. O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federal da Nigéria, Namadi Sambo, reuniram-se em Brasília, em 26 de novembro de 2013, para copresidir a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria.

2. Ao iniciarem a Sessão, os Vice-Presidentes notaram com satisfação que o relacionamento bilateral tem sido marcado,

desde que foi oficialmente estabelecido, em 1961, pela fluidez e cordialidade.

3. Acrescentaram que, na condição de países em desenvolvimento, a agenda entre Brasil e Nigéria está ancorada em iniciativas que favoreçam o desenvolvimento econômico e a justiça social.

4. Enfatizaram que o denso relacionamento bilateral encontra respaldo em sólidos laços culturais, os quais têm raízes seculares. Mencionaram, a esse respeito, a valiosa contribuição cultural do povo nigeriano no processo de formação da nacionalidade brasileira.

5. Ressaltaram também que o diálogo entre Brasil e Nigéria foi essencial para a criação, em 2006, da Cúpula América do Sul-África, cuja mais recente edição realizou-se em fevereiro de 2013, na capital da Guiné Equatorial, Malabo.

6. Os Vice-Presidentes enfatizaram que, nos últimos anos, o relacionamento bilateral foi impulsionado por visitas de alto nível. A esse respeito, mencionaram as visitas que o Presidente Lula fez à Nigéria em 2005 e 2006 e a visita do Presidente Umaru Yar'Adua ao Brasil em 2009. Deram ênfase, ainda, à vinda do Senhor Presidente Goodluck Jonathan ao Brasil, em junho de 2012, para participar da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocasião na qual manteve encontro privado com a Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

7. Os Mandatários realçaram a importância da visita de Estado da Senhora Presidenta Dilma Rousseff à Nigéria, em fevereiro de 2013, para o fortalecimento do relacionamento bilateral e identificaram o “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico”, assinado naquela ocasião, como instrumento fundamental para se expandir e aprofundar as iniciativas bilaterais de cooperação.

8. Os Vice-Presidentes congratularam-se pela participação expressiva de Ministros e de altos funcionários governamentais de ambos os países, notando que tal fato demonstra o dinamismo e a diversidade da agenda bilateral.

9. Os Vice-Presidentes demonstraram satisfação com a realização, no mês de agosto, em Abuja, de Seminário organizado com o objetivo de divulgar, na Nigéria, os avanços alcançados pelo setor agrícola brasileiro na última década. Saudaram, ainda, os contatos entre autoridades e pesquisadores do setor rizícola dos dois países.

10. Recordaram também a vinda ao Brasil do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Nigéria, Dr. Akinwumi Adesina, em abril deste ano, ocasião na qual a autoridade nigeriana manteve contatos com a Embrapa, com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

11. Os Vice-Presidentes deram ênfase ao comércio bilateral, que somou, em 2012, mais de US\$ 9 bilhões. Lembraram, nesse sentido, que a Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África, enquanto o Brasil é o principal parceiro comercial da Nigéria na América Latina.

12. Os Mandatários ressaltaram o fato de a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico ter coincidido com o Fórum comercial e de investimentos, evento realizado no Rio de Janeiro com o intuito de promover oportunidades de negócios no Brasil e na Nigéria.

13. Os Vice-Presidentes demonstraram satisfação com a missão governamental e empresarial liderada pelo Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Sr. Ricardo Schaefer, à Nigéria, em outubro de 2013, a qual resultou na assinatura de Memorando

de Entendimento sobre a Promoção do Comércio e do Investimento. Enfatizaram que o documento estabeleceu a criação de Grupo de Trabalho Conjunto para a Promoção e Facilitação do Comércio e do Investimento, em que serão discutidos temas relativos a comércio, investimentos, financiamentos oficiais e educação profissional.

14. Os Mandatários recordaram com satisfação a missão que o Sr. Luiz Eduardo Melin, Diretor de Assuntos Internacionais do BNDES, realizou à Nigéria, em setembro de 2013. Organizada com o propósito de estreitar o relacionamento financeiro entre os dois países, a missão abriu espaço para promissora cooperação entre o BNDES e importantes entidades financeiras nigerianas.

15. Os Vice-Presidentes reconheceram a importância de se estabelecer linha aérea direta entre os dois países e recordaram que empresas brasileira e nigeriana têm avançado nas negociações para atingir esse objetivo.

16. Ambos os Vice-Presidentes realçaram a importância da energia para os esforços de desenvolvimento e industrialização de Brasil e Nigéria. Mencionaram, nesse contexto, o Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia, que foi assinado em 2009 e estabeleceu Grupo de Trabalho a fim de promover a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e biocombustíveis.

17. As Autoridades também mencionaram o Memorando assinado, em 2012, entre a Eletrobras e o Ministério de Comércio e Investimentos nigeriano e saudaram a realização, em outubro deste ano, de missão da empresa brasileira à Nigéria.

18. As Autoridades ressaltaram que a cooperação na área de defesa entre Brasil e Nigéria tem evoluído de forma significativa. Não obstante avanços importantes, existe margem para sua expansão. O setor de

Defesa oferece possibilidades diversas, especialmente nos campos do treinamento de pessoal militar, desenvolvimento da indústria de defesa e combate à pirataria no mar e cooperação na segurança do Atlântico Sul. Os Vice-Presidentes sublinharam a necessidade de cooperação estreita entre as forças militares dos dois países, o desenvolvimento da infraestrutura militar e assistência em projetos e em construção naval. Acordaram que a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Defesa seja realizada em março de 2014, no Brasil, em nível ministerial. Nesse sentido, o Ministro da Defesa do Brasil convidou seu homólogo nigeriano a visitar o Brasil nessa ocasião.

19. Ao voltarem a enfatizar as afinidades históricas e culturais entre o Brasil e a Nigéria, os Vice-Presidentes recordaram que cerca de 50% da população brasileira se declara afrodescendente. Afirmaram, ainda, que hoje há interesses comuns em diversas áreas, como música, teatro, artes plásticas e literatura. Recordaram, nesse contexto, a assinatura, em 2010, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate a Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas.

20. As Autoridades reconheceram a necessidade de aprofundar os diálogos sobre temas jurídicos e consulares e recordaram a assinatura, em 2005, do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, cuja pronta implementação foi recomendada.

21. Ambos os Mandatários expressaram satisfação com os resultados da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico e saudaram a criação de Grupos de Trabalho nas seguintes áreas: Agricultura, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrário, Temas Consulares e Jurídicos, Defesa, Mineração, Energia, Comércio e Investimentos, Cultura e Infraestrutura.

22. Os Mandatários acordaram que a II Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico será realizada em Abuja, em data a ser acordada por via diplomática.

Feito em Brasília, 26 de novembro de 2013

RESOLUÇÃO SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

26-11-2013

A III Comissão da 68ª Assembleia Geral da ONU aprovou, por consenso, o projeto de resolução apresentado por Brasil e Alemanha, que contou com um total de 55 países copatrocinadores.

O Governo brasileiro registra, com satisfação, que a III Comissão da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou hoje, por consenso, o projeto de resolução “O direito à privacidade na era digital”, apresentado por Brasil e Alemanha.

A resolução contou com um total de 55 países copatrocinadores.

O objetivo da iniciativa é promover a discussão sobre a proteção ao direito à privacidade no contexto da vigilância e da coleta de dados das comunicações digitais. O texto conclama os Estados a revisar seus procedimentos, práticas e leis no tocante à vigilância e à interceptação de comunicações e à coleta de dados pessoais, de forma a respeitar o direito à privacidade. O texto solicita, ainda, que a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos apresente, nos próximos dois anos, relatórios sobre a proteção do direito à privacidade face ao uso de ferramentas nacionais e extraterritoriais de monitoramento das comunicações.

Transcreve-se, abaixo, o texto aprovado:

The right to privacy in the digital age

The General Assembly,

Reaffirming the purposes and principles of

the Charter of the United Nations,

Reaffirming also the human rights and fundamental freedoms enshrined in the Universal Declaration of Human Rights and relevant international human rights treaties, including the International Covenant on Civil and Political Rights and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights,

Reaffirming further the Vienna Declaration and Programme of Action,

Noting that the rapid pace of technological development enables individuals all over the world to use new information and communication technologies and at the same time enhances the capacity of Governments, companies and individuals to undertake surveillance, interception and data collection, which may violate or abuse human rights, in particular the right to privacy, as set out in article 12 of the Universal Declaration of Human Rights and article 17 of the International Covenant on Civil and Political Rights, and is therefore an issue of increasing concern,

Reaffirming the human right to privacy, according to which no one shall be subjected to arbitrary or unlawful interference with his/her privacy, family, home or correspondence, and the right to the protection of the law against such interferences, and recognizing that the exercise of the right to privacy is important for the realization of the right to freedom of expression and to hold opinions without interference, and one of the foundations of a democratic society,

Stressing the importance of the full respect for the freedom to seek, receive and impart information, including the fundamental importance of access to information and democratic participation,

Welcoming the report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of

the right to freedom of opinion and expression, submitted to the Human Rights Council at its twenty-third session, on the implications of States' surveillance of communications on the exercise of the human rights to privacy and to freedom of opinion and expression,

Emphasizing that unlawful or arbitrary surveillance and/or interception of communications, as well as unlawful or arbitrary collection of personal data, as highly intrusive acts, violate the rights to privacy and freedom of expression and may contradict the tenets of a democratic society,

Noting that while concerns about public security may justify the gathering and protection of certain sensitive information, States must ensure full compliance with their obligations under international human rights law,

Deeply concerned at the negative impact that surveillance and/or interception of communications, including extraterritorial surveillance and/or interception of communications, as well as the collection of personal data, in particular when carried out on a mass scale, may have on the exercise and enjoyment of human rights,

Reaffirming that States must ensure that any measures taken to combat terrorism complies with their obligations under international law, in particular international human rights, refugee and humanitarian law,

1. Reaffirms the right to privacy, according to which no one shall be subjected to arbitrary or unlawful interference with his/her privacy, family, home or correspondence, and the right to the protection of the law against such interference, as set out in article 12 of the Universal Declaration of Human Rights and article 17 of the International Covenant on Civil and Political Rights;

2. Recognizes the global and open nature of the Internet and the rapid advancement in

information and communication technologies as a driving force in accelerating progress towards development in its various forms;

3. Affirms that the same rights that people have offline must also be protected online, including the right to privacy;

4. Calls upon all States:

- (a) To respect and protect the right to privacy, including in the context of digital communication;

- (b) To take measures to put an end to violations of those rights and to create the conditions to prevent such violations, including by ensuring that relevant national legislation complies with their obligations under international human rights law;

- (c) To review their procedures, practices and legislation regarding the surveillance of communications, their interception and collection of personal data, including mass surveillance, interception and collection, with a view to upholding the right to privacy by ensuring the full and effective implementation of all their obligations under international human rights law;

- (d) To establish or maintain existing independent, effective domestic oversight mechanisms capable of ensuring transparency, as appropriate, and accountability for State surveillance of communications, their interception and collection of personal data;

5. Requests the United Nations High Commissioner for Human Rights to present a report on the protection and promotion of the right to privacy in the context of domestic and extraterritorial surveillance and/or interception of digital communications and collection of personal data, including on a mass scale to the Human Rights Council, at its twenty-seventh session, and to the General Assembly at its sixty-ninth session, with views and recommendations, to be considered by Member States;

6. Decides to examine the question at its sixty-ninth session, under the sub-item entitled “Human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms” of the item entitled “Promotion and protection of human rights”.

DECISÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SEGUNDA
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
SOBRE A SÍRIA (GENEBRA II)
26-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da decisão do Secretário-Geral das Nações Unidas de realizar, em Genebra, na data de 22 de janeiro de 2014, a segunda conferência internacional sobre a Síria (Genebra II).

O Governo brasileiro reitera que não há solução militar para o conflito sírio. Nesse sentido, manifesta seu inequívoco apoio e sua permanente disposição de contribuir ao pleno êxito da aguardada conferência Genebra II sobre a Síria. A Conferência deve promover o diálogo entre os sírios, contribuir para o fim definitivo da violência e para um acordo político entre o Governo e a oposição no país, que atenda plenamente às legítimas aspirações da sociedade local, nos termos do Comunicado do Grupo de Ação de Genebra de 30 de junho de 2012.

O Brasil reafirma seu pleno apoio ao trabalho realizado pelo Representante Especial da ONU e da Liga Árabe, Lakhdar Brahimi, e pela Comissão Internacional de Inquérito sobre a Síria do Conselho de Direitos Humanos, presidida pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro.

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC -
BALI, 3 A 6 DE DEZEMBRO DE 2013
28-11-2013

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefiará a delegação brasileira à IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorrerá nos dias 3 a 6 de dezembro em Bali, Indonésia.

Durante a IX Conferência Ministerial da OMC, serão tratados os temas do chamado “Pacote de Bali”, que envolve Facilitação de Comércio, Agricultura e Temas de Desenvolvimento. Deverá ser, ainda, formalizada a acessão do Iêmen como o 160º Membro da Organização.

As negociações sobre Facilitação de Comércio objetivam simplificar processos, acelerar despachos aduaneiros e promover cooperação entre autoridades alfandegárias dos membros da Organização. Em agricultura, há propostas apresentadas pelo G-20 – grupo de países em desenvolvimento coordenado pelo Brasil – sobre subsídios agrícolas e quotas tarifárias, bem como proposta da Índia relativa à aquisição de produtos agrícolas para formação de estoques em países em desenvolvimento. Há, ainda, tratativas sobre temas de interesse dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo com vistas à construção de um sistema multilateral de comércio que atenda aos interesses de todos os Membros.

O Governo brasileiro continuará a trabalhar com todos os membros da Organização com vistas à aprovação de acordos que permitam a expansão das trocas comerciais e a extensão dos benefícios do livre comércio a todos os países, em linha com o espírito que norteia a Rodada de Desenvolvimento de Doha.

Conferencia Ministerial de la OMC
Bali, 3 a 6 de diciembre de 2013

RESOLUÇÃO DA ONU SOBRE A
SEGURANÇA DE JORNALISTAS
28-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, de que a III Comissão da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 26 de novembro corrente, por consenso, o projeto de resolução “A segurança dos jornalistas e a questão da impunidade”, apresentado por Argentina, Áustria, Costa Rica, Grécia e Tunísia. O Brasil co-patrocinou a iniciativa.

A iniciativa busca promover e defender o direito à vida e à integridade pessoal, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão diante de ataques ao pleno exercício desses direitos por profissionais da imprensa. O texto da resolução condena, de forma enfática, qualquer ataque ou violência praticada contra jornalistas ou agentes da mídia, como tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenção arbitrária, intimidação e assédio. A resolução proclama o dia 2 de novembro como “Dia Internacional para o Fim da Impunidade de Crimes Contra Jornalistas”; também urge Estados Membros a envidar esforços para prevenir a violência contra jornalistas e agentes da mídia, a investigar crimes praticados contra esses profissionais e a processar perpetradores judicialmente.

O texto original da resolução em inglês e sua tradução não-oficial ao português seguem abaixo.

INGLÊS

Safety of journalists and the issue of impunity

“The General Assembly,

Guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Reaffirming the Universal Declaration of Human Rights and recalling relevant international human rights treaties, including

the International Covenant on Civil and Political Rights and the International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance, as well as the Geneva Conventions of 1949 and the Additional Protocols thereto,

Recalling the United Nations Plan of Action on the Safety of Journalists and the Issue of Impunity, endorsed by the United Nations System Chief Executives Board for Coordination on 12 April 2012, in which United Nations agencies, funds and programmes were invited to work with Member States towards a free and safe environment for journalists and media workers in both conflict and non-conflict situations, with a view to strengthening peace, democracy and development worldwide,

Recalling also Human Rights Council resolutions 21/12 of 27 September 2012 on the safety of journalists, 20/8 of 5 July 2012 on the promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet and 24/15 of 27 September 2012 on the World Programme for Human Rights Education and Human Rights Council decision 24/116 of 26 September 2013 on a panel discussion on the safety of journalists, as well as Security Council resolution 1738 (2006) of 23 December 2006,

Taking note of the reports of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression⁶ and the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions, submitted to the Human Rights Council at its twentieth session,

Commending the role and the activities of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization with regard to the safety of journalists and the issue of impunity,

Taking note with appreciation of the report of the Office of the United Nations

High Commissioner for Human Rights on good practices on the safety of journalists, submitted to the Human Rights Council at its twenty-fourth session,

Noting with appreciation the international conference on the safety of journalists held in Warsaw on 23 and 24 April 2013 and its specific recommendations,

Acknowledging that journalism is continuously evolving to include inputs from media institutions, private individuals and a range of organizations that seek, receive and impart information and ideas of all kinds, online as well as offline, in the exercise of freedom of opinion and expression, in accordance with article 19 of the International Covenant on Civil and Political Rights, thus contributing to shape public debate,

Recognizing the relevance of freedom of expression and of free media in building knowledge-inclusive societies and democracies and in fostering intercultural dialogue, peace and good governance,

Recognizing also that the work of journalists often puts them at specific risk of intimidation, harassment and violence,

Taking note of the good practices of different countries aimed at the protection of journalists, as well as, inter alia, those designed for the protection of human rights defenders that can, where applicable, be relevant to the protection of journalists,

Recognizing that the number of people whose lives are influenced by the way information is presented is significant and that journalism influences public opinion,

Bearing in mind that impunity for attacks against journalists constitutes one of the main challenges to strengthening the protection of journalists,

Recalling in this regard that journalists, media professionals and associated personnel engaged in dangerous professional missions in

areas of armed conflict shall be considered as civilians and shall be respected and protected as such, provided that they take no action adversely affecting their status as civilians,

Expressing concern at the threat to the safety of journalists posed by non-State actors, including terrorist groups and criminal organizations,

Acknowledging the specific risks faced by women journalists in the exercise of their work, and underlining, in this context, the importance of taking a gender-sensitive approach when considering measures to address the safety of journalists,

1. Takes note with appreciation of the United Nations Plan of Action on the Safety of Journalists and the Issue of Impunity;

2. Condemns unequivocally all attacks and violence against journalists and media workers, such as torture, extrajudicial killings, enforced disappearances and arbitrary detention, as well as intimidation and harassment in both conflict and non-conflict situations;

3. Decides to proclaim 2 November as the International Day to End Impunity for Crimes against Journalists;

4. Requests the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, in consultation with relevant entities of the United Nations system, and mindful of the provisions of the annex to Economic and Social Council resolution 1980/67 of 25 July 1980, to facilitate the implementation of the International Day in collaboration with Governments and relevant stakeholders;

5. Urges Member States to do their utmost to prevent violence against journalists and media workers, to ensure accountability through the conduct of impartial, speedy and effective investigations into all alleged violence against journalists and media workers falling within their jurisdiction, and to bring the perpetrators of such crimes to justice and to ensure that

victims have access to appropriate remedies;

6. Calls upon States to promote a safe and enabling environment for journalists to perform their work independently and without undue interference, including by means of: (a) legislative measures; (b) awareness-raising in the judiciary and among law enforcement officers and military personnel, as well as among journalists and in civil society, regarding international human rights and humanitarian law obligations and commitments relating to the safety of journalists; (c) the monitoring and reporting of attacks against journalists; (d) publicly condemning attacks; and (e) dedicating the resources necessary to investigate and prosecute such attacks;

7. Invites the relevant agencies, organizations, funds and programmes of the United Nations system to consider identifying focal points for the exchange of information about the implementation of the United Nations Plan of Action on the Safety of Journalists and the Issue of Impunity, in cooperation with Member States and under the overall coordination of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization;

8. Requests the Secretary-General to report to the General Assembly at its sixty-ninth session on the implementation of the present resolution.”

PORTUGUÊS (Tradução não-oficial)

A segurança de jornalistas e a questão da impunidade

“A Assembleia Geral,

Guiada pelos propósitos e pelos princípios da Carta das Nações Unidas,

Reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e lembrando os tratados internacionais relevantes de direitos humanos, incluindo a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Internacional contra Desaparecimento

Forçado, bem como as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais,

Relembrando o Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança de Jornalistas e a Questão da Impunidade, apoiada pela Junta de Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para Coordenação em 12 de abril de 2012, no qual as agências, os fundos e os programas das Nações Unidas foram instados a trabalhar com Estados-Membros em prol de um ambiente livre e seguro para jornalistas e profissionais de mídia tanto em situações de conflito quanto em não conflito, com vistas ao fortalecimento da paz, da democracia e do desenvolvimento em todo o mundo,

Relembrando também as resoluções do Conselho de Direitos Humanos 21/22 de 27 de setembro de 2012, sobre a segurança de jornalistas, 20/8 de 5 de julho de 2012, sobre a promoção, a proteção e o pleno gozo de direitos humanos na internet e 24/15 de 27 de setembro de 2012, sobre o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, bem como a decisão do Conselho de Direitos Humanos 24/116 de 26 de setembro de 2013 em um painel sobre a segurança de jornalistas, bem como a resolução 1738 (2006), de 23 de dezembro de 2006, do Conselho de Segurança,

Tomando nota dos relatórios do Relator Especial para a promoção e a proteção da liberdade de opinião e de expressão e do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, submetidos ao Conselho de Direitos Humanos em sua vigésima sessão,

Elogiando o papel e as atividades do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) com relação à segurança de jornalistas e a questão da impunidade,

Tomando nota, com satisfação, do relatório do Escritório do Alto Comissariado das

Nações Unidas para Direitos Humanos sobre boas práticas em segurança de jornalistas, submetido ao Conselho de Direitos Humanos em sua vigésima-quarta sessão,

Tomando nota também, com satisfação, da conferência internacional sobre a segurança de jornalistas realizada em Varsóvia entre 23 e 24 de abril de 2013, bem como suas recomendações específicas,

Reconhecendo que o jornalismo está em constante evolução de modo a incluir contribuições de instituições da mídia, indivíduos privados e um leque de organizações que procuram, recebem e compartilham informações e ideias de todas as espécies, tanto “online” quanto “off-line”, no exercício da liberdade de expressão e de opinião, em conformidade com o artigo 19 da Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, contribuindo, dessa forma, ao debate público de ideias,

Reconhecendo, também, a relevância da liberdade de expressão e da imprensa livre na construção de sociedades e democracias que propiciam a inclusão no acesso ao conhecimento, o diálogo intercultural, a paz e a boa governança,

Reconhecendo, ademais, que o trabalho de jornalistas frequentemente os coloca sob risco de intimidação, assédio e violência,

Tomando nota das boas práticas de diferentes países com vistas à proteção de jornalistas, bem como, entre outros, aquelas destinadas à proteção de defensores de direitos humanos que podem, conforme o caso, serem relevantes para a proteção de jornalistas,

Reconhecendo o número significativo de pessoas cujas vidas são influenciadas pela maneira que as informações são apresentadas e a influência do jornalismo sobre a opinião pública,

Tendo em mente que a impunidade por ataques contra jornalistas constituem um

dos principais desafios ao fortalecimento da proteção de jornalistas,

Lembrando, nesse sentido, que jornalistas, profissionais de mídia e funcionários associados envolvidos em missões profissionais perigosas em áreas de conflito armado serão considerados civis e serão respeitados e protegidos como tais, desde que não tomem medidas que afetem adversamente sua situação como civis,

Expressando preocupação com a ameaça à segurança de jornalistas posta por atores não estatais, incluindo grupos terroristas e organizações criminosas,

Reconhecendo os riscos específicos enfrentados por mulheres jornalistas no exercício de seu trabalho, e enfatizando, nesse contexto, a importância de se adotar perspectivas de gênero ao considerar medidas para garantir a segurança de jornalistas,

1. Toma nota, com satisfação, do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança de Jornalistas e a Questão da Impunidade;

2. Condena inequivocamente todos os ataques e toda violência perpetrados contra jornalistas e profissionais de mídia, como tortura, execuções sumárias, desaparecimentos forçados e detenção arbitrária, bem como intimidação e assédio tanto em situações de conflito quanto em não conflito;

3. Decide proclamar o dia 2 de novembro como o Dia Internacional para o Fim da Impunidade de Crimes Contra Jornalistas;

4. Solicita à UNESCO, em consulta com os órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas, e tendo em mente as disposições do anexo à resolução 1980/67 de 25 de julho de 1980 do Conselho Econômico e Social, que facilite a implementação do Dia Internacional em colaboração com Governos e demais atores relevantes;

5. Urge os Estados-Membros para que façam o máximo possível para prevenir a violência

contra jornalistas e profissionais de mídia, para garantir a responsabilização por meio de investigações imparciais, céleres e efetivas sobre quaisquer casos de violência contra jornalistas e profissionais de mídia dentro de suas jurisdições, para punir os atores condenados por esses crimes e para garantir que as vítimas tenham acesso aos remédios adequados;

6. Conclama os Estados a promover um ambiente seguro e eficaz para jornalistas exercerem suas funções independentemente e sem interferência indevida, inclusive por meio de: (a) medidas legislativas; (b) campanhas de conscientização no judiciário e entre agentes policiais e militares, bem como entre jornalistas e a sociedade civil, a respeito de obrigações em direito internacional dos direitos humanos e direito humanitário relativas à segurança de jornalistas; (c) monitoramento e relato de ataques contra jornalistas; (d) condenação pública desses ataques; e (e) o envio dos recursos necessários para a investigação e julgamento desses ataques;

7. Convida as agências, as organizações, os fundos e os programas relevantes das Nações Unidas a considerar a identificação de pontos focais para o intercâmbio de informações acerca da implementação do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança de Jornalistas e a Questão da Impunidade, em cooperação com os Estados-membros e sob a coordenação geral da UNESCO;

8. Solicita ao Secretário-Geral que faça um relatório à Assembleia Geral, em sua sexagésima-nona sessão, sobre a implementação da presente resolução.”

ELEIÇÃO DO CANDIDATO BRASILEIRO À
SECRETARIA-EXECUTIVA DA ORGANIZAÇÃO
LATINOAMERICANA DE ENERGIA
29-11-2013

O Governo brasileiro acolheu com satisfação a eleição, hoje, do Dr. Fernando Cesar Ferreira ao cargo de Secretário-Executivo da Organização Latinoamericana de Energia (OLADE). O mandato é de três anos, com possibilidade de reeleição.

O Brasil é membro fundador da OLADE e tem atuado de maneira ativa nos trabalhos da Organização, criada pelo Convênio de Lima de 1973. A eleição do Dr. Fernando Cesar Ferreira reflete o compromisso do País com a promoção de políticas voltadas para a integração energética da América Latina e do Caribe.

O Dr. Fernando Ferreira é economista com mestrado e doutorado em engenharia e conta com experiência de trinta anos de trabalho no setor elétrico brasileiro. Desde 2011, trabalha como Diretor de Integração da OLADE, segundo cargo na hierarquia da entidade. Nessa função, dentre outras atividades, coordenou as unidades regionais da Organização, liderou a elaboração do balanço energético dos países da região e desenvolveu projetos relacionados à integração regional nos 27 países membros da Organização.

ACIDENTE AÉREO NA NAMÍBIA
30-11-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente aéreo envolvendo o voo TM 470 entre Maputo e Luanda, das Linhas Aéreas de Moçambique, ocorrido ontem, 29 de novembro, na Namíbia, que vitimou 33 pessoas, entre as quais o brasileiro Sérgio Miguel Pereira Soveral.

O Ministério das Relações Exteriores está prestando assistência consular à família do nacional por meio das Embaixadas na região.

O Governo brasileiro manifesta suas mais sentidas condolências às famílias das vítimas,

ao governo e ao povo moçambicano e às demais nações que tiveram cidadãos vitimados pelo acidente.

CÍRIO DE NAZARÉ TORNA-SE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA UNESCO

04-12-2013

A celebração do Círio de Nazaré na cidade de Belém de Pará foi inscrita, na data de hoje, como Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Junta-se, desse modo, a relação de outras 257 manifestações culturais, em todo o mundo, que representam expressões do patrimônio imaterial que se transmitem e perpetuam nas comunidades humanas.

Com a aprovação da candidatura brasileira, ocorrida no âmbito da 8ª Sessão Ordinária do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o Brasil passa a ter quatro elementos de seu patrimônio intangível declarados pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade: (i) Expressões orais e gráficas dos Wajãpis; (ii) Samba de Roda do Recôncavo Baiano; (iii) Frevo; (iv) Círio de Nazaré.

A proteção a tradições culturais e folclóricas da humanidade é regida pela Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela 32ª Conferência Geral da UNESCO em outubro de 2003 e em vigor desde abril de 2006.

COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SOBRE O FALECIMENTO DE NELSON MANDELA

06-12-2013

Os Estados Partes do MERCOSUL expressam seu mais profundo pesar pelo

falecimento de Nelson Mandela, esse grande homem, líder mundial, e lutador incansável pela busca de uma sociedade sem racismo, sem segregação, sem ódio nem discriminação de qualquer tipo, de onde prevaleça o respeito aos direitos humanos e a vigência das instituições democráticas.

Ao manifestar ao mundo que o legado desse gigante perdurará para sempre, transmitem suas condolências ao Governo e ao povo da África do Sul, a seus familiares e amigos, e a todas as pessoas que ao redor do mundo abraçaram sua causa de justiça e amor.

Sua marca indelével, seus ensinamentos, seus ideais, seu exemplo e a convicção de que com perseverança e compromisso se pode alcançar a vitória, são elementos que estarão presentes nessa renovada África do Sul que seguirão construindo as gerações vindouras.

Esse legado hoje está mais próximo de converter-se em uma realidade graças a Mandela e a todos os que têm lutado para construir um mundo em paz, mais justo e solidário, mais equitativo e livre de toda opressão.

Honra eterna a Nelson Mandela. Sigamos seu exemplo.

IX CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC

07-12-2013

Os primeiros acordos aprovados na OMC desde sua criação revitalizam sua vertente normativa e reabrem o caminho para a atualização e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

A IX Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) realizou-se em Bali, na Indonésia, entre 3 e 7 de dezembro de 2013. A Conferência aprovou os primeiros acordos negociados na OMC desde sua criação, revitalizando a vertente normativa da Organização e, assim, reabrindo

o caminho para a atualização e fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

Os resultados da MC-9 são amplamente positivos para o Brasil. O acordo de Facilitação de Comércio, de grande interesse para o empresariado e para o governo brasileiros, impulsiona reformas que já estão sendo implementadas no País e facilita o acesso de nossos produtos a mercados em todo o mundo, ao simplificar e desburocratizar procedimentos aduaneiros.

Em agricultura, foram aprovadas regras para o preenchimento automático de quotas tarifárias, de grande importância para exportadores agrícolas, além de Declaração que recoloca a eliminação de todas as formas de subsídio à exportação no centro das negociações da OMC. A OMC reconheceu a legitimidade dos programas de segurança alimentar no mundo em desenvolvimento, permitindo a manutenção de políticas de estoques públicos, acompanhadas por salvaguardas que previnem distorções comerciais.

Além disso, a Conferência Ministerial pôs fim a anos de paralisia da Rodada Doha e mandou a OMC a preparar, nos próximos doze meses, programa de trabalho para a retomada das negociações, com foco nos temas centrais da Rodada, de interesse primordial para o Brasil, sobretudo agricultura.

SITUAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA 09-12-2013

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a deterioração do quadro político e institucional na República Centro-Africana.

O Governo brasileiro apoia os esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Central e da União Africana no sentido de fomentar o diálogo pacífico que possibilite

o retorno da República Centro-Africana à normalidade constitucional no mais breve prazo.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NAS EXÉQUIAS DO EX-PRESIDENTE NELSON MANDELA - JOANESBURGO, 10 DE DEZEMBRO DE 2013 09-12-2013

A Presidenta Dilma Rousseff e os ex-Presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva participarão, em Joanesburgo, no dia 10 de dezembro, de missa por ocasião das exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela. A Presidenta será acompanhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, FRANÇOIS HOLLANDE 11-12-2013

O Presidente François Hollande realizará visita de Estado ao Brasil em 12 e 13 de dezembro, em retribuição à visita do mesmo caráter que a Presidenta Dilma Rousseff realizou à França em 2012

O Presidente da República Francesa, François Hollande, realizará visita de Estado ao Brasil nos dias 12 e 13 de dezembro de 2013, em retribuição à visita do mesmo caráter que a Presidenta Dilma Rousseff realizou à França, em 11 de dezembro de 2012, e estará acompanhado de expressivas delegações ministerial e empresarial.

No dia 12 de dezembro, o Presidente Hollande manterá reunião com a Senhora

Presidenta da República, Dilma Rousseff, e participará do Diálogo de Alto Nível Brasil-França em Educação, a se realizar no Museu Nacional da República. No dia 13, o Presidente Hollande cumprirá programação em São Paulo.

Durante a visita, serão assinados acordos nas áreas de educação e ciência e tecnologia. Também será lançado o Foro Econômico Franco-Brasileiro, que congregará empresários dos dois países, sob a coordenação dos dois Governos, para discutir temas de interesse do setor privado e fomentar investimentos de lado a lado.

Brasil e França estabeleceram parceria estratégica em 2006, com importantes iniciativas conjuntas em áreas como ciência e tecnologia, produtos de defesa e educação. A França é o terceiro destino de bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras e desenvolve com o Brasil projetos estratégicos na área aeroespacial e militar.

O comércio bilateral atingiu em 2012 a cifra de 10 bilhões de dólares, com déficit para o Brasil de US\$ 1,8 bilhão. A França é o sexto investidor no Brasil, e empresas francesas estão presentes em importantes projetos estratégicos e de infraestrutura no Brasil, como por exemplo o campo de Libra (Total); a Usina de Angra 3 (Areva); a hidrelétrica de Jirau (GDF-Suez) e em diversos outros setores, como automotivo, hoteleiro e de hipermercados.

ATOS ASSINADOS NO PALÁCIO DO
PLANALTO POR OCASIÃO DA VISITA
DE ESTADO DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FRANCESA, FRANÇOIS
HOLLANDE - BRASÍLIA, 12 DE
DEZEMBRO DE 2013
12-12-2013

1 - ACORDO SOBRE UM PROGRAMA DE FÉRIAS-TRABALHO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA

2 – DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES FORO ECONÔMICO BRASIL – FRANÇA

3–MEMORANDODEENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FRANCESA, RELATIVO À APRENDIZAGEM DO FRANCÊS NO BRASIL

4–MEMORANDODEENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, E O MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA DA REPÚBLICA FRANCESA, RELATIVO À ACOLHIDA DE ESTUDANTES BOLSISTAS BRASILEIROS NO CICLO DE MESTRADO PROFISSIONAL NA FRANÇA

5 – DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E PESQUISA DA REPÚBLICA FRANCESA PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM COMPUTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO (“SUPERCOMPUTAÇÃO”)

6 - DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO SOBRE A COOPERAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MATÉRIA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.

7 - PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DA AGRICULTURA ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,

PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, AGROALIMENTAR E FLORESTAS DA REPÚBLICA FRANCESA

8- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ESPACIAL ENTRE A AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA E A THALES. (A SER DIVULGADO OPORTUNAMENTE)

ACORDO SOBRE UM PROGRAMA DE FÉRIAS-TRABALHO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa, Doravante denominados “as Partes”,

Desejosos de propor aos jovens brasileiros e franceses a possibilidade de apreciarem a cultura e o modo de vida do outro Estado, inclusive através de uma experiência de trabalho, a título acessório.

Chegaram ao seguinte acordo:

Artigo 1º

1. As Partes acordam em criar um programa de “Férias-Trabalho”, com o fim de autorizar jovens nacionais de ambos os Estados, dentro do limite previsto no visto autorizado conforme o artigo 1.2, a permanecerem no território do outro Estado a título individual, para fins primordialmente turísticos, com a possibilidade de buscar e exercer, a título acessório, emprego que permita complementar os recursos financeiros de que dispõem.

2. Cada Parte expedirá gratuitamente aos nacionais do outro Estado visto temporário de longa duração, doravante denominado “Férias-Trabalho”, que permita múltiplas

entradas e com validade de um (1) ano, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º do presente Acordo, desde que os interessados cumpram as seguintes condições:

a) demonstrar que o motivo de sua viagem corresponde aos objetivos do programa, tal como foram definidos no parágrafo 1º deste artigo;

b) não ter usufruído anteriormente deste programa;

c) ter entre dezoito e trinta anos de idade completos, na data de apresentação do pedido de visto de “Férias-Trabalho”;

d) não estar acompanhado de dependentes;

e) ser titular de passaporte válido;

f) possuir passagem de regresso válida ou dispor de recursos suficientes para adquirir esta passagem;

g) possuir recursos financeiros suficientes para manter-se durante o início de sua estada no território da outra Parte, nos termos do Artigo 7º, parágrafo 2º, do presente Acordo;

h) apresentar atestado médico que comprove seu bom estado de saúde e o cumprimento de quaisquer exigências médicas do outro Estado;

i) não possuir antecedentes criminais;

j) apresentar certificado de contratação de seguro de saúde que cubra o conjunto de riscos ligados a doenças, maternidade, invalidez e hospitalização, assim como o repatriamento, durante toda a estada no território do outro Estado.

3. As Partes poderão, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais, recusar qualquer solicitação de visto de “Férias-Trabalho” recebida. Essa recusa não poderá, porém, se fundamentar exclusivamente na insuficiência de conhecimentos da língua do outro Estado.

Artigo 2º

Os nacionais de cada um dos dois Estados que desejam obter um visto de “Férias-

Trabalho” deverão solicitá-lo em uma representação diplomática ou consular do outro Estado situado no território do Estado de que são nacionais.

Artigo 3º

1. Os vistos de “Férias-Trabalho” emitidos pela Parte francesa aos nacionais brasileiros serão válidos para os Departamentos europeus e de ultramar da República Francesa. Os vistos de “Férias-Trabalho” emitidos pela Parte brasileira aos cidadãos franceses serão válidos para todo o seu território.

2. Cada Parte autorizará os nacionais do outro Estado titulares de um visto de “Férias-Trabalho” válido a permanecerem em seu território por um período máximo de um (1) ano, podendo buscar e exercer atividade remunerada que lhes permita complementar os recursos financeiros de que disponham.

3. Os nacionais de cada um dos dois Estados que permanecerem no território do outro Estado ao abrigo do visto de “Férias-Trabalho” não poderão prorrogar sua estada além do prazo estipulado neste Acordo, nem solicitar autorização de permanência com vista a permanecer no território do outro Estado.

Artigo 4º

1. Os nacionais franceses titulares de um visto de “Férias-Trabalho” expedido pelas autoridades brasileiras estarão autorizados, desde o momento de sua entrada no território brasileiro, a buscar e exercer um emprego, em conformidade com as disposições deste Acordo.

2. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua chegada à República Federativa do Brasil, os cidadãos franceses titulares de um visto de “Férias-Trabalho” deverão registrar-se junto à delegacia da Polícia Federal mais próxima do local onde se encontrarem. Se desejarem, ademais, exercer atividade remunerada, deverão requerer uma Carteira de Trabalho e Previdência Social em qualquer Agência

do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante apresentação de seu passaporte e de comprovante do seu registro junto à Polícia Federal.

3. Os nacionais brasileiros titulares de um visto de “Férias-Trabalho” expedido pelas autoridades francesas estarão autorizados, desde o momento de sua entrada no território francês, a buscar e exercer um emprego, em conformidade com as disposições deste Acordo, sendo obrigação de seus empregadores declará-los desde a sua contratação, junto às autoridades competentes.

Artigo 5º

1. Os nacionais de cada um dos dois Estados que permaneçam no território do outro Estado com um visto de “Férias-Trabalho” deverão observar a legislação vigente no Estado anfitrião durante sua estada, sobretudo no que se refere ao exercício de profissões regulamentadas.

2. Os pontos que não forem abordados no presente Acordo serão regidos pelas respectivas legislações nacionais dos dois Estados.

Artigo 6º

1. Quando emitido visto de “Férias-Trabalho”, a respectiva representação diplomática ou consular entregará ao participante do programa informações sobre as condições gerais de vida e acesso a emprego no Estado anfitrião.

2. As Partes incentivarão os seus órgãos competentes a aconselharem de forma apropriada os nacionais do outro Estado titulares de um visto de “Férias-Trabalho”.

Artigo 7º

1. A quantidade máxima de participantes autorizados a usufruir do presente programa será fixada anualmente por meio de troca de notas verbais entre as Partes.

2. As Partes também estabelecerão, a cada ano, por meio de troca de notas verbais, o

valor mínimo dos recursos financeiros a serem exigidos nos termos do Artigo 1º, parágrafo 2, g), do presente Acordo .

3. A cada ano, as Partes trocarão informações, por via diplomática, sobre o número total de vistos emitidos durante o ano anterior aos nacionais da outra Parte, ao abrigo do presente Acordo. A contagem desses vistos deverá referir-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. No primeiro ano, será iniciada desde a entrada em vigor do presente Acordo até o termino do ano em curso.

Artigo 8º

1. As Partes poderão manter encontros, quando necessário, para avaliar a aplicação do presente Acordo, por meio de solicitação de qualquer uma das Partes.

2. Todo diferendo resultante da interpretação, aplicação e implementação do presente Acordo deverá ser solucionado por ocasião de encontro de avaliação, conforme previsto no parágrafo anterior, ou, se necessário, por via diplomática.

Artigo 9º

1. O presente Acordo terá prazo indeterminado.

2. As Partes poderão modificar o presente Acordo por meio de aditamento sob a forma de troca de notas. O aditamento entrará em vigor em conformidade com as modalidades previstas no seu artigo 10º.

3. Qualquer Parte poderá suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo, em parte ou na íntegra. A suspensão deverá ser notificada imediatamente à outra Parte por via diplomática.

4. Qualquer Parte poderá denunciar o presente Acordo mediante aviso prévio de três meses, notificando-o à outra Parte por via diplomática.

5. A denúncia ou a suspensão temporária do presente Acordo, salvo acordo em contrário entre as Partes, não afetará o direito

de permanência das pessoas que já sejam titulares de um visto de “Férias-Trabalho” expedido nos termos do presente Acordo.

Artigo 10º

1. Cada parte notificará à outra, por via diplomática, o cumprimento de seus procedimentos internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.

2. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês posterior à data em que for recebida a última notificação, por via diplomática, na qual se indique que cada Parte cumpriu os procedimentos constitucionais e legais necessários para sua entrada em vigor.

Feito em Brasília, em 12 de dezembro de 2013, em dois exemplares originais, em português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES FORO ECONÔMICO BRASIL – FRANÇA

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto

Figueiredo Machado;

O Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel;

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, do lado brasileiro;

e

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Laurent Fabius;

A Ministra do Comércio Exterior, Nicole Bricq;

O Presidente do Conselho dos Chefes de Empresa França-Brasil, do Movimento das Empresas da França (MEDEF), Jean-Pierre Clamadiou, do lado francês;

(doravante denominados “Partícipes”),

Com base no mandato da Declaração Conjunta, assinada em Paris, no dia 11 de dezembro de 2012, pela Presidenta da

República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e pelo Presidente da República Francesa, François Hollande;

Reiterando a intenção expressa pelos Mandatários brasileiro e francês de fortalecer a cooperação para aumentar o volume do intercâmbio comercial e dos investimentos recíprocos, com o objetivo de dobrá-los até 2020;

Levando em consideração a importância de promover ambiente fluido e previsível para o comércio internacional e os investimentos, tanto em bens quanto em serviços;

Reconhecendo a expressiva presença de empresas francesas no Brasil e o sucesso de sua participação em concorrências públicas, e também o desejo de estimular a presença de empresas e investidores brasileiros na França, inclusive sua participação em concorrências públicas;

Resolvem instalar o Foro Econômico Brasil-França (doravante denominado “Foro Econômico”), numa parceria entre os setores público e privado, nos seguintes termos:

Artigo I

Objetivo

O Foro Econômico buscará desenvolver a cooperação econômica e comercial entre os Partícipes, com ênfase no desenvolvimento do comércio e dos investimentos recíprocos, constituindo estrutura permanente de diálogo econômico-comercial entre o Brasil e a França.

Artigo II

Escopo

O Foro Econômico tratará de assuntos econômicos e comerciais de interesse comum dos Partícipes, com ênfase nos seguintes temas:

a) identificação de oportunidades para expandir o comércio bilateral e os fluxos de investimento;

b) promoção do intercâmbio de informações

sobre o comércio de bens e de serviços, assim como sobre dados de investimentos;

c) identificação de oportunidades voltadas ao incremento da competitividade das empresas;

d) estímulo à ciência, inovação, pesquisa e desenvolvimento;

e) levantamento de oportunidades para as micro, pequenas e médias empresas;

f) inclusão das perspectivas do setor privado;

g) identificação de oportunidades de apoio do setor privado a projetos de capacitação e de educação.

Artigo III

Constituição

1. O Foro Econômico será constituído por reunião entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Presidente de Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelo lado brasileiro; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Ministra do Comércio Exterior, e o Presidente do Conselho dos Chefes de Empresa França-Brasil, do Movimento das Empresas da França (MEDEF), do lado francês.

2. O Foro Econômico será precedido por Encontro Empresarial entre associados da CNI e do MEDEF.

Artigo IV

Periodicidade das reuniões

O Foro Econômico reunir-se-á uma vez por ano, ou quando considerado apropriado pelos Partícipes, de forma alternada no Brasil e na França.

Artigo V

Parcerias

As atividades do Foro Econômico serão desenvolvidas de forma coordenada com outros mecanismos bilaterais em vigor e em articulação com órgãos, agências, institutos

e associações governamentais e privadas pertinentes dos Partícipes.

Artigo VI

Questões jurídicas

A Declaração de Intenções não se sobreporá ao ordenamento jurídico interno de cada Partícipe ou aos direitos e obrigações de cada Partícipe sob qualquer outro acordo.

Artigo VII

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação desta Declaração de Intenções será resolvida por consulta ou negociação entre os Partícipes, por via diplomática.

Artigo VIII

Emendas

Esta Declaração de Intenções poderá ser emendada a qualquer momento, por consentimento mútuo dos Partícipes, por via diplomática.

Artigo IX

Cláusula final

Esta Declaração de Intenções entrará em vigor na data da sua assinatura e permanecerá em vigor, a menos que seja denunciada por um dos Partícipes por meio de notificação por escrito aos outros Partícipes. O término da vigência ocorrerá em data acordada pelos Partícipes ou, se os Partícipes não chegarem a acordo, 180 dias após a data de notificação.

Feita em Brasília, em 12 de dezembro de 2013, em dois exemplares originais, em português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos”.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FRANCESA, RELATIVO À APRENDIZAGEM DO FRANCÊS NO BRASIL

CONSIDERANDO o Acordo Quadro sobre Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em 16 de janeiro de 1967;

CONSIDERANDO o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, assinado em 28 de maio de 1996;

CONSIDERANDO o Memorando de Entendimento relativo à recepção de bolsistas brasileiros na França, assinado em 15 de dezembro de 2011 entre o Ministro das Relações Exteriores e Europeias da República Francesa, o Ministro da Educação e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o Memorando de Entendimento, relativo à recepção na França de estudantes de licenciatura, assinado em 11 de dezembro de 2012 entre o Ministro da Educação da República Federativa do Brasil e a Ministra do Ensino Superior e da Pesquisa da República Francesa;

CONSIDERANDO que os dois Governos têm trabalhado conjuntamente para o incremento, a diversificação e a intensificação dos programas de mobilidade de estudantes e pesquisadores, bem como a cooperação na pesquisa em bases institucionais;

LEVANDO EM CONTA que a aprendizagem de línguas estrangeiras é uma ferramenta indispensável ao bom desenvolvimento dos programas de mobilidade e à internacionalização dos sistemas de ensino superior;

CONVENCIDOS que a formação dos professores é uma ferramenta indispensável ao bom desenvolvimento da qualidade do ensino escolar e à aprendizagem da língua francesa;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO que a França, pela tradição e pela reconhecida

excelência das suas universidades, em particular em ciências básicas e engenharias, ocupa um lugar de destaque como país de destino de bolsistas apoiados pelo Programa “Ciência sem Fronteiras”;

O Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República francesa, doravante denominados “as Partes”, respectivamente,

Declaram sua intenção de cooperar para promover a aprendizagem do idioma francês nos termos que se seguem:

1. As Partes desejam trabalhar conjuntamente para a aquisição de competências em línguas estrangeiras dos alunos antes da formação universitária. Com esta finalidade, favorecerão a implantação de dispositivos inovadores de aprendizagem do francês no ensino básico brasileiro.

2. As Partes desejam disponibilizar aos estudantes e futuros bolsistas do Programa “Ciência sem Fronteiras” diferentes modalidades de aprendizagem da língua francesa. A oferta de aprendizagem compreenderá quatro ações:

a) Aplicação de teste de avaliação linguística, a fim de determinar o nível de conhecimento do idioma francês dos estudantes brasileiros homologados pelo Programa “Ciência sem Fronteiras” com destino à França.

b) Oferta, pela Parte francesa, de 10.000 senhas dos primeiros dois módulos do curso online Français sans Frontières a estudantes brasileiros homologados pelo Programa “Ciência sem Fronteiras” com destino à França, para aquisição e aperfeiçoamento de competências no idioma francês.

c) Promoção e incentivo ao desenvolvimento da aprendizagem da língua francesa nos núcleos de idiomas das universidades federais brasileiras.

d) Recepção, pela Parte brasileira, de 20

assistentes de língua francesa para atuar nas instituições de ensino superior brasileiras, respeitada a autonomia universitária.

3. As Partes envidarão esforços para ampliar o acesso ao curso online Français sans Frontières a outros estudantes brasileiros, por meio do portal “Idiomas sem Fronteiras”.

4. A Parte francesa colocará à disposição da Parte brasileira um perito ETI (Expert technique international) francês para auxiliar a CAPES na implementação deste memorando de entendimento.

5. A Parte brasileira disponibilizará todas as ferramentas do portal “Idiomas sem Fronteiras” e se empenhará para implementar as condições necessárias à criação de cursos de francês nas universidades brasileiras onde eles ainda não existem.

6. As Partes criarão um comitê técnico voltado à execução das disposições adotadas no presente Memorando de Entendimento.

Assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013, em dois exemplares originais, em língua portuguesa e em língua francesa.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, E O MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA DA REPÚBLICA FRANCESA, RELATIVO À ACOLHIDA DE ESTUDANTES BOLSISTAS BRASILEIROS NO CICLO DE MESTRADO PROFISSIONAL NA FRANÇA

Considerando o Acordo Quadro sobre Cooperação Técnica e Científica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em 16 de janeiro de 1967,

Considerando o Acordo Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, assinado em 28 de maio de 1996,

Considerando o Memorando de Entendimento relativo à recepção de bolsistas brasileiros na França, assinado em 15 de dezembro de 2011, em Brasília, entre o Ministro das Relações Exteriores e Europeias da República Francesa, o Ministro da Educação e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, da República Federativa do Brasil,

Considerando que as relações bilaterais, nas áreas de formação de recursos humanos de nível superior e da pesquisa científica, têm apresentado um desenvolvimento forte e positivo ao longo das últimas décadas,

Considerando que o Programa “Ciência sem Fronteiras”, do Governo Brasileiro, amplia significativamente as oportunidades para a formação e aperfeiçoamento de estudantes de graduação, pós-graduação e jovens pesquisadores brasileiros no exterior,

Considerando que a França, pela tradição, pela reconhecida excelência das suas universidades, em particular em ciências básicas e engenharias, e pela ampla oferta de mestrado profissional, deverá ocupar um lugar de destaque como país de destino de bolsistas apoiados pelo Programa “Ciência sem Fronteiras”,

O Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa da República Francesa, doravante denominados “Parte brasileira” e “Parte francesa”, respectivamente, e “as partes” conjuntamente,

Declararam sua intenção de ampliar sua cooperação no âmbito do Programa “Ciência sem Fronteiras” nos termos que se seguem:

Da oferta de Mestrado Profissional

1. As Partes concordam que a França receba, em 2014, 500 bolsistas brasileiros, e até 500 bolsistas brasileiros suplementares a partir de 2015, apoiados pelo Programa “Ciência sem Fronteiras”, em ciclo completo de mestrado profissional (2 anos acadêmicos

com um estágio em empresa ou em laboratório de pesquisa).

2. A Parte brasileira designa a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para implementar o envio dos bolsistas brasileiros às instituições francesas parceiras, conforme as normas do Programa “Ciência sem Fronteiras”.

Da concessão de bolsas

1. A Parte brasileira arcará com os benefícios necessários para a manutenção dos bolsistas brasileiros na França durante o período do Mestrado Profissional, conforme estabelecido no Programa “Ciência sem Fronteiras”.

2. As bolsas serão concedidas pela Parte brasileira para estudantes com diploma de graduação selecionados para o Mestrado Profissional nas áreas prioritárias estabelecidas pelo Governo Brasileiro no âmbito do Programa “Ciência sem Fronteiras”. O processo de atribuição das bolsas será definido em acordo específico entre a CAPES e o Campus France, responsável pela alocação dos bolsistas em coordenação com as associações de instituições e as próprias instituições envolvidas.

Das condições de acolhida

1. A Parte francesa coordenará o trabalho das instituições francesas responsáveis pela organização das modalidades de acolhida, de formação e de estágios.

2. A Parte francesa designa a Agência Campus France para coordenar a alocação dos bolsistas brasileiros em instituições francesas parceiras e oferecer aos bolsistas acesso a um portal informatizado que relacione as ofertas de estágio das empresas francesas e as demandas dos estudantes bolsistas.

3. As condições específicas de envio e acolhida dos bolsistas brasileiros na França serão definidas em acordo específico entre a CAPES e a Agência Campus France em coordenação com as instituições de ensino

superior francesas envolvidas.

Assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013, em dois exemplares originais, em língua portuguesa e em língua francesa.

DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E PESQUISA DA REPÚBLICA FRANCESA PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM COMPUTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO (“SUPERCOMPUTAÇÃO”)

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil

e

O Ministério do Ensino Superior e Pesquisa da República Francesa (doravante denominados “Partes”),

Considerando sua intenção de estreitar os laços de cooperação e de ação conjunta nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, especialmente em tecnologias de alto impacto para o desenvolvimento econômico e industrial;

Considerando a Declaração Conjunta da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da República Francesa, François Hollande, em 11 de dezembro de 2012, estimulando o avanço e conclusão das negociações entre o Ministério da Ciência, da Tecnologia e da Inovação do Brasil e a empresa francesa Bull para a implantação de uma infraestrutura de Computação de Alto Desempenho para o SINAPAD (Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho);

Declararam:

1) As Partes celebram, no quadro da parceria estratégica bilateral, a conclusão das negociações com o objetivo de instalar uma infraestrutura de computação de alto

desempenho no Brasil, capaz de colocar o Brasil entre os países líderes mundiais no uso de tecnologias de supercomputação e computação de alto desempenho até o final de 2016.

2) A Parte brasileira apresenta à Parte Francesa o Plano de Trabalho relativo ao projeto, elaborado a partir das especificações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil, por intermédio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), pela parte brasileira, com o auxílio da Bull e apoio do Ministério do Ensino Superior e Pesquisa, representada pelo Comissariado para Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA), do lado francês. O plano de trabalho será refletido no contrato e submetido à aprovação das autoridades francesas, de acordo com os procedimentos legais na França para este tipo de equipamento.

3) O projeto visa dotar o Brasil, até o final de 2014, de uma infraestrutura de supercomputação de classe mundial, de capacidade petaflopica, para apoiar a pesquisa científica, a inovação e a prestação de serviços de supercomputação ao Governo brasileiro e à sociedade brasileira, em distintas aplicações, dado o caráter transversal do sistema, compatíveis com os compromissos internacionais de ambas as partes. O Projeto também prevê a implantação por parte da Bull de um Centro de Pesquisas e de Aplicações e também a Transferência de Tecnologias. A Parte brasileira reitera intenção do Governo brasileiro de uma produção, autônoma e independente, de Produtos e Serviços de Computadores de Alto Desempenho em seu território.

4) As Partes continuam a apoiar a implantação do projeto de cooperação,

especialmente no que tange a:

a. Formação, treinamento e qualificação acadêmica, técnica, profissional e industrial, para operação de sistemas de computação de alto desempenho;

b. Disponibilização, por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e entidades associadas, dos recursos financeiros e materiais necessários à implantação do Projeto nos prazos acordados;

c) Instalação da infraestrutura industrial e de pesquisa em computação de alto desempenho no Brasil.

5) As Partes reafirmam o apoio e recomendam, no quadro do projeto de cooperação, a realização de atividades de educação, difusão e popularização científica no campo da computação de alto desempenho, como meio de fortalecer a educação científica e a inovação em ambos os países.

6) As Partes registram e saúdam, com satisfação, o apoio de outras instituições governamentais e privadas na elaboração, formulação e execução do projeto de cooperação em questão

Feito em Brasília, em 12 de Dezembro de 2013, nos idiomas português e francês.

DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO SOBRE A COOPERAÇÃO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MATÉRIA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.

O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil
e

O Ministro delegado encarregado da Economia Social e Solidária e do Consumo da República Francesa,

Desejosos de reafirmar a vontade de aprofundar a cooperação para reconhecer e promover a Economia Social e Solidária (ESS), de acordo com os princípios de solidariedade e inovação social, que

consideram particularmente necessários ao nosso tempo;

Manifestando a vontade de comprometerem-se na promoção das melhores práticas neste âmbito, intensificando os intercâmbios de experiências de diferentes atores em nível do Estado, das coletividades locais, das empresas e da sociedade civil dos dois países;

Expressando satisfação pela qualidade dos intercâmbios no âmbito da Economia Social e Solidária;

Convictos da pertinência da Economia Social e Solidária, que contribui com um modo de empreendedorismo inovador e alternativo, adaptado ao contexto e aos indivíduos, em uma visão de cidadania ativa e de democracia social;

Convictos da contribuição que a Economia Social e Solidária pode ter no desenvolvimento econômico eficiente, justo e sustentável;

Tomando nota do desenvolvimento da Economia Social e Solidária no Brasil, da vitalidade e da experiência das estruturas envolvidas na dinâmica de um desenvolvimento econômico que favoreça a inclusão social;

Constatando o papel e a experiência da Economia Social e Solidária na França, seu peso em termos econômicos, de empregos e de realizações industriais, comerciais, sanitárias e sociais;

Esperando compartilhar os valores que visem a:

- democratizar a economia mediante formas de empreendimento que associem as partes envolvidas às decisões e que reinvestam seus resultados para as futuras gerações;

- investir na inovação social, com o fim de atender às necessidades sociais e estimular a criação de trabalho de qualidade.

DECLARAM SUA INTENÇÃO DE reforçar a cooperação e aprofundar os intercâmbios sobre as questões de Economia

Social e Solidária, particularmente nos seguintes eixos:

1. Desenvolver a formação:

Favorecer a formação de profissionais e, de forma mais ampla, de todos os indivíduos envolvidos na concepção e implementação das políticas das diferentes formas de estruturas da Economia Social e Solidária: cooperativas, associações, etc.;

2. Favorecer os intercâmbios de experiências e boas práticas:

Organizar os intercâmbios de boas práticas e favorecer a participação recíproca nos eventos nacionais e regionais, conferências, fóruns;

Organizar encontros de peritos envolvidos nas estruturas da Economia Social e Solidária e facilitar a transferência de experiência.

3. Promover projetos conjuntos de cooperação:

Identificar inovações e experiências sociais que apresentem um interesse mútuo. Nesta perspectiva, trata-se de enfatizar notadamente:

- as políticas públicas de promoção da Economia Social e Solidária;

- a elaboração de um âmbito jurídico e regulatório adaptado à ESS;

- as redes de cooperação e desenvolvimento territorial;

- a promoção de incubadoras de empresas de ESS;

- a recuperação pelos funcionários de empresas, em particular, das falidas ou em situação falimentar;

- o desenvolvimento econômico das empresas de Economia Solidária, principalmente nas atividades de reciclagem de resíduos informáticos, roupas, veículos, etc.;

- a pesquisa, o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias apropriadas às empresas econômicas solidárias;

- a economia de proximidade;

- as finanças solidárias;

- o comércio justo e equitativo.

A atenção será orientada particularmente às possibilidades de intercâmbio das melhores práticas identificadas, apresentando, quando necessário, síntese dos mais recentes relatórios públicos na matéria.

Os Ministros poderão avaliar, regularmente, os progressos e as realizações da cooperação em matéria de Economia Social e Solidária. Com essa finalidade, designarão um servidor de alto nível encarregado de coordenar as ações de cooperação em matéria de Economia Social e Solidária, favorecer o compartilhamento de experiências, assegurar o seguimento regular das ações e iniciar o diálogo entre os poderes públicos e os atores envolvidos nos diferentes âmbitos de cooperação da presente declaração de intenção. Um balanço geral das ações desenvolvidas no âmbito da presente declaração será realizado ao término dos próximos três anos.

As atividades assim programadas poderão ser realizadas em função das respectivas disponibilidades de financiamento.

A presente declaração de intenção será implementada em conformidade com as respectivas competências do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil e do Ministério delegado encarregado da Economia Social e Solidária e do Consumo da República Francesa.

Assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013, em dois exemplares, em língua portuguesa e língua francesa.

PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DA AGRICULTURA ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, AGROALIMENTAR E FLORESTAS DA

REPÚBLICA FRANCESA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil

e

O Ministério da Agricultura, Agroalimentar e Florestas da República Francesa, doravante referidos como “as Partes”;

Na continuidade das boas relações e da amizade que unem ambos os países e dos intercâmbios já empreendidos;

Desejando fortalecer as relações de amizade existentes entre os dois países por meio do desenvolvimento da cooperação no campo da agricultura;

Reconhecendo o rol central da agricultura no desenvolvimento econômico nacional, na sociedade e na gestão sustentável dos territórios nos dois países;

Acreditando na importância do fortalecimento, sobre uma base de reciprocidade e de interesse mútuo, das dinâmicas bilaterais, da cooperação, do diálogo e dos intercâmbios entre as administrações competentes e as instituições científicas trabalhando nas áreas da agricultura, da segurança sanitária e alimentar e do desenvolvimento agrícola em ambos os países;

Considerando a necessidade de promover os intercâmbios de bens agrícolas e alimentares com base nas normas sanitárias e fitossanitárias internacionais editadas pelas organizações normativas reconhecidas pelo Acordo sobre Aplicação das Normativas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC, como a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), a Comissão do Codex alimentarius e a Convenção Internacional pela Proteção dos Vegetais (CIPV);

De acordo com as leis e regulamentos existentes em seus respectivos países;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

OBJETIVOS E ÁREAS DE COOPERAÇÃO

Objetivos

As Partes estimulam nos limites das suas competências e tendo em conta as suas prioridades e os seus interesses:

a compreensão mútua e a cooperação técnica bilateral entre as duas administrações, em todas as áreas da agropecuária, da indústria agroalimentar, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural;

o estabelecimento de canais de comunicação para fortalecer os intercâmbios de informação, assim como a notificação, nos melhores prazos, de toda questão ou dificuldade, a fim de facilitar a sua resolução;

a criação de vínculos entre administrações públicas encarregadas das políticas agrícolas e veterinárias, produtores, empresas e organizações agroalimentares de ambos os países.

Áreas de cooperação

As Partes estimulam o intercâmbio de informação e de experiência, e a cooperação técnica, em particular nas áreas seguintes:

Boas práticas na implementação das políticas públicas, leis e regulamentações vinculadas à agropecuária e ao agronegócio, à sua sustentabilidade, às questões sanitárias e fitossanitárias, à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural;

Defesa animal e vegetal (questões sanitárias e fitossanitárias) e questões de segurança sanitária dos alimentos;

Produção de cultivos, florestas, pecuária, bioenergias, assim como a sua transformação e comercialização;

Agropecuária sustentável, agroecologia e produção orgânica, selos ou instrumentos de certificação agregando valor, inclusive as indicações geográficas;

Análises econômicas e estatísticas na área do agronegócio;

Ensino, pesquisa e extensão, em particular nas áreas agrônômica, veterinária e agroalimentar;

Qualquer outra área de interesse mútuo no campo do agronegócio que possa aparecer.

As partes promovem a cooperação nas áreas mencionadas no parágrafo anterior por meio das formas de cooperação especificadas no Artigo II deste Protocolo de Entendimento.

ARTIGO II

Formas de Cooperação

1. As formas de cooperação neste Protocolo de Entendimento podem incluir:

intercâmbio de informação e experiências por meio de grupos de trabalho, simpósios, seminários, treinamento, fóruns e conferências sobre assuntos relacionados ao agronegócio;

intercâmbio de especialistas, profissionais, cientistas e estagiários; e realização de visitas técnicas, seminários e outras formas de treinamento profissional;

formulação conjunta de projetos;

qualquer outra forma de cooperação mutuamente acordada entre as Partes.

ARTIGO III

Dispositivos de Implementação

1. As partes podem negociar projetos específicos, a serem implementados em instrumentos próprios, de acordo com as provisões deste Protocolo de Entendimento, para implementar as áreas de cooperação acima mencionadas.

2. A implementação deste Protocolo de Entendimento, incluindo os projetos e outras atividades neles baseados, deverá estar em acordo com as leis e regulamentos de ambos os países.

3. O protocolo sobre Indicações Geográficas assinado entre as Partes em abril de 2011 é considerado como uma parte da implementação do presente Protocolo de entendimento, desde que mantidos os dispositivos acordados.

4. As Partes podem designar operadores para implementar algumas das áreas de cooperação identificadas neste Protocolo de entendimento.

O Ministério da Agricultura, Agroalimentar e Florestas da República Francesa poderá, em particular, amparar-se nos GIP ADECIA e France Vétérinaire International, assim como na FranceAgriMer, para as ações de cooperação correspondentes às suas áreas de competências respectivas, além de outros operadores competentes.

ARTIGO IV

Grupo de Trabalho Conjunto

1. Para assegurar a implementação deste Protocolo de Entendimento, as Partes acordam-se, por meio dos canais diplomáticos, com a criação de um Grupo de Trabalho Conjunto composto de igual número de representantes das duas Partes – sendo esses representantes, preferencialmente, das áreas técnicas afetas de ambos os países. Os serviços responsáveis pela coordenação serão as seguintes:

Pela Parte Francesa: Ministério da Agricultura, Agroalimentar e Florestas, Direção das Relações Internacionais

Pela Parte Brasileira: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria das Relações Internacionais do Agronegócio

2. Para a implementação da cooperação prevista neste Protocolo, um Programa de Ações está indicado em anexo do presente instrumento. Este Programa pode ser modificado, caso necessário, pelo Grupo de Trabalho, durante a sua primeira reunião.

3. O Programa de Ações tem o prazo de duração acordado mutuamente, assim como poderá ser emendado conforme periodicidade acordada entre as Partes.

4. O Grupo de Trabalho Conjunto formula e submete recomendações de políticas com vistas a promover o desenvolvimento da

agricultura de ambos os países. Ele será, ainda, o responsável pelo planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos definidos sob este Protocolo de Entendimento.

5. O Grupo de Trabalho Conjunto se reúne a cada dois(2)anos, alternadamente, na França e no Brasil, sendo o representante do país anfitrião o Presidente do encontro. Porém, no objetivo de racionalizar os custos e as viagens dos funcionários, essas reuniões podem ser organizadas à margem de reuniões internacionais ou outros eventos bilaterais, ou por meio de vídeo conferência. Quando necessário, uma reunião extraordinária poderá ocorrer, sujeita à concordância pelos canais diplomáticos entre as partes.

ARTIGO V

Dispositivos Financeiros e Outras Formas de Apoio

1. As Partes serão responsáveis pelas suas próprias despesas relativas às atividades realizadas no âmbito deste Memorando a menos que acordado diferentemente.

2. Todas as ações a serem implementadas no âmbito deste Protocolo de entendimento serão desenvolvidas em conformidade com as disponibilidades dos recursos financeiros e humanos de que cada Parte dispõe, ou dos eventuais recursos disponíveis no âmbito da cooperação bilateral, ou multilateral, com observância das disposições legislativas e regulamentares aplicáveis em cada país.

ARTIGO VI

Direitos de Propriedade Intelectual

Considerando a legislação nacional e os acordos internacionais em vigência em ambos os países, as Partes irão adotar as medidas necessárias para proteger os direitos de propriedade intelectual que surjam da implementação deste Protocolo de Entendimento, caso necessário.

ARTIGO VII

Solução de Controvérsias

Qualquer dúvida quanto à interpretação, aplicação ou implementação deste Protocolo de Entendimento será resolvida de forma amigável por meio de consultas ou negociações entre as Partes.

ARTIGO VIII

Entrada em Vigor

1. Este Protocolo de Entendimento entra em vigor na data da sua assinatura.

2. Este Protocolo de Entendimento não tem influência nem consequência sobre direitos e obrigações contratados por separado, por uma das Partes, com uma terceira parte.

ARTIGO IX

Modificações

Qualquer uma das Partes pode solicitar, por escrito e por meio dos canais diplomáticos, revisão ou modificação deste Protocolo de Entendimento. Qualquer revisão ou modificação acordada pelas Partes entrará em vigor na data determinada por elas, tendo em conta seus regulamentos internos, e fará parte integrante deste Protocolo de Entendimento.

ARTIGO X

Duração e Término

1. Firma-se o presente Protocolo de Entendimento por um período de cinco (5) anos, automaticamente renovável por períodos de mesma duração, a menos de que uma das Partes notifique, por escrito, com antecedência mínima de seis (6) meses, a sua intenção de terminá-lo.

2. O término deste Protocolo não afeta as ações em curso, salvo decisão contrária comum a ambas as Partes.

Em testemunho do que, os abaixo assinados assinaram este Protocolo de Entendimento.

Feito em Brasília, no dia 12 de dezembro de 2013, em português e em francês, em dois originais, sendo ambos os textos igualmente válidos.

ANEXO: Programa de ações proposto pelas Partes referente aos diferentes temas de cooperação inicialmente identificados.

As Partes poderão, inicialmente, implementar este Protocolo de entendimento com os seguintes tópicos:

Na área das políticas agrícolas:

1. Intercâmbio de informação e experiência sobre as políticas implementadas nas áreas de sustentabilidade da produção agropecuária, de integração agricultura-pecuária-floresta, de agroecologia e de produção orgânica.

2. Intercâmbio de informação e desenvolvimento de parcerias em matéria de estatísticas agrícolas e análises econômicas, no âmbito da implementação do AMIS (Agricultural Market Information System).

3. Intercâmbio de informação e experiência sobre as políticas de gestão de crises alimentares relacionadas aos riscos climáticos, sanitários e à volatilidade dos preços agrícolas no mercado internacional.

4. Intercâmbios de informação e experiência sobre as indicações geográficas, no marco do Protocolo sobre IG assinado em abril 2011.

5. Intercâmbio de informação e experiências sobre aspectos associados à certificação de sistemas e equipamentos de irrigação, visando eficiência e melhora de desempenho na aplicação de água e insumos.

Na área das políticas sanitárias e fitossanitárias:

1. Cooperação técnica sobre o combate à mosca-da-carambola na fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil.

2. Intercâmbio de experiência sobre a regulamentação referente à produção de queijos artesanais e de queijos de leite cru.

3. Cooperação técnica sobre o treinamento dos fiscais sanitários públicos no Brasil.

4. Intercâmbio de informação e experiência sobre os sistemas de vigilância e fiscalização sanitários e fitossanitários na França e no

Brasil, para facilitar o comércio.

5. Intercâmbio de experiência relativo à preparação das sessões da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) e à definição e implementação da regulamentação referente à produção vitivinícola além do intercâmbio de experiência técnica, relacionado à inspeção e fiscalização de bebidas alcoólicas (incluindo a produção, o envelhecimento, as análises laboratoriais e a verificação de autenticidade).

Na área do ensino e da pesquisa agrícola:

1. Facilitação, nos limites das competências das Partes, das parcerias entre estabelecimentos de ensino superior agrônomo e veterinário, estabelecimentos de ensino técnico, tecnológico e profissional agrícola, centros de extensão e instituições de pesquisa agrônomicas e veterinárias.

2. Intercâmbio de informação e experiência sobre os dispositivos de ensino e pesquisa de ambos os países, assim como sobre assistência técnica rural e extensão.

ATOS ASSINADOS POR AUTORIDADES
BRASILEIRAS NO PALÁCIO DO
ITAMARATY POR OCASIÃO DA VISITA
DE ESTADO DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FRANCESA, FRANÇOIS
HOLLANDE - BRASÍLIA, 12 DE
DEZEMBRO DE 2013
12-12-2013

1-MEMORANDODEENTENDIMENTO
ENTRE O CONSELHO NACIONAL
DE COMBATE À PIRATARIA E
DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE
INTELLECTUAL(CNCP/Brasil) EOCOMITÊ
NACIONAL ANTI-CONTRAFAÇÃO
(CNAC/França) SOBRE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE OBSERVÂNCIA

DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

2 – ACORDO MARCO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO ESPORTE, DA JUVENTUDE, DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA VIDA ASSOCIATIVA

DA REPÚBLICA FRANCESA NO CAMPO DO ESPORTE

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCB/BRASIL) E O COMITÊ NACIONAL ANTI-CONTRAFACÇÃO (CNAC/FRANÇA) SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE OBSERVÂNCIA DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os representantes dos órgãos de coordenação nacional das políticas de observância de direitos de propriedade intelectual do Brasil e da França, reunidos em Brasília, no dia XX de dezembro de 2013;

Considerando a importância de reforçar a cooperação internacional visando a promover a proteção da inovação e da criação, bem como o respeito aos direitos de propriedade intelectual;

Reconhecem que:

- a contrafação é um grave problema que atinge todos os setores da economia, bem como todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento;

- a expansão geográfica e o crescimento do volume da produção e da distribuição de produtos contrafeitos suscitam uma questão internacional inquietante, frequentemente ligada ao crime organizado;

- a contrafação constitui um risco à saúde e à segurança dos consumidores, à inovação

e à competitividade das empresas, ao nível de emprego e de crescimento econômico, à biodiversidade, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

Declaram que, frente aos prejuízos causados pela contrafação, o CNCB e o CNAC envidarão esforços para:

- promover e ampliar a coordenação nacional no combate à contrafação entre as autoridades governamentais competentes, bem como entre os parceiros dos setores público e privado;

- buscar manter um nível elevado de sensibilização dos consumidores em matéria de combate à contrafação;

- encorajar o desenvolvimento de modelos econômicos inovadores, adaptados às novas realidades tecnológicas;

- criar dispositivos eficazes e equilibrados para combater a contrafação no ambiente digital;

- intensificar o combate à contrafação ligada ao turismo e desenvolver ações regulares de sensibilização nas zonas turísticas;

- sensibilizar os organizadores, expositores e visitantes de salões profissionais, aumentar a informação dos titulares de direitos de propriedade intelectual e incentivar a repressão da contrafação nesses eventos;

- ampliar as ações de sensibilização e de repressão nos grandes eventos esportivos;

- intercambiar informações e boas práticas de maneira regular.

Declaram sua intenção de:

- conduzir ações comuns de cooperação no que tange ao respeito aos direitos de propriedade intelectual e a luta contra a contrafação;

- reunir-se regularmente para intercambiar informações sobre as iniciativas nacionais em matéria de desenvolvimento do respeito pela propriedade intelectual e do combate à contrafação;

BRASIL

Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e outros Delitos de Propriedade Intelectual (CNCP) – Secretário-Executivo de Ministério da Justiça

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e outros delitos de Propriedade Intelectual

FRANÇA

Presidente do Comitê Nacional Anti-Contrafação (CNAC)

Secretário-Geral do Comitê Nacional Anti-Contrafação (CNAC) – Diretor-Geral do Instituto Nacional de Propriedade Industrial

ACORDO MARCO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO ESPORTE, DA JUVENTUDE, DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA VIDA ASSOCIATIVA

DA REPÚBLICA FRANCESA NO CAMPO DO ESPORTE

O Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil, de um lado,

e o Ministério do Esporte, da Juventude, da Educação Popular e da Vida Associativa da República Francesa, de outro lado,

de aqui em diante denominados as “Partes”,

Reconhecendo o papel da cooperação esportiva bilateral como fator de fortalecimento dos laços de amizade e de aperfeiçoamento mútuo,

Tendo presente o papel considerável que deverão desempenhar, no curso dos próximos anos, para os dois Estados, a organização no Brasil da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão em 2016,

Desejosos de contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade que unem os dois Estados através da cooperação no domínio do esporte,

Acordam o seguinte :

1 – Os Campos de Cooperação

As Partes expressam sua vontade de manter sua cooperação esportiva no marco de suas competências respectivas, por meio do intercâmbio de experiências com prioridade para os seguintes campos :

- intercâmbio de quadros técnicos das federações brasileiras e francesas com o objetivo principal de preparar, sobre a base de um plano esportivo e logístico, as grandes competições esportivas organizadas no Brasil ou na França;

- intercâmbio de conhecimentos em matéria de preparação de atletas, de formação de quadros e de especialistas;

- intercâmbio temático sobre os modelos nacionais (brasileiros e franceses) de organização e de legislação do esporte. A título de exemplo e de maneira não exaustiva, poderá ser organizado o intercâmbio sobre medicina esportiva e a luta contra a dopagem, sobre a manipulação de competições, sobre a inclusão social por meio do esporte, sobre as infra-estruturas e os equipamentos esportivos.;

2 – As Formas de Cooperação

A cooperação entre as Partes será posta em marcha, conforme as necessidades, nas formas seguintes:

- intercâmbio de informações e de experiências;

- intercâmbio de publicações e de documentação;

- implementação de estágios e participação em ações de formação;

- organização conjunta de seminários, conferências e de outras iniciativas de interesse mútuo.

3 – A Programação do Intercâmbio

A cooperação definida no presente Acordo Marco será implementada na forma de programas de intercâmbio elaborados pelas Partes. Esta programação poderá ser anual ou bi-anual, de acordo à vontade expressa

pelas Partes no momento de elaboração dos programas de intercâmbio.

4 – O Financiamento do Intercâmbio

No limite dos recursos orçamentários de que dispõem as Partes a cada não ano para seu funcionamento e conforme sua respectiva legislação, o financiamento dos programas de intercâmbio previstos no presente Acordo Marco será negociado pelas Partes caso a caso.

As Partes acordam que os seguintes princípios serão normalmente observados em cada caso, a menos que as Partes decidam de outra forma:

- os custos de transporte internacional, até o aeroporto internacional mais próximo estarão a cargo do país remetente;

- os custos de estadia, acomodação, alimentação e traslados no local estarão a cargo do país receptor.

5 – A Entrada em Vigor

O presente Acordo Marco entrará em vigor a partir da data de sua assinatura por um período de dois anos e será renovável por renovação tácita por um novo período de dois anos.

O presente Acordo Marco poderá ser denunciado se uma das Partes manifestar seu desejo de fazê-lo, por meio de notificação escrita à outra Parte.

6 – As Emendas

O presente Acordo Marco poderá ser emendado, a qualquer momento, por acordo mutuo por escrito entre as Partes.

7 – Resolução de controvérsias

Qualquer questão relativa à interpretação ou à execução do presente Acordo será resolvida pela negociação amigável entre as Partes.

Feito em Brasília, em 12 de dezembro de 2013 em dois exemplares originais em língua portuguesa e francesa, as duas versões sendo igualmente autênticas.

O Governo brasileiro condena o atentado ocorrido em 14 de dezembro na cidade de Kidal, no Mali, que causou a morte de dois soldados senegaleses da MINUSMA e feriu vários integrantes da missão e das Forças Armadas malinesas

O Governo brasileiro condena o atentado ocorrido em 14 de dezembro na cidade de Kidal, no Mali, que causou a morte de dois soldados senegaleses da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) e feriu vários integrantes da missão e das Forças Armadas malinesas.

O Governo brasileiro se associa às declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança na condenação ao ataque, nas condolências aos familiares das vítimas e aos Governos do Senegal e do Mali e nos votos de pronta recuperação dos feridos.

O Governo brasileiro reafirma seu veemente repúdio a quaisquer atos de terrorismo e violência e reitera seu apoio aos esforços do Governo do Mali e das Nações Unidas para manter a estabilidade do país e combater a violência.

Atentado en Malí

El Gobierno brasileño condena el atentado ocurrido el 14 de diciembre en la ciudad de Kidal, en Malí, que causó la muerte de dos soldados senegaleses de la Misión Multidimensional Integrada de Estabilización de las Naciones Unidas en Malí (MINUSMA) e hirió a varios integrantes de la misión y de las Fuerzas Armadas malienses.

El Gobierno brasileño se asocia a las declaraciones del Secretario General de las Naciones Unidas y del Consejo de Seguridad en condena al ataque, en las condolencias a los familiares de las víctimas y a los Gobiernos de

Senegal y de Malí y en los votos de pronta recuperación de los heridos.

El Gobierno brasileño reafirma su vehemente repudio a cualquier acto de terrorismo y violencia y reitera su apoyo a los esfuerzos del Gobierno de Malí y de las Naciones Unidas para mantener la estabilidad del país y combatir la violencia.

RETORNO DE BRASILEIRAS ABRIGADAS NA EMBAIXADA DO BRASIL EM OSLO

17-12-2013

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com satisfação o desfecho favorável do caso da brasileira Vitória Alves Jesumary e de sua filha menor. As brasileiras se encontravam desde o dia 28 de novembro abrigadas na Embaixada do Brasil em Oslo, Noruega, onde aguardavam decisão do conselho tutelar local quanto ao cancelamento da ordem de entregar a menor a uma família substituta e à autorização de saída da criança do país para retorno ao Brasil, tendo ambas embarcado hoje às 18h (hora local).

Durante o período em que permaneceram acolhidas na Embaixada, as brasileiras receberam toda a assistência por parte do Governo brasileiro. A Embaixada em Oslo, em coordenação com o advogado da família, proporcionou mediação entre a brasileira e seu ex-marido, acompanhou todas as audiências judiciais, realizou gestões junto às autoridades norueguesas e providenciou a repatriação de ambas.

No Brasil, o Itamaraty manteve contato com a família da brasileira e acionou o Centro de Referência de Assistência Social de Varadouro (Olinda/PE) para a emissão dos documentos solicitados pelas autoridades norueguesas, que possibilitaram a reversão da decisão do conselho tutelar e a autorização de retorno ao Brasil.

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL PELO PODER LEGISLATIVO DO PARAGUAI

18-12-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande satisfação, da conclusão do processo de aprovação do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL pelo Poder Legislativo do Paraguai.

A decisão é passo essencial para o fortalecimento político e comercial do MERCOSUL, com a plena participação do Paraguai, sócio fundador do bloco e parceiro estratégico do Brasil.

O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL

18-12-2013

O Governo brasileiro manifesta grande satisfação pela adoção, por consenso, do projeto de resolução “O Direito à Privacidade na Era Digital”, apresentado por Brasil e Alemanha na ONU.

O Governo brasileiro manifesta grande satisfação pela adoção, por consenso, do projeto de resolução “O Direito à Privacidade na Era Digital”, apresentado por Brasil e Alemanha e aprovado na tarde de hoje, no Plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas. A decisão conclui o processo de consideração do projeto, que se iniciou com sua aprovação, também por consenso, na III Comissão da Assembleia Geral.

A aprovação do documento pelo consenso dos 193 Estados-membros das Nações Unidas demonstra o reconhecimento, pela comunidade internacional, de princípios

universais defendidos pelo Brasil, como a proteção do direito à privacidade e à liberdade de expressão, especialmente contra ações extraterritoriais de Estados em matéria de coleta de dados, monitoramento e interceptação de comunicações. A resolução é inovadora, também, por expressar o reconhecimento de que os direitos dos cidadãos devem ser protegidos tanto “offline” como “online”. Prevê, ainda, passos para dar continuidade ao diálogo e aprofundar discussões ao longo dos próximos meses, no âmbito das Nações Unidas, sobre o direito à privacidade nas comunicações eletrônicas.

SITUAÇÃO NA TAILÂNDIA

19-12-2013

O Governo brasileiro acompanha com atenção os acontecimentos recentes no Reino da Tailândia e conclama todas as partes envolvidas a respeitarem o processo democrático e a ordem institucional.

O Governo brasileiro manifesta sua expectativa de que a situação venha a ser equacionada de maneira pacífica e por meio do diálogo, com respeito à Constituição.

SITUAÇÃO NO SUDÃO DO SUL

2013-12-21

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os graves enfrentamentos no Sudão do Sul, que já resultaram na morte de centenas de civis.

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os graves enfrentamentos no Sudão do Sul, que já resultaram na morte de centenas de civis. Nesse contexto, condena firmemente o ataque a base da ONU ocorrido em Okobo de que decorreu a morte de dois capacetes azuis.

O Brasil expressa sua solidariedade ao Povo e ao Governo do Sudão do Sul, bem como aos familiares das vítimas.

O Brasil reitera o repúdio ao uso da violência como forma de dirimir disputas e conclama as partes envolvidas a buscar solução pacífica por meio do diálogo e em ambiente que garanta a segurança da população civil. Associa-se, assim, às declarações do Conselho de Segurança e do Secretário-Geral das Nações Unidas de apoio integral aos esforços da ONU, da União Africana e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) com vistas a contribuir para pronta solução política da crise.

O Governo brasileiro acompanha com atenção a situação dos observadores militares e policiais brasileiros que atuam na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).

DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES

26-12-2013

O Governo brasileiro manifesta sua grande satisfação pela proclamação da Década Internacional dos Afrodescendentes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU.

A Década, intitulada “Pessoas Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, será celebrada de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024. Buscará aumentar a conscientização das sociedades no combate ao preconceito, à intolerância e ao racismo.

O Governo brasileiro empenhou-se diretamente no processo de negociações que levou à proclamação da Década.

RETORNO AO BRASIL DA ATIVISTA ANA PAULA MACIEL

27-12-2013

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da notícia de que ativista brasileira da ONG Greenpeace, Ana Paula Maciel, recebeu autorização formal do Serviço Federal de Migração da Federação da Rússia para que possa deixar o país. Com a anistia aprovada pelo Governo russo, cessou o processo judicial dos 30 ativistas que se encontravam a bordo da embarcação Arctic Sunrise.

Por determinação da Senhora Presidenta da República, o Itamaraty, inclusive por intermédio da Embaixada em Moscou, acompanhou as audiências judiciais, realizou gestões junto às autoridades russas e prestou assistência a Ana Paula Maciel, que deverá regressar ao Brasil neste fim de semana.

ATENTADOS NA RÚSSIA 30-12-2013

O Governo brasileiro condena os atentados perpetrados nos dias 29 e 30 de dezembro, na cidade russa de Volgogrado, que resultaram na morte de dezenas de civis.

Ao solidarizar-se com as famílias das vítimas e com o Governo da Federação da Rússia, o Governo brasileiro reafirma seu veemente repúdio a quaisquer atos de terrorismo e violência, praticados sob qualquer pretexto.

ARTIGOS

“ERRADICAR EL TRABAJO INFANTIL” (EL PAÍS, ESPANHA, 6/10/2013)

La conferencia internacional de Brasil debe ser decisiva contra la explotación de los niños

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO
MACHADO / MANOEL DIAS / TEREZA
CAMPELLO

A pesar de la existencia de un fuerte marco jurídico internacional destinado a la erradicación del trabajo infantil y el amplio consenso logrado entre los países sobre el tema, más de 168 millones de niños siguen siendo víctimas del trabajo infantil en todo el mundo. Entre ellos, 85 millones sufren de sus peores formas, las que son perjudiciales a su salud, seguridad y moralidad.

La comunidad internacional ha logrado avances importantes en la lucha contra el trabajo infantil. Los datos publicados por la Organización Internacional del Trabajo (OIT) el pasado 23 de septiembre muestran un marcado descenso en el número de niños que trabajan, en todas las regiones del mundo: había 246 millones de niños trabajando en el año 2000, 215 millones en el 2008 y, finalmente, 168 millones en el 2013, con una reducción total de tasas de trabajo infantil superiores al 30% en los últimos 13 años. Sin

embargo, para los niños que siguen trabajando estas cifras están lejos de ser suficientes.

Brasil será la sede de la Tercera Conferencia Mundial sobre el Trabajo Infantil entre el 8 y el 10 de octubre. Nos sentimos honrados de contribuir con el avance de los esfuerzos para la erradicación sostenida del trabajo infantil, que es el tema central de la conferencia.

Esta es la primera vez que la conferencia se llevará a cabo en un país en desarrollo. Se ha invitado a participar a los representantes de todos los países miembros de la Organización de las Naciones Unidas y observadores, incluyendo trabajadores, empleadores, Gobiernos y sociedad civil. Esta iniciativa es única, en el sentido de que universaliza la lucha contra el trabajo infantil mediante la participación de la totalidad de los países del mundo y de los diferentes sectores sociales involucrados en el esfuerzo. A pocos días del evento, el número de países representados en la misma ya ha superado los 150, más del doble de la II Conferencia Mundial, en 2010. Esto es un logro en sí mismo, y ya es motivo de celebración.

La erradicación del trabajo infantil en el menor tiempo posible es el objetivo final, y el ideal que Brasil defiende. En 12 años, las

iniciativas de Brasil en este área han reducido en más de 1,7 millones el número de niños de 5 a 14 años de edad que trabajan, el 66,5%.

La eliminación de las peores formas de trabajo infantil es primordial, y la meta de lograrlo para el año 2016 es impostergable, pero la lucha no terminará allí. Tenemos que ir más allá, y eso es exactamente lo que Brasil continuará haciendo, tanto a nivel interno, a través de la profundización de su extensa red de políticas públicas para la protección social y de los niños, como a escala internacional, a través de la promoción de la cooperación creativa entre los países con el fin de involucrar a todos en el esfuerzo por universalizar e institucionalizar la lucha contra el trabajo infantil.

Erradicar el trabajo infantil es un imperativo moral, ya que los niños constituyen el segmento más indefenso y vulnerable de nuestras sociedades. Cada hora trabajada por nuestros hijos les roba a ellos más que la oportunidad de ser niños: les roba años de su vida adulta. Erradicar el trabajo infantil es también un desafío mundial. No hay una sola región del mundo, rica o pobre, que esté completamente libre de esta plaga. Sin determinación política el trabajo infantil no desaparecerá, ni en períodos de crecimiento ni en los de crisis. Debemos asegurarnos que el trabajo infantil no sea visto nunca más como algo natural, y que comience a ser percibido como el flagelo que es.

La erradicación del trabajo infantil cuenta con el consenso entre las naciones. Ninguna nación defiende el trabajo infantil. Los marcos conceptuales y legales ya existen, pero todavía persisten los desafíos en la práctica. Es allí entonces donde radica la importancia de la Tercera Conferencia Mundial sobre el Trabajo Infantil, y la principal oportunidad que representa: ser una plataforma para la participación y la movilización en torno a las

experiencias prácticas de éxito que nos pueden llevar, de manera progresiva, a un mundo libre de trabajo infantil.

Mientras vemos al mundo moverse hacia ese objetivo, la universalización de la lucha contra el trabajo infantil resulta cada vez más esencial. Los Gobiernos debemos adoptar y hacer cumplir las medidas y legislaciones relevantes para la lucha contra este flagelo, directa e indirectamente; las organizaciones de empleadores y de trabajadores deben cumplir estrictamente con las reglas; y la sociedad civil debe trabajar para concienciar a los individuos hasta el punto de que la sola idea de trabajo infantil, en cualquiera de sus formas, se vuelva intolerable.

Luiz Alberto Figueiredo es ministro de Relaciones Exteriores. Manoel Dias es ministro de Trabajo y Empleo. Tereza Campello es ministra de Desarrollo Social y Combate contra el Hambre. Todos ellos son miembros del Gobierno brasileño.

ENTREVISTAS

SANÇÕES CONTRA O IRÃ LIMITAM COMÉRCIO DO PAÍS COM BRASIL (ENTREVISTA CONCEDIDA AO CORRESPONDENTE DA FOLHA DE S. PAULO EM TEERÃ, SAMY ADGHIRNI, 06/08/2013)

O Brasil considera ineficientes e nefastas contra a população as sanções unilaterais impostas ao Irã pelos EUA e por aliados, segundo o chanceler Antonio Patriota

Em entrevista à Folha em Teerã, onde participou da posse do presidente Hasan Rowhani, o ministro disse que as sanções afetam interesses econômicos do Brasil.

Folha - Como foi a visita?

Antonio Patriota - A posse de Rowhani representa uma renovação. Fui recebido por Ali Akbar Salehi [chanceler que deixou o cargo] e conversei com o novo chanceler [Mohamad Javad Zarif]. E cumprimentei pessoalmente Rowhani. Foi uma demonstração de apreço.

Folha - Ficou para trás o estranhamento no início do governo Dilma Rousseff?

Antonio Patriota - Sempre houve um relacionamento correto com o Irã. Até no caso do diplomata iraniano em Brasília [acusado de molestar crianças numa piscina], Salehi foi receptivo e deu encaminhamento que nos pareceu adequado. Há grande sensibilidade no

Irã sobre os direitos humanos. No encontro com Salehi, suscitei a questão, encorajando o país a cooperar com o sistema multilateral [Teerã é acusado de não cooperar com investigações da ONU]. O Brasil votou a favor de criar o cargo de relator especial para o Irã. Isso serve para fortalecer o sistema multilateral e obter garantia contra politização indevida. Também acho equivocada a atitude de Israel de não se ter submetido à revisão periódica universal no Conselho de Direitos Humanos [que visa a submeter todos os países à avaliação sobre a questão]. Há ainda progressos inegáveis em educação e mortalidade infantil.

Folha - A ênfase na relação Brasil-Irã hoje está no comércio?

Antonio Patriota - Num momento em que o nosso superavit comercial com o mundo diminui, negócios com o Irã continuam num patamar elevado. Mas o comércio está limitado pelas sanções unilaterais, um modo de proceder com o qual não concordamos. O Brasil defende que sanções só devam ser adotadas no âmbito da ONU. Sanções unilaterais criam entraves financeiros e de crédito, limitando a cooperação econômica.

Folha - Valeu a pena o acordo nuclear de 2010, costurado por Brasil e Turquia, que exigiu muito esforço, gerou atrito com os EUA e acabou dando em nada?

Antonio Patriota - Foram as abordagens alternativas ao acordo que não deram em nada. Houve críticas contra um esforço dentro da legalidade internacional destinado a revisar uma medida de fortalecimento de confiança [envio do urânio altamente enriquecido para fora do Irã] e obedecendo a parâmetros estabelecidos pelas próprias potências. Críticos disseram que seria mais produtivo adotar mais sanções. Três anos depois, novas sanções não produziram nenhum resultado e a abordagem das potências hoje é semelhante àquela de Brasil e Turquia. Hoje não se consegue um acordo de compromisso do governo iraniano. O entendimento de 2010 foi um marco na busca de uma solução pacífica.

Folha - E a decisão do Congresso dos EUA de iniciar, dois dias antes da posse de Rowhani, trâmites para novas sanções?

Antonio Patriota - Não vou me pronunciar sobre as medidas, sobretudo porque ainda não têm efeito. Esperamos que o comportamento iraniano e as reações de outros países caminhem rumo à negociação. Essa questão está inscrita na agenda do Conselho de Segurança da ONU por conta das sanções multilaterais que, diga-se de passagem, se restringem a aspectos diretamente associados às alegações de fins não pacíficos do programa nuclear iraniano. Já sanções unilaterais geram efeito negativo sobre a vida da população iraniana.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África: 7, 8, 9, 12, 13, 17, 19, 21, 46, 57, 86, 87, 93, 94, 103, 117, 121, 124, 127, 131, 134, 141, 142, 144, 146, 149, 153, 161, 162, 165, 168, 173, 174, 176, 177, 180, 182, 199, 235, 253, 259, 269, 270, 290.

África do Sul: 8, 12, 13, 86, 141, 142, 149, 161, 162, 165, 173, 176, 182, 199, 220, 226 e 269.

Alemanha: 14, 18, 176, 178, 213, 253, 261 e 269.

Algodão: 191, 235 e 236.

América do Sul: 42, 45, 46, 47, 55, 56, 57, 59, 78, 85, 95, 96, 102, 103, 152, 153, 154, 156, 173, 207, 211, 233, 234, 236, 256 e 259.

Angola: 11, 124, 126, 127, 131 e 151.

Argentina: 9, 13, 46, 63, 85, 106, 107, 110, 117, 118, 119, 120, 143, 145, 146, 155, 157, 158, 168, 169, 172, 173, 178, 182, 196 e 264.

Armamento: 135, 160, 171, 189 e 235.

Ásia: 173, 199, 208, 229.

ASPA: 42 e 78.

Assunção: 10, 45, 147, 185 e 186.

B

Biodiversidade: 58, 154, 204 e 286.

Biocombustíveis: 149, 226, 234 e 260

Bolívia: 9, 38, 47, 72, 95, 96, 102, 105, 106, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 143, 144, 151, 152, 155, 157 e 159.

BRICS: 12, 14, 42, 78, 142, 159, 160, 161, 170, 173, 180, 181, 197, 198, 199, 207, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 233 e 252.

Buenos Aires: 13, 155 e 168.

C

Caracas: 17, 38, 72, 104, 118, 154 E 212.

Copa do Mundo: 32, 82, 188, 254, 255 e 287

CELAC: 58, 59, 104, 114, 117, 119 e 169.

Chile: 104, 106, 111 e 114.

China: 8, 12, 13, 18, 19, 57, 135, 136, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241 e 253.

Colômbia: 105 e 111.

Cooperação econômica: 20, 161, 213, 221, 225 e 254.

CPLP: 7, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130.

Cuba: 9, 46, 104, 111, 143 e 281.

D

Democracia: 38, 42, 46, 50, 51, 56, 58, 72, 78, 95 e 104.

Desarmamento: 94, 189 e 235.

Desenvolvimento sustentável: 32, 35, 37, 43, 51, 71, 75, 79, 82, 96, 97, 98, 128, 136, 138, 154, 156, 166, 170, 173, 175, 176, 190, 194, 204, 206, 211, 222, 240, 255 e 259.

Direitos humanos: 6, 14, 15, 32, 38, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 63, 64, 65, 72, 79, 80, 82, 88, 94, 96, 118, 119, 124, 126, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 151, 153, 156, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 208, 211, 214, 215, 222, 261, 263, 266, 267, 268, 269 e 295.

E

Energia: 5, 21, 52, 57, 91, 94, 96, 103, 121, 122, 133, 134, 145, 146, 152, 154, 156, 159, 165, 187, 188, 190, 191, 200, 201, 202, 203, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 238, 241, 252, 253, 254, 260, 268, 279 e 282.

Equador: 46, 47, 102, 118, 157 e 158.

Espanha: 8, 23, 119, 141 e 293

Espionagem: 6, 16, 48, 49, 50, 97, 103, 118, 119, 157 e 191.

Estados Unidos: 9, 53, 57, 97, 103, 118, 134, 145, 157, 165, 169, 173, 178, 180, 189, 191, 209 e 253.

F

FAO: 19, 32, 82, 105, 113, 126, 164 e 242.

França: 89, 119, 150, 172, 173, 178, 253, 270, 271, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 284, 285 e 286.

Fronteiras: 45, 98, 145, 146, 150, 175, 181, 206, 220, 229, 234, 243, 257, 271, 277 e 278.

G

Genebra: 3, 21, 29, 97, 135, 161, 170, 171, 174, 184, 253, 263 e 266.

Guiana: 7, 46, 47, 86, 102, 121, 122, 132, 133 e 285.

Guiné-Bissau: 121, 123, 124, 125, 126, 131 e 132.

H

Haiti: 20, 157, 169, 215, 251, 253 e 254.

I

IBAS: 11, 14, 42, 78, 142, 149, 173, 174, 176, 197, 198, 199, 202 e 203.

Índia: 12, 13, 14, 16, 87, 149, 161, 162, 165, 166, 173, 176, 178, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208 e 209.

Israel: 52, 53, 134, 150, 171, 173, 175, 178, 181, 189, 209, 222 e 295.

Irã: 9, 20, 23, 143, 252, 253, 295 e 296.

J

Japão: 8, 11, 14, 86, 140, 152, 153, 172, 173, 176, 177 e 178.

Jogos olímpicos: 32, 82, 147, 188, 234, 254, 255 e 287.

L

La Paz: 38, 72, 134, 143, 144, 151 e 152.

Líbano: 11, 20, 135, 151 e 252.

Lima: 12, 13, 19, 20, 35, 37, 71, 75, 106, 108, 109, 110, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 173, 203, 204, 211, 220, 224, 233, 234, 236, 242, 246, 251, 252, 268 e 285.

M

Malvinas: 106, 107 e 158.

MERCOSUL: 4, 6, 7, 17, 21, 22, 45, 46, 47, 48, 59, 94, 96, 102, 103, 118, 119, 120, 122, 132, 134, 143, 157, 168, 183, 185, 191, 201, 210, 212, 251, 269 e 289

México: 13, 164 e 170

Moçambique: 17, 87, 124, 125, 132, 153, 211 e 268.

Montevidéu: 6, 7, 10, 17, 45, 102, 103, 118, 119, 120, 122, 123, 132, 133, 147 e 210.

N

Navegação: 186 e 256.

Nuclear: 5, 20, 91, 92, 93, 94, 169, 189, 190, 202, 227, 234, 235, 253 e 296.

O

OMC: 3, 12, 21, 25, 29, 30, 32, 82, 105, 113, 116, 161, 162, 173, 176, 191, 198, 223, 224, 235, 263, 269, 270 e 282.

Oriente Médio: 8, 11, 53, 91, 134, 146, 174, 175, 181, 189, 190, 199, 209 e 222.

P

Palestina: 52, 53, 67, 134, 150, 171 e 189.

Paraguai: 10, 13, 15, 16, 22, 47, 103, 120, 147, 149, 158, 159, 164, 166, 183, 184, 185, 186, 192, 211, 212 e 289.

Peru: 7, 8, 19, 86, 88, 109, 111, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 152, 153, 156, 158, 166, 236, 242, 243, 245, 246, 247, 249 e 251.

Propriedade intelectual: 206, 248, 284, 285, 286 e 287.

R

Rio+20: 32, 35, 37, 42, 51, 71, 75, 78, 82, 103, 117, 170, 190, 204, 227, 253 e 259.

S

Santiago: 104, 114 e 141.

Segurança alimentar: 87, 129, 253 e 260.

Síria: 11, 12, 13, 15, 16, 21, 53, 134, 135, 151, 159, 160, 165, 169, 170, 171, 174, 180, 183, 184, 189, 192, 208, 209, 222 e 263.

Suriname: 47, 102, 105, 111, 112, 152, 153, 156 e 159.

T

Terrorismo: 49, 50, 107, 118, 148, 151, 175, 214, 288, 289 e 291.

Timor Leste: 124, 126 e 129.

U

Unasul: 11, 12, 58, 59, 119, 120, 133, 134, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 210 e 236.

UNESCO: 21, 130, 266, 267, 268 e 269.

União Européia: 46, 94, 172, 173, 178, 185, 191, 196, 197, 212, 251 e 253.

Uruguai: 6, 17, 19, 48, 63, 86, 88, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 117, 118, 119, 120, 182, 210, 211 e 251.

V

Venezuela: 22, 47, 102, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 153, 158, 166, 169, 191 e 289.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Karina Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Número de páginas

302

Endereço para correspondência

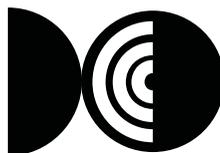
Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
(CDO)

Ministério das Relações Exteriores, Anexo II,
1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591



Departamento de Comunicações e Documentação